



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – FCI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MARIA IVONETE GOMES DO NASCIMENTO

**DESVENDANDO O VÉU DA OPACIDADE: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER  
NOS ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS**

Brasília/DF

2020

# **DESVENDANDO O VÉU DA OPACIDADE: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NOS ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS**

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

**Área de concentração:** Gestão da Informação

**Linha de Pesquisa:** Organização da Informação

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliane Braga de Oliveira

Brasília/DF

2020

Nd

NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do

Desvendando o véu da opacidade: a representação da mulher nos arquivos públicos brasileiros / Maria Ivonete Gomes do NASCIMENTO; orientador Eliane Braga de OLIVEIRA. -- Brasília, 2020.

336 p.

1. Mulher. 2. Arquivos. 3. Arquivos públicos. 4. Representação das mulheres nos arquivos. 5. Instrumentos de pesquisa. I. OLIVEIRA, Eliane Braga de, orient. II. Título.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Título: “Desvendando o véu da opacidade: a representação da mulher nos arquivos públicos brasileiros ”**

**Autor (a):** Maria Ivonete Gomes do Nascimento

**Área de concentração:** Gestão da Informação

**Linha de pesquisa:** Organização da Informação

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós- graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **DOCTOR** em Ciência da Informação.

Tese aprovada em: 02 de julho de 2020.

Presidente (UnB/PPGCINF): Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliane Braga de Oliveira

Membro Interno (UnB/PPGCINF): Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Georgete

Medleg Rodrigues

Membro Externo ( UnB): Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dulce Maria

Baptista

Membro Externo ( UFRJ): Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Beatriz Kushnir

Suplente ( UnB/PPGCINF): Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angelica Alves da Cunha Marques



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Braga de Oliveira, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da**



**Informação**, em 06/07/2020, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Kushnir, Usuário Externo**, em 06/07/2020, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **DULCE MARIA BAPTISTA, Usuário Externo**, em 06/07/2020, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Georgete Medleg Rodrigues, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da**

**Informação**, em 06/07/2020, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4924676** e o código CRC **B05352BC**.



À minha mãe, Maria Francisca Gomes do Nascimento, artesã, (*in memoriam*) e ao meu pai, João Viana do Nascimento, estivador (*in memoriam*) que jamais tiveram a possibilidade de imaginar que a filha deles chegasse a tanto.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília, por me proporcionar a oportunidade para o desenvolvimento do presente estudo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa que me possibilitou a realização da pesquisa.

Agradeço a minha querida orientadora, Professora Doutora Eliane Braga de Oliveira, que aceitou continuar orientando-me agora com um tema desbravador no nosso campo. Espero que continuemos nessa parceria.

Agradeço às Professoras Doutoras Georgete Medleg Rodrigues e Beatriz Kushnir, por terem aceitado compor a Comissão Examinadora da Tese de Doutorado final e pelas colaborações sugeridas no exame de qualificação do projeto de pesquisa.

Agradeço às Professoras Doutoras Dulce Maria Baptista e Angelica Alves da Cunha Marques, por terem aceitado compor a Comissão Examinadora da Tese de Doutorado.

Agradeço aos e às componentes do grupo de pesquisa Estado, Informação e Sociedade pelas sugestões ao projeto de pesquisa.

Agradeço aos professores e às professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, bem como aos e às servidoras da Secretaria do PPGCINF.

Agradeço à Luana Nascimento de Lima Souza e à Mônica Tenaglia pelas sugestões e traduções do resumo desta tese.

Agradeço aos colegas Dirlene, Carlos Juvêncio, Márcio, Rodrigo, José Mauro, Matheus Diniz e Eline Jones pelas colaborações, sugestões e indicações bibliográficas.

Agradeço a minha família pela compreensão com as minhas limitações e ausências para os estudos desta tese.

[...] no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. (PERROT, 2005, p.9).

## RESUMO

As mulheres, com raras exceções, estiveram circunscritas ao espaço privado por vários séculos. A partir da segunda metade do século XIX, elas passaram a assumir posições em espaços públicos, antes não admitidos pela sociedade. Os arquivos são instituições que preservam acervos e que retratam rastros de experiências vivenciadas por grupos sociais. As mulheres estiveram presentes em vários acontecimentos sociais, então deveriam estar representadas nos arquivos. Este estudo busca responder à seguinte questão: o resgate historiográfico do papel político das mulheres na história do Brasil encontraria seu equivalente na representação das mulheres nos arquivos públicos brasileiros, nos seus instrumentos de pesquisa? A hipótese central da pesquisa é que o papel desempenhado pelas mulheres na vida política do Brasil, já demonstrado em vários estudos, não encontraria representação na descrição arquivística, logo, nos instrumentos de pesquisa elaborados pelos arquivos públicos brasileiros. O objetivo geral consistiu na análise dos instrumentos de pesquisa produzidos nos arquivos públicos brasileiros para verificar em que medida eles reforçam (ou tendem a reforçar) a invisibilidade da mulher na vida política do País. Como parte dos objetivos específicos foram mapeados estudos (fontes secundárias) sobre a participação das mulheres em acontecimentos sociais; Identificados na literatura arquivística e nas diretrizes do Conselho Internacional de Arquivos os fundamentos que orientam a descrição e sua repercussão nas normas de descrição; mapeados os fundos de arquivo sobre e relacionados às mulheres e feito o levantamento dos instrumentos de pesquisa correspondentes; analisou-se comparativamente a descrição dos fundos de arquivo com os documentos correspondentes nos instrumentos de pesquisa. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com abordagens quantitativas e qualitativas. O universo da pesquisa compreendeu o Arquivo Nacional, Arquivo da Câmara dos Deputados e Arquivo do Senado Federal. Em relação ao tratamento dos dados, as fontes documentais foram tratadas com base na análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin. Os procedimentos adotados para a coleta de dados foram a pesquisa *in loco*, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Foram aplicados formulários de levantamento de dados em visitas às instituições e coletadas informações através do e-SIC e dos *websites* das instituições. O levantamento dos acervos foi realizado a partir de um quadro temático relativo aos acontecimentos que registraram a participação de mulheres, como Escravatura e Abolição do Trabalho Escravo no Brasil; o direito ao voto feminino no Brasil; a Ditadura Militar de 1964 a 1985. Constatou-se que existem fontes documentais custodiados nos arquivos estudados e que comprovam a participação das mulheres nos eventos delimitados na pesquisa. Constatou-se ainda que nem toda descrição dos fundos arquivísticos contidos nos instrumentos de pesquisa confere visibilidade às ações políticas desempenhadas pelas mulheres e a descrição de alguns itens documentais sobre as mulheres adota a perspectiva da moral e dos costumes, de forma conservadora. Concluiu-se, finalmente, que a elaboração dos instrumentos de pesquisa arquivísticos é perpassada pela subjetividade e pelos valores sociais do profissional que faz a descrição, o que pode contribuir para a invisibilidade da participação feminina na dinâmica social e política do país.

**Palavras-chave:** Mulher. Arquivos. Arquivos públicos. Representação das mulheres nos arquivos. Instrumentos de pesquisa.

## ABSTRACT

Women, with rare exceptions, have been confined to the private space for several centuries. From the second half of 19<sup>th</sup> century onwards, they took up positions in public spaces, previously not admitted by society. Archives are institutions that preserve collections and that portray traces of experiences lived by social groups. Women were present at various social events, so they should be represented in the archives. This study seeks to answer the following question: would the historiographical rescue of the political role of women in Brazilian history find its equivalent in the representation of women in Brazilian public archives, in their finding aids? The central hypothesis of the research is that the role played by women in the political life of Brazil, already demonstrated in several studies, did not find representation in the archival description, therefore, in finding aids elaborated by the Brazilian public archives. The general objective consisted of the analysis of the finding aids produced by Brazilian public archives to verify to what extent they reinforce (or tend to reinforce) the invisibility of women in the country's political life. As part of specific objectives have been mapped studies (secondary sources) on the participation of women in social events; identified in the archival literature and in the guidelines of International Council on Archives the foundations that orientates the archival description and its repercussion in the description rules; mapped the archival fonds on and related to women and surveyed the corresponding finding aids; analyzed comparatively the description of the archives with the corresponding documents in the finding aids. The research is characterized as exploratory and descriptive, with quantitative and qualitative approaches. The research universe comprised the National Archives, Chamber of Deputies Archives and Federal Senate Archives. The data analysis of the documentary sources was based on the content analysis proposed by Laurence Bardin (2011). The procedures adopted for data collection were on-site, bibliographic and documentary research. Data collection forms were applied during visits to the institutions and information was collected through the e-SIC and websites of the institutions. The survey of the collections was carried out from a thematic framework related to the events that registered the participation of women, such as Slavery and abolition in Brazil; the right to female voting in Brazil; the military dictatorship (1964-1985). It was found that there were archival documents about the participation of women in the events delimited in the study. It was also found that not every description of the fonds contained in the finding aids gives visibility to the political actions performed by women and that some documents are described from the moral and customs questions, in a conservative way. It was finally concluded that the development of finding aids is permeated by subjectivity and social values of the professional who does the description which can contribute to the invisibility of female participation in the country's social and political dynamics.

**Keywords:** Woman. Archives. Public archives. Representation of women in archives. Finding aids.

## RESUMEN

Las mujeres, con raras excepciones, estuvieron circunscritas al espacio privado durante varios siglos. A partir de la segunda mitad del siglo XIX, ellas comenzaron a asumir posiciones en espacios públicos, previamente no aceptados por la sociedad. Los archivos son instituciones que conservan documentos y que retratan rastros de experiencias vividas por grupos sociales. Las mujeres estuvieron presentes en varios eventos sociales, por lo que deberían estar representadas en los archivos. Este estudio busca responder a la siguiente pregunta: ¿el rescate historiográfico del papel político de las mujeres en la historia brasileña encontraría su equivalente en la representación de las mujeres en los archivos públicos brasileños, en sus instrumentos de investigación? La hipótesis central de la investigación es que el papel jugado por las mujeres en la vida política de Brasil, ya demostrado en varios estudios, no encontraría representación en la descripción del archivo, por lo tanto, en los instrumentos de investigación elaborados por los archivos públicos brasileños. El objetivo general se constituye en el análisis de los instrumentos de investigación producidos en los archivos públicos brasileños para comprobar en qué medida refuerzan (o tienden a reforzar) la invisibilidad de las mujeres en la vida política del país. Como parte de los objetivos específicos: han sido mapeados estudios (fuentes secundarias) sobre la participación de mujeres en sociales; identificados en la literatura de archivo y en las directrices de la Consejo Internacional de Archivos los fundamentos que guían la descripción y su repercusión en las reglas de descripción; mapeados los fondos de archivo en y relacionados con las mujeres y ha sido hecha una encuesta los instrumentos de investigación correspondientes; el análisis comparativo de la descripción de los archivos con los documentos correspondientes en los instrumentos de investigación. La investigación se caracteriza por ser exploratoria y descriptiva, con enfoques cuantitativos y cualitativos. El universo de investigación estuvo formado por: Archivos Nacionales, Archivos de la Cámara de Diputados y Archivos del Senado Federal. En cuanto al tratamiento de los datos, las fuentes documentales se trataron basadas en el análisis de contenido, propuesto por Laurence Bardin. Los procedimientos adoptados para la recolección de datos fueron la investigación in situ, la investigación bibliográfica y la investigación documental. Los formularios de recolección de datos se aplicaron durante las visitas a las instituciones y la información se recopiló a través del e-SIC y los sitios web de las instituciones. La encuesta de las colecciones se realizó a partir de una tabla temática relacionada con los eventos que registraron la participación de mujeres como la esclavitud y la abolición del trabajo esclavo en Brasil; el derecho al voto femenino en Brasil; la dictadura militar de 1964 a 1985. Se concluye que existen fuentes documentales custodiadas de los archivos estudiados y que prueban la participación de las mujeres en los eventos mencionados anteriormente. Sin embargo, se observó que no todas las descripciones de los fondos de archivo contenidos en los instrumentos de investigación dan visibilidad a las acciones políticas desarrolladas por las mujeres y que la descripción de algunos artículos documentales sobre las mujeres adopta la perspectiva de la moral y las costumbres de manera

conservadora. Se concluye que el desarrollo de instrumentos de investigación de archivo está impregnado de subjetividad y valores sociales, que pueden contribuir a la invisibilidad de la participación femenina en la dinámica social y política del país.

**Palabras claves:** Mujer. Archivos. Archivos públicos. Representación de mujeres en los archivos. Herramientas de investigación.

## LISTA DE FIGURAS

1. Figura 1: Fotografias da guerrilheira Maria Lúcia Petit da Silva .....182
2. Figura 2: Cartaz do Movimento Feminino pela Anistia.....185
3. Figura 3: Edição do jornal do Movimento Feminino pela Anistia .....186

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fundos /coleções componentes do primeiro <i>corpus</i> .....	43
Quadro 2: Itens documentais componentes do segundo <i>corpus</i> .....	44
Quadro 3: Elementos de descrição contidos na NOBRADE .....	88
Quadro 4: As normas internacionais e nacional de descrição arquivística.....	92
Quadro 5: Mulheres parlamentares eleitas de 1933 a 1986.....	162
Quadro 6: Mulheres mortas ou desaparecidas na Ditadura militar 1964-1985 .....	184
Quadro 7: Resultado do levantamento de fundos/coleções na base SIAN .....	190
Quadro 8: Fundos de arquivos relacionados à mulher em SIAN.....	193
Quadro 9: Fundos arquivísticos submetidos à Análise de Conteúdo .....	197
Quadro 10: Itens documentais submetidos à Análise de Conteúdo .....	198
Quadro 11: As categorias temáticas e os fundos de arquivo analisados .....	200
Quadro 12: Categorias e unidades de registros .....	201
Quadro 13: Categoria abolição da escravatura, unidades de registros e de contextos .....	202
Quadro 14: Categoria voto feminino, unidades de registros e de contextos .....	204
Quadro 15: Categoria ditadura militar, unidades de registros e de contextos .....	206
Quadro 16: Comparação da descrição com o documento no fundo Arquivo do Senado Federal.....	209
Quadro 17: Extrato do documento de assinatura da Lei Áurea.....	210
Quadro 18: Comparação da descrição com documentos do fundo FBPF .....	210
Quadro 19: Os documentos na descrição do fundo FBPF .....	211
Quadro 20: Comparação da descrição do documento sobre o voto feminino do fundo Arquivo do Senado Federal.....	212
Quadro 21: Extrato dos documentos sobre o voto feminino do fundo Câmara dos Deputados.....	213
Quadro 22: Comparação da descrição com os documentos dos fundos CAMDE e SNI .....	214

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AACR2 – Anglo-American Cataloguing Rules, 2ª edição

ADF – Associação Democrática Feminina

AI – Ato Institucional

ALN – Ação Libertadora Nacional

AN – Arquivo Nacional

AP – Ação Popular

APPM – Archives, Personal Papers and Manuscripts

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

AWSA – American Woman Suffrage Association

BNM – Brasil Nunca Mais

CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia

CDFR – Cruzada Democrática Feminina do Recife

CEC – Campanha pela Educação Cívica

CFC – Confederação das Famílias Cristãs

CGI – Comissão Geral de Investigação

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CI – Ciência da Informação

CMB – Centro da Mulher Brasileira

COLINA – Comando de Libertação Nacional

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

CR – Cruzada do Rosário em Família

CSN – Conselho de Segurança Nacional

CTNDA – Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística

DCE-PUC – Diretório Central dos Estudantes – Pontifícia Universidade Católica

DI –GB – Dissidência Comunista da Guanabara

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações e Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

EAD – Encoded Archival Description

EGAD – Experts Group on Archival /description

EUA – Estados Unidos da América

FALN – Forças Armadas de Libertação Nacional

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

GUIA ÁFRICA – Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

ICA – Conselho Internacional de Arquivos

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

ISAAR (CPF) – Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias

ISAD(G) - Norma Geral Internacional de Descrição

ISDF – International Standard for Describing Functions

ISDIAH - International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings

JEC – Juventude Estudantil Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

LIMDE – Liga das Mulheres Democráticas

MAD – Manual of Archival Description

MAF – Movimento de Arregimentação Feminina

MAPA – Memória da Administração Pública

MCD – Movimento Contra a Ditadura

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MFC – Movimento Familiar Cristão

MFPA – Movimento Feminino Pela Anistia

MR – 8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

NUWSS – National Union of women's Suffrage Societies

NWSA – National Woman Suffrage Association

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN – Organização Bandeirantes

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

POC – Partido Operário Comunista

POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária

PRF – Partido Republicano Feminino

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RAD – Rules for Archival Description

RIC-CM – Contexts a Conceptual Model for Archival Description

SAA – Sociedade de Arquivistas Americanos

SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional

SNI – Serviço Nacional de Informação

UCF – União Cívica Feminina

UDN – União Democrática Nacional

UNB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional de Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USPU – Women’s Social and Political Union

VAR – PALMARES – Vanguarda Armada Revolucionária

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>23</b>
<b>1.1 Problema</b> .....	<b>27</b>
<b>1.2 Hipótese</b> .....	<b>29</b>
<b>1.3 Objetivos</b> .....	<b>29</b>
1.3.1 Objetivo geral.....	29
1.3.2 Objetivos específicos .....	29
<b>1.4 Justificativa</b> .....	<b>29</b>
<b>1.5 Metodologia</b> .....	<b>34</b>
1.5.1 Estrutura da tese.....	46
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>48</b>
<b>2.1 Os arquivos e a memória</b> .....	<b>48</b>
2.1.1 A “verdade” dos documentos de arquivo .....	52
2.1.2 Os arquivos como espaço de memória.....	56
<b>2.2 A representação da informação</b> .....	<b>59</b>
2.2.1 A classificação como função essencial para a descrição arquivística .....	64
2.2.2 Os fundamentos orientadores da descrição arquivística .....	68
2.2.2.1 <i>A normalização internacional e nacional da descrição arquivística</i> .....	80
2.2.3 A recuperação da informação e os instrumentos de pesquisa nos arquivos ...	96
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>102</b>
<b>4 A ESCRITA E O PATRIARCADO: ELEMENTO COMUM DOS ARQUIVOS E MULHERES</b> .....	<b>105</b>
<b>4.1 A condição da mulher: desnaturalização da sua subordinação</b> .....	<b>109</b>
<b>4.2 O feminismo</b> .....	<b>114</b>
<b>5 A MULHER NA HISTÓRIA BRASILEIRA</b> .....	<b>124</b>
<b>5.1 A mulher: Escravatura e Abolição no Brasil</b> .....	<b>125</b>
<b>5.2 A mulher e o direito ao voto no Brasil</b> .....	<b>149</b>
<b>5.3 A mulher e a Ditadura Militar de 1964 a 1985</b> .....	<b>163</b>
<b>6 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>188</b>
<b>6.1 As mulheres nos fundos de arquivo e seus respectivos instrumentos de pesquisa</b> .....	<b>188</b>

6.1.1 Arquivo Nacional.....	189
6.1.2 Arquivo do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.....	195
<b>6.2 Compreendendo a representação sobre e da mulher na descrição dos fundos arquivísticos e dos documentos .....</b>	<b>196</b>
6.2.1 Categorias analisadas .....	200
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>224</b>
<b>8 RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>233</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>234</b>
<b>APÊNDICE A – LISTA DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS .....</b>	<b>255</b>
<b>APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA DOS ARQUIVOS ANALISADOS .....</b>	<b>256</b>
<b>APÊNDICE C – SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO PELO e-SIC DOS ARQUIVOS .....</b>	<b>257</b>
<b>APÊNDICE D - FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS NO ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 1.....</b>	<b>258</b>
<b>APÊNDICE E – FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS NO ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2.....</b>	<b>259</b>
<b>APÊNDICE F - FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS NO ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 3.....</b>	<b>261</b>
<b>APÊNDICE G - FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS NO ARQUIVO DO SENADO FEDERAL .....</b>	<b>263</b>
<b>APÊNDICE H - FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS NO ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>265</b>
<b>APÊNDICE I – FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS NO ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA .....</b>	<b>266</b>
<b>APÊNDICE J – FUNDOS DE ARQUIVO RELATIVOS A MULHERES NO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL .....</b>	<b>268</b>
<b>ANEXO AA – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO DECRETOS E LEIS ..</b>	<b>270</b>
<b>ANEXO AB – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVISTICO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVIL .....</b>	<b>271</b>
<b>ANEXO AC – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVISTICO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVIL .....</b>	<b>272</b>
<b>ANEXO AD – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVISTICO JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVIL .....</b>	<b>273</b>
<b>ANEXO AE – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVISTICO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....</b>	<b>274</b>

<b>ANEXO AF – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVISTICO AIRDE MARTINS COSTA MARINHO.....</b>	<b>275</b>
<b>ANEXO AG – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVISTICO POLÍCIA DA CORTE</b>	<b>276</b>
<b>ANEXO AH – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVISTICO JUÍZO MUNICIPAL DA 1ª, 2ª, 3ª VARAS .....</b>	<b>277</b>
<b>ANEXO AI – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO.....</b>	<b>278</b>
<b>ANEXO AJ – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO CORREIO DA MANHÃ</b>	<b>282</b>
<b>ANEXO AK – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA .....</b>	<b>285</b>
<b>ANEXO AL – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES.....</b>	<b>287</b>
<b>ANEXO AM – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS .....</b>	<b>291</b>
<b>ANEXO AN – DESCRIÇÃO FUNDO ARQUIVÍSTICO COMBA MARQUES PORTO .....</b>	<b>295</b>
<b>ANEXO AO – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CAMPINA GRANDE (PARAÍBA).....</b>	<b>297</b>
<b>ANEXO AP – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO ANAMARIA MACHADO GUIMARÃES.....</b>	<b>299</b>
<b>ANEXO AQ – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL .....</b>	<b>301</b>
<b>ANEXO AR – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO LÚCIA VELLOSO MAURÍCIO.....</b>	<b>303</b>
<b>ANEXO AS – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES.....</b>	<b>305</b>
<b>ANEXO AT – DESCRIÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE DECLARA EXTINTA A ESCRAVIDÃO NO BRASIL .....</b>	<b>307</b>
<b>PROJETO DE LEI QUE EXTINGUE A ESCRAVIDÃO NO BRASIL, EM 8 DE MAIO DE 1888.....</b>	<b>307</b>
<b>ANEXO AU – ASSINATURA DA LEI ÁUREA, EM 13 DE MAIO DE 1888.....</b>	<b>308</b>
<b>ANEXO AV – DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO REPRESENTAÇÃO 47/1927.....</b>	<b>309</b>
<b>ANEXO AW– REPRESENTAÇÃO Nº47 DA FBPF, COM ABAIXO ASSINADO COM DUAS MIL ASSINATURAS DE MULHERES A FAVOR DO VOTO FEMININO, EM 12/12/1927.....</b>	<b>310</b>

<b>ANEXO AX – DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS DA FBPF: CARTA AO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, AOS DEPUTADOS ARTHUR LEMOS, MIGUEL CALMON E AO SENADOR LOPES GONÇALVES.....</b>	<b>314</b>
<b>ANEXO AY – CARTA DE LEOLINDA DALTRO REIVINDICANDO VOTO FEMININO EM 22/12/1916 .....</b>	<b>317</b>
<b>ANEXO AZ– CARTA DE MARIANA DE NORONHA HORTA REIVINDICANDO O VOTO FEMININO, EM 12/08/1916.....</b>	<b>320</b>
<b>ANEXO BA – DESCRIÇÃO DOS RELATÓRIOS DA CAMDE - DISCURSOS DE DONA AMÉLIA MOLINA BASTOS E CORDÉLIA DE SÁ LESSA.....</b>	<b>321</b>
<b>ANEXO BB – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO DE SÓCIAS FUNDADORAS DA CAMDE.....</b>	<b>323</b>
<b>ANEXO BC – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO INFORME 131 DE 18 MARÇO 1965 .....</b>	<b>325</b>
<b>ANEXO BD – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO INFORME Nº 200/SNI/ASP .....</b>	<b>326</b>
<b>ANEXO BE – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO INFORME Nº 057 DE 2 DE FEV. DE 1965.....</b>	<b>327</b>
<b>ANEXO BG – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO ACUSAÇÃO SPI Nº 24/02/1965</b>	<b>328</b>
<b>ANEXO BG – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO INFORME Nº 1900/SNI/ARJ/SC3 .....</b>	<b>329</b>
<b>ANEXO BH – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO INFORME Nº 300/SNI/ABSB/1969 .....</b>	<b>330</b>
<b>ANEXO BI– DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO ATIVIDADES SUBVERSIVAS .....</b>	<b>331</b>
<b>ANEXO BJ – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO INFORME Nº 003/116/ARJ/1979</b>	<b>332</b>
<b>ANEXO BK – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO INFORME Nº 0693/CISA-RJ ....</b>	<b>333</b>
<b>ANEXO BL – DESCRIÇÃO E OS DOCUMENTOS MEMO Nº 0918/GAB/SNI E INFORME Nº 028/16/75/ARJ/SNI .....</b>	<b>334</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Entre fugacidade dos traços e oceano do esquecimento, os caminhos da memória das mulheres são estreitos (PERROT, 2005, p. 31).

Os arquivos como instituições consistem em espaços que tratam da informação nas diversas acepções, as quais são reflexos da vida em sociedade como construções sociais, permeadas de valores e padrões que influenciam a formação dos seus acervos. Os arquivos são identificados por vários estudiosos como espaços de constituição e conservação da memória de uma sociedade. Para Gagnon-Arguin (1998), os arquivos são fontes privilegiadas sobre pessoas ou organizações, como também mostram o conteúdo das raízes de uma sociedade. Na opinião de Richard J. Cox (2003), eles proporcionam identidade social, segurança e prova de que o passado aconteceu. Da mesma maneira, os arquivos são apontados como papéis de apoio à administração, à história e à preservação da memória (COX, 2003). Além disso, segundo Delmas (2010), eles são produtos de toda sociedade organizada.

Os documentos de arquivo são preservados para diversas finalidades, tais como razões legais, administrativas, comprovação de direitos e deveres, por servirem de testemunhos e fazerem parte da memória, entre outros. Da Antiguidade até a Revolução Francesa, no século XVIII, os documentos eram utilizados para servirem de prova da administração de cada período, no sentido jurídico. Posteriormente, o uso dos documentos foi ampliado para o histórico e cultural. Segundo Gagnon-Arguin (1998), no século XIX, com o nacionalismo, os documentos passaram a ser um testemunho para reconstituir a história. Conforme a autora, ao longo das épocas e regimes, os documentos serviram para o exercício de poder, comprovação de direitos, registro da memória e utilização futura (GAGNON-ARGUIN, 1998).

Os documentos preservados pelos arquivos são relevantes para a identificação de rastros de uma coletividade e entendimento dos valores adotados no passado sobre as experiências vividas pela sociedade. Nesse sentido, Del Priori (2008) argumenta que os documentos permitem estudar o cotidiano da sociedade. Em relação às mulheres, Del Priori (2008) destaca que os documentos auxiliam na

verificação das práticas das mulheres e na identificação das representações feitas sobre elas, em outros tempos. Então, “Quais seriam aquelas a inspirar ideias e sonhos? As castas, as fiéis, as obedientes, as boas esposas e mães. Mas quem foram as odiadas e perseguidas? As feiticeiras, as lésbicas, as rebeldes, as anarquistas, as prostitutas, as loucas” (DEL PRIORI, 2008, p. 8).

Nessa perspectiva, Le Goff (1990) confirma que os documentos escritos e fornecidos por bibliotecas e arquivos são utilizados como testemunhos desde a Antiguidade, superando o período de tempo da transmissão oral do passado. Entretanto, Le Goff (1990) adverte que o documento não é um material bruto, objetivo e inocente, mas expressa o poder da sociedade do passado a respeito da memória e também do futuro.

A institucionalização dos arquivos tem um entrelaçamento com o surgimento da escrita e das sociedades patriarcais, na qual os portadores e transmissores dos valores são os homens. Evans (1998) esclarece que, na antiguidade, as pessoas que dominavam a escrita eram confidentes e conselheiros das elites (os mercadores, os sacerdotes e os reis), bem como tinham a responsabilidade dos arquivos. Após a queda do Império Romano, os clérigos criaram, conservaram e administraram os arquivos nos reinos feudais e depois nos estados-nação.

Da mesma forma, Lerner (2018) destaca que, desde os monarcas babilônios, os registros do passado foram escritos e interpretados por homens, e se centravam principalmente nos seus atos, ações e intenções. A mesma autora chama a atenção para o fato de que, desde a antiguidade, os historiadores foram sacerdotes que serviram aos monarcas, escribas e clérigos, ou a uma classe profissional de intelectuais com formação profissional. Essas pessoas selecionavam os acontecimentos a serem escritos e interpretados. Além disso, eram os mesmos que definiam o que era história e a declaravam universal.

É importante considerar a reflexão que Lerner (2018) faz ao afirmar que esses profissionais atuavam representando as elites do poder e eliminavam registros da história em torno das experiências de grupos subordinados, tais como as mulheres. Sabe-se que alguns deles eram as mesmas pessoas que cuidavam dos arquivos e dos documentos. Como bem lembra Evans (1998), os documentos foram criados para permitir aos seus produtores o alargamento e a consolidação do seu poder e influência.

A despeito de todas as mudanças que ocorreram na sociedade e no campo dos arquivos, dos primórdios até a atualidade, parece que ainda ocorre o privilégio da narrativa masculina das elites. Cabe lembrar a afirmativa de Perrot (2004, p. 35), “Assim, olhar de homens sobre homens, os arquivos públicos calam as mulheres”. Dessa forma, a decisão sobre o que dá visibilidade nas representações arquivísticas, seja para aqueles julgados merecedores de serem lembrados por sua posição social de poder, seja para os que à primeira vista não deveriam ganhar destaque, continua sendo um debate ainda em curso.

Nessa perspectiva, a condição da mulher como participante ativa no desenvolvimento social e humano ainda precisa ser melhor estudada. Por conseguinte, torna-se relevante pesquisar os elementos da falta de visibilidade de seus feitos, como construtora, juntamente com o homem, dos acontecimentos que edificaram a sociedade. Segundo Perrot (2005, p. 29), “A dificuldade da história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto público quanto privado”. Desse modo, compreender a razão dessa supressão e também entender a interpretação dada pela invisibilidade e pela marginalização de suas ações faz emergir o debate em torno do papel dos arquivos enquanto repositórios da memória da sociedade.

A representação da informação nos arquivos relaciona-se com a classificação e a descrição arquivística. A classificação consiste na ação intelectual para construir esquemas com o intuito de agrupar os documentos a partir de princípios aceitos (SOUSA, 2009). De acordo com Sousa (2009), na classificação organiza-se os documentos de acordo com o plano de classificação ou arranjo. Lúcia Oliveira (2010) destaca que a classificação deve ser estruturada de acordo com as funções e as atividades das organizações. A descrição está relacionada a um “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67).

A representação na descrição da informação nos arquivos ocorre a partir da constituição dessas instituições. Desde a Antiguidade, existia a preocupação de que a organização dos arquivos possibilitasse o acesso aos acervos, embora, de início, somente o produtor documental. Esse pensamento foi mantido por vários séculos. Durante a Idade Média ocorreu alteração no uso dos documentos e os acervos passaram a adquirir uma função social com a investigação histórica (DURANTI,

1993; CRUZ MUNDET, 2012). A descrição ampliou o seu uso da forma administrativa para a de valor cultural. De acordo com Duranti (1993), a investigação histórica passou a ser orientada para facilitar o acesso aos pesquisadores e foi direcionada para acessar os documentos julgados mais relevantes, os quais eram descritos itens por itens. Isso só se alterou com a adoção do princípio da proveniência ou de respeito aos fundos no século XIX (DURANTI, 1993).

Até a década de 1990, a descrição era desenvolvida de forma diversa. No entanto, com o advento do documento produzido em ambiente tecnológico, na década de 1980, o debate sobre a padronização desse fazer se colocou na ordem do dia, quando o Conselho Internacional de Arquivos - ICA foi chamado a desempenhar papel protagonista. A partir de então, tem-se desenvolvido esforços junto à comunidade arquivística para padronizar a descrição e colocá-la em outro patamar, de modo a responder ao novo contexto do documento digital. Além disso, de acordo com Fonseca (2010), a adoção de norma para a descrição também passou a ser vista como vantagem, inclusive para a recuperação da informação.

Com a normalização internacional, a finalidade da descrição se ampliou para disponibilizar quaisquer informações sobre os documentos, fundos arquivísticos, produtores e inter-relações desenvolvidas, em diferentes níveis, com o estabelecimento de relações verticais e horizontais entre tais níveis (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000). A representação dos documentos concretiza-se neste estudo na descrição, como a função arquivística, que tem por finalidade manter controle e conservação, prova e substituição documental, bem como fornecer informações sobre os acervos para possibilitar o seu acesso.

A descrição arquivística, após a instituição da Norma Geral Internacional de Descrição – ISAD(G), do ICA, tem como objetivo identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos arquivísticos. Além disso, a descrição abrange todo elemento de informação, em qualquer estágio da gestão. Ela determina que os “Processos relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção de documentos e continuam durante sua vida” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11). A ISAD(G) pode ser aplicada em qualquer material arquivístico, em qualquer fase, seja em sistemas manuais ou automatizados. Entretanto, a referida norma não define os formatos dos instrumentos de pesquisa, tais como inventários, catálogos, entre outros. Talvez isso aconteça pelo fato de que

em um sistema automatizado descritivo sejam possibilitados diferentes formatos de saída.

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, seguindo orientação da ISAD(G), adota os mesmos princípios gerais descritivos, adaptando as normas internacionais à nossa realidade. A NOBRADE objetiva facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em nível nacional e internacional. São recursos com novas possibilidades, que talvez possam potencializar a disseminação de informações sobre a participação da mulher na sociedade.

Rodrigues (2003) ressalta que a descrição consiste em um trabalho intelectual de representação informacional, incidindo em função-chave para a representação das informações arquivísticas, assim como para o acesso a elas. Com opinião semelhante, Lúcia Oliveira (2012) destaca que a descrição é uma das funções arquivísticas mais relevantes, em razão de se constituir em “campo de conhecimento e de pesquisa específico da arquivologia e orientar o acesso aos arquivos” (OLIVEIRA, 2012, p. 49). Entretanto, Michael Cook (2007) ressalta que as descrições arquivísticas são interpretativas e não sistemas neutros.

Assim, cabe chamar a atenção para o olhar de quem desenvolve esse fazer, que considera o que deve ser visibilizado ou não. Em culturas que privilegiam o modelo patriarcal de sociedade, talvez não considerem que seja importante descrever documentos que destaquem ações em que a mulher seja protagonista ou coparticipante. Nessa perspectiva, torna-se relevante averiguar se a lógica patriarcal teve alguma influência nas representações nos arquivos.

## **1.1 Problema**

Na descrição, a representação da informação arquivística envolve várias informações sobre os documentos, os fundos de arquivos, os produtores, o contexto de criação, o contexto social, cultural, econômico, político e histórico, entre outras. Nessa perspectiva, Joan Schwartz e Terry Cook (2004) observam que os arquivistas como gestores de arquivo detêm poder em relação aos documentos essenciais à formação da memória e da identidade, em consequência da gestão ativa dos registros, da avaliação e seleção, da descrição arquivística, da preservação e do uso dos documentos como fonte histórica. Sobre isso, Perrot (2005, p. 39) ressalta que “[...] os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar

na família e na sociedade”. Schwartz e Cook (2004), por sua vez, acrescentam que a escolha do que registrar e a decisão do que preservar são ações socialmente construídas.

Em complemento, Schwartz e Cook (2004) destacam que os arquivos podem privilegiar, bem como marginalizar vozes. Cook (1998, p. 141) pontua que a historiadora feminista americana Gerda Lerner acompanhou, da Idade Média ao século XX, “[...] a exclusão sistemática das mulheres dos instrumentos e instituições de memória da sociedade, dos arquivos inclusive”. Com opinião semelhante, Perrot (2005) chama atenção para:

[...] a matéria que constitui as fontes integra a desigualdade sexual e a marginalização ou desvalorização das atividades femininas. Este defeito de registro primário é agravado por um déficit de conservação dos traços. Pouca coisa nos arquivos públicos, destinados aos atos da administração e do poder, onde as mulheres aparecem apenas quando perturbam a ordem [...]. Os arquivos privados conservados nos grandes depósitos públicos são quase exclusivamente os dos “grandes homens”, políticos, empresários, escritores, criadores (PERROT, 2005, p. 12).

Nos arquivos não é visível a participação social da mulher. Quando ela passa a existir, aparece também a partir de uma visão distorcida, como um imaginário definido pela sociedade sobre sua função social. Tanto que Alves (1980, p. 19) afirma que “Existe, [...] uma defasagem entre a posição concreta da mulher na vida cotidiana e a representação simbólica de seu papel”. Nesse sentido, Beauvoir (1970) questiona a imagem dada a mulher:

Na história humana o domínio do mundo não se define nunca pelo corpo nu: a mão com seu polegar apreensivo já se supera em direção ao instrumento que lhe multiplica o poder; desde os mais antigos documentos de pré-história o homem surge sempre armado (BEAUVOIR, 1970, p. 73).

Assim sendo, esta tese tem como problema de pesquisa o seguinte questionamento: o resgate historiográfico do papel político das mulheres na história do Brasil encontraria seu equivalente na representação das mulheres nos arquivos públicos brasileiros, nos seus instrumentos de pesquisa?

## 1.2 Hipótese

A hipótese central da pesquisa é que o papel desempenhado pelas mulheres na vida política do Brasil, já demonstrado em vários estudos, não encontraria representação na descrição arquivística, logo nos instrumentos de pesquisa elaborados pelos arquivos públicos brasileiros.

## 1.3 Objetivos

Os objetivos deste estudo desdobram-se em objetivo geral e em objetivos específicos apresentados nas seções seguintes.

### 1.3.1 Objetivo geral

Consiste na análise dos instrumentos de pesquisa produzidos nos arquivos públicos brasileiros para verificar em que medida eles reforçam (ou tendem a reforçar) a invisibilidade da mulher na vida política do País.

### 1.3.2 Objetivos específicos

- a) Mapear estudos (fontes secundárias) sobre a participação das mulheres em acontecimentos sociais;
- b) Identificar na literatura arquivística e nas diretrizes do Conselho Internacional de Arquivos os fundamentos que orientam a descrição e a sua repercussão nas normas de descrição;
- c) Mapear os fundos de arquivo sobre e relacionados às mulheres e levantar os instrumentos de pesquisa correspondentes;
- d) Analisar comparativamente a descrição dos fundos de arquivo com os documentos correspondentes nos instrumentos de pesquisa.

## 1.4 Justificativa

Os estudos acadêmicos relacionados a mulher e gênero têm crescido em vários campos do conhecimento. No Brasil, de início, tais estudos estavam voltados para as mulheres trabalhadoras. Posteriormente, houve uma expansão para outros aspectos da vida da mulher e a incorporação da abordagem de gênero. As áreas

consideradas pioneiras em estudos com essa temática foram as Ciências Sociais, especialmente Sociologia e História (BIROLI, 2018; RAGO, 1995). Atualmente, pesquisas sobre mulher e gênero envolvem várias áreas do saber científico, tais como: Ciência Política, Direito, Etnografia, Antropologia, Filosofia (CHABAUD-RYCHTER; DESCOUTURES; DEVREUX; VARIKAS, 2014), entre outras, com um leque bem diverso de aspectos e temas abordados.

A Ciência da Informação - CI organizou-se como campo do conhecimento em meados do século XX (SARACEVIC, 1995) e foi estabelecida no Brasil na década de 1970. Apesar da criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em 1954, adota-se como marco de institucionalização da CI no país a criação do mestrado em Ciência da Informação, em 1970, pelo próprio IBBB, hoje denominado de Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O curso de doutorado em Ciência da Informação foi criado em 1992, por essas mesmas instituições (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995; ROBREDO, 2003), o que, na opinião de Marques (2013), foi um dos vetores de sua formação e estruturação. Apesar da CI ser cinquentenária e demonstrar certa consolidação, a produção científica relacionada à temática mulher e gênero é mais recente nesse campo do conhecimento.

Em pesquisa sobre mulheres e relações de gênero publicadas em periódicos da Ciência da Informação, Carla Dias e Francisca Lima (2013) concluíram que são poucas as produções referentes a gênero e informação na CI, a despeito das mulheres serem grandes consumidoras de informações e sofrerem repercussão social e cultural da informação. As mesmas autoras chamam atenção para a necessidade de uma “articulação da Ciência da Informação com os Estudos de Gênero” (DIAS; LIMA, 2013, p. 1), em razão de a informação ser peça relevante para a compreensão das desigualdades de gênero.

Brisa Sousa e Vinicius Tolentino (2017), ao analisarem a representação da mulher em três instrumentos documentários - o Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG), o Tesouro Jurídico do Superior Tribunal de Justiça (TJ STJ) e o *Anglo American Cataloguing Rules* (AACR2r), 2ª edição -, identificaram posturas machistas nos referidos instrumentos. No estudo, a busca de dados ocorreu com a utilização de vários descritores, tais como: cidadania, cidadania das mulheres, direitos das mulheres, participação política, mulher, mulheres, homem. Verificou-se que a representação “desencadeia o apagamento do tema mulher ou o inferioriza,

em relação ao homem” (SOUSA; TOLENTINO, 2017, p. 167). Ainda de acordo com os mesmos autores, “Observou-se como os instrumentos reforçam o sentido de superioridade do homem sobre a mulher, a dominação patriarcal e a afirmação do papel feminino único enquanto esposa, dona de casa e mãe” (SOUSA; TOLENTINO, 2017, p. 200). Eles concluem que tais instrumentos exigem revisões sobre a representação da mulher, demandando profissionais atentos ao domínio de gênero.

No mesmo viés, Maria Aparecida Moura (2018) afirma que a produção, a circulação e a organização da informação e do conhecimento passam por transformações e sofrem questionamentos em relação aos limites dos sistemas de representação que organizam o conhecimento, os quais estão baseados em “operadores ontológicos totalitários” (MOURA, 2018, p. 119). A mesma autora relata que a campanha da ONU Mulheres, intitulada “*The autocomplete truth*”, apontou o caráter discriminatório da função de autocompletar dos motores de busca ao coletar informações no Google, revelando sexismo e preconceitos sistemáticos contra as mulheres (MOURA, 2018).

Maria Simões, Blanca Bravo e Olivia Pestana (2018) reivindicam a construção de novos sistemas de organização de conhecimento e revisão de outros para a promoção do acesso à informação. As mesmas autoras analisaram a representação do conceito mulher na Classificação Decimal de Dewey (CDD) e na Classificação Decimal Universal (CDU) e observaram ser reduzida a representatividade do conceito mulher nos dois sistemas. Para elas, “Os dois sistemas refletem a noção de mulher num plano depreciativo e inferior à masculina, traduzindo o estereótipo tradicional” (SIMÕES; BRAVO; PESTANA, 2018, p. 153).

Tais estudos revelam reflexões sobre a falsa neutralidade de instrumentos de classificação e recuperação da informação, sem considerar as decisões e os valores humanos envolvidos nisso. Por sua vez, Costa, Alves e Silva (2018) argumentam que a informação é um elemento que pode diminuir desigualdades. Para tanto, aventam a possibilidade do uso da Competência Crítica em Informação com conteúdos informacionais empoderadores, que podem alterar contextos e transformar relações de poder, as quais as mulheres estão submetidas.

Na Arquivologia, de acordo com Jacqueline Cabral (2019, p.292), a temática gênero é “rarefeita” em nosso país, salvo algumas exceções. A mesma autora, em pesquisa empreendida sobre gênero e a arquivística, afirma que nas mais de 50 edições da revista Arquivo & Administração, da extinta Associação de Arquivistas

Brasileiros, durante quatro décadas, não obteve resultado positivo em relação ao tema citado (CABRAL, 2019).

Nesse sentido, em pesquisa sobre as mulheres brasileiras, Schumacher e Brazil (2000, p. 10) afirmam que “[...] a história das mulheres é uma história recente e que se ressentem de um passado mal contado”. Para os autores, fazer justiça é cultivar a memória das mulheres. Schumacher e Brazil (2000) ainda destacam que diversas brasileiras índias, negras e brancas rebelaram-se contra a ordem estabelecida ao feminino.

Da mesma forma, Moraes (2003) destaca que as mulheres não ficaram omissas ou passivas ao longo da história do Brasil. O silêncio aparente da historiografia ocorreu “[...] devido a inexistência de documentação, a dificuldade de acesso a documentos manuscritos ou a falta de interesse (o que prevaleceu por longo tempo) dos pesquisadores [...]” (MORAES, 2003, p. 498). Além disso, para Perrot (2005), escrever a história das mulheres supõe-se que se dê um peso às relações entre os sexos, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades. Nesse sentido, Perrot (2005, p. 25) chama atenção para o aspecto de que, ao colocar a questão das relações entre os sexos, alguns problemas são revisitados, como: “o trabalho, o valor, o sofrimento, a violência, o amor, a sedução, o poder, as representações, as imagens e o real, o social e o político, a criação, o pensamento simbólico”. Logo,

As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar [...]. (PERROT, 2005, p. 11).

Considera-se pertinente o entendimento de Lerner (2018) de que o registro do passado da raça humana é um registro parcial, já que não foram registrados e terem sido esquecidos os feitos das mulheres e suas experiências. Apesar disso, a mesma autora advoga que as mulheres estavam no centro da formação das sociedades e da construção da civilização. Assim, compreende-se e concorda-se também que não se pode omitir o passado da metade, se não da maioria da humanidade, bem como não se pode deixar os registros da atuação das mulheres à margem dos feitos desempenhados por elas na sociedade.

Lacasse (1993) admite o crescimento da história das mulheres a partir dos anos 1970, porém, mesmo com esse aumento, os registros sobre a história delas

continuam sendo pouco conhecidos. De acordo com a mesma autora, isso ocorre em razão de que os feitos das mulheres ficam camuflados pelos fundos arquivísticos que documentam os grandes eventos ou fenômenos, julgados mais importantes. Enquanto alguns fundos são amplamente divulgados, outros considerados de menor importância, como os registros relacionados às mulheres, permanecem esquecidos pelos arquivistas, assim como pelos pesquisadores, devido à invisibilidade de tais acervos (LACASSE, 1993).

A Diretoria de Arquivo, Museus e Biblioteca do Arquivo Nacional do Chile, ao admitir a invisibilidade das mulheres no patrimônio histórico do Chile, desenvolveu o “*Archivo Mujeres y Géneros*”, que surgiu a partir do “*Programa Equidad de Género – Patrimonio y Género*”, em 2011, o qual realiza várias ações com o intuito de resgatar documentos sobre a mulher no Chile. A iniciativa teve como objetivos: reunir fontes históricas que permitiam avaliar a contribuição das mulheres na história do Chile; conservar as informações produzidas pelas organizações sociais feministas, mulheres e diversidade sexual em vários formatos documentais; possibilitar o acesso aos vários fundos que explicavam as transformações políticas e sociais que as mulheres vivenciaram durante o século XX. Atualmente, o “*Archivo Mujeres y Géneros*” custodia 21 fundos arquivísticos de pessoas e instituições coletivas relacionadas às mulheres.

No Brasil, segundo Roncaglio (1996), na segunda metade do século XIX, uma parcela das mulheres estava nas escolas, trabalhava no comércio e na indústria. Também desenvolviam atividade política em defesa dos seus direitos. Da mesma forma, segundo Silva e Barreto (2014), nesse período, as mulheres tiveram protagonismo durante a campanha abolicionista, por meio das sociedades, clubes e associações contra a escravidão.

As mulheres, por vários séculos, permaneceram circunscritas ao espaço privado. A partir da segunda metade do século XIX e de forma mais significativa no século XX, a mulher passou a ocupar espaços antes não admitidos pela sociedade, entre eles votar e ser votada; participar da educação, do mundo do trabalho, da política, da academia e de posições de poder, tanto no Estado como na sociedade civil. Ainda assim, a mulher acumula as obrigações e as responsabilidades com os afazeres domésticos.

Então, torna-se necessário analisar se os arquivos preservam fontes documentais relativas às mulheres, bem como registram a presença dessa parcela tão significativa da sociedade, haja vista o papel essencial dos arquivos públicos para a construção da memória social. É importante ressaltar que os arquivos são instituições construídas com determinadas intenções. Por isso, analisar os contextos sócio-históricos e os processos instituídos pelas representações da informação, que resultam na escolha do que será entendido como retrato de determinada comunidade, justificou a realização deste estudo.

## 1.5 Metodologia

Em relação à metodologia, o propósito deste estudo é analisar a representação relativa às mulheres nos instrumentos de pesquisa dos arquivos. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa com a intenção de conhecer melhor o assunto.

A partir da pesquisa desenvolvida foi possível observar que não constam estudos consolidados relacionados ao tema desta pesquisa, razão pela qual ela caracteriza-se como exploratória. De acordo com Braga (2007, p. 25), “A pesquisa exploratória tem o objetivo de reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre um problema ou questão de pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior”. É também descritiva, na forma entendida por Richardson (2012, p. 66), “[...] quando se deseja descrever as características de um fenômeno”. De acordo com Gil (2010), as pesquisas descritivas e exploratórias são estudos sociais preocupados com atuações práticas.

Os procedimentos adotados para a coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. O levantamento documental aconteceu de forma diversa. Foram feitas visitas *in loco* às instituições arquivísticas, com aplicação de formulários; busca de informações por meio do Serviço de Informação ao Cidadão, com a utilização do e-SIC e com base na Lei nº 12.527/2011, que trata do acesso à informação dessas instituições, e nos *websites* dos arquivos.

Ademais, foram levantadas informações na base de dados do Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, no Banco de Dados Memórias Reveladas, no Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual – Guia África, nos instrumentos de pesquisa do Arquivo

Nacional, no instrumento de referência Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro 1826-2004 e no Catálogo de Documentos Históricos do Arquivo do Senado Federal – 1822 a 1992.

A abrangência do período estudado foi de 1826 a 1985. A pesquisa utilizou os seguintes termos norteadores para as buscas de dados nos referidos instrumentos de pesquisa e itens documentais: mulher, feminino, escrava, escravatura, abolição, voto feminino e ditadura.

O estudo bibliográfico foi realizado em autores e autoras estudiosos/as do assunto em Ciência da Informação, Arquivologia, Ciências Sociais, História e Ciência Política, com a finalidade de construir o embasamento teórico. Para a coleta de dados bibliográficos de artigos científicos, dissertações e teses foram utilizados os *sites* dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, o portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBCT, a Base de Dados Referencial de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação - BRAPCI e o Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Os documentos utilizados neste estudo foram documentos primários e terciários. Sobre o uso desse tipo de material, Flick (2009, p. 232) afirma que, “Ao decidir-se pela utilização de documentos em um estudo, deve-se sempre vê-los como meios de comunicação”. De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 157), “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fontes primárias”. Considera-se como documento primário aquele que se origina de uma comunicação com determinadas intenções e objetivos dos seus produtores (FLICK, 2013).

A pesquisa foi definida a partir de um quadro temático que relaciona alguns fatos históricos ocorridos na sociedade brasileira e que contaram com a participação de mulheres. De início, pensou-se em um quadro temático com os seguintes acontecimentos: Escravatura e Abolição do Trabalho Escravo no Brasil; Proclamação da República; Revolução de 1930; luta pelo direito ao voto da mulher; Constituição da República Federativa do Brasil de 1946; Construção de Brasília; Ditadura Militar de 1964 a 1985; Constituição Federal de 1988. Posteriormente, o quadro temático foi revisto e optou-se pela sua limitação, com a exclusão dos eventos: Proclamação da República, Revolução de 1930, Constituição da República

Federativa do Brasil de 1946, Construção de Brasília e Constituição Federal de 1988.

O quadro temático da pesquisa ficou, então, assim constituído: Escravatura e Abolição do Trabalho Escravo no Brasil; o direito ao voto feminino no Brasil; e a Ditadura Militar de 1964 a 1985. Essa escolha se justifica pelo fato de que esses acontecimentos geram, até os dias de hoje, reflexões e debates inacabados referentes às questões relevantes na sociedade brasileira. O trabalho escravo no Brasil foi empregado desde o século XVI e sua abolição pôs fim, na forma legal, aos mais de 300 anos de Escravidão, o que, segundo Fausto (2013), influenciou a formação econômica, social, política e cultural do país. A luta pelo direito ao voto feminino colocou em destaque a participação da mulher na esfera pública do poder, considerada, até então, ambiente estritamente masculino. A Ditadura Militar foi instituída em 1964 e durou 21 anos, finalizando somente em 1985. Todos esses acontecimentos contaram com a participação de mulheres brasileiras, razão pela qual procurou-se identificar e analisar o que dizem os arquivos e os seus acervos a respeito dessas temáticas.

O universo da pesquisa é constituído pelo Arquivo da Câmara dos Deputados e Arquivo do Senado Federal, como repositórios dos acervos do Poder Legislativo Federal, e o Arquivo Nacional, como custodiador dos registros do Poder Executivo Federal brasileiro.

O Arquivo da Câmara dos Deputados foi estabelecido junto com a instituição do parlamento brasileiro. Tal arquivo custodiava acervos desde a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império, de 1823 até os dias atuais. Está sob sua guarda documentos relacionados ao Processo Legislativo, documentos administrativos e especiais. É constituído pelos seguintes fundos arquivísticos: Câmara dos Deputados – CD, com documentos desde 1826; Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823; Congresso Nacional Constituinte de 1890/1891; Assembleia Nacional Constituinte de 1933/1934; Assembleia Constituinte de 1946; e Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. O acervo é composto por diversos formatos e suportes, tais como: papel, áudio, vídeo, manuscrito, mapa, microfilme, documento sonoro e fotografia.

O Arquivo do Senado Federal estava mencionado no Projeto da Constituição do Império de 1823, como parte da estrutura do Senado. Ele foi estabelecido após a primeira sessão ordinária do Senado do Império, em 1826. O Arquivo custodiava

documentos relativos às funções das atividades-fim. São elas: Assessoramento Técnico Legislativo; Processo Legislativo; Atividade Legislativa e Fiscalizatória em Plenário; Atividade Legislativa e Fiscalizatória das Comissões; Atividade Política dos Senadores; Ordem e Defesa do Senado Federal e Atividades dos Conselhos. Além disso, tem sob sua responsabilidade os fundos do Congresso Nacional e Senado Federal.

O Arquivo Nacional foi instituído em 1838, conforme previsão na Constituição de 1824, como Arquivo Público do Império. Depois, em 1893, passou a se chamar Arquivo Público Nacional. Em 1911, sofreu outra alteração e recebeu a denominação atual de Arquivo Nacional. Ele custodia em sua sede no Rio de Janeiro e na sua Coordenação Regional no Distrito Federal o patrimônio documental até os dias atuais.

Destaca-se que os referidos arquivos foram instituídos desde o século XIX e custodiam o patrimônio documental do Brasil desde o período colonial, momento de abrangência do estudo. São conjuntos documentais que podem demonstrar a formação e as mudanças ocorridas na sociedade brasileira.

No percurso metodológico para a coleta de dados empíricos, esta pesquisa adotou diferentes estratégias. Inicialmente, utilizou-se o Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC do Poder Executivo e Legislativo Federal como um dos possíveis encaminhamentos da pesquisa. Como resposta, foi recomendada a busca de dados nos *websites* das instituições na Internet.

A partir daí, buscou-se levantar dados nos *websites* dessas instituições. Também pelo e-SIC foi recomendada a obra de referência Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004, da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal. Seguindo essa indicação, o livro Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro foi analisado e adotado como instrumento de pesquisa de arquivo por esta pesquisa. O detalhamento do estudo consta na seção de resultado e análise dos dados. Em razão das respostas insuficientes, definiu-se pela realização de visitas *in loco* às instituições arquivísticas.

Foram realizadas sete visitas às três instituições: Arquivo da Câmara dos Deputados, Arquivo do Senado Federal e Arquivo Nacional. Nessas visitas foram aplicados formulários específicos de levantamento de dados relativos aos fundos

arquivísticos de mulheres, identificação de fontes documentais e instrumentos de pesquisas arquivísticos.

No Arquivo da Câmara dos Deputados buscou-se levantar informações arquivísticas relacionadas às mulheres, com uso do e-SIC da instituição, conforme citado anteriormente. Foram solicitadas informações a respeito da existência de fundos e séries de arquivos relativas às mulheres nos acontecimentos citados acima. A resposta obtida foi que havia tais registros arquivísticos ligados aos assuntos. Também foi indicado que o portal da instituição na Internet continha informações de interesse da pesquisa.

Foi feita a visita *in loco* ao Arquivo da Câmara dos Deputados, quando se aplicou um formulário de levantamento de dados sobre fontes documentais de arquivo relativos à participação de mulheres nos acontecimentos citados (Apêndice D). A resposta obtida foi que havia documentos sobre o tema, mas sem registros específicos sobre mulheres.

Também procurou-se levantar os instrumentos de pesquisa dos acervos do referido arquivo. Foi indagado sobre a existência de instrumentos de pesquisa, tais como inventários, catálogos, índices ou repertórios que registrassem a presença da mulher nos acontecimentos elencados pela pesquisa. A resposta obtida foi que o acervo possuía instrumentos de pesquisa, mas sem registro específico sobre mulheres. Foi também indagado sobre a existência de outras fontes de informações relativas à temática da pesquisa. A resposta dada foi que os anais e diários da Câmara, assim como os das Constituintes, abordam o tema e que estavam disponíveis na Internet.

Diante desse resultado, considerando tanto a resposta obtida por meio do e-SIC quanto a primeira visita ao arquivo, a pesquisa precisou ser revista. Percebeu-se que os acontecimentos elencados estavam muito amplos, bem como as respostas dadas. Quando estas não eram amplas, sem um esclarecimento maior, também não apresentavam resultados positivos. Esse foi um dos motivos da redução do quadro temático da pesquisa, como citado anteriormente.

Em outra visita ao arquivo foi aplicado um segundo formulário, que indicava documentos primários relacionados às mulheres e o direito ao voto feminino no Brasil, além do pedido de solicitação de acesso a eles. Além disso, procurou-se identificar quais eram os instrumentos de pesquisa do arquivo (Apêndice E).

Ainda nessa mesma visita, procurou-se ter acesso aos documentos primários relacionados às mulheres e o direito ao voto feminino no Brasil, pesquisados em fontes secundárias. As referidas fontes tratam-se dos livros *Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004*, citados anteriormente, e o livro *Bertha Lutz*, de autoria de Teresa Cristina de Novaes Marques. Para isso, foi indicado os dados referenciais de recuperação dos documentos. Ao fornecer os dados obtidos em fontes secundárias, o resultado foi a recuperação e o acesso aos documentos. Posteriormente, foi feita uma última visita ao Arquivo da Câmara dos Deputados, de modo a confirmar os dados referentes aos instrumentos de pesquisa do arquivo (Apêndice F).

Em visita ao Arquivo do Senado Federal foi aplicado o formulário de levantamento de dados para identificação de fontes documentais e instrumentos de pesquisa relativos à participação de mulheres nos acontecimentos anteriormente citados (Apêndice G). Foi possível acessar algumas fontes documentais e receber como recomendação para o estudo da pesquisa, o instrumento de pesquisa *Catálogo de Documentos Históricos do Arquivo do Senado Federal – 1822 a 1992*.

No Arquivo Nacional foi indagado, por meio do e-SIC, informações acerca da existência de fundos ou séries arquivísticas que tratassem da participação de mulheres em relação aos acontecimentos do quadro temático da pesquisa. A resposta obtida foi uma recomendação para que fossem estudadas as informações disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN.

Como os resultados não foram satisfatórios, foram feitas pesquisas *in loco* para identificar fundos de arquivo de mulheres, fontes documentais e instrumentos de pesquisa dos arquivos relativos ao tema. Nas visitas ao Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, foram aplicados os formulários de levantamento de dados com algumas alterações (Apêndice H). Posteriormente, em visita à Coordenação Regional, em Brasília, aplicou-se outro formulário para a identificação de fontes documentais e instrumentos de pesquisa (Apêndice I).

Na visita foi recomendada, mais uma vez, a busca por informações na base de dados SIAN, no *website* do AN. Também recomendou-se buscar informações referentes à Escravatura e Abolição no Guia África. Além disso, foi indicada a Base de Dados Memórias Reveladas para levantar dados referentes às mulheres e a Ditadura Militar de 1964-1985.

O levantamento no Guia África aconteceu com a leitura das descrições dos fundos e coleções do período da Escravidão, de custódia do Arquivo Nacional. Trata-se do volume 2 da obra, que descreve as fontes documentais dos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, relativas à África e à escravidão negra. Levantaram-se os fundos arquivísticos e as coleções que continham informações nas descrições arquivísticas das áreas de identificação e conteúdo, relacionadas às mulheres. Foram utilizados os termos mulher, feminino, escravatura, escrava e abolição.

A busca de dados no Catálogo de Documentos Históricos do Arquivo do Senado Federal aconteceu com a leitura da descrição dos documentos constantes no catálogo. Levantaram-se as informações dos documentos que tinham relação com os acontecimentos estabelecidos como referenciais da pesquisa e as mulheres a partir dos seguintes termos: mulher, feminino, escrava, escravatura, abolição, voto feminino e ditadura.

No livro *Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004*, verificou-se na leitura da descrição dos itens documentais da obra, somente as proposições sobre mulheres vinculadas ao quadro temático dos acontecimentos históricos pesquisados. Foram utilizados, também, todos os termos citados anteriormente.

Dessa maneira, a pesquisa na base de dados SIAN, hospedada no *website* do Arquivo Nacional, ocorreu com a utilização dos *links*: consulta ao acervo, bases de dados, SIAN. A procura dos dados na base SIAN utilizou a busca por fundos/coleções, pesquisa livre, termos, filtros: nível 1 - fundo/coleção e nível 4 e 5 – dossiê/item.

Ademais, buscou-se levantar os fundos de arquivos na base SIAN por meio de outra possibilidade. Utilizou-se o *link* fundos/coleções, pesquisa multinível, filtro: ordem alfabética, leitura do título de todos os fundos contidos na base. A finalidade era encontrar fundos com a temática da pesquisa. Foram utilizados todos os termos citados anteriormente.

O Sistema de Informações do Arquivo Nacional consiste no principal instrumento de acesso às fontes documentais do AN. A base SIAN está dividida em dois módulos: Multinível – abrange Fundos e Coleções; e Memória da Administração Pública – MAPA, que recupera leis, decretos e portarias.

Na descrição Multinível, a modalidade Fundos e Coleções está dividida em cinco itens para pesquisa, que são: Pesquisa Livre – desenvolve a busca por termos presentes em campos-texto dos registros; Pesquisa avançada – procura informações por campos específicos, com até quatro elementos combinados; Pesquisa Multinível – navega pela hierarquia dos níveis descritivos dos fundos e coleções; Pesquisa Digital – procura informações no conteúdo dos documentos digitalizados; e Instrumentos de Pesquisa – identifica a relação entre fundos, coleções e instrumentos de pesquisa relacionados no SIAN.

O levantamento na Base de Dados Memórias Reveladas aconteceu no *website* do Arquivo Nacional, com os *links*: consulta ao acervo + bases de dados + Memórias Reveladas. Na base, a busca ocorreu com o uso de: pesquisa + pesquisa avançada + nível nd1- fundo/coleção e nd 4 e 5 – dossiê e item + entidades + arquivo nacional + especificação do conteúdo, com adoção dos termos mulher, feminino e ditadura.

Da mesma forma, utilizou-se outra estratégia para identificar fundos arquivísticos com títulos relacionados aos temas da pesquisa. No Memórias Reveladas, navegou-se com o *link* pesquisas + multinível + entidades + Arquivo Nacional + filtros + ordem alfabética e leitura dos títulos dos referidos fundos. Os resultados obtidos desses dados levantados estão apresentados na seção 6, que trata da análise e discussão dos mesmos.

O estudo adotou como metodologia de análise dos dados da pesquisa a Análise de Conteúdo - AC, com base em Laurence Bardin. A pretensão com esse tipo de análise é atingir o objetivo específico d. De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo versa sobre:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 48).

A análise de conteúdo está organizada em três etapas: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2011, p. 125). A pré-análise tem por objetivo organizar as ideias iniciais. É a fase em que se operacionaliza e se sistematiza os dados para a investigação.

Nessa primeira etapa ocorreu a leitura flutuante como atividade, a qual propiciou o contato com os estudos que seriam analisados, como os instrumentos de pesquisa dos arquivos e os itens documentais para a escolha do material. Uma vez definido o conjunto dos documentos que iriam compor o *corpus* de análise, foram observadas as regras da AC, propostas por Bardin (2011), que são:

- a) Exaustividade: uma vez definido o *corpus*, não se pode deixar de fora nenhum dos elementos;
- b) Representatividade: pode-se fazer uma amostra, desde que ela seja representativa do universo inicial;
- c) Homogeneidade: os documentos selecionados devem obedecer aos mesmos critérios de escolha;
- d) Pertinência: os documentos selecionados devem ser adequados enquanto fontes de informação.

Com essas indicações propostas por Bardin, o estudo definiu a amostra para a pesquisa. Ela foi composta por quatro instrumentos de pesquisa arquivísticos e uma obra de referência dos arquivos da pesquisa citados anteriormente:

- 1- Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual;
- 2- Sistema de Informações do Arquivo Nacional;
- 3- Base de Dados Memórias Reveladas.
- 4- Catálogo de Documentos Históricos do Arquivo do Senado Federal – 1822 a 1992;
- 5- Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004<sup>1</sup>.

O estudo definiu dois *corpora* para serem submetidos à Análise de Conteúdo. O primeiro *corpus* foi composto por 21 fundos que atendem às condições da AC e do quadro temático da pesquisa. Tais fundos, em sua maioria, estão descritos nos instrumentos de pesquisa Guia África, base SIAN e Banco de Dados Memórias Reveladas.

---

<sup>1</sup> O livro Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004, apesar de não ser instrumento de pesquisa arquivístico, foi adotado na pesquisa como instrumento de acesso à informação nos arquivos.

**Quadro 1: Fundos /coleções componentes do primeiro corpus**

Nºs	Códigos de referências	Títulos
1	1.1.2.20	Polícia da Corte
2	1.1.2.31	Decretos e leis
3	1.1.2.41	Juízo de Direito Da 1ª Vara Civil
4	1.1.2.43	Juízo de Direito Da 3ª Vara Civil
5	1.1.2.46	Juízo de Direito Da 8ª Vara Civil (Antiga 4ª Pretoria)
6	1.1.2.48	Juízo Municipal 1ª 2ª 3ª Varas
7	1.1.2.59	Supremo Tribunal de Justiça
8	1.1.2.61	Airde Martins Costa Marinho
9	BR RJANRIO PH	Correio da Manhã
10	BR RJANRIO Q0	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
11	BR RJANRIO PE	Campanha da Mulher pela Democracia
12	BR DFANBSB V8	Serviço Nacional de Informações
13	BR RJANRIO OL	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
14	BR RJANRIO TJ	Comba Marques Porto
15	BR DFANBSB HC	Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande (Paraíba)
16	BR RJANRIO FT	Anamaria Machado Guimarães
17	BR DFANBSB ZD	Divisão de Inteligência do Departamento da Polícia Federal
18	BR RJANRIO GL	Lúcia Velloso Maurício
19	BR RJANRIO CCN	Maria da Conceição da Costa Neves
20	CD	Câmara dos Deputados
21	SF	Senado Federal

Fonte: Elaboração própria baseada no levantamento de dados.

A partir de tais fundos, foi definido um segundo *corpus* composto pelo recorte de 19 textos de descrição dos itens documentais, os quais foram submetidos a Análise de Conteúdo e, posteriormente, comparados aos respectivos documentos, dos fundos Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Serviço Nacional de Informações e Campanha da Mulher pela Democracia. Os itens documentais estão contidos no Catálogo de Documentos

Históricos do Arquivo do Senado Federal – 1822 a 1992, na obra Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004, nas bases SIAN e Memórias Reveladas. Não foram analisados os documentos do Guia África por dificuldade na leitura dos documentos manuscritos.

**Quadro 2: Itens documentais componentes do segundo corpus**

Nºs	Código de referência	Documentos
1	Xxxxxxx	Projeto de Lei que declara extinta a Escravatura no Brasil
2	BR RJANRIO Q0. ADM, CPA.VFE, TXT.1, V.7, p.19	Carta Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas
3	BR RJANRIO Q0. ADM, CPA.VFE, TXT.1, V.1, p.7	Carta Deputado Miguel Calmon
4	BR RJANRIO Q0. ADM, CPA.VFE, TXT.1, V.7, p.3	Carta Senador Lopes Gonçalves
5	Xxxxxxx	Representação 47/1927
6	BR RJANRIO PE.0.0.102/1, p.1	Discurso pronunciado por D. Amélia Molina Bastos
7	BR RJANRIO PE.0.0. 102/2, p.5	Discurso da Sra. Cordelia de Sá Lessa
8	BR RJANRIO PE.0.0.8	Listas de sócias fundadoras CAMDE
9	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.AAA.65096216	Informe nº131
10	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.AAA.65096151	Informe nº 057/2/2/65
11	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.AAA.65097048	Acusação – SPI nº 24/2/65
12	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.AAA.69002407	Informe nº 200/SNI/ASP
13	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.CCC.68021572	Informe nº 1900/SNI/ARJ/SC3
14	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.AAA.69001853	Informe nº 300/SNI/ABSB/1969
15	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.AAA.69003592	Atividades subversivas
16	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.CCC.79000082	Informe nº 003/116/ARJ/79
17	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.CCC.78004782	Informação nº 0693/CISA-RJ
18	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.CCC.	Memo nº 0918/GAB/SNI

Nºs	Código de referência	Documentos
19	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.CCC.75002459	Informe nº 028/16/75/ARJ/SNI

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados levantados.

A pesquisa adotou o critério semântico para a categorização dos textos analisados. A escolha das categorias de temas foi baseada no quadro temático da pesquisa, ficando assim nomeadas: abolição da escravatura, voto feminino e ditadura militar. Cabe destacar as observações de Franco (2008) sobre o fato de que a questão temática incorpora aspecto pessoal e envolve não somente questões racionais, mas também ideológicas, afetivas e emocionais. Além disso, para Franco (2008), o tema é indispensável aos estudos sobre as representações sociais.

Na categoria abolição da escravatura, definiu-se como unidade de registro ou unidade de codificação os seguintes termos: mulher, escrava, escravatura, abolição. Para a categoria voto feminino, escolheu-se: sufragistas, feminino, feministas, conquista do voto feminino. Para a categoria ditadura militar, decidiu-se por: comunista, repressão, participação feminina em movimentos, anistia. A escolha dos referidos termos foi baseada nas descrições dos fundos e teve o objetivo de fazer a combinação, o compartilhamento e o inter-relacionamento entre eles, possibilitando análises e interpretações mais amplas. Para tanto, levou-se em conta as variadas instâncias de sentido e de significados implícitos nos textos dos documentos (FRANCO, 2008).

De acordo com Bardin (2011, p. 46), qualquer termo pode ser utilizado. O fundamento da AC consiste na articulação entre “a superfície dos textos, descrita e analisada (pelo menos alguns elementos característicos); e os fatores que determinaram estas características, deduzidos logicamente”. Bardin esclarece que:

[...] o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise conscientemente ou não é a correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados (BARDIN, 2011, p. 47).

Foram também definidas as unidades de contextos, de forma a contribuir para a caracterização das unidades de registros. As unidades de contextos favorecem a compreensão das unidades de registros e consistem em um segmento da mensagem, como um parágrafo para o tema (BARDIN, 2011).

Dessa forma, a AC admite a adoção de técnicas parciais e complementares para especificar a “explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação [...]” (BARDIN, 2011, p. 49). Em outras palavras, a AC indica a condensação dos dados para construir as análises, as inferências e as interpretações.

### 1.5.1 Estrutura da tese

A estrutura desta tese é composta por oito seções, que são: Introdução; Revisão de Literatura; Referencial teórico; A escrita e o patriarcado: elemento comum dos arquivos e mulheres; A mulher na História brasileira; Desvendando o véu da opacidade da representação da mulher nos arquivos – resultados e análise dos dados; Considerações finais; e Recomendações. Esta seção, que é a Introdução do trabalho, aborda a contextualização do problema de pesquisa, o problema propriamente dito, a hipótese que responde ao problema, o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa e a metodologia.

A seção “Revisão de Literatura” apresenta os estudos de autoras e autores em temas relacionados aos assuntos da pesquisa. A seção se desdobra nos arquivos e na relação destes com a memória. Discorre-se também sobre a representação da informação nos arquivos, por meio da classificação e da descrição.

Na seção “Referencial Teórico” recorre-se aos autores e autoras que possuem estudos e reflexões sobre os arquivos e representação da informação nessas instituições. São apresentados os conceitos que dão sustentação à pesquisa.

Na seção “A escrita e o patriarcado: elemento comum dos arquivos e mulheres” descreve-se um contexto histórico do patriarcado e do seu papel para os arquivos, como também para as mulheres. Ressalta-se a influência do patriarcado no contexto social de produção, acumulação e conservação documental, bem como a repercussão desse modelo social em relação à participação da mulher na sociedade de forma subordinada. Abordam-se as reflexões desenvolvidas sobre como a mulher passou a questionar e a reivindicar alteração do seu *status quo* na sociedade. Identifica-se um contexto histórico sobre o feminismo e suas principais

reivindicações para as mulheres, destacando as alterações do seu papel na sociedade e da sua representação nos arquivos.

Na seção “A mulher na História brasileira” apresentam-se estudos, de forma panorâmica, sobre a participação da mulher em alguns acontecimentos relevantes do país. São eles: Escravatura e Abolição do Trabalho Escravo; Campanha pelo direito ao voto da mulher no Brasil; e Regime Militar de 1964 a 1985.

A seção “Desvendando o véu da opacidade da representação da mulher nos arquivos – resultado e análise dos dados” trata dos resultados provenientes dos dados empíricos levantados na pesquisa. Além disso, é feita a análise dos resultados.

A seção “Considerações Finais” aborda as conclusões da pesquisa.

A seção “Recomendações” indica algumas investigações como desdobramento do presente estudo a respeito da temática.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Na presente seção serão apresentados os estudos de autores e autoras nos quais a produção intelectual está relacionada aos assuntos de interesse desta pesquisa. O estudo buscou o embasamento teórico de conceitos que dão suporte à presente pesquisa.

### 2.1 Os arquivos e a memória

A palavra arquivo deriva do termo *archeion*, de origem grega (CRUZ MUNDET, 2012; SCHELLENBERG, 2002; SILVA et al., 1999). Ele existe desde o uso da escrita nas relações sociais. Dessa forma, o início da história dos arquivos está ligado à história da escrita e da difusão do seu uso (CRUZ MUNDET, 2012; SILVA et al., 1999). Eles foram criados inicialmente para dar suporte administrativo e jurídico aos produtores documentais. Evans (1998, p. 15) destaca que “As necessidades do comércio, mais do que as dos contadores de história, dos filósofos ou dos educadores, levaram à invenção da escrita e da sua utilização para criar documentos de arquivo”.

Para Samuel Muller, Johan Adriaan Feith e Robert Fruim, autores do clássico da Arquivologia, o Manual dos Holandeses, de 1898, o arquivo é “um todo orgânico, um organismo vivo, que cresce, se forma e sofre transformações segundo regras fixas” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVÍSTAS HOLANDESES, 1973, p. 18). O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística conceitua arquivo com quatro significados:

- 1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte.
- 2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos.
- 3 Instalações onde funcionam arquivo.
- 4 Móvel destinado à guarda de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

Segundo Duranti (1994, p. 6), “Através dos milênios, os arquivos têm representado, alternada e cumulativamente os arsenais da administração, do direito, da história, da cultura e da informação”. Com opinião parecida, Richard Cox (2003) afirma que os arquivos proporcionam identidade social e segurança, assim como a prova de que o passado aconteceu. Da mesma maneira, Cox (2003) reconhece que os arquivos possuem papel de apoio à administração, à história e à preservação da memória. Herrera (2007, p. 43) ressalta que “De todas las instituciones relacionadas con el Patrimonio histórico, el Archivo es la más antigua, aunque no la más reconocida ni la más estimada”.

Segundo Delmas (2010), arquivos são produtos de toda sociedade organizada. O seu papel acompanhou a evolução da sua múltipla utilização. Nesse sentido, o mesmo autor reagrupa os arquivos em quatro utilidades consideradas fundamentais:

Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica e de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social (DELMAS, 2010, p. 21).

Considerando essa afirmação, Delmas (2010) ainda chama atenção para o fato de que essas utilidades sofreram alterações nas diversas épocas. Para o mesmo autor, na Idade Média, a utilidade de prova dos direitos era o motivo pelo qual se conservavam os documentos, ao mesmo tempo em que a “[...] memória ia se desenvolvendo. No Renascimento, aparece a função de compreender, que se desenvolverá continuamente enquanto a de identificar-se foi impulsionada, [...] só na época contemporânea” (DELMAS, 2010, p. 21)

Na opinião de Schwartz e Cook (2004), a memória e a história têm raízes nos arquivos. Na opinião deles, essas instituições também combatem as perdas do conhecimento das realizações, do orgulho do passado compartilhado. Eles são também a evidência do que se passou. Assim, os autores afirmam que “[...] arquivos é a fundação restante do entendimento histórico [...]. Arquivos são nossas memórias” (SCHWARTZ; COOK, 2004, p. 27). Nesse sentido, Perrot (2005) destaca:

[...] longe de ser fruto do acaso, a constituição do Arquivo, da mesma forma que a constituição ainda mais sutil da Memória, é resultado de uma sedimentação seletiva produzida pelas relações de força e pelos sistemas de valor (PERROT, 2005, p. 14).

Existe uma estreita conexão entre os arquivos e a memória (NORA, 1993). Os arquivos são compreendidos, na acepção consagrada por Pierre Nora (1993), como instituições de memória, já a memória coletiva, para Le Goff (1990), se refere a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. O documento é o fundamento do fato histórico, um testemunho escrito; e o monumento é “[...] tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos” (LE GOFF, 1990, p. 535).

De acordo com Hedstrom (2016), a memória coletiva é a representação do passado que grupos e comunidades criam das suas origens, valores e experiências compartilhadas. Ou seja, é uma construção social. Para a autora, “É um problema particularmente relevante para os arquivistas, porque pode lançar luz sobre como as fontes arquivísticas podem atuar na construção da memória social” (HEDSTROM, 2016, p. 241).

Para Pollak (1989), a memória é seletiva, em razão de que nem tudo pode ficar gravado ou registrado. Por esse motivo, ocorre um enquadramento da memória que é alimentado pelo material fornecido pela história. Pierre Nora (1993) ressalta que a memória está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações, vulnerável a todos os usos e manipulações.

Colombo (1991) assinala a estreita relação entre arquivo e esquecimento. Para ele, o motivo da organização e da racionalização do arquivo ocorre para suprir o extravio dos documentos e a perda da lembrança. De acordo com Colombo (1991), o processo de exteriorização das lembranças consiste na característica da memória contemporânea, seja no nível do arquivamento social ou do arquivamento privado. Nesse sentido, confiar a própria memória às lembranças exteriorizadas significa confiar nos bancos de dados, apesar de ser somente um usuário, e nos sistemas pessoais de memória (COLOMBO, 1991).

Orlandi (2013), por sua vez, destaca que entender o modo como os discursos funcionam consiste em colocar na encruzilhada do jogo duplo da memória. São eles: “o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro” (ORLANDI, 2013, p. 10).

Jardim (1995) destaca que a memória está associada a diversos termos: resgate, preservação, conservação, registro e seleção, entre outros. A memória, para ele, parece um dado a ser arqueologizado e não somente um processo e uma construção social. Na opinião de Jardim (1995),

Esta memória arqueologizável é frequentemente identificada sob a noção de patrimônio documental arquivístico. Composto por acervos mediante critérios teóricos e políticos pouco explicitados, os arquivos públicos, geralmente, promovem a monumentalização dos seus documentos privilegiando ações diversas. É o caso, por exemplo, do favorecimento da recuperação e divulgação de determinadas informações em detrimento de outras. Tende-se a produzir detalhados instrumentos de recuperação de informações sobre um pequeno segmento do acervo em detrimento de um controle intelectual global sobre o conjunto dos fundos documentais. Além disso, tais instrumentos apresentam-se com frequência pouco amigáveis aos usuários da informação [...] (JARDIM, 1995, p. 8).

Em sua tese de doutoramento, Oliveira (2010) levantava a preocupação sobre a não explicitação da concepção de memória pelo conhecimento arquivístico sistematizado, “apesar da afirmação dos arquivos como componentes da memória de uma coletividade” (OLIVEIRA, 2010, p. 14). Ainda, para a mesma autora, a não clareza desse conceito resulta na ignorância de questões relacionadas à reconstrução da memória social por meio dos registros e pelos aspectos políticos e ideológicos da preservação dos acervos (OLIVEIRA, 2010).

Os arquivos são vistos como fontes de conhecimento para a sociedade. Nessa perspectiva, Cook (1998, p. 21) destaca que “[...] os arquivos são criados para ajudar a sociedade a lembrar-se de seu passado, de suas raízes, de sua história, que, por definição, combina o público e o pessoal”. Em opinião semelhante, Delmas (2010) pontua que os documentos de arquivo são resultado de uma ação passada, de organismos ou indivíduos, que são conservados para as necessidades do futuro. Para o autor, os arquivos proporcionam identificação e conhecimento sobre as mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais, profissionais e familiares que ocorrem na sociedade. Logo, os arquivos como instituições de memória possibilitam a preservação e o acesso aos registros documentais como prova e testemunho sobre o passado para a sociedade.

### 2.1.1 A “verdade” dos documentos de arquivo

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, documento consiste em “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73). Inspirado na Lei de Destinação dos Documentos Americana, de 7 de julho de 1943, documentos arquivísticos para Schellenberg (2002) são:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores, como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados nele contidos (SCHELLENBERG, 2002, p. 41).

Schellenberg (2002) adota um entendimento amplo para entidade, o mesmo atribuído às igrejas, firmas comerciais, associações, ligas, famílias e indivíduos. O documento, para ser de arquivo, deve ser produzido ou acumulado para atingir determinado objetivo e possuir valor para outros fins, além daquele para o qual foi produzido ou acumulado inicialmente. Além disso, na opinião de Schellenberg (2002), os documentos são o resultado de uma atividade organizada regular, seja privada ou não.

Os documentos de arquivos normalmente são preservados por razões administrativas e legais, pois comprovam direitos, deveres, contratos, testamentos, tratados, testemunhos, entre outros. Na opinião de Delmas (2010), “a necessidade de prova frente à justiça foi, na sociedade ocidental, a primeira razão da conservação de longa duração de determinados documentos escritos: diplomas merovíngios e carolíngios, atos, títulos, etc.” (DELMAS, 2010, p. 21). Para Le Goff (1990), o termo *documentum*, derivado de *docere*, que significa ensinar, evoluiu para prova. Depois se afirmou como testemunho escrito.

Da Antiguidade até a Revolução Francesa, os documentos eram utilizados para servir de prova no sentido jurídico. Depois disso, o uso foi ampliado para o histórico e cultural. Cruz Mundet (2012) destaca que, em qualquer período da história, os documentos de arquivos tinham uma dupla utilidade, a administrativa e a

jurídica. O documento escrito também passou a se estabelecer como um valor probatório para a sociedade a partir do direito romano. Depois, na Idade Média, por influência do direito germânico, foram introduzidos os procedimentos orais e a prova testemunhal junto com a prova do documento escrito (CRUZ MUNDET, 2012).

Cruz Mundet (2012) ainda acrescenta que, para substituir a noção de arquivo público, houve uma ação para conferir autenticidade aos documentos. Para tanto, os documentos precisavam cumprir certas formalidades diplomáticas, tanto em relação à redação quanto à própria autoridade de procedência que havia expedido o documento. Assim, a necessidade de autenticar atos privados foi um importante componente para conceder a atribuição notarial como depositário da fé pública, que atribuía autenticidade aos documentos no âmbito do direito privado, processual, administrativo e comercial.

De acordo com Duranti (1994), os documentos de arquivo são subprodutos das atividades das pessoas ou instituições. Eles representam um conhecimento único em razão de serem gerados ou recebidos no desenvolvimento das atividades de seus produtores. Por isso, são “provas primordiais para as suposições ou conclusões [...]” (DURANTI, 1994, p. 2). Então,

Essa capacidade dos registros documentais de capturar os fatos, suas causas e consequências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos deriva da relação especial entre os documentos e a atividade da qual eles resultam, relação essa que é plenamente explorada no nível teórico pela Diplomática e no nível prático por numerosas leis nacionais (DURANTI, 1994, p. 2).

Duranti (1994) afirma que as características dos documentos de arquivo são: imparcialidade; autenticidade; naturalidade; inter-relacionamento e unicidade. A imparcialidade está relacionada à opinião defendida por Duranti, de que “Os registros são inerentemente verdadeiros, [...]” (DURANTI, 1994, p. 2). Isso ocorre em razão de que a sua produção acontece em decorrência das atividades. Para Duranti (1994, p. 2), os documentos “[...] trazem uma promessa de fidelidade aos fatos e ações que manifestam [...], eles também ameaçam revelar fatos e atos que alguns interesses não gostariam de ser revelados”. Entretanto, a compreensão da verdade extraída dos documentos vai depender do contexto de criação deles e do ambiente cultural da sociedade.

A autenticidade, segundo Duranti (1994, p. 3), “está vinculada ao *continuum* da criação, manutenção e custódia”, e a naturalidade faz referência ao modo como

os documentos foram acumulados no desenvolvimento das atividades. Também, para Duranti (1994), o inter-relacionamento corresponde às relações estabelecidas entre os documentos, e a unicidade consiste no fato de que cada documento assume um lugar único na estrutura documental a qual pertence.

Essas características possibilitam a análise dos documentos, com condições de compreender o passado. Duranti (1994) chama atenção para os dois pressupostos dos documentos. São eles: “1) que os registros documentais atestam ações e transações, e 2) que sua veracidade depende das circunstâncias de sua criação e preservação” (DURANTI, 1994, p. 2).

A natureza da prova documental tanto é importante para o direito como para a história enquanto reconstrução do passado. Entretanto, “O passado é essencialmente não verificável e só pode ser descoberto por dedução” (DURANTI, 1994, p. 2). Duranti (1994) destaca que os documentos, para serem usados como prova dos fatos e ações, devem se subordinar às regras da melhor prova, da autenticação e da garantia da fidedignidade. Dessa forma, os documentos, sendo imparciais em relação à criação, autênticos devido ao cumprimento dos procedimentos, e inter-relacionados no que tange ao conteúdo, estão aptos a servir de prova documental.

Em opinião semelhante à de Duranti, Camargo (2003) afirma o reconhecimento de que o conhecimento histórico precisa ser entendido como uma construção não retira dos documentos sua qualidade relativa de ser “especular”, o que os distingue e proporciona o reconhecimento dos acontecimentos ou das ações que lhes são correspondentes. Portanto, são relevantes para a reconstituição das realidades do passado (CAMARGO, 2003).

Rabello e Rodrigues (2014) identificam três sentidos nos documentos relacionados como prova documental ao considerar o estudo do “movimento” dos *Annales* ou “história nova”. Os três sentidos são: o primeiro consiste no “aprisionamento da palavra”, que, para eles, tem a prerrogativa de significar o registro em suporte e um critério de legitimidade no lugar de guarda; o segundo é a “representação da realidade”, que versa sobre a concepção de que a realidade social pode ser representada; e o último aborda a “legitimação do discurso”, que trata do limite da representação para além da palavra registrada em um documento.

Em texto sobre o caso Herzog<sup>2</sup>, no qual se busca problematizar a noção de verdade e de autoridade dos arquivos, Rodrigues (2007), inspirada em Foucault e Derrida, como também nas opiniões defendidas por Duranti sobre os motivos que dão confiabilidade ao documento de arquivo, observa que a autoridade do arquivo não comporta necessariamente a verdade. Apesar de ocorrer o cumprimento da forma documental requerida aos arquivos, tais como o contexto jurídico e político, e a instituição produtora do documento estar de acordo, os documentos como portadores de veracidade podem ser ajustados conforme a causa política. Logo, “A verdade do arquivo não é absoluta” (RODRIGUES, 2007, p. 233)

Na opinião de Schwartz e Cook (2004), os registros que merecem fazer parte dos arquivos da sociedade têm sido justificados pelos conceitos de verdade, autoridade, ordem, evidência e valor. O pensamento tradicional arquivístico apresenta a crença de que os arquivos são guardiões da verdade, para a qual os documentos evidenciam os atos do passado e dos fatos históricos (SCHWARTZ; COOK, 2004). Entretanto, os arquivos são originários das necessidades de informações e dos valores sociais dos governantes, negócios e indivíduos. Os arquivos tornam-se um reflexo e uma justificação da sociedade que os produziu, demonstrando dessa forma que são socialmente construídos.

Um documento não é somente portador de conteúdo histórico, mas também é produto das necessidades de seus produtores e dos propósitos de sua criação. Portanto, os documentos precisam se sujeitar a um “processo de interpretação crítica contínua” (SCHWARTZ; COOK, 2004, p. 21).

Le Goff (1990) alerta para o fato de que o documento não é qualquer coisa que fica no passado, mas é resultado da produção da sociedade, em comum acordo com as relações das forças de poder. O que fica não é o conjunto do que existiu no passado, mas uma escolha das forças que atuam com os documentos (LE GOFF, 1990). O reservatório da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, consistem em ecos do trabalho histórico. Para Le Goff (1990), os documentos e os monumentos fazem parte da memória coletiva.

Le Goff (1990) defende a opinião de que o testemunho que o documento traz deve ser analisado e o seu aparente significado desmistificado.

---

<sup>2</sup> Vladimir Herzog foi um jornalista, preso pelos órgãos da repressão da Ditadura Militar, torturado e morto em outubro de 1975.

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente-determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento- verdade. Todo documento é mentira. [...] qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos- monumentos (LE GOFF, 1990, p. 548).

A desmontagem do documento-monumento não deve ser feita somente com uma única crítica histórica. Ela requer uma abordagem com outras perspectivas, como a econômica, a social, a jurídica, a política, a cultural e a espiritual, de forma que o documento seja considerado um instrumento de poder (LE GOFF, 1990). Le Goff (1990) chama atenção, ainda, para o entendimento de que a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades, das classes dominantes e dominadas. Os documentos e os monumentos fazem parte da memória coletiva.

### 2.1.2 Os arquivos como espaço de memória

Os arquivos, desde os primórdios, tinham também o atributo de testemunho. Segundo Gagnon-Arguin (1998), os arquivos foram, de forma sucessiva, símbolo de autoridade, credibilidade e de poder. Em outras palavras, os arquivos são fontes privilegiadas sobre pessoas ou organizações, como também mostram o conteúdo das nossas raízes (GAGNON-ARGUIN, 1998). Na opinião de Evans (1998), os arquivos

[...] testemunham políticas, decisões, procedimentos, funções, atividades e transações das instituições. Em virtude do seu carácter oficial e do seu estatuto jurídico, eles representam as fontes de informação mais seguras e mais completas relativas às instituições e ao seu papel na sociedade. Os arquivos das administrações públicas testemunham a experiência coletiva e muitas vezes a memória coletiva da comunidade nacional, constituindo assim uma componente fundamental da herança cultural (EVANS, 1998, p. 16).

Na Antiguidade, os testemunhos arquivísticos eram associados à noção de tesouro ou santuário e eram guardados nos palácios e nos templos (SILVA et al., 1999). Na Grécia, o arquivo estava instituído no templo de *Cybele*, o *Métroon*, no

qual eram guardadas as leis, os processos do conselho, ou da assembleia dos cidadãos, as atas judiciais, as contas públicas, entre outras. Da mesma maneira, em Roma, o arquivo localizava-se no templo de Saturno (ALBERCH-FUGUERAS, 2013; CRUZ MUNDET, 2012; SILVA et al., 1999).

Esses arquivos tinham como característica o estabelecimento de um valor probatório e legal, além de conferir autenticidade aos registros para uso jurídico e administrativo. Como confirmação dessas observações, segundo Silva et al. (1999), há pouco tempo, em descobertas arqueológicas, foi encontrada no Palácio de Ebla, na Síria, uma estrutura funcional de arquivos, em suporte de tabuinhas de argila, com indicativo de avançado nível de organização.

Os arquivos estavam nessas instituições em razão da importância de seus documentos para o poder vigente. O fato de eles estarem armazenados no templo ou palácio já aferia credibilidade ao registro. Segundo Cruz Mundet (2012), os documentos públicos ou privados que estivessem custodiados pelo *Métroon* já adquiriam valor de autenticidade, pois estavam em lugar considerado sagrado. Então, fica perceptível que, desde essas primeiras civilizações, os arquivos nos templos conferiam credibilidade aos documentos como prova e evidência dos atos.

No arquivo permanente<sup>3</sup> ou histórico são preservados os acervos de forma definitiva em razão de sua importância para a sociedade, como testemunho do passado. Segundo Belloto (2006), nele estão documentados os direitos e deveres tanto do Estado para com os cidadãos quanto dos cidadãos para com o Estado, como prova e testemunho. Dessa forma, tornou-se possível identificar e explicar as relações existentes entre eles (BELLOTO, 2006).

A decisão de qual registro será preservado ocorre por meio da avaliação de documentos, desenvolvida como procedimento intelectual e operacional na gestão documental, pelo arquivista. A avaliação de documentos utiliza critérios de valor, seja o primário ou o secundário, para a definição da guarda ou eliminação dos registros. O valor primário parte do entendimento de que os documentos são criados para cumprir os objetivos dos seus produtores. O valor secundário refere-se aos documentos que são de outros interesses. A análise dessa distinção se dá em relação a dois aspectos: a prova da organização e do seu funcionamento; e a

---

<sup>3</sup> Arquivo permanente consiste em: "Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34).

informação sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições, etc., na relação institucional ou da pessoa.

Depois, uma pequena parcela desses documentos, julgados de valor secundário, é recolhida para o arquivo permanente como parte do patrimônio documental e da memória social. Com a adoção dos valores documentais, o arquivista escolhe o que fica para a lembrança e o que deverá ser tirado da memória. Nascimento (2015) julga relevante que a subjetividade inerente ao processo de realização de escolha do arquivista pode privilegiar a construção de um acervo com um determinado olhar. Então, “A partir dessa representação serão construídas novas memórias” (NASCIMENTO, 2015, p. 76).

Segundo Hedstrom (2016), os arquivistas influenciam enormemente a seleção dos documentos que estarão disponíveis para o estudo do passado. Nesse contexto, Eastwood (2016) destaca que:

No mundo todo, os arquivistas sofreram com o problema de articular meios sistemáticos de eliminação e de recolhimento de documentos que ajudassem a identificar aqueles com valor permanente e que, portanto, teriam como atender as diversas demandas da sociedade por acesso ao registro de seu passado (EASTWOOD, 2016, p. 30).

Schwartz e Cook (2004) alertam que os arquivos como instituições estão relacionados com a manutenção do poder, seja do Estado, da igreja, da corporação, da família, do público ou indivíduo pelo controle ocasionado no presente; por aquilo que será conhecido do passado; e pelo que será lembrado ou esquecido. Por isso, Cook (1998) chama atenção para o olhar holístico que o arquivista deve desenvolver ao desempenhar algumas funções arquivísticas.

Os pós-modernistas vêm explicitamente os arquivos como fragmentos de universos de documentos agora perdidos ou destruídos. Encaram os próprios documentos como espelhos distorcidos que alteram os fatos e realidades passadas, mas, ironicamente, consideram que servem como “sinais... dentro de contextos já semioticamente construídos, contextos que são, eles mesmos, dependentes de instituições (no caso de registros oficiais) ou indivíduos (se forem relatos de testemunhas oculares)” (COOK, 1998, p. 140).

Cook destaca que os pós-modernistas têm o entendimento que “[...] todos os atos de recordação da sociedade são subordinados à cultura e têm implicações ligadas ao seu tempo” (COOK, 1998, p. 141). Nesse sentido, o autor esclarece que os arquivistas já manifestam preocupação com a contextualidade no mapeamento

das inter-relações de proveniência entre criador e documento. Para Cook (1998), os arquivistas deveriam interrogar cinco mitos tradicionais da sua profissão, que são:

1) o de que os arquivistas são guardiões neutros imparciais da “Verdade”, [...]; 2) o de que os arquivos, como documentos e como instituições, são subprodutos desinteressados das ações e administrações; 3) o de que a proveniência tem raízes em um único órgão de origem ou transmissão, em vez de em um processo de criação; 4) o de que a “ordem” imposta aos arquivos por meio do arranjo e descrição arquivísticos – para não falarmos da avaliação! – é uma recriação isenta de valores de alguma realidade genuína anterior; e 5) o de que a arquivística é uma ciência – pelo menos uma “ciência” como esse termo é tradicionalmente concebido e utilizado pelos arquivistas, produto da idade do racionalismo científico (COOK, 1998, p. 141).

Macneil (2016) pontua que as discussões contemporâneas conectam os objetivos e o papel dos arquivos com as necessidades e interesses sociais de forma mais ampla, envolvendo a responsabilidade, a identidade, a inclusão e a justiça social. Isso ocorre para além das razões iniciais, como o atendimento “[...] aos interesses do direito, da administração e da história” (MACNEIL, 2016, p. 8). A ideia de arquivo como “arsenal para responsabilidade” e “lugar de memória coletiva” faz com que ele seja visto com uma dimensão mais ampliada (MACNEIL, 2016).

Apesar das observações críticas em relação aos arquivos e documentos, Cook (1998), em artigo produzido no final do século XX, defendeu a opinião de que os “arquivos são templos modernos da memória”, que se conduzem como monumentos às pessoas e instituições merecedoras de serem lembradas. No entanto, ao mesmo tempo, o autor adverte que aqueles julgados não merecedores dessa lembrança são relegados ao esquecimento da história e da consciência social. Assim, os arquivos como espaço de memória devem ter nos seus acervos registros que proporcionem um entendimento sobre as instituições e a sociedade.

## **2.2 A representação da informação**

Representação é uma palavra polissêmica, com diferentes acepções e usos. Tal vocábulo tem sido discutido desde antes do século XVII e é pesquisado por diferentes disciplinas, além de ser um termo muitas vezes controverso (YEO, 2008).

No sentido de representação documentária, pode ser percebida como a descrição que identifica materialmente os documentos; o processo, tal como a condensação de conteúdos de textos; e o produto, como os índices e resumos (KOBASHI, 1996). No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Cunha e Cavalcanti (2008) entendem a representação como a maneira que as pessoas armazenam informações recebidas do ambiente, com a manutenção da sua estrutura original. Nos arquivos, a representação está relacionada à classificação e à descrição arquivística (YEO, 2008).

De acordo com Foucault (2007, p. 88), a representação está associada ao signo que o liga àquilo que significa. Nessa perspectiva, destaca que “É preciso que ele represente, mas que essa representação, por sua vez, se ache representada nele”. Foucault (2007, p. 99) argumenta que, ao se tratar de representações de natureza complexa, dadas na experiência, “[...] é necessário constituir uma *taxinomia* e, para tanto, instaurar um sistema de signos”.

Os signos que o pensamento estabelece consistem em uma álgebra das representações complexas. A álgebra confere inversamente signos às naturezas simples. Foucault (2007, p. 101) observa que a “*taxinomia*” sugere “[...] um certo *continuum* das coisas e uma certa potência de imaginação. [...] a *taxinomia* trata das identidades e das diferenças; é a ciência das articulações e das classes; é o saber dos seres”. A *taxinomia* define a lei geral dos seres e também as condições nas quais seja possível conhecê-los.

Foucault (2007) chama atenção para a existência de um desequilíbrio na representação. Ele afirma que há homogeneidade e coerência na linguagem, nas ordens naturais e nas riquezas em razão do comando da representação. Nesse sentido, para Foucault (2007, p. 289), “A linguagem não é senão a representação das palavras; a natureza não é senão a representação dos seres; a necessidade não é senão a representação das necessidades”. No entanto, isso não ocorre com a ordenação de outros casos, pois “O espírito obscuro mais obstinado de um povo que fala, a violência e o esforço incessante da vida, a força surda das necessidades escaparão ao modo de ser da representação” (FOUCAULT, 2007, p. 289).

A *taxinomia* permite a classificação dos objetos, dos seres vivos e dos documentos com a finalidade de recuperação da informação. A partir dessas análises de Foucault, infere-se que exista um campo de subjetividades nessa representação. Apesar disso, a *taxinomia* busca formar categorias gerais, coletar e

representar os conceitos por meio de termos. Ademais, procura agilizar a comunicação e encontrar consenso e controle na diversidade de significados, bem como intenta a construção de relacionamento semântico entre os termos, por meio de relações hierárquicas, equivalência e associação; e, ainda, oferece mapa da área para guia em processos de conhecimento (BRASCHER; CARLAN, 2010).

Araújo Júnior et al. (2015) sugerem que a taxonomia seja utilizada conjuntamente com o plano de classificação e com o código de classificação de documentos no contexto de organização e gestão da informação. O intuito é criar pontos de acesso adicionais para a recuperação dos documentos, o que talvez possa ser utilizado também nos arranjos para os arquivos permanentes. A sugestão de Araújo Júnior et al. (2015, p.63) destina-se a complementar a classificação nas dimensões: “Classificação do documento na perspectiva das áreas funcionais da organização; e Classificação na perspectiva dos temas de que tratam os documentos utilizando o protocolo de indexação a ser definido em uma política específica”. A seleção dos descritores das taxonomias, tanto para a classificação quanto para a descrição, “[...] deve ser combinada com os diferentes níveis de termos, desde que seja preservada a unidade temática combinada com o código de classificação [...]” (ARAÚJO JÚNIOR et al., 2015, p. 64).

Kobashi (2007) destaca que o conhecimento e às suas representações são manifestados na linguagem. O vocabulário de uma língua, por sua vez, se compõe de subconjuntos estruturados de campos. Nesse sentido, esses campos de conhecimento se expressam por termos, unidades com significados especializados. Essas unidades são termos cujos sentidos vêm do sistema que eles pertencem. As relações entre esses termos são determinadas por um sistema nocional ou campo conceitual.

Nessa perspectiva, Kobashi (2007) defende a opinião de que pode ser desejável o estabelecimento de princípios e métodos com o objetivo de manter a estabilidade e a qualidade dos sistemas representacionais de informação, já que são compostos por substitutos. A autora justifica que as representações são expressas pela linguagem, por isso podem ser abordadas de forma distinta, de acordo com as perspectivas políticas, ideológicas, teóricas e metodológicas. Por isso, reconhece-se que a informação participa de estruturas de significação diversa, o que ocasiona reflexão sobre os métodos adotados na elaboração de linguagens que envolvem diferentes contextos e públicos.

Buckland (1991), ao abordar a informação-como-coisa, com atributo de dados, textos, documentos, objetos, conhecimento registrado e descrito ou representado, admite a possibilidade de sua ocorrência nos sistemas de armazenamento e recuperação da informação. Nessa perspectiva, a informação é utilizável ou não depende de julgamentos subjetivos, de consensos, inclusive para fazer representações. Logo, quando ocorre “[...] consenso de julgamento, o consenso é muitas vezes tão forte que o status dos objetos, especialmente documentos, tornam a informação inquestionável [...]” (BUCKLAND, 1991, p. 357, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Muitas informações têm sido processadas, codificadas, interpretadas, resumidas ou transformadas. Buckland (1991) apresenta as características das representações, que são:

- (1) Toda representação possivelmente é mais ou menos incompleta em alguns aspectos. [...]. Há sempre uma distorção, uma inexatidão.
- (2) representações são construídas por conveniência, [...].
- (3) Por causa da questão da conveniência, representações são normalmente substituições do evento ou do objeto do texto, de um texto a outro, ou de objetos e textos a dados. [...]
- (4) Detalhes adicionais relacionam-se ao objeto, mas não às evidências que podem ser próximas às representações, tanto para informar quanto para informar mal.
- (5) representações podem ser repetidas indefinidamente. [...]
- (6) Por razões práticas representações são usualmente (mas não necessariamente) mais breves ou diminutas que do que o que esteja sendo efetivamente representado, concentrando-se naquelas características mais significantes. [...] (BUCKLAND, 1991, p. 358, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Capurro e Hjørland (2007) entendem que a representação de um objeto deve ser feita de forma diversa, em bases de dados de assuntos diferentes. O objeto informativo deve responder de forma diferente conforme a necessidade de

---

<sup>4</sup> Where there is a consensus of judgement, the consensus is sometimes so strong the status of objects, especially documents, being information is unquestioned, [...]. (BUCKLAND, 1991, p. 357).

<sup>5</sup> (1) Every representation can be expected to be more or less incomplete in some regard. [...]. There is Always some distotion, even if only through incompleteness.

(2) Representations are made for convenience [...].

(3) Because of the quest for convenience, representations are normally a shift from evento or object to text, from one text to another text, or from objects and texts to data. [...]

(4) Additional details related to the object but not evidente from it might be added to the representation, either to inform or to misinform.

(5) Representation can continue indefinitely, there can be representations of representations of representations.[...]

(6) For pratical reasons representations are commonly (but not necessarily) briefer or smaller tan whatever is being represented, concentrating on the featres expected to be most significant.[...]. (BUCKLAND, 1991, p. 358).

informação do usuário. Para os autores, a recuperação de documentos ou de informação deve levar em conta as teorias sobre os problemas, as questões e os objetivos que a informação deverá suprir para tais campos específicos. Além disso, Capurro e Hjørland (2007) ressaltam que as representações em CI não são objetivas, já que as suposições teóricas, sociais e históricas, nas quais se baseiam as ações adotadas, não são especificadas completamente.

Os estudos em Ciência da Informação passaram a ser desenvolvidos a partir da preocupação com a dimensão social da informação. Araújo (2014a) destaca que agora ocorrem indagações sobre as dimensões ideológicas envolvidas nos processos de representação da informação, ainda que isso ocorra de forma incipiente.

Na opinião de Geoffrey Yeo (2008), a representação é uma palavra que pode apresentar o processo e seus produtos tanto na descrição quanto na classificação. No entanto, Yeo destaca que a representação nunca é perfeita, pois está sempre limitada pela natureza de qualquer sistema representacional adotado. Toda representação ocorre dentro dos sistemas representacionais e tais sistemas podem modelar propriedades convencionalmente. Além disso, a maneira como as relações são expressadas num sistema representacional faz com que elas sejam simbólicas, o que proporciona uma aproximação de complexidades nessas relações. Yeo (2008) exemplifica que os sistemas de registro da classificação e arranjo correspondem às relações sistemáticas do mundo, onde os documentos foram criados. No entanto, isso só ocorre de forma aproximada.

Yeo (2007) observa que, apesar das limitações da representação, ela é frequentemente utilizada para substituir os documentos originais. A representação também substitui coisas que estejam inacessíveis ou sejam de difícil acesso, bem como desempenha a função de atividades e eventos passados fora de qualquer alcance, tais como as transcrições e cópias de imagens, as quais são usadas em razão da não obtenção ou da inacessibilidade do original.

O propósito do sistema representacional é fornecer substituto. Yeo (2008) chama atenção para o fato de que os documentos são amplamente usados como substitutos para as atividades e eventos passados. Para Yeo (2008), existem três tipos de representação que o documento pode assumir, que são: 1) O documento é uma representação constante – entende-se a representação constante como a que

tem a capacidade de suportar para além das circunstâncias imediatas que levaram à sua criação; 2) O documento é uma representação constante das atividades ou ocorrências – nesse caso, os documentos podem representar coisas, como as funções, processos, incidentes e eventos; 3) O documento é uma representação constante das atividades ou ocorrências criadas por pessoas, vontades ou pessoas autorizadas.

Segundo Navarro (1995), os documentos de arquivos são capazes de conter muitas informações em qualquer tipo de suporte, por meio das mais variadas formas de representação: seja por seu valor informativo, para auxiliar a instituição produtora na tomada de decisão, seja para servir de elemento probatório ou jurídico, como ocorre na cultura, na ciência e na história. No geral, as características e as múltiplas funções do documento de arquivo determinam a especificidade do procedimento de tratamento documental e condicionam as técnicas de recuperação e de difusão das informações de arquivo.

De acordo com Yakel (2003), os sistemas de representação são manifestações da cultura, assim como a própria infraestrutura criada para dar suporte a essa cultura. Nesse entendimento, a estrutura de representação de processos descritivos criam demarcações aceitáveis de pensamento e discurso através da prática da representação arquivística. Yakel (2003) afirma que os processos de representação arquivística não são objetivos, nem transparentes. Em razão disso, o arquivista deve estar consciente das estruturas de criação das representações, bem como da sua construção social e do uso.

### 2.2.1 A classificação como função essencial para a descrição arquivística

A classificação consiste em uma operação que tem grande repercussão nos arquivos. Segundo Lopes (1997), a classificação produz uma primeira representação das informações arquivísticas. Além disso, de acordo com Schellenberg (2002, p. 83), “A classificação é básica à eficiente administração de documentos correntes. Todos os outros aspectos de um programa que vise ao controle de documentos dependem da classificação”. Antes, para atingir os objetivos de conservar os

documentos ordenados e acessíveis, era necessário que os documentos fossem bem classificados e arquivados (SCHELLENBERG, 2002).

Concordando com essa opinião, Lopes (1997) chama atenção para os procedimentos da classificação. De acordo com ele, “O arquivista deverá ter em mente que qualquer procedimento classificatório tem imensas repercussões sobre as demais atividades” (LOPES, 1997, p. 98).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística conceitua a classificação como: “1 Organização dos documentos de um arquivo (1) ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 49). Por outro lado, Sousa (2009, p. 85) afirma que a classificação serve “para identificar a ação intelectual de construir esquemas para agrupar os documentos a partir de princípios estabelecidos”.

Os fundamentos teóricos da classificação, de acordo com Sousa (2009), advêm da Filosofia e da Teoria da Classificação e indicam que a divisão de um conjunto de ideias ou objetos corresponde a um princípio da classificação. Essa divisão pode ocorrer quantas vezes sejam necessárias, mas deve-se usar um princípio de cada vez. Com base nessas áreas de estudo da classificação, Sousa (2009) elenca alguns princípios que podem ser aplicados ao processo da classificação arquivística:

- a classificação é uma representação da realidade e, como tal, uma aproximação [...];
- a classificação persegue um fim, um objetivo, uma finalidade. No caso dos arquivos, é a organização dos documentos;
- a classificação em arquivos presume um agente classificador, que é o arquivista;
- [...]
- a classificação em arquivos exerce-se sobre um conjunto finito de elementos: o arquivo de uma pessoa física ou jurídica. Ela provém de um único ponto de partida (conjunto inicial);
- [...]
- a Classificação em arquivos tem como resultado um produto: o instrumento de classificação (plano de classificação). E é nele que deverão estar representadas as equivalências e hierarquias. (SOUSA, 2009, p. 115).

Nos primórdios, a classificação era desenvolvida de forma diversa e intuitiva. A partir do século XIX, na classificação foram adotados os princípios de respeito aos fundos e à ordem original. Entretanto, Sousa (2009) comenta que a classificação foi instituída sem agregar as contribuições advindas da Filosofia e da Teoria da Classificação em suas concepções e fundamentos, ficando limitada ao princípio de

respeito aos fundos e à ordem original. Na visão do mesmo autor, isso parece pouco para a complexidade da classificação.

Na classificação são considerados três elementos principais, como: “a) a ação a que os documentos se referem; b) a estrutura do órgão que os produz; e c) o assunto dos documentos” (SCHELLENBERG, 2002, p. 84). A ação é compreendida como funções, atividades e atos. A função é usada assim como as responsabilidades dos órgãos são para atingir os objetivos para os quais foram criados. As responsabilidades são encontradas nas leis e nos regulamentos dos órgãos. Cada função pode ser dividida em diversas atividades ou série de ações desempenhadas para o desenvolvimento da ação final. As atividades podem ser divididas em operações ou atos específicos (SCHELLENBERG, 2002). Sendo assim, o método da classificação pode ser dividido em: funcional, organizacional e por assuntos.

Para Sousa (2009), a classificação divide-se em duas partes. A primeira é a intelectual, que abrange o processo mental de estabelecer classes, ordenação, como a disposição dos documentos nessas classes, e a codificação, compreendida como a estrutura hierárquica e lógica de operacionalização; a segunda é a parte física, que se refere ao arquivamento dos documentos, de acordo com a classificação estabelecida.

Na opinião de Sousa (2009), a codificação deve ser simples para facilitar a compreensão e operacionalização, ter flexibilidade e permitir a supressão ou adição de níveis de classificação. A codificação não deve ser um fator limitador do esquema de classificação. No plano de classificação (arquivo corrente) ou quadro de arranjo (arquivo permanente) ficam dispostos os níveis de classificação de forma hierarquizada e lógica das classes e subclasses.

Para elaborar o plano de classificação deve-se desenvolver um estudo do órgão produtor dos documentos. Ele deve espelhar, claramente, o conjunto de atividades do órgão produtor de arquivo. As classes do plano devem possibilitar a identificação do perfil do produtor e devem ser bem definidas, sem se sobrepor umas as outras (GONÇALVES, 1998). As classes também devem possuir nomes dos conteúdos informacionais, relativos às estruturas, às funções e às atividades das organizações produtoras dos documentos.

Belloto (2006) enumera as etapas preliminares para o desenvolvimento do arranjo, as quais podem ser as mesmas bases para o plano de classificação. São elas:

1. Levantamento da evolução institucional da entidade produtora dos documentos. Isto supõe toda a legislação que a cria e regulamentos; os procedimentos administrativos; as funções que exerce para que se cumpra o objetivo para o qual foi criada; os documentos produzidos, cuja tipologia é adequada às operações, atividades e funções que eles testemunham.
2. “Prospecção arqueológica” da documentação a arranjar. Essa identificação preliminar, ainda que superficial, é obrigatória. Isto porque, além de permitir a alienação de papéis que realmente não pertençam ao fundo, possibilita a percepção dos “vazios” em relação às funções institucionais apontadas pela caracterização geral da entidade feita anteriormente. [...]
3. Estudo institucional das entidades produtoras do material detectado. Para estas deve ser elaborado um quadro mais detalhado, contendo dados sobre as entidades ausentes, já que as lacunas porventura existentes podem vir a ser preenchidas pelo achado de documentos desaparecidos, como é comum acontecer (BELLOTO, 2006, p. 141).

Os documentos devem ser analisados em relação à proveniência, à história da entidade ou pessoa produtora dos documentos e à origem das funções. Além disso, na etapa de análise também são examinados o conteúdo dos documentos e os tipos documentais (BELLOTO, 2006).

Para Sousa (2009), o levantamento das informações para estabelecer a classificação consiste em trabalho de pesquisa desenvolvido por arquivista, ancorado na História, na Sociologia, na Administração e na Diplomática contemporânea. O autor esclarece quais são os elementos objetos da pesquisa:

1. a organização em toda a sua dimensão histórica: criação, extinção, relacionamento com outras organizações e vinculações hierárquicas;
2. a organização na sua individualidade: a missão, a estrutura, as funções, atividades e os procedimentos formais e informais;
3. os documentos acumulados (produzidos e/ou recebidos): contextualização quanto às condições de sua produção e acumulação. As tipologias documentais como decorrência natural das funções atribuídas a uma organização ou entidade. (SOUSA, 2009, p. 135).

A classificação é compreendida como a primeira intervenção que garante qualidade e fundamentos para a avaliação e a descrição (SOUSA, 2009). Nesse sentido, Lopes (1997) aponta que cabe aos arquivistas proporem a estrutura classificatória, ou seja, os princípios orientadores da avaliação e do programa

descritivo. A classificação consiste em função arquivística que norteia a avaliação e a descrição dos documentos de arquivo.

### 2.2.2 Os fundamentos orientadores da descrição arquivística

A representação da informação nos arquivos é um fazer que ocorre de forma milenar. Ela é entendida também com o significado das atividades intelectuais e técnicas de descrição e classificação. Geoffrey Yeo (2016) argumenta que a descrição é processo e produto. Por seu turno, Barbadillo Alonso (2011) defende a opinião de que a descrição é uma forma de definição e de explicação. Lúcia Oliveira (2012) destaca que a descrição consiste na representação estabelecida pelo arquivista.

A palavra descrição vem do latim *descriptio*, que, por sua vez, vem do verbo *describere*, cujo significado é transcrever, copiar, narrar, definir, distribuir, atribuir a classe (DURANTI, 1993). Na opinião de Duranti (1993), a descrição arquivística corresponde à escrita do material de arquivo e abrange a ideia de representação, identificação e organização. Tognoli e Barros (2015) compreendem também a descrição como uma das atividades nucleares junto ao processo de organização e representação de arquivos.

A descrição é uma atividade desenvolvida desde os primórdios da organização dos arquivos. De acordo com Duranti (1993, p. 48, tradução nossa), “O mais antigo resto conhecido de descrição arquivística é um repertório de documentos sobre tabuinhas de argilas encontrado em um arquivo privado de Nuzi (Yorgan Tepe), na Assíria e datado de 1500 aC”<sup>6</sup>. Com opinião semelhante, Silva et al. (1999) afirmam que algumas sociedades da Antiguidade desenvolviam léxicos e catálogos descritivos. Tal ação demonstra já existir, desde a Antiguidade, uma preocupação em relação à organização dos documentos nos arquivos, a qual estava vinculada à possibilidade de garantir o acesso à informação do acervo. Contudo,

---

<sup>6</sup> The most ancient known remains of archival description is a repertory of documents on clay tablets found in a private archives of Nuzi (Yorgan Tepe) in Assyria and dated 1500 BC (DURATI, 1993, p. 48).

inicialmente, os documentos ficavam disponíveis somente ao usuário mais restrito, ou seja, ao seu produtor.

Nesse período, os documentos eram produzidos para dar suporte à administração e garantir direitos probatórios. A descrição arquivística estava focada no uso administrativo, na salvaguarda de direitos dos seus produtores e na preservação dos documentos para casos de disputas, guerras, entre outros. Para Duranti (1993) e Silva et al. (1999), havia também a preocupação em impedir a consulta direta aos acervos e de mantê-los estocados para o caso de deslocamento repentino, o que pode ter ocasionado a criação e a instituição de repertórios como instrumento de busca.

Na Grécia e Roma antiga, a descrição tinha o significado de copiar. Essa tarefa cabia aos usuários e aos escribas, que faziam consultas externas (DURANTI, 1993). Na Idade Média, houve um retrocesso e a descrição era desconhecida. Cabe destacar que os documentos escritos tinham valor probatório, mas também havia o procedimento oral e a prova testemunhal (CRUZ MUNDET, 2012). Nesse período, houve um grande destaque para os escribas, que copiavam os documentos para posterior uso.

Segundo Duranti (1993), a descrição dos documentos não era uma atividade arquivística até o século XII, mas era utilizada como um dos meios para realizar a preservação e a comunicação dos documentos de arquivo, como resíduos e evidências de ações e transações societárias. Duranti (1993) acredita que isso tenha ocasionado a não existência de uma conceituação universalmente aceita para a descrição arquivística, além de sua não aplicação de forma linear e comum.

Os produtos da descrição, ou seja, os instrumentos de busca, também refletiam as intenções e condições específicas dos seus produtores e da sociedade das referidas épocas. Duranti (1993) ressalta que, primeiramente, os inventários tinham o propósito de fornecer evidência jurídica sobre a existência do documento, depois, secundariamente, tinham o objetivo de fornecer informações sobre o material estocado, preservado para o benefício dos custodiadores sucessores. Então, de início, não havia o objetivo de orientar os usuários e facilitar o acesso ou suas pesquisas. Esse pensamento parece que se manteve por vários séculos.

Na Idade moderna ocorreram alterações no uso dos documentos. A historiografia passou a se interessar pelos documentos originais e pelos arquivos. Então, a organização dos arquivos e seu acesso voltaram seu foco para a

investigação histórica (DURANTI, 1993; CRUZ MUNDET, 2012). Para Duranti (1993), foi nessa ocasião que os fundos fechados adquiriram uma função cultural, o que influenciou seus produtores (monarcas, senhores, instituições eclesiásticas etc.) a valorizar os arquivos para serem facilmente exploráveis pelos estudiosos. Assim, a descrição dos documentos passou a ser orientada para facilitar o acesso dos pesquisadores, com um direcionamento para os documentos considerados mais importantes. Sua função, além de ser administrativa, adquiriu um valor cultural.

A partir de então, segundo Duranti (1993), a descrição estava ligada ao arranjo e, intelectualmente, ambos os procedimentos passaram a determinar a organização física dos documentos de arquivo. O arranjo destinava-se à ordem que os documentos tinham que ter para serem apresentados nos instrumentos de busca. Utilizou-se como padrão, por vezes, a ordenação cronológica e a de assunto. Os documentos eram descritos item por item e os julgados mais importantes eram resumidos, o que acabou por servir como substituto dos próprios documentos. Esse tipo de julgamento ocasionou o desmembramento dos fundos de arquivos e, como consequência, perderam-se a origem de formação dos conjuntos documentais e o seu contexto administrativo e documental.

Como reação a tal desmembramento, no século XIX, ocorreu a formulação teórica do princípio da proveniência ou do respeito aos fundos. Esse princípio era considerado basilar no trabalho arquivístico e surgiu dessa dificuldade para favorecer uma melhor organização dos arquivos, possibilitando a identificação do seu contexto de produção. Por ocasião da Revolução Francesa, no século XVIII, foram instituídos os arquivos nacionais como os únicos repositórios de arquivos, compostos por documentos de proveniência diversa, misturados uns aos outros, o que dificultava a identificação de sua origem (DUCHEIN, 1986). Então, o referido princípio se impôs.

O princípio do respeito aos fundos “consiste em manter agrupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica [...]” (DUCHEIN, 1986, p. 14). Tal princípio é atribuído a Natalis de Wailly, historiador francês e chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior da França, que, em 1841, influenciou seu ministro a instituir uma circular determinando essas orientações (DUCHEIN, 1986; ROUSSEAU; COUTURE,

1998)<sup>7</sup>. Posteriormente, o princípio foi adotado internacionalmente, após o V Congresso Internacional dos Arquivos, em 1964.

Duchein (1986) propõe duas posições intelectuais para a definição de fundos, que são: a maximalista, situação em que o fundo é definido por seu nível mais alto; e a minimalista, que consiste na definição pelo nível da menor partícula funcional. Entretanto, o autor alerta que a adoção do nível minimalista pode ser um risco para o significado da noção de fundo. Devido à complexidade das organizações e de seus vínculos de subordinação, há critérios que devem ser observados para definir um organismo produtor de fundos. São eles:

- a) Para produzir um fundo de arquivo, no sentido atribuído ao termo pela Arquivística (isto é, um conjunto indivisível de arquivos), um organismo, seja público ou privado deve assumir denominação e existência jurídica própria, resultante de um ato (lei, decreto, resolução, etc.) preciso e datado.
- b) Deve possuir atribuições específicas e estáveis, legitimadas por um texto dotado de valor legal ou regulamentar;
- c) Sua posição hierárquica administrativa deve estar definida com exatidão pelo ato que lhe deu origem; [...]
- d) Deve ter um chefe responsável, em pleno gozo do poder decisório correspondente a seu nível hierárquico. [...]
- e) Sua organização interna deve ser, na medida do possível, conhecida e fixada num organograma (DUCHEIN, 1986, p. 20).

Para Duchein (1986), um fundo é composto por todos os documentos produzidos por um organismo no curso de suas atividades, independentemente de seu objeto. Nesse sentido, a implementação das cinco observações referidas como critérios para constituir fundos de arquivo ocasiona algumas decorrências, conforme descrito abaixo:

- as divisões ou seções internas de um organismo não correspondem às condições requeridas para produzir um fundo de arquivos;
- em contrapartida, todo organismo que possuir existência jurídica e nível de competência próprios, produz um fundo de arquivos, mesmo estando subordinado a outro organismo de nível superior;
- os órgãos locais dependentes de um organismo central produzem fundos de arquivos próprios;
- finalmente, parece-nos inevitável introduzir na Arquivística uma nova noção: a de uma hierarquia de fundos correspondendo à hierarquia dos organismos, acarretando a subordinação de fundos em relação a outros (DUCHEIN, 1986, p. 20).

---

<sup>7</sup> O princípio da proveniência ou de respeito aos fundos, apesar de ter sido aceito a partir da formulação conceitual francesa, trata da abordagem de reunião dos documentos de acordo com o seu produtor, seja pessoa física ou jurídica. No entanto, ocorreram outras experiências que adotaram o uso do princípio antes, tais como: Dinamarca, em 1791; Holanda, em 1826 e Itália, em 1827 (HEREDIA HERRERA, 1991).

Devido à complexidade organizacional, com seus vínculos de subordinação e em razão da dificuldade de identificação da relação de hierarquia dos produtores de documentos, fica difícil definir fundo de arquivo. Por isso, segundo Duchein (1986), existem propostas de substituição da noção de fundo pela de “*record series*”, como um “reagrupamento de documentos formando sequência cronológica e lógica, seja qual for a sua proveniência” (DUCHEIN, 1986, p. 22). Entretanto, o autor alerta que essa proposição seria uma violação ao princípio do respeito aos fundos e um retorno ao sistema anterior de classificação por assuntos. Além disso, as variações internas de conteúdo de um fundo têm pouca importância, desde que sejam observados os critérios anteriormente destacados.

O referido princípio do respeito aos fundos fundamenta a descrição arquivística. Entretanto, ocorrem questionamentos se tal princípio não estaria superado diante da complexidade das organizações atuais e das suas múltiplas procedências em ambiente cada vez mais virtual. Terry Cook (2012) propõe mudanças no referido princípio:

O Princípio da Proveniência muda sua forma de conectar os documentos diretamente com um único lugar de origem, numa estrutura organizacional hierárquica tradicional, para se tornar um conceito virtual e mais elástico, refletindo aquelas funções e processos do produtor que causaram sua criação, dentro e através de organizações em evolução constante, interagindo com usuários em constante mudança, refletindo culturas organizacionais e gerenciais diferentes, e adotando frequentemente convenções idiossincráticas de interação humana e de trabalho, apropriadas organizações planas, horizontais e (frequentemente) de curto prazo (COOK, 2012, p. 144).

O Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, da Associação dos Arquivistas Holandeses, de 1898, marco da instituição arquivística, norteia vários procedimentos técnicos para o arranjo e descrição com base no conceito de fundos de arquivos. No caso da descrição, as orientações são para elaboração de instrumentos de pesquisa. No entanto, esse manual não desenvolve uma definição sobre a descrição arquivística.

Em 1963, Schellenberg define a descrição no livro “Documentos públicos e privados: arranjo e descrição”. Para ele, “Aplicada aos materiais documentários, o termo descrição compreende todas as atividades exigidas para a preparação de instrumentos e meios de busca” (SCHELLENBERG, 1980, p. 199). Ele destaca que

a descrição desenvolve duas operações: 1) identifica a unidade documentária a ser descrita; 2) enumera as qualidades ou atributos da unidade documentária.

Schellenberg, na obra de 1956, intitulada “Arquivos Modernos: princípios e técnicas”, argumenta que a descrição dos documentos pode ser desenvolvida em relação a alguns aspectos, como: conteúdo substantivo e estrutura ou apresentação física (forma unitária ou arranjo). Para ele,

Os documentos podem ser descritos quanto à substância em relação: a) às unidades organizadoras da entidade criadora; b) às funções, atividades e atos ou operações [...] que ocasionaram a criação dos mesmos; e c) aos assuntos que tratam. Podem ser descritos quanto às suas características físicas em relação: a) ao esquema (ou parte) de classificação pelo qual os documentos foram arquivados; b) às unidades de arquivamento em que foram agrupados; ou c) aos tipos ou espécies documentários de que consistem (SCHELLENBERG, 2002, p. 132).

Há controvérsia em relação à primeira conceituação de descrição. Duranti (1993) afirma que a primeira conceituação de descrição de arquivo talvez seja a encontrada no Glossário da Sociedade de Arquivistas Americanos - SAA, em 1974, como sendo “o processo de estabelecimento do controle intelectual sobre a preparação dos instrumentos de busca” (EVANS, 1974 apud DURANTI, 1993, p. 47, tradução nossa)<sup>8</sup>. No entanto, Heredia Herrera (1991) atribui a Schellenberg a autoria da primeira designação do referido termo, conforme citado anteriormente, para englobar as diversas tarefas dos arquivistas, entre elas a de elaborar os instrumentos que facilitam o acesso aos fundos arquivísticos e aos documentos.

Para Heredia Herrera (1991), a descrição consiste em analisar os fundos e os documentos de arquivo com a finalidade de sintetizar e condensar os conteúdos informacionais para oferecê-los aos interessados. Ela afirma que “A descrição é a ponte que comunica o documento com os usuários” (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 30, tradução nossa)<sup>9</sup>. Além disso, Heredia Herrera defende a opinião de que a descrição persegue dois objetivos, o de fornecer informações e o de servir como controle para o arquivista. Nesse sentido, a descrição deve ser:

Exacta, en cuanto que los documentos no son algo impreciso, sino testimonios únicos y concretos.

---

<sup>8</sup> “the process of establishing intellectual control over holdings through the preparation of finding aids.” (EVANS, 1974 apud DURANTI, 1993, p. 47).

<sup>9</sup> La descripción es la puente que comunica el documento con los usuarios (HERRERA, 1991, p. 300).

Suficiente para la unidad que se está informando (archivo, fondo, serie o documento), sin ofrecer más de lo necesario, por exceso o por defecto.

Oportuna en cuanto que ha de reflejar una programación [...]. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 301).

Ainda na opinião de Heredia Herrera (1991), a descrição não somente desenvolve a análise dos documentos, como os tipos, a parte diplomática, a jurídica, o conteúdo, o lugar e a data de produção e as características externas documentais, como também verifica os dados para a localização do documento, tanto no arquivo administrativo quanto no arquivo histórico. Entretanto, a autora alerta que sua prática é diversificada. Os instrumentos de descrição são as representações dos documentos, ou seja, são produtos da descrição destinados a facilitar o acesso aos documentos.

Com posicionamento diferente de Heredia Herrera, Bellotto (2006) afirma que a descrição consiste em tarefa típica dos arquivos permanentes, sem uso dos arquivos correntes e intermediários. Portanto, são objetos do trabalho descritivo “O assunto, a tipificação das espécies documentais, as datas-baliza, as subscrições, as relações orgânicas entre os documentos, e a ligação entre função e espécie [...]”. (BELLOTTO, 2006, p. 103). Logo, a descrição é entendida como uma função permanente nos arquivos de custódia, com a elaboração de guias, inventários, catálogos, índices e repertórios.

O Dicionário de Terminologia Arquivística da Associação dos Arquivistas Brasileiros, núcleo regional de São Paulo, define descrição como o “Conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 23). O Conselho Internacional de Arquivos - ICA adotou em sua Declaração de Princípios relacionada à Descrição Arquivística, instituída para nortear o que seria a futura norma internacional, o significado de descrição:

Criação de uma representação precisa do fundo e de seus componentes pelo processo de captura, recolha, organização e análise de qualquer informação que sirva para identificar material de arquivo e explique o contexto e registro de seu sistema de produção (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1992, p. 12)<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Archival description. Creation of an accurate representation of the fonds and its component parts by the process of capturing, collating, analysing and organizing any information that serves to identify

Em seguida, o ICA, ao aprovar a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G), determinou que o objetivo da descrição de arquivo consiste em “identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11). Além disso, a referida norma define descrição arquivística como:

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio de extração, análise, organização e registro de informações que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu.  
Este termo também se aplica ao produto desse processo.  
(CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p.14).

Em 2004, o ICA, ao publicar a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF), adota também em seu glossário de termos e definições o significado de descrição com poucas alterações. Talvez o ICA pretendesse esclarecer tal significado informando que:

Criação de uma representação precisa de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, quaisquer que sejam, pela apreensão, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar materiais arquivísticos e o contexto e sistemas de documentos que os produziram.  
Este termo também descreve os produtos desse processo.  
(CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 14).

O ICA, em sua base de dados sobre o uso de terminologia arquivística, *Multilingual Archival Terminology*, admite a definição de descrição para a língua portuguesa da mesma forma adotada no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, citado anteriormente. Na referida base de dados, a descrição arquivística em língua espanhola, inglesa e francesa é feita a partir das seguintes designações: *descripción archivística*, *archival description* e *description archivistique*. Na língua espanhola, a descrição tem a significação de:

Criação de uma representação precisa de uma unidade de descrição e as partes que a compõem, mediante a captura, análise, organização e registro da informação que serve para identificar, administrar, localizar e explicar os materiais arquivísticos, assim com o contexto e os documentos de arquivo que se produzem na

descrição (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2014, não paginado, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Em língua Inglesa, a descrição aparece com dois significados, que são:

- 1) O processo de captura, análise, organização e registro de informações que servem para identificar, gerenciar, localizar e explicar as propriedades de arquivos e os repositórios de manuscritos e o contexto e os sistemas de registros que os produziram.
- 2) Os produtos do processo acima (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2014, não paginado, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Já em francês, ela é definida como “apresentação intelectual e material de uma unidade de descrição, feita para dar uma identificação exata e única, para explicar o contexto de origem e permitir a exploração administrativa ou histórica” (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2014, tradução nossa)<sup>13</sup>. Observa-se que, aparentemente, tais definições dão mais destaque ao processo e pouca ênfase aos produtos da descrição.

Percebe-se que o conceito de descrição, antes da Declaração de Princípios da Descrição Arquivística, da norma ISAD (G) e ISAAR(CPF) do ICA, estava com foco voltado aos instrumentos de pesquisa ou de busca como resultado da descrição. O objetivo era acessar os documentos ou considerar a descrição como substituta dos documentos. Após a instituição da normalização, fica evidente o esforço internacional do ICA em desenvolver um conceito de descrição arquivística de forma mais homogênea. Além disso, procura-se adotar um conceito de descrição mais amplo, pelo qual seja possível descrever outras informações sobre o contexto do produtor documental.

Lúcia Oliveira (2012) enfatiza algumas observações em relação à descrição, a qual vem sendo apresentada pelo campo de forma redutora, em três variações:

---

<sup>11</sup> Descripción archivística: Creación de una representación precisa de una unidad de descripción y en su caso las partes que la componen, mediante la captura, análisis, organización y registro de la información que sirve para identificar, administrar, localizar y explicar los materiales archivísticos así como el contexto y los documentos de archivo que se producen de la descripción (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2014).

<sup>12</sup> Archival description: 1) The process of capturing, analyzing, organizing, and recording information that serves to identify manage, locate, and explain the holdings of archives and manuscript repositories and the contexts and records systems which produced them; 2) The products of the above process. (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, não paginado, 2014)

<sup>13</sup> Description archivistique: Présentation intellectuelle et matérielle d'une unité de description, faite pour en donner une identification exacta et unique, en expliquer le contexte d'origine et en permettre l'exploitation administrative ou historique (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, não paginado, 2014).

restrita aos arquivos permanentes; identificada com a elaboração dos instrumentos de pesquisa; e vinculada aos padrões para elaboração de instrumento de pesquisa ou dispositivo tecnológico para garantir o acesso às informações arquivísticas. No estudo de doutorado sobre descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais, Oliveira (2010) ressalta que, para a reconstrução do contexto arquivístico, faz-se necessário um trabalho de pesquisa de forma detalhada. Essa afirmação tem consonância com o que Cook (2007) já preconizava, de que a pesquisa consistia em uma característica do trabalho do profissional de arquivo.

Nesse sentido, de acordo com Oliveira (2010), o arquivista é identificado como um pesquisador, que produz conhecimentos sobre os arquivos ao desenvolver a descrição. A autora enumera algumas etapas do trabalho de pesquisa para os arquivos pessoais, mas o entendimento dessas fases pode ser estendido a outros arquivos. As etapas de trabalho são as seguintes: Análise documental e tipologia documental;

1. Levantamento e estudo de fontes biográficas do titular do arquivo;
2. Elaboração de cronologia sobre o titular, com base nas fontes biográficas e documental;
3. Elaboração de árvore genealógica;
4. Identificação dos correspondentes mais recorrentes no arquivo;
5. Identificação de eventos ou fatos históricos mais recorrentes para posterior elaboração de verbetes;
6. Registro dos resultados da etapa anterior na cronologia;
7. Levantamento e estudo de fontes secundárias sobre os correspondentes ou personagens, eventos e fatos históricos recorrentes na documentação e na elaboração de notas explicativas;
8. Análise dos relacionamentos pessoais ou de negócios, inter-relacionamentos entre os documentos, atividades e funções;
9. Levantamento do processo de acumulação do produtor (OLIVEIRA, 2010).

De acordo com Geoffrey Yeo (2016), existem distintas opiniões de autores a respeito do papel da descrição arquivística. Para ele, os que destacam o contexto ou a autenticidade dão mais visibilidade aos documentos, à sua presunção de prova e às ações que os produzem. Por outro lado, aqueles que ressaltam o acesso e a localização são mais interessados nos usuários e acabam por visibilizar a descrição como análoga à catalogação das bibliotecas. Já os que privilegiam os documentos

entendem que os documentos e arquivos não são meras instâncias de conteúdos informativos descritíveis, mas representações de atividades do mundo real. Os pensadores do *continuum* ressaltam que a descrição é um subconjunto de uma série maior de descrição de documentos que envolve agentes e ações, independentemente da idade e das condições de guarda.

Para Yeo (2016), apesar dos desacordos iniciais, o Sistema Australiano de Série, criado por Peter Scott na década de 1960, descreve de forma distinta os criadores e as séries documentais. Esse modelo utiliza a forma não hierárquica e permite que uma série possa ser ligada às várias entidades exigidas para documentação do contexto. Segundo o mesmo autor, para os arquivos de instituições dinâmicas, o Sistema de Série cria representações de proveniência mais reais. Yeo (2016) destaca que tal Sistema de Série, em conjunto com a noção que Cook desenvolveu, de que os fundos são abstrações conceituais e não físicas, ajudou a criar o modelo de descrição das múltiplas relações entre os arquivos e os seus criadores. Em ambientes digitais, um item pode ser atribuído a mais de uma série ou apresentado em mais de uma pasta.

Cunningham (2007) lembra que a característica estratégica de Scott não tinha como foco a descrição da série, mas o registro da descrição dos documentos e do contexto administrativo, de forma separada. A descrição da série era julgada mais eficiente para registrar a complexa proveniência e os sistemas de arquivamento do que o conceito de fundo arquivístico. O mesmo autor ressalta que o sistema australiano consiste em duas partes inter-relacionadas, que são:

- 1- Controle do contexto**, que é alcançado por meio da identificação e registro das entidades produtoras de documentos e de outras entidades que fazem parte do ambiente e da documentação das histórias administrativa e biográficas daquelas entidades, suas responsabilidades funcionais e suas relações umas com as outras e com os sistemas de arquivamento por elas mantidas; e
- 2 - Controle dos documentos**, que é obtido por meio da identificação, registro e documentação das séries documentais e/ou dos itens que a compõem (CUNNINGHAM, 2007, p. 81).

Segundo Cunningham (2007), o sistema australiano adota indivíduos, famílias, organizações, equipes de projetos, agências governamentais, governos, funções e atividades como entidades contextuais, as quais devem ser documentadas e ligadas à descrição dos documentos. No *continuum* australiano, essas entidades formam uma complexa rede de relacionamentos que funciona de forma dinâmica. Para Cunningham (2007, p. 83), existe uma convergência

internacional para “[...] à lógica de se ter sistemas de controle intelectual baseados em descrições separadas, mas ligadas, de documentos e do seu contexto de produção”. A implantação em programa arquivístico “[...] do sistema de Scott e/ou da ISAAR(CPF) [...]” (CUNNINGHAM, 2007, p. 89) tem a seu favor o crescente compartilhamento dos dados por meio da Internet, além de que tanto a ISAAR(CPF) quanto a ISAD(G), com uso em conjunto, fornecem a base para a instituição de um sistema de séries.

Na opinião de Yeo (2016, p. 148), “A descrição é necessariamente de seu tempo e lugar”. A representação não é perfeita, nem as normas são universais. Elas são produtos de determinadas sociedades, por isso deve haver concessões. Segundo Yeo (2016), as descrições e os arquivistas que as desenvolvem não são neutros e nem imparciais. Além disso, o trabalho descritivo consiste em um fazer que depende de uma seleção e tomadas de decisões sobre o que deve ser incluído, enfatizado ou ignorado. Isso privilegia alguns aspectos em detrimento de outros.

Lacasse (1993) destaca que a descrição arquivística não aborda adequadamente as particularidades dos documentos relativos às mulheres, contribuindo para a perpetuação da sua invisibilidade. Além disso, as fontes que documentam a história das mulheres são, muitas vezes, ignoradas pelos arquivistas. Em razão da invisibilidade dos registros relacionados às mulheres, Lacasse (1993) comenta a sugestão para os arquivos feita pela historiadora Veronica Strong-Boag, que seria reavaliar os fundos existentes em função da história das mulheres, bem como adquirir novos documentos sobre o assunto.

Diante do exposto, nota-se que a descrição arquivística tem grande relevância para o presente estudo, que faz referência à representação dos acervos arquivísticos relacionados às mulheres em arquivos institucionais públicos. Uma das finalidades da descrição é garantir o acesso à informação dos acervos. Ademais, sabe-se que acervos relacionados às mulheres não são recuperados de forma fácil. Talvez seja primordial compreender que a organização da descrição por fundos, atividades e funções arquivísticas nem sempre garante a visibilidade de acervos relativos às parcelas sociais julgadas de menor importância. Em razão disso, é preciso garantir recursos organizacionais, por meio de instrumentos de acesso, que favoreçam a visibilidade desses acervos.

### 2.2.2.1 A normalização internacional e nacional da descrição arquivística

A descrição arquivística, apesar de ser um fazer antigo, não tinha até a década de 1990 um consenso geral sobre seu processo, objetivo, teoria e prática. Contudo, com a automatização e a instituição do documento digital, ocorreu a necessidade de uma descrição mais consistente, que possibilitasse responder às novas demandas desse novo contexto. Na década de 1980, a tentativa de implementar sistemas para a descrição de grandes repositórios arquivísticos fez com que a normalização da descrição estivesse na ordem do dia (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2005).

Na opinião de Fonseca (2010), houve mudança em relação à percepção da possibilidade de adoção de uma norma descritiva. Esta passou a ser vista como uma vantagem de melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, como também uma garantia da rápida recuperação da informação arquivística. Esse contexto influenciou o debate no campo nos anos seguintes. De acordo com Araújo (2014b), durante a década de 1990, o tema da normalização foi o mais discutido pela comunidade arquivística internacional.

A despeito das diferenças nacionais, as tentativas de padronização da descrição destacadas em nível internacional pelo Conselho Internacional de Arquivos, as quais propunham uma solução para essa nova situação, foram as experiências dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. Nos Estados Unidos, os arquivistas utilizavam a obra de Steven L. Hensen (1983, 1989), denominada *Archives, Personal Papers and Manuscripts: Cataloging Manual for Archival Repositories, Historical Societies and Manuscripts* – APPM, para desenvolver a descrição (BARBADILLO ALONSO, 2011; CRUZ MUNDET, 2012; LEÃO, 2006; LLANES PADRÓN, 2011, 2014). O manual era uma adaptação para os documentos de arquivos da catalogação bibliográfica americana, conhecida como *Anglo-American Cataloguing Rules*, 2ª edição – AACR2, que contou com o apoio da Sociedade de Arquivistas Americanos – SAA e da Biblioteca do Congresso Americano (CRUZ MUNDET, 2012; LEÃO, 2006).

No Canadá, o *Bureau of Canadian Archivists* publicou os primeiros capítulos das *Rules for Archival Description* – RAD, em 1990 (CRUZ MUNDET, 2012; LLANES PADRÓN, 2014). Em 1996, foi criado o *Canadian Committee on Archival Description*

como órgão do *Bureau*, que revisou e editou a RAD2<sup>14</sup>. De acordo com Cruz Mundet (2012), a versão RAD2 foi também uma adequação da AACR2.

No Reino Unido, em 1986, foi elaborado o *Manual of Archival Description* – MAD1, de autoria de Michael Cook, como resultado de um Projeto de Descrição Arquivística, de iniciativa da *Society of Archivists* com a *British Library* e desenvolvido pela Universidade de Liverpool (CRUZ MUNDET, 2012). A segunda versão, MAD2, foi elaborada em 1989, com autorias de Michael Cook e Margaret Procter, ambos professores da Universidade de Liverpool (BARBADILLO ALONSO, 2011; CRUZ MUNDET, 2012; LEÃO, 2006; LLANES PADRÓN, 2011, 2014).

De acordo com Cruz Mundet (2012), entre essas normas havia uma diferença fundamental. As normas americana e canadense tinham a pretensão somente de regular o formato para adaptação aos arquivos, que já ocorria com as bases de dados bibliográficas. No entanto, a norma britânica pretendia se converter em norma de descrição arquivística. Tais experiências influenciaram sobremaneira a futura norma internacional de descrição arquivística.

O debate sobre norma internacional ganhou relevo quando o ICA, em cooperação com os Arquivos Nacionais do Canadá, organizou e patrocinou uma primeira reunião de especialistas em Ottawa, Canadá, de 4 a 7 de outubro de 1988, com o objetivo de discutir a descrição arquivística (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1992). A partir desse encontro, houve o reconhecimento da necessidade de instituir uma normalização internacional sobre a descrição arquivística, ficando a cargo do ICA a formação de um grupo de trabalho para assumir tal finalidade. Depois, em 1 e 2 de dezembro de 1989, em Paris, realizou-se a segunda reunião, na qual foram traçadas as bases administrativas do projeto (BARBADILLO ALONSO, 2011). A referida reunião foi organizada e sediada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco em parceria com o ICA.

Em setembro de 1990, a Comissão Ad Hoc de Normas de Descrição foi instituída pelo ICA, com a primeira reunião plenária realizada na cidade de Wroclaw, na Polônia (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1992). No mesmo

---

<sup>14</sup> Participaram do *Canadian Committee on Archival Description* integrantes da *Association des Archivistes du Québec*, a *Association of Canadian Archivists*, *National Archives of Canada* e a *Library and Archives Canada* (LLANES PADRÓN, 2014).

encontro, foi estabelecida a executiva da comissão<sup>15</sup>. A Unesco forneceu o suporte financeiro ao projeto, que seria desenvolver a norma ISAD (G) por um período de dois anos, estendido por mais dois anos. A Comissão adotou como referência as normas existentes nos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido sobre descrição arquivística (BARBADILLO ALONSO, 2011; CRUZ MUNDET, 2012; RODRIGUES, 2003). Contudo, de acordo com Rodrigues (2003), havia outras experiências nacionais consolidadas de descrição, como na Espanha e na França.

Em outubro daquele mesmo ano, a Comissão realizou o primeiro encontro plenário, em *Höhr-Grenzhaus*, Alemanha (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1992)<sup>16</sup>. No referido encontro foi discutido e alterado o projeto da Declaração de Princípios de Descrição Arquivística<sup>17</sup>, preparado por Hugo Stibbe. Na segunda reunião plenária, ocorrida em Madri, em 1992, os princípios foram discutidos e revisados novamente, ocasião em que também se elaborou um rascunho da futura ISAD(G). Tal Declaração de Princípios foi adotada na Assembleia Geral do ICA como uma resolução, a qual foi discutida no XII Congresso Internacional de Arquivos, em setembro de 1992, em Montreal, no Canadá. Nesse congresso foi instituído um fórum aberto sobre a Declaração e a ISAD(G) para discussão.

A referida Declaração de Princípios adotou como objetivo da descrição arquivística identificar e explicar o contexto e o conteúdo do documento arquivístico, a fim de promover o acesso. Adotou-se o princípio de respeito aos fundos, ao definir que a descrição procede do geral para o específico. Além disso, foram propostos objetivos para a norma de descrição arquivística. São eles: a) assegurar uma descrição consistente, apropriada e autoexplicativa; facilitar a recuperação e a troca de informação arquivística; compartilhar dados; e integrar a descrição de diferentes repositórios em um sistema de informação unificado (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1992, tradução nossa)<sup>18</sup>. Tais princípios, entre outros, foram

---

<sup>15</sup> Para a presidência da Comissão foi indicado Christopher J. Kitching, da Inglaterra; e para Diretor de Projeto e Secretaria foi escolhido Hugo LP Stibbe, do Canadá (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1992).

<sup>16</sup> Neste encontro foi criado um subcomitê para desenvolver um rascunho da primeira proposta ISAD(G). Seus membros foram: Wendy Duff, do Canadá, como coordenador; Michael Cook, do Reino Unido; Sharon Thibodeau, dos Estados Unidos da América; e Hugo Stibbe, do Canadá.

<sup>17</sup> Statement of Principles Regarding Archival Description. First version revised.

<sup>18</sup> The purpose of archival descriptive standards is to:

- a) Ensure the creation of consistent, appropriate and self-explanatory descriptions;
- b) Facilitate the retrieval and Exchange of information about archival material;
- c) Enable the sharing of authority data; and

lançados para formar a base da futura ISAD (G). Apesar disso, houve oposição dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Austrália, especialmente em relação à adoção do conceito de respeito aos fundos. A Declaração foi finalizada pela Secretaria da Comissão.

Após a divulgação da proposta da ISAD (G) e dos comentários pelo mundo e no Congresso de Montreal, a comissão revisou o rascunho aproveitando as observações recebidas. O ICA publicou com o título ISAD (G): *General International Standard Archival Description*, na Suécia, em janeiro de 1993. Em seguida, o ICA aprovou a versão final em Ottawa, em 1994. Essa versão foi adotada em fase experimental, com prazo para revisão em cinco anos. Após esse ciclo, a segunda edição foi aceita pelo Comitê de Normas de Descrição<sup>19</sup>, em Estocolmo, na Suécia, em setembro de 1999. A publicação dessa segunda edição foi distribuída no XIV Congresso Internacional de Arquivos, em Sevilla, Espanha, em setembro de 2000.

### **A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G)**

A ISAD (G) institui orientações gerais, em nível de macroestrutura, para a descrição arquivística, que se coadunam com as normas nacionais dos países. Reconhece-se que tais regras podem ser aplicadas aos documentos, independentemente da forma ou do suporte e em qualquer estágio da gestão. Além disso, a informação arquivística permanece dinâmica, com a possibilidade de alteração e acréscimo de novos elementos em qualquer momento. Ela adota como objetivo da descrição: “[...] identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

Também foi definido que os processos relacionados à descrição podem se iniciar antes da produção documental e durante toda sua vida. Admitiu-se que a descrição arquivística abrange todo elemento de informação, em qualquer estágio

---

d) Make possible the integration of descriptions from different repositories into a unified information system.

<sup>19</sup> A Comissão Ad Hoc de Normas de Descrição foi substituída pelo Comitê de Normas de Descrição, em nova reedição, com mudança de nome e de membros. O Comitê foi estabelecido no Congresso Internacional de Arquivos, na China, em 1996, como um comitê permanente do ICA para o quadriênio de 1996-2000. Os países com representantes foram: Austrália; Brasil; Canadá; China; Espanha; Estados Unidos da América; França; Finlândia; Portugal; Suécia. O Brasil foi representado pelo Arquivo Nacional, com Vitor Manoel Marques da Fonseca (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000).

de gestão, com possibilidade de ser aplicada nas diversas fases documentais. A descrição pode ser do todo, das partes do todo e das partes das partes. A adoção dessas regras gerais para a descrição arquivística visa:

- a) assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas;
- b) facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos arquivísticos;
- c) possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade; e
- d) tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

A ISAD (G) admite como base os princípios teóricos consolidados no campo. O princípio da Proveniência é conceituado como “A relação entre os documentos e as instituições ou pessoas que os produziram, acumularam e/ou mantiveram e os utilizaram no decurso de suas atividades coletivas ou pessoais” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 16). Já o princípio que trata que a descrição arquivística procede do geral para o particular é uma decorrência do princípio do respeito aos fundos. Logo, o conceito de fundo é o “Conjunto de documentos, independente de sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por indivíduo, família ou entidade coletiva no decurso das suas atividades e funções” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

Esclarece-se a abrangência da descrição ao definir que “O fundo constitui o nível mais geral de descrição; as partes constituem níveis subsequentes, cuja descrição, com frequência, só é plenamente significativa quando vista no contexto da totalidade do fundo” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 12). Além disso, a norma preceitua que a descrição pode ocorrer em vários níveis, que são: fundo, série, dossiê/processo e item documental. Admite-se, ainda, a subdivisão do fundo em seções e as séries em subséries.

Como regra geral, a ISAD (G) pode ser aplicável na descrição, independentemente da natureza ou da dimensão da unidade de descrição. Foram definidos 26 elementos para estabelecer a descrição de uma entidade arquivística, em consonância com a norma local. No entanto, para o intercâmbio internacional de informação descritiva são considerados: “a) Código de referência; b) título; c) produtor; d) data(s); e) dimensão da unidade de descrição; e f) nível de descrição”

(CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11). Além disso, a norma instituiu sete áreas de informações descritivas. São elas:

1. Área de identificação (destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição);
2. Área de contextualização (destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição);
3. Área de conteúdo e estrutura (destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição);
4. Área de condições de acesso e de uso (destinada à informação sobre acessibilidade da unidade de descrição);
5. Área de fontes relacionadas (destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição);
6. Área de notas (destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas);
7. Área de controle de descrição (destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 12).

A ISAD (G) opta pela descrição multinível. A descrição é desenvolvida em uma hierarquia a partir do fundo e da constituição de suas partes, com o indicativo de que se o fundo estiver sendo descrito deverá ser representado numa só descrição. As regras estabelecidas são:

1. Descrição do geral para o particular, com o objetivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo;
2. Informação relevante para o nível de descrição, com a finalidade de representar o contexto e o conteúdo de forma precisa;
3. Relação entre descrições para esclarecer a posição da unidade de descrição na hierarquia;
4. Não repetição da informação para não ocorrer redundâncias (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000).

A ISAD (G) institui a possibilidade da inclusão de informação contextual, em qualquer nível, na descrição de arquivos. Ela também possibilita capturar e manter de maneira independente essa informação contextual, além de poder ligá-la à combinação de outras informações usadas na descrição. Os pontos de acesso para a recuperação da informação são baseados nos elementos de descrição.

Devido à importância do acesso, foi criada uma norma própria pelo ICA, de controle de autoridade, que atua em conjunto com a ISAD(G). Considera-se que a descrição de produtores de documentos consiste em atividade essencial, o que

exige documentar e manter de forma contínua o contexto de produção e o uso dos documentos, assim como da sua proveniência<sup>20</sup>.

Nessa perspectiva, durante o desenvolvimento da ISAD(G) foi identificada a necessidade de descrever não só o documento de arquivo, mas também o produtor do material do arquivo. Com isso, foi criado um subgrupo<sup>21</sup> na Comissão com a finalidade de elaborar uma proposição de norma para o controle de autoridade, que caminhou de forma paralela (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000). A proposta foi discutida na plenária da Comissão em outubro de 1994, depois divulgada para comentários e sugestões da comunidade internacional. A versão final foi aprovada em novembro de 1995, com o título *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families*. O ICA publicou a norma em 1996. A sua segunda edição foi revisada e adotada pelo Comitê de Normas de Descrição em outubro de 2003 e posteriormente publicada em 2004.

### **Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR(CPF)**

A ISAAR(CPF) fornece diretivas para o registro de autoridade arquivística, que desenvolve descrições de entidades coletivas, pessoas e famílias sobre a produção e manutenção de arquivos. Tal registro de autoridade é empregado para as atividades de:

- a. descrever uma entidade coletiva, pessoa, ou família como unidades dentro de um sistema de descrição arquivístico; e/ou
- b. controlar a criação e uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas;
- c. documentar relações entre diferentes produtores de documentos e entre essas entidades e os documentos que produziram e/ ou outros recursos sobre ou produzidos por essas mesmas entidades (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 11).

A ISAAR(CPF) pretende servir de apoio ao compartilhamento de registro de autoridade arquivística. A entidade indica que essas diretivas devem ser usadas em conjunto com as normas nacionais, pois o objetivo é instituir regras gerais para a

---

<sup>20</sup> O conceito de proveniência definido pela ISAAR(CPF) consiste em: “Relações entre os documentos e as organizações ou indivíduos que os produziram, acumularam e/ou mantiveram e os utilizaram no curso de suas atividades pessoais ou corporativas” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 41).

<sup>21</sup> Os componentes do subgrupo da ISAAR(CPF) foram: Wendy Duff (Canadá); Jan Dahlin (Suécia); Chistine Nougaret (França); Michael Cook (Reino Unido); Hugo Stibbe (Diretor do Projeto e Secretaria da Comissão de Norma) (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000).

normalização de descrições arquivísticas de produtores de documentos, assim como do contexto da produção documental. O foco é possibilitar:

- o acesso a arquivos e documentos baseado no fornecimento de descrições do contexto da produção dos documentos associados a descrições desses mesmos documentos, com frequência diversos e fisicamente dispersos;
- aos usuários a compreensão do contexto subjacente à produção e ao uso dos arquivos e documentos, de forma que possam melhor interpretar seus sentidos e significados;
- a identificação precisa dos produtores de documentos, incorporando descrições dos relacionamentos entre diferentes entidades, especialmente documentando a mudança administrativa em entidades coletivas ou mudanças pessoais de circunstâncias em indivíduos e famílias; e
- o intercâmbio dessas descrições entre instituições, sistemas e/ou redes (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 12).

A ISAAR(CPF) determina os tipos de informações a serem incluídas em registros de autoridades. Também orienta como esses registros podem ou poderão ser desmembrados em um sistema de controle descritivo. A ISAAR(CPF) orienta que, de todos os elementos, somente quatro são essenciais. São eles: Tipo de entidade; Formas autorizadas do nome; Datas de existência; Identificador do registro de autoridade (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

### **Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE**

A NOBRADE foi pensada a partir das discussões desenvolvidas pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística – CTNDA, vinculada ao Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ. A criação da CTNDA foi prevista pela portaria nº 56, de 30 de setembro de 2001, com o objetivo de propor normas de acordo com a ISAD(G) e a ISAARC(CPF)<sup>22</sup>. A CTNDA foi composta por 31 membros, dentre os quais representantes do Arquivo Nacional; arquivos públicos estaduais; universidades federais; museus; centros de documentação privado.

---

<sup>22</sup> Participaram como membros plenos da CTNDA: Beatriz Moreira Monteiro; Carmen Tereza C. Moreno; Célia Maria L. Costa; Cristina Ruth Santos; Cynthia Roncaglio; Eliane Dutra Amorim; Georgete Medleg Rodrigues; Maria Izabel de Oliveira; Nilda S. B. Sobrosa; Patrícia Maciel; Paulo R. E. dos Santos; Sílvia Ninita de M. Estevão; Vitor Manoel M. da Fonseca; Viviane Tessitore. Estiveram presentes profissionais: da universidade de Brasília e da Universidade Federal Fluminense; dos arquivos públicos dos estados – São Paulo, Mato Grosso, Distrito Federal, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Maranhão, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraná, Piauí; dos Museu da República e Museu de Astronomia e Ciência Afins e do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006).

Após consulta pública e discussão da proposta de norma pela comunidade arquivística, aprovada em seguida pelo CONARQ, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE foi instituída como uma adaptação à realidade local das normas internacionais. Ela estabelece diretrizes para a descrição de documentos arquivísticos em âmbito nacional. Ademais, visa facilitar o acesso e o intercâmbio de informações com abrangência nacional e internacional.

Para a NOBRADE, a padronização da descrição gera qualidade do trabalho técnico, economia dos recursos e otimização da recuperação da informação. Essa padronização também uniformiza os procedimentos em sistemas de arquivo, automatizados ou não, e/ou em entidades custodiadoras. Busca estruturar a informação a partir de elementos de descrição obrigatórios, mas sem indicar o formato dos instrumentos de pesquisas.

A NOBRADE adota seis níveis principais de descrição: “acervo<sup>23</sup> da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5)” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p.14). Admitem-se ainda níveis intermediários, que são: acervo da subunidade custodiafora (nível 0,5), subseção (nível 2,5) e subsérie (nível 3,5).

A NOBRADE está estruturada em oito áreas. Foi acrescentada mais uma área, a de número oito, e dois elementos de descrições, o 6.1 e o 8.1, em relação à ISAD(G). Ao todo, são 28 elementos de descrições, de acordo com o quadro abaixo:

**Quadro 3: Elementos de descrição contidos na NOBRADE**

Nível de descrição	Título
1	Área de identificação
1.1	Código de referência
1.2	Título
1.3	Data (s)
1.4	Nível de descrição
1.5	Dimensão e suporte
2	Área de contextualização
2.1	Nome (s) do(s) produtor(es);
2.2	História administrativa / biografia
2.3	História arquivística

<sup>23</sup> O termo acervo é entendido pela NOBRADE como: “Totalidade de documentos de uma entidade custodiadora” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 14). O sentido dado teve como base o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.

Nível de descrição	Título
2.4	Procedência
3	Área de conteúdo e estrutura
3.1	Âmbito e conteúdo
3.2	Avaliação, eliminação e temporalidade
3.3	Incorporações
3.4	Sistema de Arranjo
4	Área de condições de acesso e uso
4.1	Condições de acesso
4.2	Condições de reprodução
4.3	Idioma
4.4	Características físicas e requisitos técnicos
4.5	Instrumentos de pesquisa
5	Área de fontes relacionadas
5.1	Existência e localização dos originais
5.2	Existência e localização de cópias
5.3	Unidades de descrição relacionadas
5.4	Nota sobre publicação
6	Área de notas
6.1	Nota sobre conservação
6.2	Notas gerais
7	Área de controle da descrição
7.1	Nota do arquivista
7.2	Regras ou convenções
7.3	Data (s) da (s) descrição (ões)
8	Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
8.1	Pontos de acesso e indexação de assuntos

Fonte: Elaboração própria, com adaptação da NOBRADE (ARQUIVO NACIONAL, 2006).

Cabe destacar que essa área de pontos de acesso consistiu em uma inovação implementada pela norma brasileira em relação à ISAD(G). A NOBRADE esclarece em seu glossário o significado de tais termos: “Elemento de informação, termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 16). Ela objetiva registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de elementos de descrição, por meio de índices. Com base nesse item, ocorre a previsão de descrição arquivística por assunto, como forma de acesso aos documentos.

A NOBRADE orienta que todos os elementos de descrição devem apresentar: título; objetivo; regras gerais aplicáveis; comentários com informações sobre a importância e o funcionamento do elemento de descrição; procedimentos e exemplos ilustrativos de uso. Indica também os elementos obrigatórios, dentre os 28 adotados: código de referência; título; datas; nível de descrição; dimensão e suporte; nome do produtor e condições de acesso (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006).

### **Norma Internacional para Descrição de Funções - ISDF**

Em 2007, o ICA aprovou a norma intitulada *International Standard for Describing Functions*, para uso em conjunto com a ISAD(G), a ISAAR (CPF) e as normas nacionais. Ela foi elaborada pelo Comitê de Boas Práticas e Normas do Conselho Internacional de Arquivos,<sup>24</sup> após consulta pública junto à comunidade internacional. A norma ISDF orienta a elaboração de descrição para as funções ou suas subdivisões, relacionadas com a produção, de modo a explicar a proveniência dos documentos<sup>25</sup>.

O ICA considera as funções adequadas para serem base do arranjo, da classificação e da descrição; da avaliação de documentos; da recuperação e da análise dos documentos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008). A norma ISDF reconhece que as funções são mais estáveis do que as estruturas nas organizações. Essa norma conceitua funções como:

Qualquer objeto de alto nível, responsabilidade ou tarefa prescrita como atribuição de uma entidade coletiva pela legislação, política ou mandato. Funções podem ser decompostas em conjuntos de operações coordenadas, tais como subfunções, procedimentos operacionais, atividades, tarefas ou transações (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008, p. 13).

Além disso, esclarece que atividade consiste em “Tarefa desempenhada por uma entidade coletiva para realizar cada uma de suas funções” (CONSELHO

---

<sup>24</sup> O Comitê de Boas Práticas e Normas do CIA, anteriormente denominado de Seção Provisória de Boas Práticas e Normas, foi criado após o Congresso do CIA de 2004, com a finalidade de desenvolver e manter normas e diretrizes de práticas arquivísticas. Ele foi composto pelos seguintes países: Alemanha; Andorra; Austrália; Brasil; Canadá; Chile; Costa do Marfim; Costa Rica; Cuba; Espanha; Estados Unidos da América; Finlândia; França; Hungria; Itália; México; Portugal; Reino Unido; Suécia e Suíça (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008, 2009).

<sup>25</sup> A norma ISDF adota o conceito de proveniência com o esclarecimento de que “Proveniência é também a relação entre os documentos e as funções que geraram a necessidade dos documentos” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008, p. 13).

INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008, p. 13). A norma ISDF explica o uso de descrições de tais funções e atividades para:

- a) Descrever funções como unidades em um sistema de descrição arquivístico;
- b) Controlar a criação e o uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas;
- c) Documentar relações entre diferentes funções e entre essas funções e as entidades coletivas (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008).

A norma ISDF indica o tipo de informação e de função que pode ser descrita. Além disso, orienta como a descrição pode ser desenvolvida no sistema arquivístico de informação. Para a norma ISDF, dos elementos de descrição de uma função, somente três são essenciais: tipo, que indica se a descrição é da função ou de sua subdivisão; forma, que cria ponto de acesso autorizado, pelo qual se identifica a função; identificador da descrição da função, que identifica a descrição da função no contexto de utilização. Muitos dos elementos usados na descrição de uma função servem como ponto de acesso. Da mesma maneira, nas normas usadas em conjunto, tanto as internacionais quanto as nacionais, em contexto de sistema ou rede de descrição arquivística, as descrições de funções poderão ser associadas à descrição de documentos e aos registros de autoridades.

### **Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico - ISDIAH**

Em 2008, foi apresentada a versão final de outra norma acerca das instituições que custodiam acervos arquivísticos<sup>26</sup>, intitulada *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*, no Congresso do ICA. Segundo a referida norma, a descrição dessas instituições possibilita:

- a) fornecimento de informações acerca das instituições com acervos arquivísticos, acesso e serviços disponíveis;
- b) elaboração de diretórios dessas instituições e/ou listas de autoridades;
- c) conexão de tais instituições com bibliotecas, museus ou outras instituições de patrimônio cultural;

---

<sup>26</sup> A ISDIAH conceitua em seu glossário de termos e definições que a instituição com acervo arquivístico é a: "Organização que guarda e preserva material arquivístico e o torna acessível ao público" (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2009, p. 13).

d) produção de estatística sobre tais instituições em nível local, nacional ou internacional (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2009).

A norma ISDIAH fornece diretrizes para relacionar as informações de cada instituição com os documentos descritos custodiados e com os produtores documentais. O objetivo é facilitar a descrição das instituições custodiadoras de documentos de arquivo e torná-los disponíveis para o acesso. A norma ISDIAH orienta o tipo de informação que pode ser incluído na descrição de instituições com acervo arquivístico e como tais descrições podem constar em um sistema de descrição arquivístico.

A norma ISDIAH se propõe a apoiar o intercâmbio de informações das instituições com acervos de arquivos. Portanto, são adotados como elementos obrigatórios na descrição: identificador – consiste em registro numérico ou alfanumérico da instituição; forma autorizada do nome – criar ponto de acesso com o registro da forma autorizada do nome e endereço da instituição.

A partir dessas normas, alguns aspectos observados nessa descrição padronizada ganham relevo. A confirmação da adoção do princípio da proveniência, do respeito aos fundos e da ordem original é entendida quase como se fosse consenso. A descrição como processo é separada do seu produto, ou seja, dos instrumentos de pesquisa. Adotam-se também o acréscimo do número de elementos informativos na descrição e o registro de informações sobre o contexto geral social, cultural, econômico, político e histórico na descrição.

Todas as normas sugerem a implantação de forma conjunta e não de forma isolada. Apesar de cada uma tratar de aspectos diferentes da descrição e de permitir a gestão e manutenção de sistema de descrição arquivística com autonomia, há a proposta de um inter-relacionamento entre todas as normas existentes, de modo a formar uma rede. Resta saber se, de fato, isso ocorre. Outro aspecto que chama atenção diz respeito à forma contínua que as normas foram desenvolvidas.

Com isso, é possível observar que o ICA, em conjunto com a comunidade arquivística internacional, desenvolveu grandes esforços para elaborar a padronização da descrição arquivística, conforme quadro abaixo.

**Quadro 4: As normas internacionais e nacional de descrição arquivística**

<b>Norma</b>	<b>Publicação pelo ICA</b>	<b>Assunto</b>
ISAD(G)	1994/2000	Descreve os documentos

Norma	Publicação pelo ICA	Assunto
ISAAR(CPF)	1996/2004	Descreve as relações entre produtores
NOBRADE	2006	Adapta a ISAD(G) ao contexto brasileiro
ISDF	2007	Descreve as funções que criam os documentos
ISDIAH	2008	Descreve os produtores dos documentos

Fonte: Elaboração própria.

## Documento em Contexto

A Comissão de Programa do ICA instituiu o Grupo de Especialista em Descrição de Arquivo (*Experts Group on Archival Description*) – EGAD<sup>27</sup> no final de 2012 como sucessor do Comitê de Melhores Práticas e Normas (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2016). O ICA incumbiu o EGAD de desenvolver uma norma para a descrição de documentos, baseada nos princípios arquivísticos e que abrangesse as normas já existentes, entre elas a ISAD(G), a ISAAR (CPF), a ISDF e a ISDIAH. O EGAD teve o período de 2012 a 2016 para apresentar uma proposta de norma.

A versão preliminar da norma foi apresentada em setembro de 2016 no Congresso Internacional de Arquivos do ICA, em Seul, na Coreia do Sul. Inicialmente, a referida proposta foi colocada para consulta e comentários da comunidade arquivística internacional até o dia 31 de dezembro de 2016. Contudo, esse prazo foi estendido até o dia 31 de janeiro de 2017, para recepção de manifestações. Tal proposição foi apresentada à comunidade arquivística brasileira no VII Congresso Nacional de Arquivologia pelo representante brasileiro no CIA/EGAD, em outubro de 2016, em Fortaleza.

O EGAD teve como objetivo desenvolver um modelo conceitual para descrição arquivística, com base nas normas de descrições já existentes do ICA, com emprego de técnicas formais de modelagem de informação e proposição de diretivas para os sistemas de descrição arquivística (GUEGUEN et al., 2013). O EGAD teve o desafio de propor um padrão de descrição que fosse consenso e que acomodasse as diferenças, mas que tivesse coerência e viabilidade. Da mesma

<sup>27</sup> O EGAD foi formado com vinte um membro de treze países, são eles: Alemanha; Austrália; Áustria; Canadá; Costa do Marfim; Brasil; Espanha; Estados Unidos; Finlândia; França; Itália; Reino Unido e Romênia (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2016). O representante brasileiro continuou sendo o mesmo profissional.

forma, o EGAD comprometeu-se em desenvolver uma proposição que levasse em conta as críticas intelectuais e práticas da descrição, mas que aproveitasse as oportunidades das novas tecnologias de comunicação e atendesse aos interesses da comunidade arquivística internacional (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2016).

A versão preliminar da norma foi intitulada Documento em Contexto, *Records in Contexts A Conceptual Model For Archival Description, Consultation Draft VO.1*. A norma levou em consideração a existência de modelos conceituais existentes na área e nas comunidades profissionais próximas, bem como as novas tecnologias de comunicação. O objetivo da norma era conciliar, integrar e construir um modelo conceitual em que fossem definidos os conceitos-chave da descrição arquivística, a partir das quatro normas existentes. A norma foi prevista em duas partes: a primeira parte é o modelo conceitual para descrição arquivística (RIC-CM); a segunda consiste em uma ontologia (RIC-O), a qual deveria estar alinhada ao modelo conceitual (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2016). Carrasco (2019, p. 48) destaca que “[...] um modelo conceitual de descrição arquivística é uma modelagem de dados que deve especificar os tipos de entidades a descrever, as relações entre as entidades e seus atributos”.

A descrição de documentos é entendida como uma função que desempenha propósitos essenciais, como a gestão de documentos, a preservação de documentos e o uso e reuso contínuo dos documentos (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2016). O princípio da proveniência é adotado na forma predominante da descrição proposta, que é a hierarquização do fundo. Porém, afirma-se que isso não ocorre de forma exclusiva. Por isso, o RIC-CM foi desenvolvido dentro do entendimento ampliado da proveniência e do contexto de ambiente tecnológico de comunicação. Em relação à tecnologia, a descrição arquivística é admitida como dependente da tecnologia de comunicação disponível.

O RIC-CM incorporou as quatro normas de descrição do ICA, citadas anteriormente. O RIC-CM identificou e definiu as principais entidades da descrição arquivística e suas inter-relações, as quais constituem uma descrição completa. São elas: “Documento; Componente Documental; Conjunto Documental; Agente; Ocupação; Posição; Função; Função (Abstrata); Atividade; Mandato; Forma

Documental; Data; Lugar e Conceito/Coisa”<sup>28</sup> (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2016, p. 9, tradução nossa). Essas entidades de descrição foram baseadas nas normas ISAD(G), ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH.

O RIC-CM incorpora toda a ISAD(G) na descrição da entidade, já que toda entidade ou componente combinado de descrição deve ser descrito em único dispositivo descritivo. Entretanto, diferencia a descrição em relação às outras normas. A entidade agente incorpora as normas ISAAR (CPF) e ISDIAH. Funções e atividades são baseadas em ISDF (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2016). Contudo, o RIC-CM não define o papel do arquivista, bem como as atividades que executa na formulação e manutenção da descrição.

A descrição de documento, tanto individual ou como agregação de documentos, passa a ser feita de maneira distinta. O RIC-CM aborda cada um como duas entidades diferentes (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2016). Da mesma forma, a descrição multinível passa a ser uma descrição multidimensional, em rede de documentos inter-relacionados, fundos, pessoas, contextos, etc.

Como resultado da consulta pública internacional, a versão preliminar do modelo conceitual do Documento em Contexto/RIC-CM recebeu 62 manifestações de indivíduos, grupos ou instituições. Participaram representações de 19 países e duas organizações internacionais. O EGAD sinalizou que serão analisadas todas as contribuições e observações feitas.

Cabe destacar as reflexões críticas que o InterPARES Trust desenvolveu sobre a versão do modelo RIC-CM, assinadas por Luciana Duranti, diretora do Projeto. Ela destaca alguns aspectos preocupantes em relação ao processo de desenvolvimento do RIC-CM, sobre o qual considera que a comunidade arquivística não foi suficientemente informada. Além disso, a diretora levanta questionamentos em relação à composição do EGAD pelo ICA, por não existir representação da Ásia e contar somente com um membro para todo o continente africano, enquanto outros países tiveram dois representantes com direito a votos de decisão.

Duranti (2016) levanta a preocupação de que o RIC-CM é apresentado como tendo incorporado as quatro normas de descrição arquivística do ICA. Entretanto, segundo ela, essa proposta foi iniciada sem uma análise do nível de aplicação e dos

---

<sup>28</sup> Para RIC-CM, as entidades de descrição arquivística são: *Record; Record Component; Record Set; Agent; Occupation; Position; Function; Function (Abstract); Activity; Mandate; Documentary Form; Date; Place; Concept/Thing* (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2016, p. 9).

pontos críticos para a implementação de tais normas de descrição nos diferentes países. Duranti (2016) insiste que esse fator é crucial para se adotar um novo modelo de norma integrada em razão da ISDIAH ser quase desconhecida no mundo, assim como as outras normas ISAD(G), ISAAR(CPF) e ISDF, que também não são amplamente adotadas por vários países. Como resultado disso, o EGAD pode não considerar algumas questões preliminares para construir um novo modelo de descrição.

Duranti (2016) interroga o fato de o RIC-CM não considerar o arquivista como parte das entidades centrais de descrição. Para ela, o arquivista é a própria entidade descritiva por definição, que descreve o objeto em análise. Além disso, a mesma autora afirma, que na descrição, o arquivista é quem faz as afirmações sobre entidades, proprietários e relacionamentos; e esses não são fatos autônomos e livres de contexto. Duranti (2016) ressalta que o RIC-CM não leva em conta o debate internacional sobre o papel do arquivista como mediador da ação profissional, que apoia e garante a autenticidade dos documentos, além de moldar a memória cultural e a identidade de comunidade. Para a autora, parece impossível definir um modelo de elementos descritivos sem definir o papel do arquivista nesse modelo.

O Brasil enviou comentários ao RIC-CM após discussões da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do CONARQ e do grupo de especialista do Rio de Janeiro<sup>29</sup> no Arquivo Nacional, em dezembro de 2016. Os comentários seguiram a estrutura da proposta, sem entrar em análise das relações.

Em 12 de dezembro de 2019, o EGAD apresentou uma versão do segundo RIC-CM VO.2, que substituirá o RIC-CM VO.1. Entretanto, o EGAD faz algumas ressalvas ao informar que ainda não é o documento completo, e sim uma prévia. O EGAD publicará a versão completa em 2020.

### 2.2.3 A recuperação da informação e os instrumentos de pesquisa nos arquivos

---

<sup>29</sup> O grupo de especialista finalizou o texto com as observações ao RIC-CM. O grupo foi formado por treze membros: professores/as da Universidade Federal Fluminense – UFF; professores/as da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; arquivistas do Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional e o representante brasileiro no EGAD.

A recuperação da informação nos arquivos foi sempre uma preocupação dos seus organizadores, desde os tempos mais remotos. É tão antiga quanto a própria organização dos documentos nos arquivos, apesar do uso inicial ser somente administrativo para os seus produtores. Duranti (1993) afirma que, nos primórdios, a recuperação dos documentos era desenvolvida com base no arranjo físico dos documentos. Esse arranjo era feito, primeiramente, por assunto; e, de forma secundária, por ano. Posteriormente, isso se alterou com a adoção do princípio da proveniência ou de respeito aos fundos.

Segundo Rousseau e Couture (1998), as primeiras ações voltadas também para a recuperação dos documentos parecem ter sido os inventários, que tinham a finalidade de formar listas de documentos. Existiam também aqueles com formato de cartulários, que eram cadernos com lista dos títulos e dos privilégios. Com a adoção do princípio da proveniência, isso favoreceu também a recuperação da informação nos arquivos, o que obrigou a se ter o conhecimento do organismo criador dos documentos, da missão, do mandato, das atividades, do funcionamento, do estilo de gestão e das relações existentes, entre outros.

Os instrumentos de pesquisa ou de busca são aceitos como resultado do processo de descrição, ou seja, eles consistem no produto. Belloto (2006) pontua que tais instrumentos de pesquisa são obras de referências que identificam, resumem e localizam os fundos, as séries documentais ou unidades documentais nos arquivos. Tudo isso com a finalidade de proporcionar a recuperação da informação nos arquivos.

Com esse entendimento, Ribeiro (2003) realça que os instrumentos de acesso à informação arquivística são uma representação da realidade informacional arquivística e servem como meio para se chegar até esses acervos, como sua finalidade. Ribeiro (2003) destaca que esses instrumentos de acesso à informação consistem na parte mais visível do trabalho arquivístico. Tais instrumentos têm âmbito diversificado, a depender da ênfase que se deseja abordar, se é uma forma global do arquivo, unidade arquivística ou peça documental. A representação das unidades arquivísticas é desenvolvida com base na classificação, que caracteriza a estrutura orgânica funcional; e na descrição, que identifica os elementos informativos, os quais caracterizam os acervos (RIBEIRO, 2003).

Os instrumentos de pesquisa resultam da análise dos documentos de arquivo e de suas agrupações. No entanto, não existe um consenso terminológico sobre a

denominação de tais instrumentos. De acordo com Heredia Herrera (1991), eles são designados de forma diferente em vários países. Não existe um critério determinado para precisar cada um.

En cuanto a los instrumentos cuyo fin es la descripción, reciben variadas denominaciones genéricas: de “catálogos” por los norteamericanos; de “auxiliares descriptivos” por la Escuela de Archiveros de Córdoba (Argentina); de “instrumentos de localización”, “de información”, “de descripción”, “de trabajo” o “de consulta” en España; de “instrumento de investigación” en algunos trabajos de la Unesco, no faltando otras designaciones como las de “instrumentos archivísticos”. Los canadienses utilizan dos voces: de recuperación en los archivos corrientes, de investigación en los históricos (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 314).

A norma internacional ISAD(G) do ICA não desenvolveu regras sobre os instrumentos de pesquisas de arquivos, sinalizando apenas para uma uniformização terminológica. A argumentação apresentada consiste no entendimento de que ela é arquitetada para ser amplamente aplicável à descrição de documentos. Apesar disso, esclarece que “[...] a norma não define formatos de saída ou modos nos quais esses elementos são apresentados, por exemplo, em inventários, catálogos, listas, etc.” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 12).

De acordo com Belloto (2006), os instrumentos de pesquisa podem ser genéricos e globalizantes, como os quadros de fundos e os guias. Há também os parciais, que cobrem parcela dos acervos, de forma detalhada e específica, como: inventários; catálogos; repertórios e índices. Belloto (2006) também identifica a edição de fontes, como o instrumento que publica o documento na íntegra. Além disso, existem os instrumentos de uso interno do trabalho arquivístico, que são: “listagens que acompanham os recolhimentos; os esquemas da evolução administrativa; organogramas atuais dos órgãos [...]; quadros gerais de fundos, grupos e séries; tabela de temporalidade; [...]” (BELLOTO, 2006, p. 109).

O guia para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística tem o significado de: “Instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 102). Com esse mesmo entendimento, o Dicionário de Terminologia Arquivística, da Associação dos Arquivistas Brasileiros, do Núcleo Regional de São Paulo, conceitua guia como “Instrumento de pesquisa que fornece informações básicas sobre um ou mais arquivos e seus fundos” (CAMARGO; BELLOTO, 1996, p. 42). Nessa perspectiva, Belloto (2006) pontua que o guia é o mais abrangente dos

instrumentos de pesquisa. Além disso, a linguagem dele deve ser de fácil entendimento para o público mais geral.

O inventário é um instrumento de pesquisa parcial. Ele descreve um conjunto ou unidades documentais conforme a ordem do arranjo (BELLOTO, 2006). O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística conceitua inventário como: “Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 109). No Dicionário de Terminologia Arquivística o termo inventário consta como “instrumento de pesquisa em que a descrição exaustiva ou parcial de um fundo ou de uma ou mais de suas subdivisões tom por unidade a série [...]” (CAMARAGO; BELLOTO, 1996, p. 45). Segundo Belloto (2006), o inventário sumário descreve série e o sumário analítico descreve documento por documento.

O catálogo, na acepção do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, significa: “Instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizado de documentos a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 45). Belloto (2006) faz uma ressalva sobre a diferença da conceituação brasileira para a norte-americana, difundida por Schellenberg, e para a espanhola, apresentada por Heredia Herrera. A terminologia norte-americana designa catálogo de série da mesma forma que o inventário. Já a designação sugerida por Herrera corresponde à descrição da peça documental, o que não acontece no caso do Brasil (BELLOTO, 2006). Entretanto, o Dicionário de Terminologia Arquivística admite a possibilidade de a descrição do catálogo ocorrer de forma exaustiva ou parcial sobre um fundo ou sobre uma ou mais subdivisões, quando toma por unidade a peça documental (CAMARGO; BELLOTO, 1996).

O repertório, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, consiste em “Instrumento de pesquisa no qual são descritos pormenorizadamente documentos, pertencentes a um ou mais fundos e/ou coleções, selecionados segundo critérios previamente definidos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 147). Belloto (2006) destaca que repertório pode ser de dois tipos: os que se referem ao tema, pessoa ou evento; e os que, além de considerar tema, pessoa ou evento, também levam em conta os mais relevantes ou os mais importantes.

Os índices no entendimento do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística versam sobre a “Relação sistemática de nomes de pessoas, lugares, assuntos ou datas contidas em documentos ou em instrumentos de pesquisa, acompanhado das referências para a sua localização” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 107). O Dicionário de Terminologia Arquivística define índice como “Produto da indexação, como instrumento de pesquisa autônomo ou complemento de outro” (CAMARAGO; BELLOTO, 1996, p. 43). Belloto (2006) esclarece que os índices registram nomes, lugares ou assuntos em ordem alfabética, remetendo-os à localização da informação.

Agora, com o advento das tecnologias de informação e comunicação, bem como com as novas formas de produção de documentos, ocorre um alargamento dos instrumentos de pesquisa. No contexto tecnológico, a representação por meio da descrição assume diferentes formas para a recuperação da informação nos arquivos. Em uma base de dados, pode-se definir diferentes formatos de saída a depender de decisão da gestão administrativa do arquivo.

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a base de dados tem o significado de “Conjunto de dados estruturados, processados eletronicamente, e organizados de acordo com uma sequência lógica que permite o acesso a eles de forma direta, por meio de programas de aplicação (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 42). Esse mesmo entendimento é adotado pelo ICA, na *Multilingual Archival Terminology* para a língua portuguesa.

Segundo Jardim e Fonseca (2004), o uso das tecnologias tem causado redefinição dos serviços de informação. As novas formas de produção e o uso da informação têm colocado em pauta a discussão do usuário desses serviços com um outro olhar. Jardim e Fonseca (2004) afirmam que, nesse contexto, o foco não é mais a verificação do grau de satisfação do usuário, mas as necessidades de informações dele. Em *website* de instituições arquivísticas, os instrumentos para a recuperação da informação e garantia do acesso aos usuários ganham maior relevo.

O Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ publicou diretrizes gerais para a construção de *websites* de instituições arquivísticas. As diretrizes contêm várias orientações. Cabe destacar a indicação de que o *website* de instituição arquivística deve ser um instrumento de prestação de serviço. Além disso, “Trata-se, na verdade, de um espaço virtual de comunicação com os diferentes tipos de usuários da

instituição a ser gerenciado como parte da política de informação da instituição” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 4).

O CONARQ recomenda que a concepção do *website* deve fornecer aos usuários a indicação de alguns recursos, como: atendimento ao cidadão; educação; pesquisa científica; e atendimento ao governo. Em relação aos aspectos arquivísticos, sugere, entre outras informações, que apresente informações sobre instrumentos de pesquisa *on-line*, instrumento de pesquisa *on-line* em base de dados, instrumentos de pesquisa não disponíveis *on-line* e outras bases de dados.

Michael Cook (2007) destaca que o uso da tecnologia da informação na construção de instrumentos de pesquisa nos arquivos é utilizado de forma ampla, assim como nos sistemas de computador. O uso de estrutura de metadados para acesso, como o *Encoded Archival Description* (EAD), consiste em algo bastante difundido na comunidade arquivística. Entretanto, Cook (2007) ressalta que as normas descritivas nem sempre se adequam de forma flexível às necessidades das novas categorias de usuários.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Procurou-se recorrer às diversas autoras e autores com estudos e reflexões que apresentem conceitos e definições que possam dar suporte a esta pesquisa. Nesse sentido, o presente estudo compreende os arquivos como construções sociais que não são neutras e nem objetivas na sociedade, reflexão desenvolvida por Schwartz e Cook (2004). Da mesma forma, esses autores compreendem essas instituições como espaços permeados por relações de poder, ressaltando que “Desde suas origens no antigo mundo, eles sistematicamente excluem registros sobre e por mulheres e, como instituições, têm sido agentes da criação do patriarcado ao apoiar os poderosos contra os marginalizados” (SCHWARTZ; COOK, 2004, p. 26).

Nessa perspectiva, em tais espaços de poder, “o presente controla o que o futuro saberá do passado”. Logo, os arquivos exercem poder sobre

[...] a memória coletiva dos membros marginalizados da sociedade – sejam mulheres, não-brancos, gays e lésbicas, crianças, pobres, presidiários ou analfabetos – e sobre sua representação e integração nas metanarrativas da história, reside nas decisões que arquivistas e curadores de manuscritos tomam ao solicitar e avaliar as coleções, o modo de distribuir recursos institucionais para a procuração e processamento das coleções e a prioridade dada a sua difusão através de guias, publicações, exposições e sites (SCHWARTZ; COOK, 2004, p. 26).

Essa abordagem enfatiza as relações de poder nos arquivos, seja para a formação e manifestações de identidades nacionais, étnicas, raciais, de gênero e de classe, seja para mediar o acesso aos registros. De acordo com Schwartz e Cook (2004, p. 25), “Através de práticas descritivas e arquitetura de sistema, de seleção – em todos os níveis – para o acesso on-line, da produção de exposições virtuais, os arquivos exercem poder sobre o que será conhecido do que foi preservado”.

Os arquivos, ainda para os mesmos autores, consistem em instrumentos de hegemonia ou de resistência, como também são produtos da necessidade de informação da sociedade. Ademais, a despeito da concepção de que os arquivos são espaços que marginalizam e privilegiam falas, Schwartz e Cook (2004, p. 24) observam que “Eles são a base e a validação das histórias que nós contamos, das narrativas que dão coesão e significado aos indivíduos, grupos e sociedades”.

O princípio de respeito aos fundos consiste em manter agrupados, sem misturar a outros, os arquivos provenientes de uma instituição ou pessoa (DUCHEIN, 1986). Duchein reafirma que o fundo deve ser a base da descrição arquivística, já que os arquivos são produtos das atividades de todo produtor que os tenha gerado. O princípio de respeito aos fundos ou princípio da proveniência consiste na base da arquivística teórica e prática.

Em relação ao documento arquivístico, com base em Duranti (1994), entende-se que os registros documentais representam um tipo de conhecimento produzido e acumulado por pessoas ou instituições. Como tal, os documentos são subprodutos e instrumentos de seus criadores, portanto, podem servir de prova para as presunções ou conclusões relativas às atividades ou situações. Nessa perspectiva, destaca-se a reflexão de Duranti (1994, p. 50), de que, “A partir destas provas, as intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido”. Com efeito, tais documentos atestam ações e transações, e a veracidade disso depende das circunstâncias de criação e de preservação desses registros.

Acerca da representação da informação, adota-se a reflexão desenvolvida por Geoffrey Yeo (2008), de que o sistema representacional tem como finalidade fornecer substituto. O mesmo autor entende que o documento pode assumir três tipos de representação: a de ser uma representação constante, podendo ir além das circunstâncias imediatas de sua criação; de representar atividades ou ocorrências, como coisas, funções, processos, incidentes e eventos; e representar atividades ou ocorrências criadas em decorrência de vontades de pessoas. Em relação à representação da informação arquivística, considera-se a observação de Yeo (2008) de que, no discurso arquivístico, essa representação está conectada com os processos ou produtos da descrição arquivística.

A descrição arquivística é compreendida por Duranti (1993) como a escrita sobre o material de arquivo, abrangendo as ideias de representação, identificação e organização. Também foram considerados os estudos de Lúcia Oliveira (2010), que entendem a descrição como uma função arquivística que se desenvolve enquanto conhecimento e pesquisa em arquivologia, além de orientar o acesso aos arquivos.

Da mesma maneira, Oliveira (2010) afirma que a descrição implica a elaboração de mecanismos de acesso e a explicitação dos relacionamentos entre os documentos, as funções e as atividades que lhes deram origem, o que resulta no

controle do acervo. Quanto aos instrumentos de pesquisa dos arquivos, adota-se o entendimento de Belloto (2006) de que eles são:

[...] obras de referência que identificam, resumem e localizam em diferentes graus e amplitudes os fundos, as séries documentais e/ou unidades documentais existentes em um arquivo permanente. Há os genéricos e globalizantes, como os quadros de fundos e os guias, e há os parciais, que são detalhados e específicos, tratando de parcelas do acervo como os inventários, catálogos, repertórios e índices [...]. (BELLOTO, 2006, p. 108).

Com base em Ribeiro (2003), compreende-se que tais instrumentos consistem numa representação da informação arquivística e proporcionam acesso à informação nos arquivos, bem como visibilidade ao trabalho arquivístico. Para Ribeiro (2003), a definição de tais instrumentos de acesso à informação ocorre em função de três parâmetros:

- 1 – o âmbito que abrangem, ou seja, o seu objecto específico, que pode variar de acordo com o nível de análise escolhido e que, em alguns casos, determina a sua tipologia;
- 2 – a estrutura interna, na qual se incluem os elementos informativos identificadores das unidades arquivísticas descritas, ordenado segundo um determinado critério;
- 3 – os pontos de acesso à informação que, em muitos casos, servem de elementos ordenados das descrições, e noutros, surgem desinseridos de quaisquer dados descritivos remetendo directamente para a informação [...]. (RIBEIRO, 2003, p. 635).

Em virtude de existir uma diversidade conceitual dos instrumentos de descrição, o presente estudo adotou as definições utilizadas por Belloto (2006): o guia, como o mais abrangente instrumento de pesquisa; o inventário, que descreve o conjunto ou unidades de documentos; o catálogo, elaborado para descrição exhaustiva ou parcial de um fundo ou sua subdivisão, cuja unidade é a peça documental; o repertório, para a descrição de um tema, pessoa ou evento; o índice, para recuperação de nomes, lugares ou assunto em ordem alfabética.

Para a base de dados, adotou-se o entendimento indicado pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, no qual a base de dados consiste em um conjunto de dados estruturados e organizados numa sequência lógica, permitindo o acesso de forma direta (ARQUIVO NACIONAL, 2005). É o mesmo significado adotado pelo ICA, na *Multilingual Archival Terminology* para a língua portuguesa.

#### **4 A ESCRITA E O PATRIARCADO: ELEMENTO COMUM DOS ARQUIVOS E MULHERES**

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

O patriarcado consiste em modelo de sociedade que surgiu junto com a invenção da escrita (ENGELS, 1981; LERNER, 2018). Como se sabe, os arquivos também surgiram com a escrita (GAGNON-ARGUIN, 1998; SILVA et al., 1999). Talvez, como produto de tal sociedade, a utilização dos documentos escritos possibilitou ampliar o poder e a influência de seus produtores, especialmente por seu valor de prova, seja da herança, da terra, entre outros. Nesse sentido, Evans (1998, p. 15) lembra que “[...] os documentos escritos permitiram aos mercadores, aos sacerdotes e aos reis consolidar e alargar o seu poder e a sua influência através das instituições que eles próprios criavam”.

Segundo Schwartz e Cook (2004), os arquivos como instituições estão relacionados com a manutenção de poder. Já os registros exercem poder em relação à construção do conhecimento histórico, da memória coletiva, da identidade nacional e, ainda, na forma como as pessoas se conhecem enquanto indivíduos, grupos e sociedades. Os autores afirmam que os arquivos, desde os primórdios, sistematicamente excluem os registros a respeito das mulheres, além do que, como instituição, têm sido agentes do patriarcado, demonstrando a natureza sexista dos arquivos.

Segundo Lerner (2018), os estados arcaicos se organizaram primeiramente como um patriarcado, onde os homens eram os portadores dos valores em sociedade. Nele, a subordinação sexual das mulheres foi institucionalizada nos primeiros códigos jurídicos e no próprio poder do Estado. Além disso, procurou-se garantir a cooperação das mulheres ao sistema, seja pela força, pela dependência econômica do cabeça na família, pela divisão entre mulheres respeitáveis e não respeitáveis, entre outros. A família patriarcal era a unidade básica dessa

organização, que expressava e gerava seus valores e normas (LERNER, 2018). Como consequência desse modelo, as mulheres, em sua maioria, submeteram-se a esses valores, os quais determinavam seu lugar e seu papel na comunidade.

A desigualdade entre homens e mulheres parece ser um traço comum de todas as sociedades. Embora Muraro (1992, 2014) afirme que não havia desigualdade entre os sexos na sociedade de cultura, de coleta e de caça a pequenos animais, ela admite que, em virtude do surgimento da civilização agrária, as sociedades tornaram-se patriarcais. A partir de então, as mulheres passaram a ser controladas sexualmente, ficando reduzidas ao âmbito doméstico e perdendo a capacidade de decisão no domínio público (MURARO, 1992, 2014).

A mulher, por longo período, foi totalmente subjugada. Beauvoir (1970), ao analisar o papel da mulher na sociedade em sua obra clássica “O Segundo Sexo”, marco feminista internacional, destaca a condição inferior da mulher em relação ao homem. Na opinião de Beauvoir (1970), convinha para os homens essa inferioridade.

A História mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro (BEAUVOIR, 1970, p. 179).

Na discussão a respeito da origem da subordinação feminina, existem distintos entendimentos. No livro “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, de 1884, Friedrich Engels formula a tese de que a submissão da mulher aconteceu quando houve a acumulação da riqueza, em propriedade particular das famílias. Os homens buscaram assegurar para si e para seus herdeiros esses ganhos, transformando-os em propriedade privada. Para isso, institucionalizaram o casamento monogâmico, com a monogamia só para as mulheres, e substituíram a filiação feminina e o direito hereditário materno em favor da filiação masculina e do direito hereditário paterno para a transmissão de herança.

O poder exclusivo dos homens trouxe como efeito a instituição da família patriarcal. Com isso, o homem colocou sob seu poder a mulher, que passou a ser controlada também sexualmente pelo patriarca, tanto na esfera pública quanto na privada. Na opinião de Engels (1984),

O desmoronamento do direito materno, foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em

servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução (ENGELS, 1984, p. 61).

Para Engels (1984), essa condição da mulher tinha sido retocada e dissimulada, mas não suprimida. Para o autor, “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (ENGELS, 1984, p. 70).

Engels (1984) formulou sua teoria baseado nos estudos etnográficos de J. J. Bachofen e L. M. Morgan. Bachofen, ao estudar a história da família com o Direito Materno, levanta a questão de que as sociedades primitivas viveram em promiscuidade sexual. Por isso, a filiação era contada por linha feminina, segundo o direito materno; e a mulher, como mãe, gozava de grande estima e respeito, chegando ao “[...] domínio feminino absoluto” (ENGELS, 1984, p. 7).

Existe controvérsia em relação a essa formulação de Engels, em razão da informação etnográfica utilizada por ele não ter sido confirmada. Embora Gerda Lerner (2018) afirme que, independentemente de haver ocorrido ou não o matriarcado, havia igualdade entre os sexos naquele período. Da mesma forma, Saffioti (2000) e Muraro (1992, 2014) partilham dessa opinião em relação à igualdade de gênero naquelas sociedades. Em complemento, Perrot (2005, p. 267) ressalta que “As sociedades bárbaras eram matriarcais e matrilineares; [...]”. Por outro lado, Beauvoir (1970, p. 76) afirma que não é claro que “[...] a propriedade privada tenha acarretado fatalmente a escravização da mulher.”

A reflexão que Beauvoir (1970) faz é que a situação biológica e econômica acarretou a supremacia do macho. Foi o homem quem criou valores, “[...] venceu as forças confusas da vida, escravizou a Natureza e a Mulher” (BEAUVOIR, 1970, p. 86). Logo, “[...] o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde as origens da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos” (BEAUVOIR, 1970, p. 97).

Diferentemente de Beauvoir, Lerner (2018) defende que o patriarcado não era permanente e foi construído socialmente. Nessa perspectiva, a autora observa que a subordinação feminina antecedeu a civilização ocidental. O processo histórico em que se estabeleceu e se institucionalizou o patriarcado levou 2.500 anos. Isso ocorreu entre 3.100 a.C a 600 a.C, na Mesopotâmia. Para Lerner (2018), no

segundo milênio a.C., na Babilônia, os homens controlavam a sexualidade das mulheres totalmente, embora as mesmas detivessem independência econômica, direitos legais e ocupassem cargos na sociedade. A apropriação da capacidade sexual e reprodutora das mulheres ocorreu antes da formação da propriedade privada e da sociedade de classes (LERNER, 2018).

Em relação ao patriarcado, Gerda Lerner (2018) explica que o referido termo consiste em uma construção histórica, com o significado de dominação paternalista. A palavra paternalista configura-se em uma conduta do paternalismo, que, por sua vez, significa formas de autoridade e proteção aplicadas pelo pai na família tradicional, as quais se estabelecem também nas relações sociais. Já o termo paternalismo descreve a relação entre um grupo dominante, considerado superior, e um grupo subordinado, que se considera inferior (LERNER, 2018).

Na opinião de Perrot (1988, p. 176), “[...] a inscrição na história das relações entre os sexos; elas não radicam numa ordem natural fixa; são produto de uma evolução; a subordinação das mulheres é resultado de um processo que se poderia imaginar reversível”. No entanto, de acordo com Biroli (2018), mesmo na sociedade moderna, não houve a superação do patriarcado. Assim, a despeito da falta de consenso entre os autores em relação ao início da subordinação feminina na sociedade, presume-se que essa submissão foi uma construção social criada, que foi e continua sendo longamente debatida.

Também não há consenso entre as autoras em relação ao uso do conceito de patriarcado. Segundo Machado (2000, p. 3), “Patriarcado se refere a uma forma, entre outras, de modos de organização social ou de dominação social”. Para Saffioti (1992), patriarcado tem relação com “dominação-exploração” das mulheres. De acordo com Biroli (2018), o mundo moderno não correspondeu à superação do patriarcado e define-o como:

[...] um complexo heterogêneo, mas estruturado, de padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa destas. É ativado de forma concreta, nas instituições e nas relações cotidianas (BIROLI, 2018, p. 11).

Castro e Lavinias (1992) comentam o fato de não haver concordância sobre o uso do termo patriarcado entre as feministas. De acordo com as mesmas autoras, para umas o referido termo se situa nas famílias, para outras, ele ocorre em um nível mais geral, como no Estado e na sociedade. No entanto, todas admitem que há

convergência em relação ao uso de tal vocábulo para identificar o poder da dominação masculina.

Em relação aos arquivos e sua relação com o patriarcado, Cabral (2019) destaca que tais instituições “estão intimamente ligadas ao (pátrio) poder”, com raiz no patriarcado. Como consequência, os arquivos privilegiam “[...] as narrativas acerca dos grandes homens e seus feitos [...]”. (CABRAL, 2019, p.290).

Não se pode esquecer que os arquivos são constituídos por recursos informativos na forma mais antiga de registros da sociedade. Portanto, observa-se que as mulheres ficaram submetidas aos valores apontados pelos homens, que determinavam o seu lugar e papel na sociedade não só na forma escrita, mas também nos diversos espaços sociais existentes, inclusive nos repositórios de memória como os arquivos.

#### **4.1 A condição da mulher: desnaturalização da sua subordinação**

Muitas foram as contestações para romper as amarras da submissão das mulheres. Segundo Perrot (2005, p. 10), “Os dominados podem sempre esquivar-se, desviar as proibições, preencher os vazios do poder, as lacunas da História. [...], sabe-se que as mulheres não deixaram de fazê-lo”. As mulheres basearam-se nas ideias iluministas do século XVIII para reivindicar seus direitos e emancipação feminina (ALVES; PITANGUY, 2003; PINSKY; PEDRO, 2003).

O iluminismo possibilitou uma nova abordagem ao entender o indivíduo como possuidor de direitos inalienáveis. A filosofia iluminista defendia a igualdade entre os indivíduos e entendia que a sociedade deveria aplicar princípios calcados na razão, em vez de nos costumes, o que contrariava a visão teocêntrica, do poder absolutista na Europa da Idade Média. O uso desse pensamento iluminista contra a submissão da mulher ocorreu a despeito de alguns de seus principais pensadores não a incluir como possuidora desses direitos<sup>30</sup> (ALVES; PITANGUY, 2003; PINSKY; PEDRO, 2003).

---

<sup>30</sup> Jean Jacques Rousseau defendia o estado democrático que garantisse igualdade para todos, entretanto isso não incluía as mulheres. Para ele, o mundo externo era de forma “natural” do homem,

Sabe-se que o pensamento iluminista influenciou os diversos eventos que aconteceram nos séculos seguintes, em diversos locais do mundo. A Revolução Francesa de 1789 tinha como lema os ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, e foi marco para o direito de cidadania. Em sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte revolucionária, estava previsto em seu artigo primeiro que os homens nascem livres e iguais em direitos. No entanto, essa igualdade de direitos não incluía as mulheres.

As mulheres tiveram participação ativa no processo revolucionário da Revolução Francesa. A Marcha de Mulheres de Paris a Versalhes foi um acontecimento que ajudou a fortalecer a Revolução e contribuiu para o fim da Monarquia. Hobsbawm (2005) destaca a marcha das mulheres sobre Versalhes, quando era aguardado que elas realmente tomassem a liderança na luta pela justiça social, dando clara demonstração de que a participação delas nesses movimentos já era algo esperado.

Considerando a importância de tal feito, Perrot (2005, p. 289) ressalta que “[...] nos dias 5 e 6 de outubro de 1789, as mulheres do mercado de Halles, ao trazerem de Versalhes para Paris a família real, modificam fundamentalmente o espaço de poder”. Elas estiveram presentes também na Queda da Bastilha. Apesar de tudo isso, foi-lhes negada a sua participação como cidadãs com direitos políticos. Tal fato ocasionou decepção e indignação para as mulheres, que reivindicavam direitos iguais aos homens.

Foi nesse processo da Revolução Francesa que as mulheres reivindicaram para si direitos plenos iguais aos dos homens. Segundo Alves (1980, p. 32), “As mulheres revolucionárias francesas dirigem-se à Assembleia, peticionando a revogação de institutos legais que submetem o sexo feminino ao domínio masculino”. A escritora e dramaturga francesa Olympe des Gouges, pseudônimo de Marie Gouze (autora de peças de teatro contra a escravidão negra), reivindicou total igualdade política entre homens e mulheres (PERROT, 2005, 2008). A escritora fazia chamamento às mulheres dizendo: “Mulher, acorda! A força da razão faz-se ouvir em todo o universo: reconhece teus direitos” (GOUGES, 2007 p. 1).

---

já a mulher pertencia ao mundo interno. Além disso, defendia que a mulher deveria ser educada para servir ao homem, desde criança até a fase adulta (ALVES; PITANGUY, 2003; PINSKY; PEDRO, 2003); John Locke entendia que todos os homens tinham direito à “liberdade natural”, sem precisar se submeter à vontade de alguém, mas isso não incluía a mulher e o animal, que, para ele, deveriam ser subordinados ao homem (PINSKY; PEDRO, 2003).

Olympe des Gouges encaminhou, em 1791, um documento com o título “Os Direitos da Mulher e da Cidadã” para a Assembleia Nacional, no qual reivindicava os direitos da mulher. Esse documento se contrapunha a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 26 de agosto de 1789.

Essa ousadia de Olympe des Gouges causou-lhe a condenação como contrarrevolucionária. Em razão disso, ela foi guilhotinada em 3 de novembro de 1793. Segundo Branca Moreira Alves (1980), a sua sentença condenatória acusava-a de ter ambicionado ser homem e esquecido as virtudes do seu sexo. Então, para refrear a participação das mulheres no espaço público durante o período revolucionário, foi instituído o Decreto nº 1785, da Assembleia Nacional, que as obrigava a voltar para a esfera privada de seus domicílios (ALVES, 1980).

Na Inglaterra, em 1792, a crítica literária e tradutora Mary Wollstonecraft publicou o livro *A Vindication of the Rights of Woman*, também influenciada pelos ideais iluministas. Wollstonecraft reivindicava para as mulheres o direito à educação. Por isso, sua proposta era que fosse oferecida às meninas a mesma oportunidade intelectual dos meninos. Ela acreditava ser possível o ser humano criar novas relações baseando-se no princípio da igualdade, e defendia que mulheres e homens tinham o mesmo potencial (WOLLSTONECRAFT, 2017).

Esses dois acontecimentos, com as autoras Olympe des Gouges e Mary Wollstonecraft, no século XVIII, talvez possam ser considerados como os primórdios e antecedentes do surgimento do feminismo, mas ainda como vozes isoladas. No século seguinte, em 19 e 20 de junho de 1848, ocorria a Convenção dos Direitos da Mulher, em *Seneca Falls*, nos Estados Unidos. Esse evento é considerado o marco inicial do movimento feminista, como articulação coletiva que reivindicava os direitos das mulheres, promovido pelo movimento feminista americano (ALVES, 1980; ALVES; PITANGUY, 2003).

A Convenção dos Direitos da Mulher pleiteava direitos civis e políticos para as mulheres. Nesse evento foi apresentada “A Declaração de Princípios”, que externava diversas reivindicações, tais como: “ A história da humanidade é uma história de repetidas injúrias e usurpações por parte do homem para com a mulher, tendo como objetivo direto o estabelecimento de uma tirania absoluta sobre ela [...]” (ALVES, 1980, p. 68).

Nos referidos princípios aparecem também reclamações referentes à participação da mulher no mundo do trabalho assalariado. Depois, na segunda

metade do século XIX, tanto na Inglaterra como na França, iniciou-se a entrada em massa das mulheres na indústria (SAFFIOTI, 2013). No entanto, antes disso, já havia a participação da mulher no mundo do trabalho fora da esfera doméstica. Segundo Hobsbawm (2005, p. 155), a luta pré-industrial dos pobres possibilitou um amplo espaço para as mulheres participarem, ao lado dos homens, do mundo laboral, inclusive com “papel específico e de liderança”.

A despeito da resistência masculina em relação à entrada das mulheres nesse mundo do trabalho, parte dos homens do século XIX entendiam que as mulheres representavam uma ameaça à sua condição salarial e de trabalho, já que os salários femininos eram muito baixos (HOBSBAWM, 2005). Essa situação também rebaixava o nível salarial de todos. Sobre isso, Saffioti (2013) lembra que os trabalhadores franceses nas indústrias gráficas faziam greve quando ocorria a contratação de mulheres, na segunda metade do século XIX. Ocorria rejeição à mulher inclusive em relação à sua participação no movimento operário. Na opinião de Hobsbawm (2005, p. 157), “[...] tanto o medo da concorrência econômica das trabalhadoras, quanto a manutenção da “moralidade” se combinaram para conservar as mulheres fora ou à margem do movimento operário – exceto no papel convencional de membros da família”.

A mulher adentrou o mundo do trabalho assalariado de forma precária e sofria maior exploração que os homens. Esse abuso ocorria tanto no quantitativo das horas trabalhadas quanto nos salários que elas recebiam. Além disso, não assumiam cargo de chefia e eram molestadas sexualmente, além das condições insalubres a que todos eram submetidos. Junto a isso, Saffioti (2013) afirma que a negação de direitos civis e políticos à mulher limitava sua atuação, desde o início do capitalismo. Por isso, os processos de industrialização concentraram nas áreas urbanas diversos problemas sociais, dentre os quais “o grave problema da mulher”.

Cabe destacar a luta das mulheres trabalhadoras de vários lugares, que lutaram pela redução da jornada de trabalho, como o caso das mulheres de Nova York, que, em 8 de março de 1857 e, depois, em 1908, fizeram greve e marcharam pelas ruas da cidade, protestando contra os baixos salários, jornada extensiva de trabalho e direito ao voto (ALVES; PITANGUY, 2003). Anos após tais acontecimentos, também em 8 de março de 1917, no calendário ocidental, as mulheres russas fizeram greve para reivindicar melhores condições de trabalho, o que colaborou para o desencadeamento da Revolução Socialista de 1917.

O movimento operário denunciou diversas vezes as explorações do trabalho feminino e infantil. No século XIX, as características das lutas operárias eram: melhores condições de trabalho, que envolvia salário, redução da jornada, repouso semanal e condições de higiene; e direitos de cidadania, votar e ser votado sem critério censitário e remuneração exigida (ALVES; PITANGUY, 2003). Cabe lembrar as posições socialistas do movimento, que entendiam a condição da mulher como parte das relações de exploração que ocorrem na sociedade de classe, no sistema capitalista (PINSKY; PEDRO, 2003).

Na opinião de Pinsky e Pedro (2003, p. 290), apesar dos preconceitos masculinos, as socialistas lutaram pelas mulheres dentro dos partidos e sindicatos, pois “[...] o socialismo forneceu um dos ambientes mais duradouros e apropriados ao feminismo [...]”. Perrot (2005) destaca que a aliança das mulheres com o socialismo foi a mais frequente e conflituosa em todos os países. Situação confirmada por Valadares (2007, p.55), ao afirmar que o livro “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, continua sendo o “[...] centro polarizador do debate feminista.” As mulheres trabalhadoras romperam com o silêncio nas diversas frentes existentes e desenvolveram várias lutas por seus direitos, como greves, marchas, manifestações; e trouxeram suas reivindicações para a visibilidade do ambiente público.

No século XIX também se procurou determinar os espaços e o lugar de cada sexo. Segundo Perrot (2005), existia uma lista limitada de trabalhos femininos permitidos. A segregação sexual dos espaços ocorreu ao limite máximo, tais como determinar que o lugar definido para elas deveria ser o da família e dos tecidos; e o dos homens, das madeiras e dos metais. Nesse sentido, eram determinados os espaços, assim como as tarefas, tudo subordinado ao desempenho do seu papel na família. De acordo com Perrot (2005), estava assim decidido:

Lugar das mulheres: a Maternidade e o Lar a delimitam totalmente. A participação no trabalho assalariado é temporária, ritmada pelas necessidades da família, que comanda, remunerada com um salário complementar, condicionado as tarefas chamadas não-qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas (PERROT, 2005, p. 198).

Apesar dessas limitações para as mulheres, ocorreram ao mesmo tempo outras alterações que reforçavam a luta delas pela obtenção de seus direitos e de cidadania. Nesse período, procurou-se reforçar as concepções de inferioridade

feminina, com a criação de várias barreiras para lhes proporcionar direitos e participação igualitária nos espaços públicos e privados (MATOS; BORELLI, 2012). Por outro lado, também foi nessa época que elas enfrentaram as barreiras e passaram a participar de forma mais ativa em defesa de seus direitos (PINSKY; PEDRO, 2003).

O século XX é visto como o século no qual as mulheres obtiveram diversas conquistas. Nele foram garantidos direitos civis, políticos e sociais. Entretanto, ainda persistem algumas situações de desigualdade e de preconceito. Muitas vezes, a previsão do direito na lei não garante a realização dele na prática cotidiana. Pinsky e Pedro (2003, p. 294) afirmam que “O percurso cheio de idas e vindas, os tropeços e os recuos, têm mostrado uma luta por direitos instáveis, constantemente ameaçados [...]”. Esse percurso ainda coloca na pauta a luta pela cidadania plena e contra o retrocesso de algumas conquistas adquiridas, por vezes ameaçadas.

## **4.2 O feminismo**

O feminismo emergiu da luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, da busca por cidadania para elas e da reivindicação por liberdade feminina. Segundo Sorj (1992, p. 18), “[...] o feminismo integra um longo processo de mudanças que envolveu a emancipação dos indivíduos das formas tradicionais da vida social”. Isso significou um extenso e demorado percurso para o amadurecimento do movimento feminista, bem como de suas teorias de forma simultânea. Para Célia Pinto (2012), essa característica de militância e produção teórica coincidente é rara e ocasiona embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais, nas teorias produzidas e nas ciências humanas em geral.

O feminismo passou a questionar conceitos universais aceitos. De acordo com Miguel e Biroli (2012), a teoria feminista colocou em xeque a neutralidade de categorias consideradas consagradas e a intencionalidade do seu caráter visto como universal, obrigando a se repensar os modelos desde as suas bases.

No feminismo existe uma pluralidade e uma diversidade de objetivos, de teorias e de ações que tenham como foco o combate à desigualdade de gênero. As

lutas feministas também são diversificadas e heterogêneas, assim como sua forma de organização, que vai desde manifestações individuais ou coletivas. Na opinião de Sorj (1992, p. 17), “[...] o movimento nunca logrou unir as mulheres em um único discurso ou promover uma única identidade coletiva”. Contudo, existe consenso em relação à supressão da desigualdade entre homens e mulheres.

Ideias e práticas feministas nunca foram homogêneas. Contudo as feministas têm sido unânime na convicção de que a opressão às mulheres deveria acabar, na rejeição de ideias tradicionais – como a inferioridade natural das mulheres e a necessidade da submissão feminina – e na crença de que a ampliação de papéis e opções para as mulheres criaria um mundo melhor para todos. (PINSKY; PEDRO, 2003, p. 286).

As feministas questionam a ideologia que legitima a supremacia masculina de diversas maneiras. Segundo Pinsky e Pedro (2003, p. 287), elas empreenderam “[...] lutas políticas e legais ou sociais e culturais e, por vezes, ligando-se a outros movimentos (de independência, liberais, revolucionários, abolicionistas, pacifistas, socialista, anarquistas) [...]”. A luta pelos direitos das mulheres enfrentou muita hostilidade e sempre foi minoria.

O desenvolvimento das lutas feministas é classificado como feminismo de primeira, segunda e terceira onda. A primeira onda do feminismo iniciou no século XIX e terminou em torno de 1945 (CHANTLER; BURNS, 2015). As reivindicações das mulheres eram: direitos civis, direito de propriedade, acesso à educação, direito de votar e ser votada e direito trabalhista.

A segunda onda do feminismo ocorreu a partir de 1945, mas o desenvolvimento de atividades ocorreu de 1960 aos anos 1990 (CHANTLER; BURNS, 2015). Essa onda tinha como base o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e os movimentos contrários à guerra do Vietnã, além das conquistas adquiridas na fase anterior (CHANTLER; BURNS, 2015, SCHUMAHER; BRAZIL, 2000). As bandeiras de luta eram: abertura das profissões para as mulheres; igualdade no ambiente de trabalho; pagamento pelo trabalho do lar; e o direito das mulheres de controlarem sua reprodução. Pedro (2012, p. 256) esclarece que foram acrescentadas as “reivindicações referentes à sexualidade (direito ao prazer), ao corpo (aborto e contracepção)”. Segundo Schumacher e Brazil (2000, p. 229), “Norte Americanas, Italianas, Francesas, Inglesas, Suecas ganharam as ruas para entoar as palavras de ordem: Nosso corpo nos pertence! O privado também é político!”.

Com a expressão “o político é pessoal”, o feminismo questiona também o acesso das mulheres aos espaços de decisão política. Além disso, procurou-se dar visibilidade entre o público e o privado na reprodução das relações de gênero (ARAÚJO, 2012). De acordo com Miguel e Biroli (2012), o questionamento que o feminismo enfoca evidencia que as fronteiras convencionais entre público e privado servem para mascarar formas de dominação que possuem impactos em todas as dimensões da ação política das mulheres. Então, o feminismo passou a se preocupar não somente com a desigualdade entre homens e mulheres, mas também com as discussões: “sobre o público e o privado; sobre as formas rotineiras de opressão e violência e sua expressão nas normas, valores e instituições; sobre a igualdade e a diferença; sobre a produção das identidades; sobre os constrangimentos à agência autônoma; [...]”. (MIGUEL; BIROLI, 2012, p. 9). Logo, o feminismo deslocou os debates centrais de teoria política e colocou outras questões em discussão, como a democracia, a representação, a justiça, a esfera pública, a sociedade civil, a autonomia, a igualdade, a cidadania ou o Estado (MIGUEL; BIROLI, 2012).

Nessa segunda onda, também passou a se contestar as formas tradicionais de produção do conhecimento (CHANTLER; BURNS, 2015, SCHUMAHER; BRAZIL, 2000). Nos anos 1980, adotou-se o termo gênero no lugar de sexo como uma forma de reforçar as diferenças de comportamentos entre homens e mulheres. Essa adoção estava calcada na cultura e não no determinismo biológico (PEDRO, 2005).

A terceira onda do feminismo aconteceu a partir de 1990 e avançou no questionamento de que o sexo também é uma construção social (CHANTLER; BURNS, 2015). As primeiras manifestações feministas no Brasil ocorreram também com algumas mulheres insurgentes, ainda como vozes isoladas. Inconformadas com a situação da ausência de direitos da mulher, resolveram romper o silêncio e reivindicar igualdade de direitos entre homens e mulheres. Isso ocorreu com a escritora, tradutora e educadora Nísia Floresta Brasileira Augusta, que publicou artigos abordando a condição de emancipação feminina, com ênfase para a educação. Depois, em 1832, ela publicou em Recife a tradução do livro da inglesa Mary Wollstonecraft, com o título “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” (SHUMAHER; BRAZIL, 2000), um dos clássicos da literatura feminista internacional. Na opinião de Shumacher e Brazil (2000, p. 451), “Esta publicação de 1832 deu-lhe o

título incontestável de precursora dos ideais de igualdade e independência da mulher em nosso país”.

Ainda no século XIX, surgiu também a imprensa feminina, produzida e editada por mulheres que defendiam a emancipação do sexo feminino. Essa imprensa surgiu nas cidades do centro sul do Brasil e procurava estimular mudanças econômicas, sociais, legais, relações familiares, questões políticas, como abolição e o voto para as mulheres (HAHNER, 1981, 2003). Prado e Franco (2012) mapeiam que Ana Eurídice Baranda publicou um panfleto denominado “Diálogos em 1836”, que defendia a participação política e a liberdade de expressão das mulheres. Hahner (2003) registra que “O Jornal das Senhoras” foi lançado no Rio de Janeiro, em 1 de janeiro de 1852, por Joana Paula Manso Noronha, depois passado para Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Vellasco. Posteriormente, em 1862, também no Rio, publicou-se outro jornal de nome “O Bello Sexo”, editado por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar. Souto (2016) afirma que Francisca Senhorinha da Motta Diniz iniciou em 1873 a publicação do periódico “O Sexo Feminino”, no qual questionava a situação da mulher e defendia os seus direitos. Sobre isso, Hahner (2003) destaca:

Durante a segunda metade do século XIX, quando a sociedade urbana brasileira tornou-se mais complexa e diversificada, um pequeno grupo pioneiras defensoras dos direitos da mulher, proclamou insatisfação com os papéis tradicionais atribuídos pelos homens às mulheres; e, nas páginas de seus jornais, empenhou-se com força em despertar a consciência das leitoras para seu potencial de autodesenvolvimento e, sobretudo, em elevar o nível de suas aspirações (HAHNER, 2003, p. 106).

Na década de 1880 e 1890, houve uma expansão dessa imprensa feminina, pela qual as mulheres defendiam os seus direitos de forma mais aberta. Confirmando isso, Hahner (2003) relacionou a presença de alguns periódicos: O Direito das Damas; A Mensageira; A Família, entre outros. No jornal “A Família”, fundado em 1888, em São Paulo, Josefina Álvares de Azevedo, sua editora, defendia os direitos das mulheres e a emancipação feminina, além de divulgar as conquistas delas em outros países. Nele, Josefina posicionou-se declaradamente a favor da participação da mulher na política. Esse periódico de Josefina circulou até 1897 (PRADO; FRANCO, 2012).

Já nesse período, as mulheres estavam conectadas com as lutas sociais e políticas do seu tempo, tais como abolição da escravatura, voto feminino, direitos

civis, entre outros, e se posicionavam nesses jornais. Elas já começavam a questionar a sua situação e a pleitear as suas reivindicações sobre o que consideravam justo, como também já iniciavam o debate a favor da emancipação feminina. Por vezes, esses debates iam de encontro ao ideal social estabelecido pelas elites.

O diagnóstico da situação feminina brasileira não foi apenas uma denúncia amarga contra a posição ocupada pela mulher na sociedade. Muito ao contrário, foi seguido de inúmeras reivindicações muitas vezes sob formas veementes de protestos e clamores dinamizados por denominador comum: a ideia de emancipação (BERNARDES, 1988, p. 133).

Esses jornais femininos representaram um avanço na luta pela igualdade entre homens e mulheres. Embora muitos não tivessem um posicionamento mais radical de mudanças, os jornais ajudaram a conscientizar as mulheres do seu papel submisso na sociedade. Neles, as mulheres faziam questionamentos em relação ao seu papel e demandavam a emancipação feminina. No entanto, o seu público era muito restrito, normalmente limitado às mulheres da classe média e alta, ou seja, era voltado para um público letrado. Contudo, foi por meio deles que a escrita foi usada como divulgadora dos reclamos e da desigualdade entre os sexos.

Na América Latina, o Brasil foi o primeiro a conhecer, desde o final do século XIX, uma imprensa feita por mulheres, e não somente para as mulheres, como ocorria na maior parte dos países da região. O *Sexo Feminino*, de Francisca Senhorinha Motta Diniz, editado em Minas Gerais, de 1873; *O Domingo*, de 1874, de Violante de Bivar e Vellasco, no Rio de Janeiro; *Myosotis*, de Maria Heraclia, em Recife, 1875; e o *Echo das Dama*, de 1879, pertencente a Amélia Carolina de Silva e Couto e editado no Rio de Janeiro, testemunharam a presença desta imprensa feminina na plena aceção da palavra, localizada nos então principais centros urbanos do país (MORAES, 2003, p. 506).

Segundo Prado e Franco (2012), no final do século XIX houve uma efetiva luta pelos direitos políticos femininos. Alguns desses jornais tiveram vida curta, outros foram um pouco mais perenes (HAHNER, 1981, 2003). De início, neles, as mulheres pleiteavam também educação feminina superior por acreditarem que o ensino proporcionaria independência econômica e melhoria social. Esse pleito ocorreu em razão de que, apesar de a legislação referente à educação feminina permitir educação elementar para meninas desde 1827, elas não podiam fazer o curso superior. Então, era um reclame das mulheres para poderem adentrar as instituições de ensino superior. A concretização disso ocorreu somente em 1879.

Apesar desse avanço, as mulheres ainda sofriam limitações para garantir que, de fato, isso fosse concretizado plenamente. Pinsky e Pedro (2003) observam que as mulheres,

Ao serem finalmente admitidas nas faculdades, tinham que lutar pelo direito de cursar todas as matérias e completar os estudos; se os completavam, tinham que lutar pelo direito ao diploma, e se o obtivessem, deviam enfrentar os obstáculos relativos ao exercício da profissão (PINSKY; PEDRO, 2003, p. 276).

A reivindicação pelo direito à educação pode ter sido uma das bandeiras julgadas fundamentais para a emancipação das mulheres pelas primeiras feministas. No entanto, o ensino naquele período para a mulher ainda estava ligado ao seu papel materno e de perfeição moral, com sentido religioso. Louro (2008) destaca que, apesar da República ter separado formalmente a Igreja Católica do Estado, ainda prevalecia a moral religiosa da maternidade e da pureza feminina. Da mulher era esperado o comportamento de recato, de pudor e de ordem. Na verdade, a educação para elas refletia a percepção que os homens tinham do que deveria ser ministrado, desde os assuntos e as matérias consideradas adequadas.

As mulheres saíam das escolas elementares e chegavam às escolas normais para formação de professoras primárias. Ser professora era uma profissão considerada aceitável para as “mulheres dignas” (HAHNER, 2003). No século XIX, de acordo com Hahner (2003), o ensino ministrado por mulheres pôde contribuir para a disseminação de novas ideias sobre os direitos e papéis desempenhados por elas. Por isso, algumas professoras estavam entre as primeiras opositoras à subordinação das mulheres. daquelas alfabetizadas, surgiram as primeiras defensoras da emancipação feminina no Brasil (HAHNER, 2003).

Com a urbanização e a industrialização, as mulheres ganharam novas dimensões em decorrência da alteração de seus papéis (SAFFIOTI, 2013). Parte delas saiu do isolamento doméstico para o trabalho nas fábricas, nas lojas, nos escritórios, mudando a sua postura em relação ao mundo exterior. No início do século XX, por exemplo, ocorriam manifestações do movimento feminista brasileiro que cobravam salário igual para o mesmo trabalho, sem distinção de sexo e obrigação de serviço de inspeção do Estado, com a inclusão de mulheres, e a garantia da aplicação de leis sobre a proteção de trabalhadores (SAFFIOTI, 2013). Na opinião de Pinsky e Pedro (2003),

Quando o liberalismo ganhou força e a democracia tornou-se um ideal político de muitos grupos, ficou mais fácil o feminismo conquistar simpatizantes e aliados e organizar movimentos pelos direitos das mulheres. Muitas mulheres e alguns homens, associados a grupos liberais ou radicais, envolvidos em causas da abolição da escravidão ao socialismo utópico, da filantropia à revolução política, tornaram-se feministas (PINSKY; PEDRO, 2003, p. 287).

Nesse contexto, também ganhou força a luta da mulher pelo direito de voto. Segundo Hahner (2003, p. 276), “Na segunda década do século 20, um moderado movimento feminista tinha passado a ser aceito no Brasil”. O movimento organizado pelo sufrágio feminino é considerado um marco do movimento feminista no Brasil (ALVES; PITANGUY, 2003; SAFFIOTI, 2013; SCHUMAHER; CEVA, 2015) e suas líderes Leolinda Daltro e Bertha Lutz como algumas das expressões desse período<sup>31</sup>.

As feministas também lutavam por melhores condições do trabalho feminino remunerado. Schumacher e Ceva (2015) noticiam que as trabalhadoras Teresa Fabri e Teresa Carini convocaram as costureiras, por meio de manifesto, para lutarem pela redução da jornada de trabalho para oito horas. Segundo as mesmas autoras,

A participação das operárias têxteis foi significativa na greve geral de 1917. Fortalecidas, dois anos depois elas organizaram uma paralização histórica, noticiada pelo Jornal do Brasil como a “greve das abelhas de luxo”. O movimento foi liderado por Elvira Boni de Lacerda, uma das fundadoras da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas. E as trabalhadoras também puderam contar com o envolvimento da militante comunista Laura Brandão, que durante anos escreveu, discursou e panfletou nas portas das fábricas, defendendo as causas das operárias (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 57).

Em meados do século XIX e início do século XX, permanecia ainda a característica das reivindicações de buscar a participação feminina no mercado de trabalho, com direitos iguais aos dos homens, e a oportunidade de votar e ser votada. Depois disso, surgiram outras manifestações feministas que questionavam a opressão da mulher e abordavam temas como a sexualidade e o divórcio. De acordo com Rago (2008),

[...] com a crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho e à esfera pública em geral, o trabalho feminino fora do lar passou a ser amplamente discutido, ao lado de temas relacionados à sexualidade: adultério, virgindade, casamento e prostituição (RAGO, 2008, p. 588).

---

<sup>31</sup> Estudo aprofundado na seção 5.3

Tais lutas nesse período são consideradas como parte da primeira onda feminista. Após as conquistas de direitos, mesmo de forma parcial, o movimento sofreu refluxo na organização das mulheres (ALVES; PITANGY, 2003). Com a conquista do voto feminino na Constituição de 1934, o Brasil passou por uma ditadura, instituída por Getúlio Vargas com o golpe de Estado em 1937, o qual interrompeu as eleições e o processo democrático. Novas eleições só foram realizadas em 1945, quando não foi eleita nenhuma mulher.

A mulher continuava participando ativamente, mas com uma agenda política mais geral. Segundo Saffioti (2013), a luta dos movimentos femininos de esquerda ocorria em torno de acontecimentos políticos e, de forma secundária, pelos direitos da mulher. A mesma autora registra a criação da União Feminina em 1934, como parte integrante da Aliança Nacional Libertadora, quando as mulheres participantes foram colocadas na ilegalidade e suas lideranças presas em 1935. Também foi instituído o Departamento Feminino da Liga de Defesa Nacional, que desenvolvia ações de apoio aos soldados brasileiros da Segunda Guerra Mundial; e, anos depois, organizou-se a Federação de Mulheres do Brasil, que desenvolveu diversas atividades. As mulheres fundaram o Comitê das Mulheres pela Anistia junto à União Nacional dos Estudantes, que depois foi transformado em Comitê de Mulheres pela Democracia. Do mesmo modo, a Associação Feminina do Distrito Federal atuou contra a carestia, entre outros assuntos. Esses movimentos se manifestaram em defesa do monopólio do petróleo, da soberania nacional e da liberdade (SAFFIOTI, 2013).

Com opinião semelhante, Moraes (2003) destaca que os comitês e as ligas femininas que atuavam até 1964 tinham objetivos gerais. Elas atuavam na “luta contra a demolição das favelas, campanhas para instalação de creches e de bibliotecas infantis; luta pela independência econômica nacional (campanha do petróleo); e, finalmente, contra a carestia” (MORAES, 2003, p. 509). Já as mulheres conservadoras operavam em torno da defesa da religião e da família.

Com o golpe e a ditadura militar de 1964, surgiu a resistência ao regime e uma nova vertente do movimento de mulheres, “as organizações feministas” (MORAES, 2003, p. 509). Nesse período, segundo Machado (2016),

As lutas feministas irromperam no Brasil, em grande parte, dependentes de sua participação na luta geral pela democracia, contra a ditadura e contra as desigualdades sociais, fortemente assentadas na organização de mulheres de esquerda e

estritamente articuladas com a defesa dos direitos à cidadania e à democracia (MACHADO, 2016, p. 1).

Saffioti (2013) denomina as tendências do feminismo brasileiro como feminismo pequeno-burguês e feminismo socialista ou esquerdizante, já que nenhum deles teve ampla penetração na sociedade, assim como nenhum desenvolveu um feminismo puro. O feminismo esquerdizante assume uma postura crítica ao sistema capitalista e percebe “[...] os problemas da mulher simplesmente como uma dimensão de uma totalidade social mais rica de determinações e localizar, nestas, as que deviam merecer atenção no plano imediato” (SAFFIOTI, 2013, p. 390). O outro feminismo, preocupado exclusivamente com as questões imediatas das mulheres, podia ser classificado como de pensamentos, tais como:

1. de utopia, se realmente acredita ser possível transformar profundamente os papéis e a posição social da mulher nas sociedades competitivas sem alterar, concomitantemente, as bases em que está assentada e organizada a vida social. Neste caso, a consciência feminista está inconscientemente comprometida com o *status quo* capitalista.
2. De conscientemente compromissada com a ordem social competitiva se, de antemão, contentar-se com a igualdade parcial, plenamente compatível com aquela ordem, pois mesmo nos países em que as diferenças de direitos entre homens e mulheres foram abolidas, persistem as desigualdades de fato (SAFFIOTI, 2013, p. 389).

De acordo com Castro (2000, p. 99), no feminismo liberal e social democrata, a mulher constitui-se de forma “[...] genérica, desterrada da classe e da classe-raça”. No feminismo socialista, com leituras acríicas do marxismo, a mulher proletária também é genérica, “[...] sem circulação na raça ou em outras identidades marcadas por sistemas político-econômico-culturais de opressão”. Castro destaca que, nos debates feministas, o marxismo está epistemologicamente relacionado aos “princípios identitários”, pois ambos têm preocupação em questionar relações sociais desiguais, construídas em embates de poder. Por esse motivo, critica-se, aceita-se, mas não se ignora o marxismo (CASTRO, 2000).

Nessa perspectiva, Perrot (2005, p. 15) pontua que “O marxismo também colocara obstáculos à formulação de um pensamento feminista. No entanto, ele lhe forneceu seus primeiros quadros [...]”. Já segundo Moraes (2000, p. 89),

No tocante à “questão da mulher”, a perspectiva marxista assume uma dimensão crítica radical ao pensamento conservador. Em A origem da família, da propriedade privada e do Estado a condição social da mulher ganha um relevo especial pois a instauração da

propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da “opressão específica”, que seria retomado e retrabalhado pelas feministas marxistas dos anos 1960-1970 (MORAES, 2000, p. 89).

No período da segunda onda feminista, esse debate aprofundou-se. Entretanto, ele ainda está em curso. Foi na segunda onda que a Organização das Nações Unidas – ONU convocou a I Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada de 19 de junho a 2 de julho de 1975, na Cidade do México. A partir desse evento, houve o reconhecimento, entre outros, do direito da mulher à integridade física, à maternidade opcional, à autonomia sobre o próprio corpo. A ONU instituiu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e declarou o período de 1975 a 1985 como a Década da Mulher. Esses acontecimentos tiveram forte impacto no Brasil, mesmo o país vivenciando a ditadura militar, sem direito à democracia e à liberdade. Nesse período, já aparecia o debate sobre o papel da mulher na sociedade de forma mais ampla, com abordagem de alguns temas ainda considerados tabus.

Em julho de 1975, no Rio de Janeiro, a ONU patrocinou o debate intitulado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, que fazia parte das comemorações do Ano Internacional da Mulher, considerado o evento que influenciou a instituição do movimento feminista de segunda onda (PEDRO, 2012; SCHUMAHER; BRAZIL, 2000). Na época também foi organizado o Movimento Feminista pela Anistia, em 1975. Depois foram criados vários grupos de reflexão e diversos jornais, os quais, na opinião de Schumacher e Brazil (2000, p. 233), apareceram “com o propósito de denunciar a subordinação da mulher na sociedade”.

O estudo sobre as mulheres e o período que abrange a Ditadura militar, de 1964 a 1985, será aprofundado na seção 5.3. O feminismo de segunda onda, que abrangeu todo esse período até 1990 e que abarca a parte final desta pesquisa, continuou lutando contra a supremacia masculina, mas acrescentou outras bandeiras. Naquele período, as mulheres também lutavam pelos direitos democráticos, combatiam a violência sexual e defendiam o direito ao prazer, entre outros.

## 5 A MULHER NA HISTÓRIA BRASILEIRA

[...]  
 Ela era a cria mais formosa e meiga  
 Que jamais, na Fazenda, vira o dia...  
 Morena, esbelta, airosa eu me lembrava  
 Sempre da corça arisca dos silvados  
 Quando via-lhe os olhos negros, negros  
 Como as plumas noturnas da graúna;  
 [...]  
 Adeus! Para sempre, adeus, ó meus amigos,  
 Passarinhos do céu, brisas da mata;  
 [...]  
 Venderam para longe a pobre Lúcia!...  
 [...]  
 Muitos anos correram depois disso...  
 Um dia nos sertões eu caminhava  
 Por uma estrada agreste e solitária,  
 Diante de mim uma mulher seguia,  
 - Co' o Cântaro à cabeça – pés descalços,  
 Co' os ombros nus, mas pálidos e magros...  
 Ela cantava, uma voz extinta,  
 Uma cantiga triste e compassada...  
 E eu que a escutava procurava, embalde,  
 Uma lembrança juvenil e alegre  
 Do tempo em que aprendera aqueles  
 versos...  
 De repente, lembrei-me... Lúcia! Lúcia!

[...]. (CASTRO ALVES, 2009, p. 104).

Pouca produção na literatura aborda as mulheres como protagonistas de feitos que desencadearam mudanças substanciais na sociedade brasileira, fora do público especializado sobre o feminino. Esse viés de aparente não reconhecimento do papel ativo da mulher nas transformações sociais é bastante contestado por algumas estudiosas do assunto. Para questionar essa ocultação, Branca Moreira Alves (1980) ressalta o pouco destaque dado ao movimento feminista sufragista pela historiografia do Brasil. Para ela,

[...] a historiografia brasileira, se e quando se refere ao decreto de 1932 ou à Constituição de 1934 concedendo o sufrágio feminino, geralmente silencia sobre o movimento, deixando crer que as mulheres se tornaram eleitoras por uma dádiva generosa e espontânea, sem que tivessem lutado ou demonstrado qualquer interesse por este direito (ALVES, 1980, p. 13).

Nessa perspectiva, a pouca ênfase dada aos feitos femininos carece de elucidação. De acordo com Perrot (2005, p. 33), “A narrativa histórica tradicional lhes dá pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública – a política, a guerra – onde elas aparecem pouco”. Ou seja, as mulheres estariam mais vinculadas aos espaços privados, razão pela qual são menos visíveis.

No entanto, observa-se que, aos poucos, as amarras vão sendo desfeitas. Prado e Franco (2012, p. 214) destacam que, no século XIX, as mulheres participaram dos principais debates e ações sobre a vida pública nacional. Essa conclusão das autoras foi baseada em fontes documentais. Em razão disso, as mulheres daquele período foram também “protagonistas da história”.

Igualmente, no século XX, as mulheres tiveram destacados papéis sociais, sobretudo pela atuação e desempenho em defesa de seus direitos. Muitas foram as lutas para abrir caminhos e garantir conquistas políticas, econômicas, sociais, entre outras. As mulheres se colocaram no espaço público da educação, do trabalho, da política. Por isso, faz-se necessário desvendar os véus da opacidade e dar visibilidade aos feitos das mulheres, construtoras sociais ao longo da história. Considerando a importância disso, Del Priori (2008, p. 8) comentou que “[...] a história das mulheres é fundamental para compreender a história geral: a do Brasil, ou mesmo aquela do Ocidente cristão”.

Assim, nesta seção, apresentam-se os estudos realizados sobre a mulher e alguns eventos considerados de relevância para as mudanças na sociedade brasileira. Buscou-se conhecer suas ações e posicionamentos sobre cada acontecimento destacado. Entretanto, tal levantamento foi realizado de forma panorâmica, sem um aprofundamento maior, com base em autores e autoras que puderam dar suporte à presente pesquisa.

## **5.1 A mulher: Escravatura e Abolição no Brasil**

A escravidão nem sempre existiu. Houve algumas sociedades humanas que não a utilizaram na construção social e econômica de seu desenvolvimento, apesar de o pensamento escravista, por vezes, tentar naturalizá-la como algo inerente a todas sociedades já existentes. Embora a escravidão tenha ocorrido por longos

séculos, desde a época patriarcal, em diversos lugares, não foi aceita, contudo, de forma geral, pois vários povos não a vivenciaram. Nas sociedades de caça e coleta, nos primeiros povos da Oceania e do Pacífico, assim como no Leste Africano, hoje conhecido como Quênia, parece que a escravidão não aconteceu (PÉTRÉ-GRENOILLEAU, 2009).

A escravidão foi uma forma de superexploração da mão de obra humana para benefício das elites escravistas. Na opinião de Pétré-Grenouilleau (2009), a escravidão significou o comércio e a mercantilização de homens e mulheres, além de toda a sua transmissão hereditária, dos filhos que também se tornaram escravos. Dessa forma, eram “[...] submetidos ao mais total arbítrio, porque não pertence mais a si mesmo” (PÉTRÉ-GRENOILLEAU, 2009, p. 42).

Apesar do viés econômico da escravidão, ela pode ser esclarecida também pela paixão extrema de dominação do homem pelo homem. O escravo ou escrava possuía um dono ou dona e era submetido/a ao arbítrio de quem detinha sua posse, que exercia essa propriedade de forma absoluta.

A escravidão foi utilizada por espanhóis, portugueses, ingleses e franceses no Continente Americano, a partir do século XV, com homens e mulheres trazidos da África. Entre os séculos XV e XIX, afere-se que, aproximadamente, 15 milhões de africanos desembarcaram no Novo Continente como escravos (SCHUMACHER; BRAZIL, 2007). Essa escravidão passou a ser a relação de produção predominante no Caribe (Antilhas e Guianas), Costa do Peru, parte da Venezuela, Colômbia, Estados Unidos e Brasil (MOURA, 2014b).

A escravidão foi utilizada como forma de acumulação de riqueza dos países expansionistas. Na opinião de Moura (2014b), as causas da escravidão ocorreram em função de dois fenômenos: o desenvolvimento interno da sociedade colonial nos moldes de simples aglomerados de feitorias, em vasto território, “com sistema de estratificação social fechado em estrutura praticamente feudal” (MOURA, 2014b, p. 75); e os interesses de expansão comercial e mercantil das nações colonizadoras (MOURA, 2014b).

Na África já existia escravidão antes dos mercadores europeus adentrarem em seu território por conta de diversos fatores e pelas disputas entre os grupos étnicos, tais como prisioneiros de guerras, entre outros. No entanto, a instituída nas Américas era diferente, pois envolvia a busca por pessoas em situação de liberdade.

Da área costeira, os mercadores de humanos, também conhecidos como tangomanos, partiam para ataques e expedições a lugares remotos onde capturavam homens e mulheres livres. Em sua célebre *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, o português Gomes Eanes de Zurara destacava que, já no século XV, assim que atingiam o litoral da África, os europeus escolhiam ao acaso um local considerado mais adequado e lá se instalavam para praticar a “caçada humana” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p. 15).

As populações africanas foram vítimas da expansão mercantilista e comercial. Elas passaram a ser mercadoria para prover as colônias que precisavam de mão de obra escrava, para produzir mercadorias a preços muito baixos e abastecer o mercado externo. As metrópoles de então sediavam as grandes companhias navegadoras, as quais, por meio do tráfico negreiro, se estabeleceram como empresas comerciais abastecedoras desse mercado de escravos nas Antilhas francesas e em outros países da América (FAUSTO, 2013; MOURA, 2014a).

A escravidão no Brasil foi instituída nos anos seguintes à conquista do país pelos portugueses. No período de 1550 a 1855 desembarcaram pelos portos brasileiros cerca de quatro milhões de escravos (FAUSTO, 2013). A “imigração forçada de africanos” (MOURA, 2014a, p. 70) era cometida contra vários povos do continente africano, ou seja, eram grupos heterogêneos de diversas etnias, trazidos de várias localizações da África.

Costuma-se dividir os povos africanos em dois grandes ramos étnicos: os sudaneses, predominantes da África ocidental, Sudão egípcio e na costa norte do golfo de Guiné, e os bantos, da África equatorial e tropical, de parte do golfo da Guiné, do Congo, Angola e Moçambique. Essa grande divisão não nos deve levar a esquecer que os negros escravizados no Brasil provinham de muitas tribos ou reinos, com suas culturas próprias. Por exemplo: os iorubas, jejes, tapas, hauçás, entre os sudaneses; e os angolas, bengalás, monjolos, moçambiques, entre os bantos (FAUSTO, 2013, p. 47).

A partir do século XVII, os portos de Luanda, Benguela e Cabinda, no Congo e Angola, tornaram-se os mais importantes centros exportadores de escravos (FAUSTO, 2013). No Brasil, os centros importadores principais de escravos eram Salvador e Rio de Janeiro. Entretanto, após 1830, os cativos também eram desembarcados nas cidades de Belém, São Luís, Fortaleza, Recife, Santos, Paranaguá e nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007). Com efeito, o abastecimento de escravos consistiu em fundamental aspecto de expansão econômica para a Colônia (MOURA, 2014b).

As mulheres escravizadas eram em torno de 20% a menos que os homens transportados e chegaram no continente a partir do século XVI (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007). As primeiras mulheres desembarcaram na Bahia. Tinham origem dos bantos e, em sua maioria, vinham dos Reinos do Congo, Dongo e Benguela. Elas eram utilizadas tanto para o trabalho em diversas tarefas da produção nas plantações, como nas senzalas. Além disso, também eram avaliadas no mercado negreiro com a possibilidade de exploração sexual (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

O aprisionamento de africanas esteve de algum modo condicionado à oferta de cativos do sexo masculino [...]. Em 1732, “uma negra mina de peito em pé” foi avaliada, no Brasil, em cem mil-réis, por ser jovem e ter uma aparência saudável (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p. 16).

As africanas eram utilizadas sexualmente não apenas para a conveniência dos escravizados do sexo masculino, mas também pelos senhores escravistas, que exerciam o seu poder de proprietário de forma absoluta. Isso pode ser um dos fatores da tão falada miscigenação brasileira. Na opinião de Carvalho (2008),

A miscigenação se deu à natureza da colonização portuguesa: comercial e masculina. [...] Miscigenar era uma necessidade individual e política. A miscigenação se deu em parte por aceitação das mulheres indígenas, em parte pelo simples estupro. No caso das africanas, o estupro era a regra (CARVALHO, 2008, p. 21).

A Igreja Católica esteve desde o início junto com os portugueses na colonização do Brasil. Na bula *Romanus Pontifex Regni Celesti Claviger*, de janeiro de 1454, o papa Nicolau V dava poderes ao Rei Afonso V de Portugal para invadir, buscar, capturar e lançar sobre os pagãos a escravidão perpétua e a fé católica, entre outros. Ademais, dava direito ao reino de Portugal sobre os territórios africanos conquistados, como a Guiné africana. Esses direitos dados pela Igreja Católica se justificam pelo apoio português à luta contra os mouros e por espalhar o catolicismo em todo os territórios dominados (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007).

Roma também concedeu ao Estado português o padroado, que consistia na concessão de indicar os bispos e alguns cargos da Igreja. Em troca, a Coroa comprometia-se em viabilizar a organização dela em todas as terras descobertas (CARVALHO, 2007; FAUSTO, 2013). O padroado foi estendido ao Brasil e os padres e bispos eram pagos pelo Estado brasileiro. Então, “a Igreja tratou de cumprir sua missão de converter índios e negros, e de inculcar na população a obediência aos seus preceitos, assim como os preceitos do Estado” (FAUSTO, 2013, p. 56).

A Igreja, apesar de aceitar a escravidão, a partir do século XVII passou a contestar o tratamento desumano dado aos escravos. Os jesuítas, por exemplo, foram opositores da escravização dos índios. Segundo Costa (2010), o padre Antonio Vieira recriminou em seu sermão a crueldade dos proprietários de escravo. Em outra ocasião, condenou o tráfico negreiro e afirmou sobre a igualdade entre as raças brancas e negras. Entretanto, admitia “[...] a legalidade de certo tipo de escravidão” (COSTA, 2010, p. 381).

De fato, a Igreja Católica foi uma forte aliada da política escravocrata da monarquia. Ela detinha a posse de escravos e escravas em seus conventos e igrejas, sendo indiferente por longo período ao clamor do cativo. Nabuco, em seu livro “O abolicionista” esclarece: “Entre nós o movimento abolicionista nada deve infelizmente à igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos Conventos e por todo o clero secular desmoralizou o sentimento religioso de senhores de escravos” (NABUCO, 2011, p. 79). A igreja só se pronunciou de forma mais ativa no século XIX, quando o escravismo dava sinal de finalização.

Aproveitaram o jubileu de Leão XIII e concitaram os fiéis a libertar seus escravos, em homenagem ao Santo Padre. Este movimento decorreu de 1886 a 1887, manifestando-se, em pastorais, os bispos de Olinda, S. Paulo, Goiás, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Sul, Diamantina e Mariana. Não pregaram, em tese, a legitimidade da escravidão, não fulminaram, com a censura do credo religioso, os que mantinham no Cativo os próprios irmãos (MORAES, 1986, p. 234).

Os índios nativos do Novo Mundo, descobertos por portugueses e espanhóis, foram os primeiros a serem escravizados e submetidos ao trabalho forçado. Na opinião de Carvalho (2008, p. 20), “O efeito imediato da conquista foi a dominação e o extermínio, pela guerra, pela escravização e pela doença de milhões de indígenas”. Somente em um ano, devido aos maus tratos e às doenças contraídas dos brancos, foram dizimados cerca de 60 mil índios brasileiros no período de 1562 a 1563, situação que colocou a escravização deles em segundo plano.

Diante desse episódio, os colonizadores passaram a importar os negros africanos trazidos pelo tráfico negreiro, o que era mais lucrativo. Os negros eram considerados de maior capacidade produtiva do que os índios, pois muitos deles já detinham o conhecimento de trabalho com ferro e criação de gado em sua cultura nativa (FAUSTO, 2013).

É importante ressaltar a reflexão de Moura (2014b) sobre os engenhos e os latifúndios agrários. Com a presença do escravo negro que substituiu os primitivos núcleos colonizadores brasileiros, a sociedade passou a viver cheia de contradições. Por outro lado, Fausto (2013) observa que a escravidão acabou por se instituir nacionalmente e condicionou a sociedade brasileira ao seu modo de pensar e agir.

Diferente de outros sistemas escravagistas que existiram em outras sociedades humanas, em que os escravos eram provenientes de diferentes regiões e tinham diferentes cores de peles, no continente americano, a escravidão aconteceu também a partir da tonalidade da cor da pele (PÉTRÉ-GRENOILLEAU, 2009). Pétré-Grenouilleau (2009, p. 85) afirma com propriedade que “[...] a escravidão nas Américas tornou-se racial”, pois as pessoas viam somente escravos negros. As sociedades escravagistas organizaram as relações sociais e de trabalho em função das diferenças da cor. As pessoas mais negras eram utilizadas em operações mais simples e árduas, já as mulatas e as descendentes de colonos podiam acessar as funções administrativas das plantações (PÉTRÉ-GRENOILLEAU, 2009).

Com opinião semelhante, Fausto (2013) observa que, no Brasil, a condição de ser livre ou escravo estava ligada à etnia e à cor, logo, em primeiro lugar, os escravos eram negros, depois índios e mestiços. Para o autor, os mulatos e crioulos (negros nascidos no Brasil), em geral, eram os preferidos para os serviços domésticos, os artesanais e os de supervisão; já os negros retintos, normalmente africanos, eram utilizados para os trabalhos mais difíceis (FAUSTO, 2013).

A diferenciação do trabalho escravo estava na base da organização do escravismo. Moura (2014a) fez o mapeamento dessa divisão e demonstrou que os escravos trabalhavam nas plantações, nos engenhos, nas minas, na casa-grande e em outras diversas tarefas. Na opinião de Moura (2014b), a imensa massa de escravo impulsionou a economia de então. As bases da economia brasileira se assentaram, nesse período colonial, “[...] na grande agricultura monocultura, no trabalho escravo produzindo para os senhores de engenho, terras e engenhos, sob o monopólio político e comercial da Metrópole” (MOURA, 2014b, p. 83). A divisão do trabalho escravo atuava como força propulsora para que os produtos coloniais pudessem suprir o mercado com preços baixos (MOURA, 2014b).

De início, a Inglaterra tinha se beneficiado do mercado negreiro enormemente (FAUSTO, 2013; MOURA, 2014b). Moura (2014b) observa que a Ata de Navegações de 1651 tornava obrigatório que as mercadorias da Ásia, África e

América pudessem ser transportadas somente por navios britânicos, conferindo prejuízo à Holanda e à França, que disputavam essas rotas. O Porto de Liverpool, por exemplo, nasceu de armazéns de escravos. Com efeito, a “[...] escravidão nas colônias proporcionou o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles” (MOURA, 2014b, p. 87).

Entretanto, com o capitalismo industrial concretizado, o número de escravos já era pequeno e o fim da escravidão não impactaria tanto na economia. Então, a escravidão passou a ser um empecilho para o desenvolvimento econômico capitalista, que precisava de ampliação do mercado consumidor. Consequentemente, a Inglaterra passou a fazer forte oposição ao tráfico negreiro e à escravidão.

Em 1826, o Brasil tinha assinado um tratado com a Inglaterra, com validade a partir de 1827, comprometendo-se em abolir o tráfico de escravos a partir de março de 1830 (FAUSTO, 2013). Em razão disso, foi instituída uma lei em 7 de setembro de 1831, a qual previa penas severas aos traficantes de escravos. Contudo, o tráfico, de fato, não foi estancado e a legislação não demonstrou eficácia para conter esse comércio (FAUSTO, 2013; SCHUMAHER: BRAZIL, 2007). Sob pressão do governo inglês, foi promulgada em 4 de setembro de 1850 a Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos internacional (FAUSTO, 2013; SCHUMAHER; BRAZIL, 2007). Tal acontecimento foi significativo para a abolição da escravatura.

Anos após o fim do tráfico negreiro, outras medidas foram implementadas, como a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, proposto pelo Imperador Dom Pedro II, que conferia liberdade aos filhos de mulher escrava, nascidos após a promulgação da referida lei. Depois, em 1885, foi instituída a Lei dos Sexagenários, que concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos. Essas medidas, para alguns autores (FAUSTO, 2013; MOURA, 2014b), não resolviam o problema da escravidão e tinham a intenção de deter o abolicionismo.

A escravidão estava em decadência e se desintegrava. Algumas províncias tinham declarado o fim da escravidão por conta própria: o Ceará; o Amazonas; o Rio Grande do Sul, em 1884 (ALONSO, 2015; COSTA, 2010; FAUSTO, 2013; MORAES, 1986; MOURA, 2014b). Depois, de janeiro a março de 1888, as capitânicas do Rio Grande do Norte, do Paraná, de Goiás e de São Paulo foram declaradas livres do escravismo pelos abolicionistas (ALONSO, 2015). Em complemento, Emília Costa (2010) observa que, nos dois últimos anos antes da instituição da Lei Áurea, ocorreu

de forma massiva a alforria de escravos, em São Paulo, chegando a totalizar em 40.398 libertos, o que demonstra uma ação dirigida para lhes conferir liberdade. Pela ação do movimento abolicionista, o número de escravos caiu substancialmente, considerando o conjunto da população do país.

Os índios e negros, desde os primórdios, resistiram à escravidão. Os índios, por meio das guerras, lutaram contra os colonos e os negros no descaso pelo trabalho, nas agressões ocasionais contra senhores, na compra de alforrias, nas guerrilhas, nas fugas individuais e coletivas, nas rebeliões, entre elas a dos escravos mulçumanos Malês, em 1835, na Bahia, que envolveu centenas de africanos; a insurreição do quilombo do preto Cosme; a sublevação do mulato Manuel Balaio, em 1839, no Maranhão (FAUSTO, 2013; MOURA, 2014b).

A mulher esteve presente também nessas resistências. Luiza Mahin pertencia à nação nagô-jeje, da tribo Mahi, e dizia ter sido princesa na África; ela era ex-escrava, quitandeira e mãe do abolicionista Luís Gama (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, 2007). A sua casa foi transformada em ponto de resistência à escravidão na Bahia. Luiza Mahin também participou como uma das lideranças da rebelião dos escravos Malês. Com a descoberta do motim, seus líderes foram reprimidos violentamente, resultando na morte de, aproximadamente, 70 membros e repressão de outros 500 participantes (FAUSTO, 2013). Luiza conseguiu fugir para o Rio de Janeiro, onde foi presa e talvez deportada para a África (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, 2007).

Os negros que escapavam da escravidão instalavam-se nos quilombos, forma de organização social semelhante à que existia na África, por várias regiões do Brasil. Nos quilombos desenvolviam-se a agricultura de subsistência, a fabricação de armas, a forma de governo tribal e as guerrilhas como estratégia de resistência (MOURA, 2014a). Alguns quilombos constituíram um nível de organização, no qual, segundo Del Priori e Venancio (2010), existiam reis e rainhas que os governavam. Schumacher e Brazil (2007) registraram uma rainha, de nome Teresa, líder do quilombo de Quariterê, no Mato Grosso, próximo da fronteira com a Bolívia. Além disso, para Moura (2014a), em vários quilombos ocorria, inclusive, uma economia independente. São eles:

- a) A República de Palmares;
- b) os papa-méis de Alagoas;
- c) os quilombos de Goiana e Catucá, em Pernambuco;
- d) os Calungas, de Goiás;

e) os quilombos da região amazonense (MOURA, 2014a, p. 60).

As mulheres, nos quilombos, ficavam com a responsabilidade de cuidar da manutenção material do grupo (DEL PRIORI; VENANCIO, 2010). Elas cuidavam dos alimentos, das roças, dos animais domésticos, das confecções de roupas e dos utensílios de uso domésticos (DEL PRIORI; VENANCIO, 2010; SCHUMAHER; BRAZIL, 2007). Tinham função religiosa relevante nos rituais e dominavam conhecimento das plantas medicinais, que curavam doenças e ferimentos. Elas também acompanhavam os quilombolas nas caçadas e nos enfrentamentos, com a função de conduzir pólvora e armamentos (DEL PRIORI; VENANCIO, 2010). Na opinião de Schumacher e Brazil (2007, p. 82), “Há indicações de que Acotirene e Aqualtune foram mulheres que exerceram influência no célebre quilombo de Palmares, em Alagoas”.

As diversas regiões da Colônia conviveram com os quilombos. Eles estavam isolados ou nas periferias das vilas e cidades; aglutinavam pessoas de diversas etnias, cor e credo (DEL PRIORI; VENANCIO, 2010). Existiam laços de amizade entre comerciantes e aquilombados, o que permitia o acesso a armas, a alimentos ou a informações que lhes possibilitassem a sobrevivência.

A mulher teve diversos protagonismos na resistência à escravidão. Schumacher e Brazil (2007) registram a negra Maria Felipa de Oliveira, talvez descendente de sudaneses, marisqueira e moradora da Ilha de Itaparica. Ela liderou cerca de 40 mulheres chamadas de “vedetas”, junto com homens e índios, na queima de embarcações de guerra portuguesas, as quais estavam na Praia do Convento prontas para atacar Salvador.

Outra forma que a mulher encontrou de resistir à escravidão foi com a compra de sua liberdade. As primeiras contas abertas de poupança na Caixa Econômica da Corte, hoje Caixa Econômica Federal, eram, por exemplo, de mulheres escravas quitadeiras e ganhadeiras do século XIX (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007). As vendedoras ambulantes eram as que mais conseguiam comprar cartas de alforria. Entretanto, havia situações em que a escrava comprava a sua alforria, mas continuava cativa.

O escravismo no Brasil durou mais de 300 anos e só finalizou com a Abolição da Escravatura em 1888. Na opinião de Fausto (2013, p. 189), “[...] ele teve uma

longa vida também por sua abrangência, pela diferenciação entre escravos, pelas expectativas reais ou imaginárias de alcançar a liberdade”. A divisão entre escravos e aqueles que estavam em melhor ou em pior situação parece ter sido um dos entraves que dificultou uma organização maior entre eles. Entretanto, isso também não foi um impedor da resistência ao cativo.

A luta contra a escravidão foi feita em etapas e de forma pausada. Segundo Costa (2010), somente a partir do século XVIII, o sistema escravista passou a ser criticado; e, no século XIX, as posições antiescravistas começaram a aparecer mais. Um exemplo disso é Nísia Floresta Brasileira Augusta, considerada uma pioneira feminista no Brasil e uma das vozes a se posicionar em favor da abolição da escravatura, em 1832 (HAHNER, 1981). Em contrapartida, Carvalho (2008) destaca que a abolição passou a ser discutida no Parlamento somente em 1884.

Nesse processo crescente de posicionamento contra a escravidão, a campanha pela Abolição atraiu vários novos adeptos e ganhou grande impulso em meados do século XIX. O associativismo em defesa dessa causa também ganhou força maior. Angela Alonso (2011) afirma que esse modo de organização esteve presente desde a década de 1840 e evidencia que, no Rio de Janeiro, em 1847, foi instituída a Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e da Civilização dos Índios, com a participação de 215 membros (ALONSO, 2011). Além disso, Costa (2010) observa que o movimento abolicionista se fortaleceu e desenvolveu diversas atividades em São Paulo e no Rio de Janeiro, na mesma época.

Naquele período, haviam três correntes de pensamento que disputavam na sociedade o fim ou não do escravismo. São eles: os emancipacionistas, que defendiam o fim gradual da escravidão; os abolicionistas, que apoiavam a liberdade imediata dos escravos; e os escravistas, que defendiam a manutenção do sistema ou a indenização dos proprietários de escravos, caso ocorresse a abolição do trabalho escravo (DEL PRIORI; VENANCIO, 2010).

A partir da década de 1870 e 1880, o movimento abolicionista ficou mais fortalecido com a multiplicação de associações, jornais, clubes, entre outros (COSTA, 2010; FAUSTO, 2013; MOURA, 2014a), o que Carvalho (2008) chama de movimento popular abolicionista. Nesse cenário, ele também sofreu influência dos movimentos antiescravistas internacionais. Alonso (2015) destaca três modos de lutas antiescravistas no exterior.

O repertório abolicionista internacional, que chegava por jornais, livros ou viagens, como as de Abílio Borges, continha ao menos três maneiras de lutar pela abolição. Ingleses e estadunidenses combinaram estratégias parlamentares com grandes campanhas no espaço público, valendo-se de jornais, panfletos, literatura, associações, petições, boicotes e *meetings*. Os franceses preferiram a via elitista, de lobby e ações no sistema político, sem expressivas manifestações populares. O terceiro o estilo era extremo: a rebelião escrava, à maneira do Haiti (ALONSO, 2015, p. 125).

Algumas dessas táticas já ocorriam no país. Alonso (2015) lembra que existia o ativismo judicial de Luís Gama e o lobby junto às autoridades públicas de André Rebouças. No entanto, José do Patrocínio utilizou a tática da mobilização popular à maneira anglo-americana (ALONSO, 2015).

No movimento abolicionista brasileiro, talvez por influência das ideias fora do país, existiam diferentes concepções a respeito da estratégia a ser adotada para combater o escravismo. Na opinião de Moura (2014a), desde o início, o movimento abolicionista continha dois posicionamentos. De um lado, estavam aqueles que defendiam a opinião de colocar às claras para as elites do Império “os prejuízos morais da escravidão”. Essas pessoas desenvolviam uma militância mais moderada do movimento, pautando a luta em torno de reivindicações e modificações jurídicas, com ênfase na ação parlamentar. Esse pensamento estava representado por Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, André Rebouças, entre outros (MOURA, 2014a).

Do outro lado, havia os mais radicais, que defendiam a organização dos escravos contra o cativo. Essa ala articulava a luta por meio de fugas individuais e coletivas, compras de alforrias, libertação por meio jurídico, entre outras. Essa ala estava sob a liderança de Luís Gama, ex-escravo, poeta, advogado e jornalista. Além dele também participavam Silva Jardim, Antônio Bento, Raul Pompéia, entre outros (MOURA, 2014a).

Com opinião semelhante em relação à ocorrência da divisão de atuação do movimento abolicionista brasileiro, mas com reflexão diferenciada sobre como ocorria a atuação dele, Alonso (2015) já argumenta que existiam três facções de ativismo: a do parlamentar, com Joaquim Nabuco; a do espaço público, com José do Patrocínio; e a do jurídico, com Luís Gama. Luís Gama tinha libertado diversos cativos, comprovando na justiça que vários escravos de São Paulo adentraram o país depois de 1831 (ALONSO, 2015; GOMES, 2013; MOURA, 2014a). O movimento também desenvolvia estratégias conforme a conjuntura política e em

oposição ao governo e aos escravistas, com ações que dependiam da situação: com flores, no espaço público; com votos, na esfera político-institucional; e balas, na clandestinidade, de 1868 a 1888 (ALONSO, 2015).

O movimento abolicionista fazia a propaganda tentando desmistificar o pensamento escravista para obter o apoio da opinião pública. Em consequência, o escravismo mostrou-se questionável com a desnaturalização da exploração dos escravizados. Na opinião de Costa (2010), o movimento abolicionista

Denunciava o caráter desumano e ilegal da escravidão e revelava o lado trágico do cativo, que sempre se procurava mascarar sob a afirmação de que a escravidão se caracterizava, no Brasil, por um tom paternalista e brando. Apontaram-se, a partir de então, com insistência, os inconvenientes do trabalho escravo e as vantagens do trabalho livre (COSTA, 2010, p. 511).

As frentes de atuação eram diversificadas e a participação das pessoas no movimento abolicionista era bastante heterogênea. Atuavam na luta abolicionista parlamentares, artistas, cantores e cantoras, poetas, musicistas, jornalistas, engenheiros, advogados, donas de casas, entre outros. Estavam presentes setores da sociedade ligados à intelectualidade e à classe média. Também participaram escravos e escravas, negros livres alforriados, mulatos, imigrantes, mulheres e crianças (ALONSO, 2011, 2015; COSTA, 2010; DEL PRIORI; VENANCIO, 2010).

A participação de mulheres no movimento fazia parte das intenções dos abolicionistas, que era buscar reforço para a luta (ALONSO, 2015). Essa foi a forma encontrada para sensibilizar a sociedade em torno do aspecto da ação generosa das pessoas, em prol de uma necessidade social e política. Para isso, era tática do movimento o envolvimento das famílias com o combate à escravidão e à repressão das atividades antiescravistas (ALONSO, 2015).

A mulher, então, embrenhou-se no movimento abolicionista. A Sociedade Libertadora 7 de Setembro, instituída em 1869, em Salvador, contava com a participação de mulheres como componentes da associação (ALONSO, 2015). Ademais, foi constituída uma sociedade composta unicamente por mulheres, em 1870, em São Paulo, que tinha como objetivo “redimir crianças do cativo” (COSTA, 2010, p. 451). Da mesma forma, o clube José do Patrocínio, no Rio de Janeiro, era constituído somente por mulheres na sua direção, sendo as primeiras diretoras: D. Virgínia Vila Nova; D. Adelina dos Santos; e D. Henriqueta Sena. Participaram ainda da comissão executiva as senhoras D. Eponina Sena, Cacilda de

Souza e Rosalina de Sena, sendo que algumas tinham parentesco entre si (MORAES, 1986).

O abolicionista Clube Carlos Gomes, fundado em 1883, registrava somente mulheres como participantes da sua diretoria, sem parentesco entre as participantes. Eram elas: D. Evangelina Accioly, presidente; Anna Carneiro, vice-presidente; D. Guilhermina Carvalho, primeira secretária; D. Zulmira da Costa Pereira; e D. Maria Carneiro, Tesoureira (SILVA; BARRETO, 2014).

A campanha abolicionista no Rio de Janeiro tinha como líder José do Patrocínio. O núcleo dirigente do movimento continha outros participantes, tais como: Aluízio Azevedo, Olavo Bilac, Raul Pompéia, André Rebouças e Paula Ney. Este último, além de atuar no núcleo, frequentemente participava da oratória das matinês abolicionistas, junto com José do Patrocínio, Luiz Murat e Júlio de Lemos (MORAES, 1986). Também constava que havia discursado em conferência, em janeiro de 1884, a estudante da Faculdade de Medicina, Josefa Mercedes de Oliveira (ALONSO, 2015).

As mulheres participavam das ações do movimento que ajudavam nas fugas individuais e coletivas de escravos. Para isso, existia uma rede de colaboração, de apoio e cobertura para as pessoas nessa situação. Havia apoiadoras que acolhiam fugitivos em suas casas, como D. Gabriela Caldeira, moradora da rua Miguel de Frias, e D. Luísa Regada, também moradora do Largo da Mãe do Bispo (MORAES, 1986).

As mulheres atuavam no movimento pela abolição da escravatura em várias províncias do Império. Existiram cerca de 36 associações de mulheres ou com a sua participação, de forma expressiva, em âmbito nacional (ALONSO, 2015). As associações estavam localizadas no Amazonas, Bahia, Ceará, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e São Paulo.

O Ceará foi uma das províncias que aboliu o trabalho escravo em seu território antes da lei nacional. A abolicionista Maria Tomásia Figueira de Melo, presidente da sociedade abolicionista feminina Cearenses Libertadoras, desenvolveu um destacado ativismo pela causa. Ela era uma mulher articulada politicamente e uma extraordinária oradora. A atuação dela, junto com outras senhoras, como Maria Correia do Amaral, conquistou dezenas de cartas de alforria de escravos. Como destaque, os autores registram que no dia da eleição da

presidente, em janeiro de 1883, arranjaram de imediato 12 cartas libertadoras. Em seguida, na cerimônia de instalação da Sociedade, conseguiram mais outras 72 alforrias (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Outra abolicionista cearense que ganhou destaque foi Elvira Pinho. Ela foi filiada à sociedade abolicionista Perseverança e Porvir, fundada em 28 de setembro de 1879, em Fortaleza, Ceará. Depois, Elvira Pinho assumiu com destaque a sociedade abolicionista feminina Cearenses Libertadoras, em conjunto com Maria Tomásia (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Na província do Amazonas, que também tinha abolido a escravidão mais cedo, foi criada em Manaus uma sociedade de mulheres chamada Amazonenses Libertadoras, em 24 de abril de 1884. A organização tinha como objetivo a emancipação dos escravos daquela localidade. Participavam como membros da direção: Elisa de Faria Souto, presidente; Olímpia Fonseca, vice-presidente; Filomena Amorim; Isabel Bittencourt; Clotilde Albuquerque; Tertuliana Moreira; Albina Sarmiento; Guilhermina de Faria e Souza; Maria Bessa Teixeira; Maria de Souza Lopes Ferreira; Carolina Braga; Adelina Fleury; Jovina Cabral; Carlota Baird; Evarista Moraes; e Celina Hosannah (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Na província de Pernambuco, a abolicionista Leonor Porto, modista e costureira, participou de forma destacada do combate à escravidão. Ela integrou o Clube do Cupim na década de 1880, depois fundou com outras senhoras uma associação de mulheres abolicionistas, chamada Associação Ave Libertas, em 20 de abril de 1884. A entidade tinha como objetivo promover em Recife a libertação de escravos, além de exigir o fim dos maus tratos, dos castigos e das torturas. Essas senhoras abolicionistas ocultavam escravos fugitivos e os transportavam para a província do Ceará, onde já não existia o trabalho escravo. Além disso, lançaram um jornal com ideias abolicionistas no qual Leonor escrevia artigos para chamar as famílias pernambucanas a entrarem na luta pela abolição, em conjunto com outras mulheres. A campanha da Ave Libertas conseguiu 200 cartas de alforria de escravos, as quais eram assinadas pelos senhores dos engenhos, como também organizaram manifestações de rua em Recife, quando participaram da passeata mais de 100 mulheres (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Além do engajamento no *front* de batalha da associação, Leonor, durante o ano de 1887, proferiu diversas palestras contra o escravismo em Pernambuco, vindo

a ser considerada símbolo da participação feminina na luta contra a escravidão (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

No Rio de Janeiro, na década de 1880, Silva e Barreto (2014) registraram sete sociedades, clubes e associações, sendo que uma era mista e o restante era composto somente por mulheres. As agremiações femininas eram: o Clube Abolicionista José do Patrocínio, fundado em 1881; a Associação de Senhoras Abolicionistas; o Clube Carlos Gomes, sociedade feminina e musical; Libertadoras Cearenses no Município da Corte e Libertadoras do Município, instituídos em 1883; e o Clube Abolicionista Feminino, formado em 1885.

A mulher participou no movimento abolicionista de forma distinta. Para Alonso (2015), as mulheres entraram por “três portas”:

A consagrada era a da filantropia: a sociedade escravocrata liberava as senhoras de alta extração social do serviço doméstico, sem lhes abrir carreiras; tempo livre dedicado a causas beneméritas, por onde nasceram as sociedades de libertação de crianças e escravas [...]. Outra possibilidade era entrar de braço com o marido, pai, irmão, cunhado abolicionista. Assim nasceu o Clube José do Patrocínio, liderado por Bibi [...]. Essas senhoras entretidas em lidas domésticas – decorar salão, coletar doações, vender prendas e ingressos – começaram também a tocar piano, cantar, recitar, caso de mulher e filhas de Clapp. Tanto Rebouças como Clapp se referiam a essa audiência aburguesada como “família abolicionista”. [...] Pela porta do Teatro, muitas seguiram Chiquinha Gonzaga e Luísa Regadas (ALONSO, 2015, p. 147).

Como essas, ocorreram também participações individuais de atuações de mulheres que, de alguma forma, contribuíram para o combate à escravidão. Schumacher e Brazil (2000, 2007) registraram uma escrava abolicionista em São Luís do Maranhão, chamada Adelina, conhecida como charuteira, porque era vendedora ambulante de charuto. Ela atuou como participante das manifestações e passeatas em defesa da abolição da escravidão e ajudou na fuga de escravos, como foi o caso da fugitiva escrava chamada Esperança. Adelina colaborava com os ativistas abolicionistas ajudando-lhes a escapar da polícia, pois ela conhecia os caminhos e vielas por fazer as suas vendas andando pela cidade (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, 2007).

Igualmente, a negra abolicionista Brandina atuou no movimento abolicionista de Santos, São Paulo, na segunda metade do século XIX. Ela era proprietária de uma pensão e usava o dinheiro de seu trabalho para ajudar negros fugitivos, com

comida, fumo e remédios, na baixada santista. Ela também colaborou com o líder de um dos maiores quilombos da região, chamado Santos Garrafão. Por essa e outras proteções, ela acabou por se tornar em uma pessoa muito querida na cidade (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Outra mulher de grande destaque foi Maria Firmina dos Reis, uma escritora abolicionista. Ela nasceu em São Luís do Maranhão e foi romancista, considerada a primeira autora de um romance abolicionista publicado. Com o pseudônimo 'Uma Maranhense', ela publicou o romance "Úrsula", no qual abordou a escravatura no Brasil em 1859-60. Depois, Maria Firmina ainda publicou na Revista Maranhense "O 13 de maio" e o conto "A Escrava", entre outros (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

O movimento abolicionista adotou as conferências como forma de atuação. Inicialmente, elas foram organizadas pelo médico e educador Abílio César Borges, professor do poeta baiano Antônio de Castro Alves, que as transformavam em cerimônias cívicas a favor da abolição (ALONSO, 2015). Nelas, os escravos eram libertos no palco, com o ritual de entrega das cartas de alforria, com música e poemas. Segundo Alonso (2015, p. 43), "As cerimônias cívicas de Abílio Borges seriam rituais de dramatização da escravidão e apelo aos sentimentos, conclamando a abolição como nova Independência. Nelas, 191 títulos de alforria foram concedidos de 1869 a 1871".

O teatro foi adotado para sediar as conferências, como espaço considerado público e laico pelos abolicionistas. Naquele período, a Igreja Católica ainda era uma componente de sustentação e manutenção do sistema escravista. Sendo assim, o teatro acabou sendo transformado pelo movimento abolicionista em um ambiente de propaganda e de combate às ideias escravistas junto à sociedade.

Os abolicionistas utilizaram as artes como meio de mobilização política da sociedade, entre elas a adoção das conferências-concerto, que era uma junção de comício político, espetáculo teatral e concertos com flores, ampliando a ideia original de cerimônias públicas a favor da abolição do Abílio Borges (ALONSO, 2015). De acordo com Alonso (2015, p. 18), "Apossaram-se dos teatros e, assim, poemas e óperas, como Aída, deram o tom da propaganda. Essa teatralização da política acelerou a deslegitimação do cativo e atraiu adeptos para o abolicionismo".

Uma dessas cerimônias das conferências consumou-se na ocasião em que o maestro Carlos Gomes subiu ao palco para libertar uma escrava de sua propriedade. Em outro momento, José do Patrocínio entregou 115 cartas

libertadoras, em junho de 1883. A cada Conferência procurava-se entregar cartas de alforria com flores aos libertos, aos libertadores e aos conferencistas. Por esse motivo, as flores chamadas camélias acabaram se transformando em um símbolo do movimento abolicionista (ALONSO, 2015).

Várias artistas foram abolicionistas, além dos homens que defendiam a causa. Participavam como ativistas a maestrina Chiquinha Gonzaga e as atrizes Massart, Suzanne Castera, Delsol, Rose Villiot, Balbina Maia, Apolônia Pinto, Ismênia dos Santos, Helena Cavalier, Clélia, Delorme, Deolinda Amoedo, Teodorini, Gabi, Tessero, Manarezzi, Leonor Ribeiro, Isolina Monclar, Blanche Grau, Pepa Ruiz, Delmary. Atuava também de forma destacada a cantora das conferências-concerto Luísa Regadas. Ela era reconhecida como “o rouxinol do abolicionismo” e participava da rede de proteção ao movimento dos escravos fugitivos, com ajuda e suporte em abrigos (MORAES, 1986).

Francisca Edwirges Neves Gonzaga, a Chiquinha Gonzaga, foi uma incisiva ativista do movimento abolicionista. Era musicista, professora de música, compositora, maestrina e colocou a sua arte em favor da causa. Nas Conferências-concerto, ela participava tocando seus maxixes e lundus que criava, além de outros estilos musicais (DINIZ, 1991). Alonso (2015, p. 136) destaca que, “No concerto de instalação do Centro Abolicionista Comercial, a maestrina regeu orquestra e coro de meninas”.

Chiquinha Gonzaga atuou também nos festivais artísticos, com o fim de arrecadar fundos para que a Confederação Libertadora comprasse alforrias. Ademais, vendeu suas músicas de porta em porta e comprou a liberdade do escravo Zé Flauta, seu amigo. Chiquinha misturava militância política, teatro, música e aulas (DINIZ, 1991). Na opinião de Diniz (1991, p. 128), a maestrina, “Como uma autêntica ativista em campanha, prestava-se a qualquer atividade: varrer teatro, pregar cartaz, leiloar em quermesses, propagar em ruas, cafés, teatros, estradas de ferro, etc.”.

Com a aprovação da Lei Áurea, Chiquinha foi a convidada participante nas comemorações e festas, pois era a representante das artes nas homenagens aos abolicionistas, após a instituição da referida lei (DINIZ, 1991). Além disso, era muito elogiada por José do Patrocínio, tanto como profissional quanto como ativista política e mulher cidadã (LAZARONI, 1999).

Parte das elites do Império era favorável ao fim do escravismo. No Livro Ouro dos abolicionistas do Rio de Janeiro, no qual constava os nomes das pessoas que

contribuíam com a alforria de escravos, estavam escritas na primeira página as assinaturas do Imperador Dom Pedro II e do Conde d'Eu, esposo da princesa Isabel (MORAES, 1986). Também ocorreram manifestações antiescravistas do Imperador, por ocasião de seu passeio à província de São Paulo, e de Dom Pedro, que já tinha alforriado os escravos que prestavam serviços à princesa Isabel, quando solteira, a pedido desta última (MATTOS, 2009). Além disso, “O Conde d'Eu libertara escravos ao fim da guerra com o Paraguai [...]” (ALONSO, 2015, p. 319).

Posteriormente, os filhos da Princesa Isabel tinham lançado um jornalzinho abolicionista, chamado “Correio Imperial”, em fevereiro de 1888, no palácio de Petrópolis (ALONSO, 2015; CARVALHO, 2007; GOMES, 2013). A Regente foi engajada na campanha abolicionista de libertação de território, encabeçada por André Rebouças, ao instituir Petrópolis livre da escravidão naquele mesmo período (ALONSO, 2015; GOMES, 2013). Ela tinha aproximação com o grupo mais moderado dos abolicionistas, como José do Patrocínio, André Rebouças e Joaquim Nabuco, entre outros (MATTOS, 2009). Além disso, na última regência, ela atuava pela causa abolicionista de forma aguerrida (CARVALHO, 2007). Essa atitude da Princesa Isabel deixou os escravocratas e vários membros do Partido Conservador contrariados.

A herdeira do trono não era uma mulher só de palavras. Organizava festividades com o intuito de angariar fundos para diversos grupos abolicionistas – ela mesma contribuía financeiramente -, possuía papel de destaque na Comissão Libertadora, protegia escravos fugitivos e apoiava quilombos abolicionistas, no que era apoiada por seu marido, o Conde d'Eu (MATTOS, 2009, p. 38).

A Princesa Isabel recebia ramalhetes de camélias, símbolo do movimento abolicionista. Na ocasião da abertura da Câmara, em 3 de maio de 1888, ela recebeu camélias brancas cultivadas pelo quilombo, localizado na praia do Leblon, Rio de Janeiro, capital do Império (ALONSO, 2015). Ela tinha organizado junto com o movimento abolicionista, no dia 12 de fevereiro de 1888, uma passeata com o objetivo de angariar fundos para a causa abolicionista, chamada “batalha das flores”, nas ruas de Petrópolis (ALONSO, 2015; MATTOS, 2009).

Diversas foram as razões para a Princesa Isabel ser abolicionista. Segundo Carvalho (2007), os motivos eram de natureza política e religiosa. Em relação à política, ela aventava a possibilidade de um terceiro reinado e a religiosa seguia uma

crença de recomendação católica, que destacava a “libertação como um imperativo da caridade cristã” (CARVALHO, 2007, p. 188).

O governo Imperial era pressionado internamente por vários setores: os escravistas, os abolicionistas, os republicanos, os militares, a opinião pública, entre outros. Também sofria pressão externa, pois diversos países já tinham abolido o trabalho escravo, como: os Estados Unidos, as Antilhas francesas, Porto Rico, Cuba, entre outros. Na opinião de Costa (2010, p. 245), “O Brasil permanecia isolado: bastião da escravatura. Mas a febre abolicionista ameaçava a escravidão”.

Nesse contexto, havia também uma nova perspectiva de mudanças na sociedade, já que se iniciava um processo de desenvolvimento urbano, o qual favorecia um espaço público para o debate de opiniões. Além disso, formou-se uma nova camada de trabalhadores livres fora do escravismo, o que proporcionou um apoio às ideias abolicionistas. Com efeito, ocorreram modificações sociais e econômicas naquele período, conforme Emília Costa (2010) explica:

As transformações econômicas que se processaram no país, desde a cessação do tráfico, o desenvolvimento das vias férreas, o incipiente processo de urbanização, o aparecimento das primeiras empresas industriais, companhias de seguro, organismos de crédito, o incremento de certos setores do comércio varejista e de grupos artesanais, representados por trabalhadores livres que encontravam novas oportunidades de emprego, favoreceram a formação de uma categoria social nova (COSTA, 2010, p. 475).

A Princesa Isabel assumiu a regência pela terceira vez em nome do Imperador, pois ele estava com problemas de saúde e encontrava-se em tratamento na Europa. Ela já tinha sido reconhecida como sucessora legítima de D. Pedro II, desde 1850, pela Assembleia Geral Legislativa (MATTOS, 2009). No entanto, havia resistência junto aos seus súditos, talvez pelo fato de ser mulher. Na opinião de Mattos (2009), “[...] Isabel encontrava séria resistência no gabinete conservador do Barão de Cotegipe. Havia um confronto entre a Regente e o Presidente do Conselho dos Ministros em torno de medidas antiescravistas” (MATTOS, 2009, p. 41).

Alguns historiadores dizem que a Princesa Isabel governava de forma contida. No entanto, o trâmite da proposição da abolição do trabalho escravo no Parlamento brasileiro foi bastante célere, demonstrando que houve apoio do governo, de forma ativa, para que isso fosse possível. A proposta enviada à Câmara

dos Deputados ocorreu no início da legislatura de 1888, já que os trabalhos legislativos da época só iniciavam em maio.

O processo de tramitação teve início com a dispensa de formalidade legislativa, como a da impressão, prazo de discussão e interstícios, fazendo com que a proposta fosse apreciada imediatamente. Então, no próprio dia 8, a Comissão Especial, nomeada para analisar a proposição, deu parecer favorável, dispensando a impressão do projeto da comissão. Desse modo, iniciou-se a primeira discussão do projeto. No dia 9 ocorreu a segunda discussão e a apresentação de uma emenda substitutiva, determinando a vigência imediata da extinção da escravidão no país, seguida de votação nominal. No dia 10, na terceira discussão, houve também a votação e aprovação da redação final do projeto de extinção da escravidão no Brasil. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e teve um resultado de 83 votos favoráveis e nove contra, sendo que todos os votos contrários eram parlamentares do Partido Conservador.

O projeto aprovado foi enviado ao Senado do Império de forma imediata. No dia 11 foi constituída Comissão Especial que deu parecer favorável à decisão no mesmo dia. A questão foi incluída na Ordem do Dia da Sessão Extraordinária do dia 12 de maio, um sábado. O plenário discutiu e aprovou a proposição com seis votos contrários, seguindo esta para sanção. Então, em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel sancionou a Lei nº 3.533, conhecida como Lei Áurea. O processo de tramitação do projeto até a sanção durou somente cinco dias, constatando-se que havia uma decisão enfática da Princesa Isabel e do Governo Imperial pelo fim da escravidão.

Ela já tinha sancionado a Lei do Ventre Livre, que declarava livre os filhos de escravas nascidos desde 28 de setembro de 1871, assim como libertava todos os escravos do governo imperial em sua primeira regência. Mattos (2009) destaca que a Princesa Isabel teve papel proeminente na abolição do trabalho escravo no Brasil. Para o autor, não se pode negar a importância de seu papel, no derradeiro episódio, para pôr fim ao trabalho escravo no Brasil.

Longe de atribuir a um único indivíduo o papel exclusivo no processo histórico, ressaltamos que a Princesa Imperial contribuiu, também, para a materialização da Lei Áurea. Sendo assim, ao seu modo, baseada nas suas convicções e interesses, a herdeira do trono brasileiro teve papel destacado na sociedade em que viveu (MATTOS, 2009, p. 45).

A pressão das ruas, do movimento abolicionista, com o envolvimento de amplos setores da sociedade brasileira, em dimensão nacional, pode também ter colaborado para esse desfecho. De qualquer forma, o escravismo já não respondia às necessidades materiais, éticas e humanas da sociedade do fim do século XIX. Além disso, necessitava-se desenvolver na sociedade uma nova dinâmica econômica e social em que o trabalho livre era fundamental. A tentativa do Império era alcançar tal transformação, sem grandes abalos e sem colocar em risco o sistema vigente.

Cabe destacar que o nosso país estava atrasado em relação à abolição do trabalho escravo. Segundo Carvalho (2008, p. 47), “O Brasil era o último país de tradição cristã e ocidental em liberar os escravos.” Mas isso não foi feito sem conflito, os escravocratas defendiam que caso se extinguissem a escravidão, os proprietários de escravos deveriam ser indenizados. A lei aprovada não contemplou este pleito dos escravistas. A indenização era impossível, em razão de que os 700 mil escravos existentes naquele período valiam cerca de 210 milhões de contos de réis, no mínimo, e o orçamento geral do Império era de 165 milhões de contos de réis (DEL PRIORI; VENANCIO, 2010; GOMES, 2013).

A Princesa Isabel empenhou-se pessoalmente para derrotar estas propostas dos grupos escravistas. E também, o próprio movimento abolicionista desenvolveu forte pressão contrária a essa reivindicação (MATTOS, 2009). Dessa maneira, a abolição foi conquistada sem as indenizações pretendidas dos ex-proprietários dos escravos. Contudo, também não contemplou nenhuma ação de inclusão de escravos e escravas na sociedade do trabalho livre, e abandonou-os a sua própria sobrevivência. Segundo Carvalho (2008, p. 52), “No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram às suas fazendas, ou às fazendas vizinhas, para retornar ao trabalho por baixo salário”.

Os festejos e comemorações do fim da escravidão ocorreram por todo o território nacional. A Regente passou a ser chamada de redentora e recebeu muitas homenagens. Diniz (1991) destaca que após participar das comemorações de rua, no dia 13 de maio de 1888, na ocasião da promulgação da Lei Áurea, Chiquinha Gonzaga compôs um hino para coro e piano em homenagem à Princesa Isabel, que José do Patrocínio acabou por dar-lhe o nome de “Hino à Redentora”.

A Princesa Isabel ainda foi homenageada pela Igreja Católica em razão da abolição da escravidão. Ela foi condecorada com a Rosa de Ouro, concedida aos chefes de Estado, por seus atos de benemerência e caridade, por Leão XIII, maior autoridade católica da época (CARVALHO, 2007; MATTOS, 2009). Cabe salientar que houve a tentativa da monarquia em instrumentalizar a Lei Áurea para garantir um Terceiro Reinado com Isabel à frente. Entretanto, por causa da abolição ela tinha perdido apoio de sua base de sustentação política, a despeito do apoio popular conquistado.

O Estado Imperial apostava na longevidade da monarquia com o atendimento ao anseio popular de finalizar o trabalho escravo no Brasil. Daí a tentativa de atribuir à Regente o papel condutor do processo. No entanto, não obteve apoio integral do movimento abolicionista para a manutenção do regime, haja vista que entre seus integrantes havia muitos republicanos que tentaram dissociar a imagem de Isabel da abolição. Dessa maneira, na opinião de Mattos (2009, p. 45), “A construção das representações da Princesa Isabel transitou pelos espaços de domínio público e privado, pela questão religiosa, interesses políticos, concepções de gênero, [...] todos ligados às práticas culturais da época”.

As mulheres participaram desde o início da luta antiescravista. É importante realçar que elas participaram das diversas ações abolicionistas desenvolvidas, desde a de simples participantes para aumentar o número de pessoas e engrossar o movimento, além de oferecer apoio na estrutura, como também atuava na constituição e direção de clubes, associações entre outras. Foram oradoras nas conferências abolicionistas, além disso desempenhavam ações na cobertura de escravas e escravos fugitivos, com colaboração individual ou em grupo, entre outras.

Tanto foi, que o registro fotográfico da Sessão solene, da província do Ceará, em 25 de março de 1884, momento em que o presidente da província em aliança com os abolicionistas, Sátiro Dias, declarou abolida a escravidão no Ceará, registra a presença de diversas mulheres no acontecimento. Da mesma maneira, as fotografias da manifestação do lado de fora do Senado Imperial, em apoio ao projeto de lei que abolia o trabalho escravo, como também a da missa campal, que celebrou o fim da escravidão no Brasil, em 17 de maio de 1888, historiam a participação de mulheres. Isso são traços que demonstram que elas também estavam nas ruas pela abolição do trabalho escravo, seja reivindicando ou celebrando.

A multiplicidade de pessoas e de atividades no movimento abolicionista possibilitou a participação das mulheres, em uma ação política e pública, para além do espaço privado, permitido para elas até então, em uma sociedade patriarcal do século XIX. Na opinião de Alonso (2015),

Entre ações institucionais, manifestações públicas em espaço fechado ou aberto, ações simbólicas, diretas, de difusão e de confrontação foram 2214 eventos de protestos. Campanha contínua por duas décadas, com associações e eventos coordenados e nacionais, que recrutou vultoso contingente de adeptos nas maiores cidades do país e se embrenhou pelo interior, o abolicionismo foi o primeiro grande movimento social brasileiro (ALONSO, 2015, p. 352).

Foi neste movimento social que a mulher adentrou o espaço público para participar da política, a despeito de que naquele período ainda lhe era negado o seu direito político de votar e ser votada, e só conseguir conquistá-lo na década de 1930, no século XX. A mulher fez parte do movimento abolicionista de forma multifacetada. Por vezes, ela atuava de forma coadjuvante, como parte de uma família abolicionista, com ações de apoio; outras, como protagonistas, com ações ousadas para a sociedade de então. Em outros momentos, chegou a desempenhar ações de destaques nas conferências abolicionistas.

É importante ressaltar que o papel esperado para as mulheres do século XIX, era de recato e de submissão. Naquele período, a família patriarcal brasileira consistia no marido dominante, na mulher e mãe submissa, pacata que vivia reclusa em casa e não participava do espaço público, este destinado somente aos homens, com exceção daquelas das classes populares. Quando era permitido que as mulheres aparecessem além do privado, era como boas filhas, esposas e mães. A hegemonia da ideologia masculina era a que prevalecia.

Ainda, havia várias imposições e limitações em relação a uma atuação praticada pelas mulheres. Mesmo a Princesa Isabel, que comandava o Império como Regente, sofria oposição por ser mulher. Isso tanto pelos homens escravistas, como pelos abolicionistas, que muitas vezes na disputa política recorriam a destacar a sua condição feminina, para dizer da sua incapacidade para o poder; como também procuravam se alçar na moral e nos bons costumes da sociedade daquele período, para falar da sua limitação para cumprir o papel supremo da Coroa. Segundo Mattos (2009), o abolicionista Silva Jardim, para tirar proveito político contra a Monarquia, apelou para a questão de gênero de Isabel.

De forma deselegante, Silva Jardim baseia-se na idade de Isabel, na sua condição feminina, apoiando-se nos costumes vigentes, para desanca-la. Não importava, neste momento, que os dois fossem abolicionistas. Muito menos que a “batalha das flores” tivesse uma finalidade abertamente antiescravista. Para o republicano, a monarquia era inaceitável. Ainda mais se conduzida por mulher (MATTOS, 2009, p. 41).

Observa-se, portanto, que no movimento abolicionista as mulheres foram além do papel determinado para elas, pelos líderes do movimento, tal como o de ser suporte e de dar volume para as ações abolicionistas. Talvez por isso, os líderes abolicionistas masculinos não deram uma maior evidência de sua atuação como coparticipante de uma luta política e social, por diversas vezes com destaque. Na opinião de Silva e Barreto (2014),

Os estatutos das sociedades femininas, o programa social pós-abolição, os discursos pronunciados em clubes abolicionistas e a ocupação de espaços públicos demonstram posicionamento político em prol da liberdade e de um projeto social. As mulheres se engajaram na luta pela abolição e seus propósitos iam ao encontro da liberdade, em uma sociedade marcada pelo patriarcalismo (SILVA; BARRETO, 2014, p. 60).

Várias ações comprovam que as mulheres tiveram atuação destacada na luta pela abolição da escravatura no Brasil. Diversas associações abolicionistas, compostas unicamente por mulheres, conseguiram a liberdade para diversos escravos. Elas atuaram de forma ativa, com palestras, escrevendo artigos nos jornais e participando de passeatas nas ruas, como a que ocorreu em Recife. Conforme afirma Alonso (2015, p. 147), “[...] muitas passaram de politicamente incapazes a cidadãs da política das ruas.”

Assim, os estudos realizados revelam que a mulher participou da resistência à escravatura no Brasil e indicam que a abolição foi um processo de luta da sociedade brasileira, com o envolvimento e a participação de homens e de mulheres nas diversas províncias. Portanto, o fim da escravidão no país foi uma ação da sociedade, com a inclusão de diversos setores sociais de então, com a atuação destacada das mulheres. Logo, não foi uma obra somente masculina, como alguns acreditam.

Conclui-se que as mulheres, ao participarem do movimento pela abolição da escravatura, deram um passo novo para fora de casa e para o espaço público, ambiente considerado essencialmente masculino. Isso demonstra que elas não

eram tão frágeis, nem tão recatadas e nem tão submissas perante o poder patriarcal da sociedade imperial do século XIX.

## 5.2 A mulher e o direito ao voto no Brasil

O voto feminino no Brasil foi uma conquista do século XX. O direito político das mulheres de votar e de ser votada consistiu em uma longa luta do movimento feminista por essa reivindicação. Mas, até os dias de hoje, a presença feminina na política ainda enfrenta preconceito arraigado, o que impede a sua participação plena.

As mulheres compõem um pouco mais de 50% da população brasileira. No entanto, na Câmara dos Deputados, de 513 parlamentares eleitos em 2018, 77 (15%) são mulheres, e, no Senado Federal, a bancada feminina de senadoras foi reduzida de 13 para 12 (14,8) senadoras eleitas, considerando um total de 81. Admite-se, com isso, a opinião de Perrot (1988), de que o acesso das mulheres ao poder político sempre foi difícil em toda parte. É o que se tenta levantar nesta parte do estudo, de forma panorâmica e resumida, sem o aprofundamento que o assunto incita.

Antes, o voto era um direito exclusivo de homens com propriedades. Isso ocorria desde a Grécia antiga, considerada o berço da civilização ocidental, vista como o primeiro modelo de democracia, no qual as mulheres ocupavam a posição análoga a do escravo. Guarinello (2003, p. 40), ao falar de participação no poder em Atenas, comenta: “a democracia ateniense nunca foi absolutamente includente: dizia respeito apenas aos cidadãos masculinos e excluía, de qualquer participação política, as mulheres, os imigrantes e os escravos”.

Naquele período, a democracia e a garantia dos direitos políticos não eram tão amplos. Então, a luta pelo sufrágio universal, o direito de votar e ser votado, consistiu em uma grande empreitada dos desprovidos por longo período, envolvendo homens e mulheres. No entanto, a luta pela expansão de tais direitos políticos não abrangia o voto feminino, mesmo com a Revolução Francesa e a Revolução Americana, marcos da instituição dos direitos de cidadania. As mulheres tiveram que lutar pela universalização do voto, o que, segundo Alves e Pitanguy

(2003, p. 44), “[...] foi uma luta específica, que abrangeu mulheres de todas as classes”.

O direito de votar e de ser votada significava para a mulher sua entrada e participação em uma arena essencialmente masculina, o que ocasionou muita resistência por parte de vários homens. Na opinião de Hahner (2003, 1981), quanto mais as mulheres se distanciavam dos papéis domésticos, colocando o pé para fora de casa, mais oposição masculina elas encontravam. Ainda era preponderante o ideal de mulher reclusa, embora isso fosse restrito às classes sociais da elite, pois as mulheres de classes populares, desde cedo, estavam nas ruas lutando pela sua sobrevivência, como as vendedoras quitandeiras, entre outros exemplos citados na seção 5.1.

A luta pelo sufrágio feminino tomou corpo através de manifestações organizadas, ainda no século XIX. O marco inicial do movimento pela reivindicação desse direito ocorreu nos Estados Unidos, em *Seneca Falls*, com a Convenção dos Direitos da Mulher, em 1848 (ALVES; PITANGUY, 2003; ALVES, 1980). Depois, segundo Alves (1980), em 1868, Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Antony fundaram a *National Woman Suffrage Association - NWSA*<sup>32</sup>, em Nova York, com o propósito de atuarem junto ao Congresso Nacional, por emenda constitucional, dando direito de voto às mulheres. Em seguida, outro grupo criou a *American Woman Suffrage Association – AWSA*<sup>33</sup>, em 1869, com Lucy Stone, Henry Beecher e Julia Ward Howe à frente. Esse grupo atuava pelo voto com foco local, de Estado por Estado. Então, em 1890, as duas organizações fizeram a unificação do movimento e passaram a operar somente como AWSA (ALVES, 1980).

Devido a essa luta, a conquista pelo direito ao voto nos Estados Unidos ocorreu mais cedo em alguns estados, antes mesmo da lei nacional. Em 1913, as mulheres já podiam votar e serem votadas em nove estados dos EUA (ALVES, 1980; PINSKY; PEDRO, 2003). Na Convenção de *Seneca Falls* foi aprovado, como um dos itens da Declaração de Princípios, que as mulheres norte-americanas tinham como dever assegurar para si o direito ao sufrágio (ALVES, 1980), o que talvez pode ter sido um propulsor para as organizações feministas lutarem pela garantia do voto.

Na Inglaterra, a batalha pelo voto feminino tinha uma atuação mais agressiva que em outros lugares. Em 1903, foi fundada em Manchester uma organização

---

<sup>32</sup> Associação Nacional de Mulheres pelo Sufrágio.

<sup>33</sup> Associação Americana de Mulheres pelo Sufrágio.

denominada *Women's Social and Political Union* - USPU<sup>34</sup>, por Emmeline Pankhurst. A atuação desse grupo era mais radical, com desobediência civil e violência, para pressionar as autoridades diante da causa do sufrágio feminino. Pela radicalidade das suas ações, as militantes dessa organização passaram a ser conhecidas como *suffragettes*. Embora naquele país já existisse a *National Union of Women's Suffrage Societies* – NUWSS<sup>35</sup>, que tinha atividade desde 1897, presidida por Millicent Garret Fawcett, suas atividades eram desenvolvidas de forma mais comedida (KARAWEJCZYK, 2013).

A tática do movimento sufragista inglês da USPU envolvia várias atividades radicais. Segundo Karawejczyk (2013), a militante da referida organização, Emily Wilding Davison, em ação pelo sufrágio em 1911, ateou fogo em caixas de correios e depois, em 1913, em uma atuação na corrida de cavalos para chamar atenção para a causa, acabou sendo atingida pelo cavalo do Rei inglês, vindo a falecer e gerando grande comoção. Para destacar a radicalidade dessas feministas, Pinsky e Pedro (2003) afirmam que essas associações, ao desenvolver a luta sufragista inglesa,

[...] utilizavam táticas extremistas (quebra de vidros, uso de bombas incendiárias, invasão de reuniões de parlamentares, greves de fome e mesmo suicídios políticos) para atingir seu objetivo. Feministas inglesas fizeram passeatas e articulações no Parlamento, enfrentaram a polícia, foram presas (PINSKY; PEDRO, 2003, p. 295).

Todo esse contexto influenciou sobremaneira o movimento pelo voto feminino para além dos países originários. Foi com o exemplo do movimento sufragista internacional que algumas mulheres saíram do silêncio da esfera privada de seus lares e optaram pelo engajamento de uma luta coletiva, no espaço público da política, o que era inédito naquele período. Muitos foram os obstáculos que tiveram que romper.

As primeiras mulheres a conquistarem o direito de voto, de forma nacional, foram as da Nova Zelândia, no final do século XIX, em 1893 (SHUMAHER; CEVA, 2015; PINSKY; PEDRO, 2003). No entanto, parte significativa das mulheres do mundo ocidental adquiriu esse direito somente no século XX. São elas: as da Austrália, em 1902; as da Finlândia, em 1906; as da Holanda e Rússia, em 1917; as da Grã-Bretanha, em 1918; as dos Estados Unidos da América, em 1919; as do

---

<sup>34</sup> União Social e Política das Mulheres.

<sup>35</sup> União Nacional das Mulheres pelo Sufrágio.

Equador, em 1929; as da Espanha, em 1931; as da França, Argentina e Itália, na década de 1940; as de Portugal e Suíça, na década de 1970 (PINSKY; PEDRO, 2003; KARAWEJCZYK, 2013; SHUMAHER; CEVA, 2015). Mais recentemente, em 2015, as mulheres da Arábia Saudita passaram a votar, ainda que com muitas restrições.

Até o início do século XX, o direito de votar no Brasil estava restrito aos homens. Como dizia Canêdo (2003) sobre o preceito eleitoral de todo o período da Colônia, Império e início da República, “[...] o verbo “votar” e a prática da cidadania são do gênero masculino e da cor branca, as mulheres estavam ausentes do texto, assim como os escravos e os indígenas” (CANÊDO, 2003, p. 523). Com a primeira República, houve uma ampliação do perfil de votantes, pois antes de 1891 votavam apenas homens maiores de 25 anos e proprietários.

A luta pelo direito ao voto feminino no Brasil consistiu em um polo de aglutinação de setores da sociedade, envolvendo mulheres instruídas e alguns homens, ainda em meados do século XIX. Essas pessoas travaram uma batalha contra o atraso e o pensamento hegemônico de que a vinda das mulheres para o espaço público significava um risco para a família, pois ela não tinha perfil natural para atuar em tal ambiente. De acordo com Hahner (1981),

O sufrágio não estava dentro do mundo feminino de sentimentos e do lar, mas marcou uma brecha precisa na esfera masculina ativa. Muitos temiam que, se o mais puro e mais nobre dos sexos descesse do pedestal e escapasse do isolamento do lar, ele poderia ser maculado ou corrompido e a sociedade arruinaria (HAHNER, 1981, p. 78).

Alguns autores relatam que as primeiras manifestações em favor do voto feminino ocorreram com a Constituinte de 1890, 1891 (ALVES, 1980; TABAK, 1989). Entretanto, antes da primeira Constituinte republicana já aconteciam manifestações que questionavam o fato de a mulher não poder votar. Parte da incipiente imprensa dirigida e produzida por mulheres que surgiu no século XIX já trazia em suas páginas esse questionamento.

O jornal “O Sexo Feminino”, posteriormente denominado “O Quinze de Novembro do Sexo Feminino”, produzido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, escritora, educadora e jornalista, produzido inicialmente em 1873 e reeditado de 1875 a 1890, defendia abertamente o voto feminino (SHUMAHER; BRAZIL, 2000;

HALNER, 1981, 2003)<sup>36</sup>. Da mesma forma, o periódico “A Família” transformou-se em um veículo de propaganda em defesa do voto das mulheres, assim como dos seus direitos sociais (SHUMAHER; BRAZIL, 2000; HALNER, 1981, 2003; PRADO; FRANCO, 2012; KARAWAJCZYK, 2013)<sup>37</sup>. Sua fundadora e editora, a jornalista Josefina, foi também dramaturga e escreveu uma peça de teatro chamada “O Voto Feminino”, em 1890, em que criticava a resistência masculina em aceitar as mulheres como participantes na política.

A peça era uma comédia que foi apresentada no Teatro Dramático, no Rio de Janeiro, no mesmo período em que ocorreu o primeiro processo constituinte, em 1890 e 1891. A peça foi encenada como forma de chamar a atenção da sociedade e dos constituintes para essa reivindicação das mulheres. Posteriormente, foi publicada em livro e em folhetim no jornal de Josefina (SHUMAHER; BRAZIL, 2000; HALNER, 1981, 2003; SOUTO-MAIOR, 1995; PRADO; FRANCO, 2012; KARAWAJCZYK, 2013).

Assim como essas manifestações, ocorreram outras favoráveis ao voto feminino e que defendiam os direitos políticos de participação pública das mulheres. A própria campanha pelo voto também ganhava força em razão das conquistas do voto feminino em vários países, sobretudo após a Primeira Grande Guerra. Nesse sentido, essa reivindicação acabou por movimentar uma parcela da sociedade, tornando-se uma das principais lutas do movimento feminista brasileiro. Segundo Hahner (2003),

Nas primeiras décadas que seguiram a Proclamação, a luta pelo sufrágio passou a ser a principal bandeira das mulheres letradas (de elite) que alguns anos antes haviam se envolvido na produção de jornais voltados para a educação da mulher e em associações abolicionistas. No novo contexto, lutaram pela inclusão do voto feminino na Assembleia Constituinte de 1891, que foi negada, mas que gerou repercussão e homens interessados na causa. Por ser ambígua em relação ao direito do voto, a primeira Constituição republicana permitiu que muitas mulheres se unissem para reivindicar seu espaço na formação do progresso da nação. Atritando-se a candidatas e políticos simpatizantes de suas causas, organizando movimentos e até mesmo passeatas, buscaram formar uma opinião pública a seu favor e à sua causa (HAHNER, 2003, p. 29).

---

<sup>36</sup> O jornal “O Sexo feminino” foi produzido inicialmente em 1873, em Campanha, Minas Gerais, e reeditado de 1875 a 1890, no Rio de Janeiro (SHUMAHER; BRAZIL, 2000; HAHNER, 1981, 2003).

<sup>37</sup> O jornal “A Família” foi produzido em 1888, em São Paulo, e depois no Rio de Janeiro, fundado por Josefina Álvares de Azevedo (SHUMAHER; BRAZIL, 2000; HAHNER, 1981, 2003; PRADO; FRANCO, 2012; KARAWAJCZYK, 2013).

O anteprojeto da Constituição republicana, elaborado pelo governo provisório de Floriano Peixoto, não contemplava o voto da mulher, mas os anais da Constituinte de 1890, 1891 registravam propostas de emendas concedendo o direito de voto às mulheres, com restrições. Essas propostas não foram aprovadas. Vários deputados entendiam que se fossem aprovadas, resultariam na dissolução da família. Segundo Souto-Maior (1995), o jornal “A Família”, de Josefina Alvarez de Azevedo, noticiou que dos 21 membros da comissão responsável por dar parecer às emendas, somente sete foram favoráveis ao voto da mulher. O texto Constitucional ficou assim escrito:

Art 70 – São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.

§2º São inelegíveis os cidadãos não alistáveis (BRASIL, 1891).

Como se verifica, as mulheres não foram citadas no texto, logo, não houve uma negativa explícita. Diante dessa omissão, várias mulheres tentaram fazer o alistamento eleitoral, pré-requisito legal para o exercício do voto. No entanto, essa estratégia não obteve êxito imediato.

Diante disso, a reivindicação por cidadania e direitos políticos ocupou o centro da ação das mulheres. Alves (1980) evidencia que, na década de 1910, a advogada Myrthes de Campos requereu alistamento eleitoral com base na Constituição, mas o pedido foi negado. Igualmente, a professora Leolinda de Figueiredo Daltro, com base nos mesmos argumentos, também requereu seu alistamento e obteve resposta negativa. A partir de uma visão patriarcal da sociedade da época, foi negado a essas mulheres o direito de voto, com base na premissa de que a mulher não era cidadã com direito a votar e a ser votada. Entretanto, apesar de muitos indeferimentos ao sufrágio por meio do poder judicial, constam registros de votos femininos que entraram por essa mesma via e obtiveram resultado favorável. Ainda no século XIX, em 1881, a dentista Mattos Dillon requereu e obteve, em segunda instância, o direito de votar (AZEVEDO; RABAT, 2012).

Em razão dessa omissão dos constituintes de 1890-91 e da negativa da justiça, Leolinda Daltro criou o Partido Republicano Feminino, em dezembro de 1910. O partido tinha por finalidade colocar em evidência, entre outras, a reivindicação do sufrágio feminino. Tal partido é considerado um precursor do movimento de luta pelo voto. Em 1917, Daltro conseguiu organizar uma passeata no centro do Rio de Janeiro, com a participação de, aproximadamente, 90 mulheres, em prol do sufrágio para as mulheres (ALVES, 1980; SHUMAHER; BRAZIL, 2000; SHUMAHER, 2003).

No Congresso Nacional, alguns parlamentares apresentaram projetos de lei prevendo o voto feminino. Em 22 de dezembro de 1916, Leolinda Daltro encaminhou uma comunicação à Câmara dos Deputados, segundo Marques (2016), para o Deputado Maurício de Lacerda, requerendo o voto feminino. Contudo, também havia a comunicação de outra mulher, de agosto do mesmo ano, que requeria o voto feminino, como a carta de Marianna de Noronha Horta, encaminhada para os deputados do Congresso Nacional (MARQUES, 2016).

Parece que essas reivindicações tiveram repercussões. Em 1917, o Deputado Maurício de Lacerda apresentou projeto instituindo o voto para as mulheres. Porém a proposição não chegou a ser discutida (SHUMAHER; BRAZIL, 2000). O Senador Justo Chermont, por influência de Leolinda Daltro, em 17 de dezembro de 1919, também apresentou o projeto nº 102/1919, que estendeu às mulheres maiores de 21 anos o direito de voto. Segundo Alves (1980, p. 96), “Leolinda Daltro, acompanhada de um grupo grande de mulheres, compareceu ao Congresso para assistir à votação, inaugurando a técnica de pressão política que seria utilizada pelo movimento sufragista brasileiro”. O projeto foi aprovado em primeira discussão em 8 de julho de 1921 (TABAK, 1989) e nunca foi colocado em segunda votação, requisito necessário para que fosse transformado em lei.

Cabe destacar a criação, em 1919, da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, logo substituída pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a FBPF, em 1922, filiada à Aliança Internacional pelo Voto Feminino, através da bióloga e advogada Bertha Maria Júlia Lutz. A Federação tinha como um dos seus objetivos “Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos” (ALVES, 1980, p. 107). A referida FBPF desenvolveu diversas campanhas pelo direito de voto das

mulheres, o que deu visibilidade ao trabalho de Bertha Lutz, considerada uma das líderes do movimento sufragista brasileiro.

Bertha Lutz tinha pouco tempo de retorno ao Brasil, depois de estudos realizados na França. Ela conhecia o movimento sufragista americano e inglês. Segundo Alves (1980, p.100), Bertha Lutz adotou como tática para o movimento sufragista brasileiro “a necessidade de se legitimar aos olhos do público, procurando para isto mobilizar mulheres cuja posição social fosse de indiscutível respeitabilidade”. Com isso, procurou se desvincular das *suffragettes* inglesas, que eram malvistas por sua atuação radical. Bertha Lutz adotou uma aliança com o movimento sufragista americano, da NAWSA, considerado tradicional (ALVES, 1980). Então, no primeiro congresso da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino esteve presente Carrie Chapman Catt, da NAWSA, em 1922, para reforçar a luta das sufragistas brasileiras.

Tal fato teve repercussão nas características do estilo de militância adotada pelo movimento sufragista brasileiro. Segundo Alves (1980, p.113), “As militantes sufragistas no Brasil não tentaram ir além da opção definida por Bertha Lutz”. Com opinião semelhante, Hahner (2003) admite que as feministas brasileiras tentavam se dissociar das figuras violentas e agressivas, tais como as *suffragettes* inglesas, com receio de que isso prejudicasse o movimento no país.

O sufrágio feminino no Brasil foi essencialmente um movimento de classe média em prol de uma mudança judicial para garantir o voto daquelas mulheres que haviam alcançado a mesma qualificação que os homens, não uma tentativa de revolucionar o papel da mulher na sociedade, nem a própria sociedade em si (HAHNER, 2003, p. 31).

O foco de atuação do movimento foi a reforma, via Congresso Nacional, para mudanças na legislação. No parlamento, conforme dito anteriormente, já existiam propostas que previam a inclusão da mulher como eleitora. Novas propostas se somaram àquelas já existentes devido a essa tática das sufragistas. Em 1924, o deputado Basílio de Magalhães apresentou o Projeto de Lei nº 247, que incluiu a mulher como eleitora. Em seguida, em 1925, o senador Moniz Sodré encaminhou à mesa outra proposta que reconhecia o voto feminino. Como pode ser observado, várias foram as iniciativas de alteração. No entanto, apesar de algumas proposições serem restritivas, com abrangência somente para algumas mulheres, ainda assim as

proposições não conseguiram um andamento célere no processo legislativo (ALVES, 1980).

Em 1927, uma comissão de feministas formada por Bertha Lutz, Jerônima Mesquita, Ana Amélia Carneiro de Mendonça e Maria Eugênio Celso foi ao Congresso Nacional para solicitar o apoio ao voto feminino (SHUMAHER; BRAZIL, 2000). Nessa mesma frente de combate, em 12 de dezembro de 1927, a FBPF, com assinatura de Bertha Lutz como presidente, entregou um abaixo-assinado com duas mil assinaturas, recolhidas em todo país, o qual solicitava a “aprovação do Projeto que institui os direitos políticos à mulher e o direito do voto feminino” (SENADO FEDERAL, 2004, p. 127).

Nessas articulações foram feitas algumas alianças favoráveis ao voto. O deputado Juvenal Lamartine, naquele período, era membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e foi um dos procurados pelas sufragistas, mostrando-se favorável ao pleito (ALVES, 1980; SCHUMAHER; BRAZIL, 2000). Isso foi muito promissor, tendo em vista a adesão de Lamartine, candidato ao governo do Rio Grande do Norte, à causa feminina.

A FBPF participou ativamente da sua campanha eleitoral e Lamartine destacou em seu programa de governo o compromisso de governar com o apoio político das mulheres, além da garantia de apoio para que elas votassem e fossem eleitas. Ele foi um dos articuladores para que a lei estadual do Rio Grande do Norte instituísse o direito de voto para as mulheres, pela primeira vez no Brasil (ALVES, 1980; SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Com tal alteração da legislação, as mulheres puderam votar e serem votadas no referido estado, haja vista a previsão legal de eleitores sem distinção de sexo nas eleições de 1927. Nelas votaram 15 mulheres. Nesse mesmo ano, votou pela primeira vez Celina Guimarães Viana, professora da Escola Normal de Mossoró. Também foi eleita a primeira prefeita no Brasil, no município de Lages, Alzira Soriano de Souza (ALVES, 1980; SCHUMAHER; BRAZIL, 2000; HAHNER, 2003).

Entretanto, houve controvérsia em relação aos votos dessas mulheres potiguares. Embora os votos daquelas eleitoras tenham sido contabilizados para a eleição dos candidatos ao Senado Federal, eles foram invalidados pela Comissão de Justiça do Senado, sob protestos das sufragistas. No entanto, os mesmos votos

continuaram valendo para as eleições dentro da jurisdição do estado do Rio Grande do Norte.

Em todo país, as mulheres continuaram pleiteando o direito ao voto por meio do poder judiciário. Em 1928, em Minas Gerais, Maria Ernestina Carneiro Santiago Manso Pereira, conhecida como Mietta Santiago, advogada, ajuizou ação na justiça requerendo o direito de voto e obtendo resultado positivo (SCHUMAHER; CEVA, 2015). O próprio movimento sufragista adotou, como uma das suas táticas, a tentativa de alistamento eleitoral. Dessa forma, questionou a lei no judiciário, aproveitando a brecha da omissão negativa para o voto da mulher. O movimento também se valeu das mudanças que ocorriam na sociedade, como a urbanização, a entrada da mulher na educação e no mercado de trabalho, entre outras, para fortalecer suas reivindicações.

Durante a década de 1920, foram criadas várias organizações com o objetivo de reivindicar o direito ao voto feminino. Mietta Santiago criou a Liga das Eleitoras Mineiras. Em 1931, Natércia Silveira Pinto da Rocha, primeira mulher a obter a graduação em Direito, fundou a Aliança Nacional de Mulheres, uma dissidência da FBPF, que também atuava com destaque em prol do voto feminino (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Outras organizações como essas surgiram em vários locais do país.

Existe a afirmação de que o movimento sufragista brasileiro não tenha envolvido diversos grupos sociais, ficando restrito às camadas médias, com vários profissionais liberais à frente. Nesse sentido, Alves (1980, p. 19) esclarece a característica dele: “O movimento sufragista brasileiro, como movimento liberal burguês influenciado pela ideologia da classe e do sexo dominantes, não logrou elaborar uma contra-ideologia”. Apesar disso, reconhece-se a organização bem estruturada dele.

A campanha sufragista no Brasil nunca se tornou um movimento de massas – existem poucos destes na história do Brasil -, mas, apesar disso, teve o mérito de se caracterizar por sua excelente organização, bem maior do que a da maioria dos movimentos semelhantes que a seguiram na América Latina (HAHNER, 2003, p. 333).

Talvez não tenha sido um amplo movimento de massas, porém, em sua fase final, o movimento sufragista no Brasil viveu uma fase de expansão. A FBPF abriu várias seções estaduais, com atividades em vários locais, chegando a incorporar 12

associações de mulheres e evidenciando que o direito do voto à mulher ganhou repercussão e eco na sociedade.

A constituição de diversas organizações feministas, com caráter sufragista, dava voz às camadas médias da sociedade. No entanto, os limites políticos e ideológicos do movimento condicionavam essas organizações a uma atuação de menor radicalidade. Para Alves (1980, p. 19), “Sua atuação teve limites específicos, e o fim de seu caminho estava claramente marcado: para além do voto e de mudanças na legislação civil e trabalhista, mantinha-se intacto o funcionamento do sistema, em suas relações de classe e sexo”.

Em 1931, no Rio de Janeiro, a FBPF promoveu o II Congresso Internacional Feminista, quando foram discutidos os sete princípios da organização, entre eles os “Direitos civis e políticos da mulher” (ALVES, 1980, p. 124). Segundo Schumacher e Brazil (2000), as conclusões desse encontro foram levadas ao presidente Getúlio Vargas, que havia se comprometido em apoiar o sufrágio feminino. Como resultado desse apoio, Bertha Lutz foi convidada a participar da comissão de redação do novo Código Eleitoral, que concedia o voto às mulheres. Esse novo Código foi instituído pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que trazia o voto não obrigatório para as mulheres, conforme consta em seu texto:

Art. 2º É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.

(...)

Art. 121. Os homens maiores de sessenta anos e as mulheres em qualquer idade podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral (BRASIL, 1932).

Com a convocação do Congresso Nacional Constituinte, as mulheres foram admitidas como participantes. Para elaboração da nova Constituição, elas puderam inclusive eleger os representantes das associações profissionais para a Assembleia Nacional Constituinte, em 3 de maio de 1933. Isso também foi uma inovação do novo Código Eleitoral, que previa a representação classista, com eleição de 40 deputados pelos representantes de sindicatos (CARVALHO, 2008). O Decreto nº 22.696/1933, que regia essa questão, previa:

Art. 18. Só poderão ser eleitos representantes profissionais à Assembleia Nacional Constituinte, ou seus suplentes, brasileiros maiores de 25 anos, sem distinção de sexo, que saibam lêr e escrever, estejam na posse dos direitos civis e políticos, respeitadas as demais condições de capacidade estabelecidas pela legislação

em vigor, e venham exercendo a respectiva profissão há mais de dois anos (BRASIL, 1933).

Foi nessa condição que Almerinda Farias Gama, presidente do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos, obteve apoio da FBPF e conseguiu ser a única mulher eleita delegada para a eleição de representantes das associações profissionais na Assembleia Nacional Constituinte. Com isso, ela passou a ser considerada uma das primeiras negras a ingressar na política (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000; SCHUMAHER; CEVA, 2015). Posteriormente, Almerinda Gama se candidatou a deputada constituinte, mas não logrou êxito.

Bertha Lutz e Leolinda Daltro também se candidataram, mas não foram eleitas, apesar dos esforços da FBPF e das militantes da causa. Essas militantes tinham instituído a Liga Eleitoral Independente do Distrito Federal, seção responsável pelas questões eleitorais da Federação e pela promoção da campanha eleitoral das feministas nas eleições de 1933 (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000; SCHUMAHER; CEVA, 2015). Além desta, outras ligas criadas em nível estadual, sob a diretiva dos núcleos da FBPF nos Estados, apresentaram um resultado melhor.

Como resultado das eleições de 3 de maio de 1933, foram eleitos 254 constituintes. Destes, somente uma mulher foi eleita para a Assembleia Nacional Constituinte, a médica Carlota Pereira Queirós (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000; HAHNER, 2003). Carlota Queirós fazia parte da Federação dos Voluntários e integrou a bancada eleita por São Paulo. Segundo Schumacher e Brazil (2000), a médica envolveu-se com política a partir da Revolução Constitucionalista de 1932, quando São Paulo desenvolveu mobilização contra Getúlio Vargas. Juntamente com outras mulheres, Carlota organizou assistência aos feridos no referido episódio, por meio da seção paulista da Cruz Vermelha, o que lhe rendeu prestígio e resultado eleitoral positivo.

Nas eleições para as Assembleias Constituintes nos estados brasileiros, em 14 de outubro de 1934, as mulheres também estiveram presentes. Schumacher e Ceva (2015) relatam que nove mulheres foram eleitas: Quintina Ribeiro; Lili Lages; Maria do Céu Fernandes; Maria Bittencourt; Maria Teresa Nogueira; Maria Teresa Camargo; Zuleide Bogéia; Hildenê Castelo Branco; e Antonieta de Barros. Antonieta foi professora, escritora e a primeira deputada estadual negra do Brasil, eleita pelo estado de Santa Catarina (PASA; KARPINSKI, 2019; SCHUMAHER; CEVA, 2015)

Getúlio Vargas convidou Bertha Lutz, representando a FBPF, para fazer parte da comissão de redação do texto constitucional. Foi convidada também Natércia da Silveira, líder da Aliança Nacional de Mulheres (ALVES, 1980; SCHUMAHER; BRAZIL, 2000; HAHNER, 2003). Dessa forma, o movimento sufragista procurou exercer influência na nova Constituição de 1934, de modo que não houvesse um retrocesso aos avanços conquistados (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Então, o texto constitucional promulgado em 16 de agosto de 1934 previa o seguinte:

Art 108. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na fôrma da lei.

Parapho único. Não se podem alistar eleitores:

- a) os que não saibam ler e escrever;
- b) as praças de *pret*, salvo os sargentos, do Exercito e da Armada e das forças auxiliares do Exercito, bem como os alumnos das escolas militares de ensino superior e os aspirantes a oficial;
- c) os mendigos;
- d) os que estiverem, temporária ou definitivamente, privados dos direitos políticos.

Art 109. O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sancções e salvas as excepções que a lei determinar (BRASIL, 1934).

Nas primeiras eleições, após o processo constituinte para o cargo de deputado/a federal, com o novo texto constitucional, várias mulheres também se candidataram, mas somente Carlota Queirós conseguiu se eleger nas eleições, vindo a ser a primeira deputada federal eleita no Brasil e na América Latina (AZEVEDO; RABAT, 2012; SCHUMAHER; BRAZIL, 2000). No entanto, essa parlamentar não tinha envolvimento com a FBPF e o movimento feminista sufragista (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Bertha Lutz também se candidatou, mas ficou na suplência, assumindo somente o cargo de deputada federal quando o titular da vaga, Cândido Pessoa, veio a falecer em 1935 (AZEVEDO; RABAT, 2012).

Depois de conquistado o voto, o movimento sofreu um refluxo, provavelmente pelo perfil político e ideológico que o condicionava a uma atuação de menor radicalidade. Com a instituição do Estado Novo, uma das medidas adotadas pelo governo foi acabar com a política eleitoral. O Congresso Nacional foi fechado de 1937 a 1945. Como resultado desse período, a Constituinte de 1946 não contou com a representação feminina. Apesar disso, a nova Constituição de 1946, promulgada após o fim do Estado Novo, manteve o voto: “Art 133 – O alistamento e o voto são

obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei” (BRASIL, 1946).

Com essa nova redação, o legislador inaugurou o voto obrigatório também para as mulheres. Entretanto, isso não alterou, substancialmente, o quantitativo de representantes eleitas do sexo feminino. Durante todo o período, após 1934 até 1982, poucas mulheres conseguiram se eleger deputadas federais. A primeira senadora se elegeu como suplente em 1978, vindo a assumir a titularidade em 1979, depois da morte do titular da vaga (SENADO FEDERAL, 2015). A eleição de mulheres para o parlamento federal ocorreu conforme o quadro:

**Quadro 5: Mulheres parlamentares eleitas de 1933 a 1986**

Eleições parlamentares	Câmara dos Deputados	Senado Federal
1933	1	-
1934	2 <sup>38</sup>	-
1946	-	-
1950	1	-
1954	2	-
1958	1	-
1962	2	-
1966	6	-
1970	1	-
1974	1	-
1978	4	1 <sup>39</sup>
1982	8	-
1986	26	-

Fonte: Elaboração própria.

Somente com as eleições em 1986, cujos representantes seriam responsáveis pela elaboração da nova Constituição de 1988, as mulheres saltaram de 8 para 26 deputadas com mandatos, representando 16 estados da Federação. Esse crescimento talvez tenha ocorrido em razão do processo de redemocratização do país, bem como pelo crescimento do movimento reivindicatório dos interesses das mulheres. A Constituição de 1988 prevê o seguinte sobre o voto:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular.

§1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

<sup>38</sup> A titular Carlota Pereira Queirós (SP) e a suplente Bertha Maria Júlia Lutz (DF), que assumiu a titularidade depois.

<sup>39</sup> A suplente Eunice Michiles (AM) assumiu depois a titularidade de Senadora.

II – facultativo para:

- a) os analfabetos;
- b) os maiores de setenta anos;
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. (BRASIL, 1988).

Observa-se que o voto feminino foi uma conquista depois de longos anos de luta individual e coletiva de mulheres, as quais ousaram ir além do previsto nos preceitos sociais de então. Essa rebeldia e inconformismo significaram a quebra de amarras pela igualdade de direitos políticos, conquistas que levaram décadas para serem concretizadas. Assim, o êxito do direito ao voto feminino foi resultado de ardoroso esforço e dedicação de várias mulheres que não se curvaram às regras impostas. Elas foram as protagonistas dessa luta pelo direito político da mulher de votar e ser eleita de forma paritária com os homens.

### **5.3 A mulher e a Ditadura Militar de 1964 a 1985**

Neste tópico ressaltam-se os estudos sobre a participação das mulheres na Ditadura Militar de 1964 a 1985. Para tanto, aborda-se a presença delas como coparticipantes de ações desenvolvidas nesse período, o qual foi marcante para a vida social brasileira.

As mulheres desempenharam diversas atividades de forma efetiva na Ditadura Militar de 1964 a 1985 instalada no país. Elas atuavam tanto como parte do movimento conspirador das elites conservadoras, militares e empresarias nacionais e multinacionais para a deposição do presidente João Goulart - Jango, quanto para defender e dar base social de sustentação ao golpe, além de facilitar a institucionalização do regime militar.

Por outro lado, muitas mulheres foram para as ruas nas manifestações em oposição ao novo regime autoritário, participaram das estruturas das organizações de esquerda, que lutavam contra o regime militar instalado, estiveram presentes nas guerrilhas urbana e rural, pegaram em armas, atuaram na luta armada e foram para a clandestinidade e exílio. De acordo com Teles (2015), as mulheres tiveram participação intensa e generalizada em todas as organizações políticas clandestinas que lutavam contra o regime. No entanto, Colling (2015) constata na literatura sobre

o período de que a história referente à repressão e à oposição ao regime militar foi uma manifestação masculina.

As mulheres também sofreram a violência da ditadura, de forma bárbara e desumana, além do terrorismo de Estado. Muitas sofreram torturas, violência sexual, aborto forçado, foram mortas ou desapareceram, como confirma os registros de desaparecidos políticos<sup>40</sup> ao indicar que cerca de 11% dos componentes eram mulheres (TELES, 2015). Elas também organizaram o primeiro movimento reivindicatório da anistia política para as vítimas do regime. Ridenti (1990), ao abordar a relação das mulheres com a política de 1960-1970, defende a opinião de que a participação delas ocorreu de forma diferenciada do que acontecia até então. Ou seja, elas ousaram ir além do esperado para as mulheres daquela época e romperam com o ideal feminino patriarcal.

No período anterior a 1964, as mudanças ocorridas com a urbanização, o desenvolvimento econômico, a industrialização, o aumento dos setores de finanças e de serviços, além do clima democrático, proporcionaram ao país um sentimento de otimismo. De acordo com Pinsky (2014), o período de 1946 a 1964 é visto como um período democrático em relação ao período anterior e posterior. Tal época significou muito para as mulheres. Todo esse ambiente proporcionou um crescimento da participação de mulheres de classe média no mercado de trabalho. Além disso, houve uma facilitação de acesso à educação escolar, bem como o surgimento da pílula anticoncepcional e a contestação dos costumes que interferiam nos valores morais vigentes da condição feminina, tendo em vista o pensamento dominante de relações de gênero tradicionais (PINSKY, 2014).

Segundo Simões (1985),

[...] registrou-se no Brasil a organização de diversos movimentos femininos de âmbito nacional e eminentemente políticos, como a Federação das Mulheres do Brasil e o Comitê das Mulheres pela Anistia, que se engajaram em lutas pela paz, contra o nazi-fascismo, pela anistia, pelo monopólio estatal do petróleo e contra a carestia. (SIMÕES, 1985, p. 13).

Havia organizações populares com diversas manifestações reivindicatórias, tanto no movimento sindical urbano e rural, quanto nos partidos políticos, movimento de mulheres, estudantil ou grupos com atuações outras. Em 1960, foi fundada a Liga

---

<sup>40</sup> O termo desaparecido político consiste na presunção de pessoas presas, torturadas até a morte ou executadas (JOFFILY, 2005).

Feminina do Estado da Guanabara, que desenvolveu várias atividades, entre elas uma campanha contra a carestia e manifestações contra o governo de Carlos Lacerda (SIMÕES, 1985). Além disso, foi um período de transformações culturais, inovações no teatro, na literatura, nas ciências sociais, na arquitetura e nas artes (PINSKY, 2014). De acordo com Pinsky (2014, p. 21), essa movimentação, “[...] - marcada por palavras de ordem como nacionalismo, desenvolvimentismo ou reforma e por agitações sociais significativas - chegará ao fim com o Golpe Militar”.

A Ditadura Militar teve início no Brasil a partir de um golpe, ocasião em que foi convocada uma sessão extraordinária do Congresso Nacional<sup>41</sup>, na noite de 1º para 2 de abril de 1964, na qual o então presidente, o senador Auro de Moura Andrade, declarou vacância da Presidência da República de forma inconstitucional, após a saída de Brasília do presidente João Goulart para o Rio Grande do Sul, um local conhecido e dentro do país. Em seguida, na mesma sessão, deu posse como presidente em exercício a Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, colaborando para a instalação do regime militar.

O acontecimento ocorreu logo após a revolta militar das tropas do Primeiro Exército em Minas Gerais, sob o comando do general Mourão Filho e das tropas do Segundo Exército em São Paulo, comandado pelo general Amaury Kruel, em marcha em direção ao Rio de Janeiro, em 31 de março de 1964 (SKIDMORE, 2010). Os argumentos que os militares utilizaram para a deposição do presidente era que iriam livrar o país da corrupção, do comunismo e também restaurariam a democracia (FAUSTO, 2013). Foi estabelecido um regime de governo autoritário, no qual o poder político ficou concentrado nas mãos dos militares por 21 anos e só foi finalizado em 1985, com a eleição do presidente civil Tancredo Neves, da oposição. A ditadura instaurada interferiu ora de forma velada, ora de forma brutal na vida social, política, econômica e cultural do país (STAMPA; SANTANA, 2014). A oposição e a resistência ao regime foram violentamente combatidas.

O presidente João Goulart havia sido empossado em 7 de setembro de 1961, em substituição ao então Presidente Jânio Quadros, que havia renunciado após poucos meses no poder, em 25 de agosto de 1961. Jango tinha sido eleito vice-presidente para as eleições presidenciais de 1960, a qual elegeu Jânio Quadros presidente por chapas diferentes. Entretanto, ele não era bem visto pelos militares,

---

<sup>41</sup> Posteriormente, a referida sessão foi anulada, por força da Resolução do Congresso Nacional nº 4 de 28 de novembro de 2013 (CONGRESSO NACIONAL, 2013).

que o consideravam representante da “República sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder” (FAUSTO, 2013, p. 376). Alguns militares demonstraram oposição desde a sua posse, ocasião em que causaram dificuldades para que a mesma não fosse concretizada. No entanto, momentaneamente, naquela situação não obtiveram êxito.

O contexto internacional daquele tempo era retratado pela plena vigência da Guerra Fria (1945-1989), período em que ocorreu uma distribuição global das forças e ocasionou uma polarização do mundo em dois blocos, os quais competiam com a finalidade de apoio e influência (HOBBSAWM, 1995). Os blocos eram disputados pelas duas grandes potências surgidas dos conflitos bélicos do século XX, os Estados Unidos da América - EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS. Na América Latina, em 1959, tinha ocorrido a vitória da Revolução Cubana, sob o comando de Fidel Castro, um defensor de proposições socialistas, comunistas e próximo da URSS, contra a ditadura de Fulgencio Batista, aliado dos EUA.

Tal acontecimento impactou toda a política externa dos EUA para o continente. De acordo com Fausto (2013, p. 374), o receio norte-americano era que “Se um regime desse tipo podia se instalar a menos de 150 quilômetros da costa da Flórida, por que não poderia triunfar em outras regiões da América Latina?”. Então, a ameaça comunista passou a ser a justificativa para várias ações políticas dos EUA e seus aliados, inclusive para a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional<sup>42</sup> em vários países latino-americanos. Como consequência, a América Latina vivenciou várias ditaduras militares em diversos países, entre eles: Argentina (1976-1983), Brasil (1964-1985), Chile (1973-1988), Paraguai (1954-1989), Uruguai (1973-1985).

No Brasil, o reconhecimento ao novo governo pelo presidente norte-americano Lyndon Johnson ocorreu logo após a tomada do poder pelos golpistas, em

---

<sup>42</sup> A Doutrina de Segurança Nacional foi desenvolvida pelos Estados Unidos da América logo após a Segunda Guerra Mundial, na qual “concentrava-se na geopolítica, na bipolaridade e no conceito de guerra total” (DOCKHORN, 2002, p. 32), ocasionando o fortalecimento do Estado, materializado no poder nacional contra o inimigo, no caso o comunismo. Os objetivos nacionais, a segurança nacional, o poder nacional e a estratégia nacional formavam os elementos pelos quais se processava a Doutrina (ALMEIDA, 2007). Para tal doutrina, “todos os direitos, bens, bem-estar social, destacadamente o direito a vida e à liberdade, eram relegados em segundo plano” (ALMEIDA, 2007, p. 180). A população foi extremamente fiscalizada e qualquer manifestação individual ou coletiva que não estivesse de acordo com a ordem estabelecida tornava-se alvo da repressão e da segurança nacional. No Brasil, de acordo com Dreifuss (1981, p. 418), “[...] a ideologia da Segurança Nacional permeou tanto as Forças Armadas, quanto o governo, moldando as suas atitudes em relação a um modelo sócio-econômico e político alternativo e às classes operárias”. Assim, o inimigo interno era todos e todas que questionavam o regime. Tais posicionamentos eram considerados ações comunistas.

3 de abril de 1964 (SKIDMORE, 2010). Havia uma conspiração dos militares, associada à elite conservadora da política, do empresariado nacional e multinacional, dos intelectuais das classes empresariais, dos industriais, dos banqueiros, dos comerciantes, da Igreja Católica, da classe média contra o presidente João Goulart (DREIFUSS, 1981). Além disso, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, organização de ação anticomunista de industriais e conservadores, recebia verbas dos Estados Unidos, do empresariado e chegou a influenciar e a intervir nas eleições nacionais e regionais, no legislativo, nos governos estaduais, no movimento camponês, sindical, estudantil e nas organizações de pressão dentro das classes médias contra o governo de Jango (DREIFUSS, 1981).

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), entidade que agregava industriais, banqueiros, comerciantes, militares, intelectuais, também tinha posicionamento anticomunista, mantinha relações multinacionais e associadas e “[...] coordenava uma sofisticada e multifacética campanha política, ideológica e militar. [...] O IBAD agia como unidade tática e o IPES operava como centro estratégico, [...]” (DREIFUSS, 1981, p.164). De acordo com Dreifuss (1981), os ativistas do IBAD/IPES organizaram um movimento civil-militar, com base na infraestrutura de oficiais da Escola Superior de Guerra - ESG, que tinha como centro a campanha político-militar contra o presidente João Goulart.

Tudo isso foi acompanhado pela Embaixada Americana, que estava bem informada sobre as ações desses aliados. Sabe-se que o adido militar da embaixada, Vernon Walters, mais tarde vice-diretor da CIA, tinha ligação com a oficialidade brasileira, especialmente com Humberto de Alencar Castelo Branco (SKIDMORE, 2010). Segundo Dreifuss (1981), quando o movimento civil-militar tomava corpo, a Embaixada Americana informou que os Estados Unidos estavam de acordo. Observa-se que, pela imprensa do presidente americano em reconhecer o novo governo, ele demonstrava o lado em que estava.

As mulheres também se fizeram presentes nessa conspiração contra o presidente João Goulart, antes mesmo do desfecho final, e foram o sustentáculo e reforço do movimento social em apoio à sua deposição. Elas foram mobilizadas e organizadas para a ação política pelo IPES, que fomentou a criação de vários grupos femininos com o intuito de agir politicamente contra o governo Jango, dando base social à conspiração civil militar (SIMÕES, 1985; DREIFUSS, 1981).

A escolha da dona-de-casa da classe média como potencial ponta de lança para o contra-ataque a João Goulart foi de especial importância. Ao fazer tal escolha, o IPES visava diretamente às esposas, irmãs e mães dos militares, profissionais, comerciantes e tecnoburocratas (DREIFUSS, 1981, p. 294).

As mulheres das classes dominantes se organizavam para fazer contraposição às ideias que não fossem do interesse das elites. Para Dreifuss (1981), o Movimento de Arregimentação Feminina - MAF era composto por mulheres da classe alta, da família tradicional paulista, e a presidência era de Antonieta Pellegrini, irmã do proprietário do jornal "O Estado de São Paulo", Júlio de Mesquita Filho. Na reunião de fundação da União Cívica Feminina - UCF paulista, estavam as esposas dos integrantes do IPES, que eram: Angelina Stockler, Ana Soares Pinto, Beatriz Llerena, Maria Lúcia Silveira Galvão, Maria Violeta Maciel de Castro, Regina Figueiredo Silveira, Blandina Meirelles, Sônia Tibiriçá, Yvette Silveira Carvalho, Zulmira Lunardelli, Maria Pacheco Chaves, Maria Aparecida de Almeida Prado Galvão, entre outras (SIMÕES, 1985). Atuava como líder da Liga das Mulheres Democráticas - LIMDE Dona Balbina Lopes Bragança, mãe do capitão Benedito Lopes Bragança e dos generais Jose Lopes Bragança e Elcino Lopes Bragança, ligados ao IPES de Minas Gerais. A LIMDE foi fundada em reunião na casa de Dona Maria Vitor Bolivar Moreira, com a presença do general Bragança e de Ana Maria Bragança (SIMÕES, 1985).

A Campanha da Mulher pela Democracia - CAMDE foi presidida por Amélia Molina Bastos, irmã do general Antonio de Mendonça Molina. De acordo com Dreifuss (1981, p. 296), a criação da CAMDE "partiu declaradamente de três indivíduos: Leogildo Balestieri, vigário franciscano do bairro de Ipanema, Glycon de Paiva e do General Golbery do Couto e Silva". A ação foi dirigida por um dos ideólogos da ESG, o Golbery do Couto e Silva. O local de reunião e sede da CAMDE era a Igreja Nossa Senhora da Paz, de Ipanema (SIMÕES, 1985). Esses grupos tinham como objetivo mobilizar as mulheres da classe média e alta em favor dos interesses das elites e contra o governo Jango e desenvolver campanhas anticomunistas. O IPES também financiava esses e outros grupos femininos.

O IPES custeava, organizava e orientava politicamente as três organizações femininas mais importantes: a Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE, do Rio de Janeiro, a União Cívica Feminina – UCF, de São Paulo, e a Campanha para Educação Cívica – CEC. Ele também assistia financeiramente, provia

experiência organizacional e orientação política a esses grupos conservadores católicos e de cunho familiar, como a Campanha da Mulher Brasileira, o Movimento de Arregimentação Feminina – MAF (liderado por Antonieta Pellegrini), a Liga Independente para a Liberdade (dirigida por Maria Pacheco Chaves), o Movimento Familiar Cristão – MFC, a Confederação das Famílias Cristãs – CFC, a Liga Cristã Contra o Comunismo, a Cruzada do Rosário em Família – CR, a Legião de Defesa Social, a Cruzada Democrática Feminina do Recife – CDFR, a Associação Democrática Feminina – ADF (de Porto Alegre) e a Liga de Mulheres Democráticas – LIMDE (de Minas Gerais) (DREIFUSS, 1981, p. 295).

Além dessas organizações, existiam outras com objetivos semelhantes, como o desenvolvimento de campanhas contra o perigo do comunismo em várias cidades do país. Tais grupos femininos eram organizados de forma articulada com outros e contavam com estruturas internas de decisão, papéis definidos de direção. Para Simões (1985), essas mulheres,

[...] além de se constituírem e agirem de forma organizadas, elas inauguravam um novo estilo de atuação pública para as mulheres, ao se engajar em atividades ostensivas e, às vezes, até mesmo agressivas, em praça pública e, também, ao empregar técnicas elaboradas de recrutamento de quadros e de arregimentação política (SIMÕES, 1985, p. 10).

Os grupos femininos organizavam reuniões, protestos, atos, seminários, cursos, distribuía panfletos, escreviam cartas para parlamentares, pressionavam a imprensa, entre outras atividades. Esses grupos surgiram nos principais centros do país, cidades onde a conspiração foi mais expressiva: Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. De acordo com Simões (1985), as mulheres desses grupos tinham em comum duas características: serem esposas ou parentes de empresários, tecnoempresários, militares, ativos membros do IPES e/ou do movimento golpista civil-militar, ou eram donas de casa. Além disso, elas defendiam os padrões conservadores de gênero, considerando o papel das mulheres a ser desempenhado na sociedade.

Essas organizações femininas atuavam no movimento sindical, estudantil secundarista e universitário e faziam pressões junto ao Congresso Nacional, além de disputarem a opinião pública (SIMÕES, 1985). No período anterior ao golpe, essas organizações e os grupos católicos desenvolviam várias ações contra o governo João Goulart e suas propostas de reforma de base, com apoio da grande mídia.

O governo João Goulart, que estava envolto em problemas de pagamento da dívida externa, contraída em governos anteriores, e inflação galopante, encontrava-se em situação de insatisfação popular devido à crise econômica. Havia muita agitação política em torno das medidas do governo, sobretudo após decretar a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, que contrariava os interesses dos Estados Unidos e do capital multinacional no país. Logo, ocorria muito questionamento em relação às reformas de base, propostas pelo governo, com destaque para:

- 1) Reforma agrária, com emenda do artigo da Constituição que previa indenização prévia e em dinheiro;
- 2) Reforma política, com extensão do direito de voto aos analfabetos e praças;
- 3) Reforma universitária, assegurando plena liberdade e ensino, bem como o fim da vitaliciedade de cátedra;
- 4) Reforma constitucional para delegar poderes legislativos ao Presidente da República (SIMÕES, 1985).

As classes dominantes eram contrárias a essas propostas. O Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, com apoio de várias entidades sindicais, convocaram um comício para o dia 13 de março, na Praça da República, em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com a presença de João Goulart. O objetivo do comício era arregimentar apoio popular às medidas do governo (SIMÕES, 1985). O comício contou com a participação de várias organizações sindicais urbanas e camponesas, estudantis, partidárias, entre outras. Participaram do comício milhares de pessoas.

Os setores tradicionais resolveram se contrapor diante da movimentação do comício. De acordo com Flávia Chilling (2015), a direita já estava na rua naquele dia. Ela nos lembra que no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, “a ordem lançada era que todos os moradores colocassem panos brancos em suas janelas e acendessem velas para orar contra o perigo do comunismo”, tendo muita adesão da população. (CHILLING, 2015, p. 5).

Segundo Dreifuss (1981, p. 297), “O sistema político elitista não conseguira ajustar-se à participação popular mais ampla que aumentara rapidamente desde 1945”. Em 19 de março, no dia de São José, padroeiro da família, as associações femininas orientadas pelo IPES e pela CAMDE, em cooperação com outras associações congêneres, convocou e organizou a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, no Rio de Janeiro e em outras capitais. Em São Paulo, a marcha

contou com o apoio da Associação Comercial, da Federação das Indústrias, da esposa do governador do estado de São Paulo, Leonor Mendes de Barros, entre outros (DREIFUSS, 1981).

A marcha envolveu a participação de mais de 300 mil pessoas contra as reformas de Jango (DREIFUSS, 1981). Foi a primeira de muitas outras marchas nas principais capitais do país, as quais, após a ocorrência do golpe, ocorriam com frequência para apoiar e legitimar o novo regime. Ademais, apoiaram a deposição de Jango a União Democrática Nacional – UDN, os governos estaduais de São Paulo (Adhemar de Barros), de Minas Gerais (Magalhães Pinto) e da Guanabara (Carlos Lacerda).

O movimento social, influenciado pelas organizações de esquerda, estava dividido em relação ao apoio às propostas de Jango (SKIDMORE, 2010). Pode-se imaginar que, talvez por isso, não tenha ocorrido uma resistência imediata ao golpe. Segundo Campos Filho (2015), as divergências da esquerda impossibilitaram uma análise mais concreta em torno da gravidade da situação política de Jango. Além disso, o presidente João Goulart reconheceu não ser possível deter o movimento dos militares e pediu asilo ao Uruguai, de modo a evitar uma guerra civil (BRASIL, 2014; SKIDMORE, 2010).

Com a deposição do presidente João Goulart, a Legislação constitucional vigente previa 10 dias para convocação de novas eleições, considerando a vacância da Presidência e Vice-Presidência. Os militares tomaram o poder e, em 9 de abril de 1964, publicaram o Ato Institucional (AI) nº 1 (BRASIL, 1964). Os militares se autointitularam Comando Supremo da Revolução, representado pelos comandantes do Exército – Artur da Costa e Silva, da Aeronáutica - Francisco de Assis Correia de Mello e da Marinha - Augusto Hamann Rademaker Grunewald. Segundo José Murilo de Carvalho (2008), os políticos que apoiaram o golpe foram surpreendidos com a decisão dos militares em assumir o poder.

Por meio de atos institucionais, o novo regime militar passou a ditar essas normas atribuindo-lhes poderes que assegurassem o exercício regulamentar de um governo autoritário e intolerante. O referido AI-1 convocou eleições indiretas para o novo presidente e vice-presidente, que aconteceram dois dias após a data da publicação do ato, com votação realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal (BRASIL, 1964). Tal fato inaugurou um novo ordenamento jurídico desde a Constituição de 1946 (FAUSTO,

2013; SKIDMORE, 2010). Como primeiro presidente do regime foi eleito o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior, em 11 de abril, considerado o coordenador da conspiração militar (SKIDMORE, 2010).

O AI nº 1 reforçou o Poder Executivo, suspendeu as imunidades para os parlamentares, autorizou a cassação de mandatos em nível federal, estadual e municipal. Além disso, autorizou a suspensão dos direitos políticos por um período de dez anos pelo “Comando Supremo da Revolução”. Também suspendeu por seis meses as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade.

Com efeito, o AI-1 previu a instalação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs) aos responsáveis pela prática de crime contra o Estado, ordem política e social, ou por atos de guerra revolucionária. Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, no mês de abril daquele ano, houve a abertura de centenas de IPMs, chefiados por coronéis, pois o objetivo era apurar atividades consideradas subversivas (BRASIL, 2014). Em junho daquele mesmo ano, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), com a intenção de coletar informações sobre a segurança nacional e assuntos relativos à subversão interna.

Após a publicação do AI-1, no dia 10 de abril, foi tornada pública a primeira lista de 102 pessoas cassadas, entre as quais 40 congressistas, militares, governadores, sindicalistas, diplomatas e ministros (BRASIL, 2014). Até 15 de junho daquele ano foram suspensos os direitos políticos de 378 pessoas, entre elas os ex-presidentes - Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart -, governadores, parlamentares, diplomatas, líderes trabalhistas, oficiais, intelectuais e servidores públicos (SKIDMORE, 2010).

Para sufocar qualquer reação, em 9 abril de 1964, a Universidade de Brasília - UNB sofreu sua primeira invasão<sup>43</sup> por tropas do Exército e da Polícia Militar, ocasião em que ocorreu a demissão do reitor Anísio Teixeira, do vice-reitor e do conselho diretor. Foram presos vários estudantes e 14 professores. De forma imediata, o novo reitor, Zeferino Vaz, expulsou 13 professores e um estudante sumariamente (GURGEL, 2002).

---

<sup>43</sup> A UNB teve diversas invasões durante a Ditadura Militar. A primeira ocorreu no dia da edição do AI-1 de 1964. Em 29 de agosto de 1968, a universidade sofreu outra ocupação, ocasião em que a PM, a Polícia Civil, o DOPS e a Polícia do Exército ocuparam o campus, prenderam Honestino Guimarães – então presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Federação dos Estudantes da UnB (FEUB), que foi assassinado pela Ditadura e um dos desaparecidos políticos (ARANTES, 2013). Nessa ocasião, também foi presa a professora de Biologia, Graziela Barroso (GURGEL, 2002).

Em 17 de outubro de 1965 foi estabelecido o AI-2 pelo presidente Castelo Branco (BRASIL, 1965). Ele reforçou os poderes do Presidente da República ao prever a possibilidade de instituir atos complementares ao ato e decretos-leis em matéria de segurança nacional. A partir de tal ato, os tribunais militares passaram a julgar civis acusados de crimes contra a segurança nacional. O AI-2 também extinguiu os partidos políticos existentes, admitindo somente dois partidos políticos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de apoio ao governo; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição.

O AI-3 foi instituído em 5 de fevereiro de 1966, com a previsão de eleições indiretas para governadores dos Estados, tendo como colégio eleitoral as Assembleias Estaduais, restringindo mais ainda a democracia direta de escuta à população (BRASIL, 1966). De acordo com Fausto (2013, p. 405), “Na aparência, de acordo com a legislação, era o Congresso quem elegia o presidente da República, indicado pela Arena. Mas o Congresso, [...] apenas sacramentava a ordem vinda de cima”. O presidente podia cassar os direitos políticos das pessoas consideradas como ameaças à segurança governamental, sem qualquer critério (SKIDMORE, 2010). Segundo Gaspari (2014), tais cassações e o fim das eleições diretas desacreditaram o sistema de representação política do regime.

Com esse contexto, o Congresso Nacional foi fechado por um mês, em outubro de 1966, e, logo depois, reconvocato pelo AI-4, em 5 de dezembro de 1966, para aprovar o novo texto constitucional (BRASIL, 1966). A nova Constituição de 1967 incorporou a legislação que concentrava os poderes na mão do Executivo, sobretudo nos assuntos que tratavam da segurança nacional (FAUSTO, 2013). No entanto, foi garantida novamente a imunidade para os e as parlamentares.

Após o golpe e seus Atos Institucionais proibitivos e autoritários, várias forças democráticas e organizações populares foram desarticuladas, seus e suas dirigentes foram cassados, intelectuais e artistas foram intimidados. As dirigentes da Liga Feminina do Estado da Guanabara foram perseguidas depois do golpe e obrigadas a cessarem suas atividades (SIMÕES, 1985). Nos anos seguintes ao golpe, as associações de mulheres favoráveis ao regime militar perderam força de mobilização junto à população na medida em que o regime se tornava mais repressivo e a crise econômica não cessava.

A perseguição aos opositores do regime, com a legislação de exceção, ocasionou um refluxo dos movimentos organizados de esquerda. O movimento

estudantil assumiu um protagonismo muito maior. Muitas mulheres iniciaram sua militância política no movimento estudantil, faziam protestos e iam às ruas em defesa da liberdade, contra a política educacional do governo, contra a Ditadura Militar.

No ano de 1968 ocorreram vários protestos e movimentos de contestação por estudantes no mundo<sup>44</sup>. Esses eventos podem ter influenciado e reforçado a luta de denúncia ao Estado autoritário no Brasil. De acordo com Moraes (2012, p. 107), do período das revoltas de 1968, “[...] um acontecimento em especial marcou o século XX: a emergência das mulheres como sujeitos de sua própria história”.

Em 28 de março de 1968, uma manifestação contra o fechamento do restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro, foi atacada com tiros pela polícia, o que ocasionou a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto. O fato gerou muita comoção. Em depoimento sobre a resistência estudantil no período da Ditadura, a ex-integrante da Ação Popular - AP, Myriam de Oliveira Costa, comenta o episódio:

Fomos à passeata para o cemitério São João Batista e, passando pelo Flamengo e Botafogo, víamos as pessoas com lenços brancos nas janelas, em sinal de apoio a manifestação. Foi muito triste, mas ao mesmo tempo muito bonito e deu muita força para a continuação da luta do movimento estudantil (COSTA, 2014, p. 311).

As prisões se intensificaram após a morte de Edson Luís e o movimento estudantil decidiu organizar uma passeata para denunciar a repressão e a Ditadura. A passeata ocorreu em 26 de junho, no centro do Rio de Janeiro, onde muitas mulheres foram identificadas lado a lado com os homens. Estiveram presentes também vários artistas e intelectuais, como Nara Leão, Norma Bengel, Clarice Lispector, entre outras. A manifestação teve o apoio e a participação de amplos setores da população e ficou conhecida como a Passeata dos Cem Mil. Ela foi a maior vitória conseguida pela oposição desde 1965 (GASPARI, 2014).

Em 12 de outubro de 1968, em Ibiúna, São Paulo, foi convocado o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE, que havia sido extinta e operava na clandestinidade. A polícia invadiu o local, prendeu 900 estudantes,

---

<sup>44</sup> Tais revoltas de 1968 ocorreram em várias cidades de diversos países: EUA, movimento contra o racismo, a morte de Martin Luther King, a guerra do Vietnã; Paris, barricadas contra a livre circulação entre os alojamentos femininos e masculinos na Sorbonne, Faculdade de Nanterre; México, massacre dos estudantes; levantes de Praga, entre outros (MORAES, 2012).

incluindo lideranças. Houve espancamento de estudantes e professores (MACHADO, 2008). Em depoimento para o livro “Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)”, Maria Liége Santos Rocha e Maria do Socorro Jô Moraes, ex-militantes da AP, relatam que participaram do congresso e estavam dormindo em um galpão quando a polícia chegou e as levaram para o presídio Tiradentes (ROCHA, 2014; MORAES, 2014). Liége afirma que ficou presa por cerca de oito dias. Ela rememora que tinha uma militante chamada Maria Augusta, posteriormente trocada no sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, que foi muitas vezes convocada para fazer depoimentos (ROCHA, 2014, p. 287).

Essa movimentação e crescimento oposicionista estavam em efervescência. No parlamento, o deputado federal Márcio Moreira Alves fez um contundente discurso contra a violência e a repressão do regime, o que ocasionou na tentativa do governo de abrir processo contra o parlamentar, mas a Câmara dos Deputados não autorizou. Com isso, o regime militar respondeu com maior recrudescimento. Como resposta, foi estabelecido o AI-5 em 13 de dezembro de 1968 pelo presidente, o general Arthur da Costa e Silva (BRASIL, 1968), empossado em março de 1967.

Diferente dos anteriores, o AI-5 não vinha com vigência de prazo determinada e demonstrava um endurecimento do regime. Ele concedia novamente poderes ao presidente da República para fechar o Congresso e foi nessa condição que Costa e Silva o fez novamente. Também ficou suspenso o direito de impetrar o *habeas corpus* para acusados de crimes políticos contra a segurança nacional. Também ficaram proibidas manifestações políticas, entre outros tipos de protesto. De acordo com Fausto (2013), ocorreram novas perdas de direitos políticos, cassações de mandatos parlamentares e expulsão de servidores públicos. Para tanto, foi estabelecida uma nova Lei de Segurança Nacional e de Imprensa. De acordo com Arantes (2013, p. 149), o “AI-5 foi o caminho para adoção dos métodos fascistas de governo, pelo regime militar, com a generalização da tortura e dos assassinatos políticos”.

O AI-5 também cassou cinco deputadas federais das seis eleitas no pleito de 1966. São elas: Ivete Vargas – Partido Trabalhista Brasileiro - PTB/RJ; Júlia Vaena Steinbruch - MDB/RJ; Maria Lúcia Melo de Araujo - MDB/AC; Ligia Doutel de Andrade - MDB/SC; Nísia Carone - MDB/MG. Somente Neci Novais (MDB/BA) conseguiu concluir o seu mandato parlamentar (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Após sofrer derrame irreversível, Costa e Silva foi substituído, provisoriamente, por uma junta militar das três forças, composta pelos seguintes ministros: Lira Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica). Essa junta foi formada porque o vice-presidente de Costa e Silva, o civil Pedro Aleixo, havia se oposto à edição do AI-5 (FAUSTO, 2013). Esse pode ter sido o motivo de sua deposição, já que não era confiável ao regime. A partir daí houve um recrudescimento ainda maior do regime e o país viveu um dos períodos mais tenebrosos. A junta militar criou a pena de prisão perpétua e a pena de morte com o Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, que definia os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social.

Em 25 de outubro de 1969, o Congresso Nacional foi chamado somente para referendar o novo presidente, o general Emílio Garrastazu Médici, ex-chefe do SNI, e o vice-presidente Augusto Rademaker, em substituição à junta militar. O mandato foi definido de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.

A administração de Médici alavancou um grande crescimento econômico, chamado “milagre brasileiro”, e obteve apoio da população, especialmente com a utilização da propaganda em torno da vitória brasileira na Copa do Mundo de Futebol de 1970. Entretanto, foi um período considerado como um dos mais repressivos e violentos da história do país (FAUSTO, 2013). De acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, volume I (BRASIL, 2014, p. 102), “Com Médici, o regime ditatorial-militar brasileiro atingiu sua forma plena”. Ainda segundo o Projeto “Brasil: nunca mais – BNM” (1985)<sup>45</sup>, no governo Médici

Desenvolve-se um aparato de “órgãos de segurança”, com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1990, p. 63).

As forças repressivas aumentaram consideravelmente, pois o objetivo era eliminar qualquer oposição ao regime militar. Mesmo as ações de algum grupo social que não estivesse alinhado ao regime ditatorial sofriam repressão. O regime

---

<sup>45</sup> O Projeto “Brasil: nunca mais” foi um estudo que teve como fonte as cópias dos processos produzidos pela Justiça Militar brasileira contra opositores do regime, do período de abril de 1964 a 15 de março de 1979, de iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo. Da pesquisa resultou a constatação de graves violações de direitos humanos, como sequestros, torturas, estupros e assassinatos promovidos pela repressão política no período da Ditadura Militar (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1990). O acervo encontra-se sob custódia do Arquivo Edgard Leuenroth.

empurrava para a clandestinidade qualquer oposição. A Igreja Católica, que havia apoiado o golpe, mudou de posicionamento e também passou a sofrer represálias. De acordo com o Projeto “Brasil: nunca mais”, “há prisões de sacerdotes e freiras, torturas, assassinatos, cerco a conventos, invasões de templos, vigilância contra bispos” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1990, p. 63). O AI-5, além de oficializar o terrorismo de Estado, deixou de lado qualquer prurido liberal até meados de 1970 (RIDENTI, 2007).

A guerra era total contra o inimigo interno, os contestadores do regime e comunistas. Fazer oposição ao regime tornava-se uma opção de grande risco. Conforme o Projeto “Brasil nunca mais” (1990), na década de 1960-1970 existiram cerca de mais de 40 organizações políticas clandestinas, tendo em vista a legislação vigente da época, que permitia somente o funcionamento do partido do governo ARENA e da oposição, MDB. Além disso, o AI-5 proibia a realização de manifestações e atividades políticas.

Mesmo nesse contexto, as mulheres não deixaram de participar juntamente com os homens das ações de resistência. Várias delas engajaram-se em organizações de esquerda e, por concepção política, foram para lutas diversas contra o regime ditatorial. A despeito da maioria dos participantes serem homens, de acordo com Meirelles (2011), as organizações de esquerda contaram com um número expressivo de mulheres em suas estruturas. Essa inserção representou uma ruptura em relação às gerações anteriores.

No período seguinte, destaca-se a resistência armada ao regime, que vai de 1969 a 1974. A guerrilha urbana era praticada por várias organizações, tais como: Comando de Libertação Nacional (COLINA), Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), entre outras (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1990). Elas desenvolviam várias ações, como assaltos e sequestros de embaixadores. O marco inicial foi o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, realizado pela ALN e pelo MR-8 (MENDONÇA; FONTES, 2001).

Dulce Maia, a guerrilheira urbana de codinome Judith, da direção da VPR, participou de várias ações armadas, das quais algumas foram muito perigosas (PEDRO; WOLFF, 2011; JOFFILY, 2005). Em razão disso, foi uma das primeiras

mulheres a ser presa e torturada pela polícia política em 1969. Ela participou das seguintes ações: explosão do carro bomba no quartel do II Exército e do roubo de armas no Hospital Militar do Cambuci, dando cobertura armada e transportando os membros da ação. Em 1970, foi trocada, junto com outros presos políticos, pelo embaixador alemão. Em seguida foi para o exílio e retornou ao Brasil após a lei da anistia (FURTADO, 2018).

Eleonora Menicucci de Oliveira foi militante do Partido Comunista antes de entrar na Política Operária (POLOP) e Partido Operário Comunista (POC). Ela atuou na clandestinidade em diversas ações na guerrilha (PEDRO; WOLFF, 2011). Áurea Moretti Pires entrou pra luta armada e foi uma das líderes e principais militantes das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) em Ribeirão Preto, São Paulo. Foi presa, torturada, levada à Organização Bandeirantes (OBan) e condenada (RUSSO, 2015).

Lara Lavelberg foi uma estudante de Psicologia da USP, atuante do movimento estudantil e que virou militante da luta armada contra a ditadura. Ela era integrante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), migrando posteriormente para a VPR, VAR-Palmares e MR-8. Ela participava das diversas ações, como manifestações, passeatas e dava aula de marxismo para as e os integrantes das organizações, como Carlos Lamarca. Foi morta durante uma operação militar em Salvador, sob o argumento de que a mesma tinha cometido suicídio. O corpo de Lara foi entregue em caixão lacrado e a família foi proibida de abri-lo. Posteriormente, em 2003, o corpo de Lara foi exumado e o laudo descartou a versão de suicídio (ROCHA, 2017; BRASIL, 2014).

Dilma Vana Rousseff iniciou a militância em organização de esquerda nas reuniões da POLOP, depois foi integrante do Comando de Libertação Nacional – COLINA. Em 1970, Dilma foi presa, torturada e esteve em prisão por dois anos e dez meses. Sua residência foi considerada pelos militares como “aparelho” de reuniões de organização clandestina (FURTADO, 2018).

Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones foi estudante da Faculdade de Economia e Administração, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entrou para o MR-8 em 1968, logo após seu casamento com o militante da mesma organização, Stuart Edgar Angel Jones. Em 1969, Sônia foi presa, levada para o Departamento de Ordem Política e Social – DOPS do Rio de Janeiro e, depois, para o Presídio São Judas Tadeu. Ficou quatro meses presa e foi absolvida. Saiu para o exílio na

França. Fora do país, Sônia ficou sabendo da morte do esposo e retornou ao Brasil em 1973, com o codinome Esmeralda Siqueira de Aguiar, como militante da ALN. Ela foi morar em São Paulo e lá foi morta em um tiroteio, segundo a versão oficial, mas, após averiguação, verificou-se que a mesma sofreu diversas torturas nas dependências do Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), do I e do II Exército, como estupro e a retirada dos seios, antes de ser morta (FURTADO, 2018).

Vera Silvia Magalhães cursou Economia, organizou várias passeatas e esteve presente na Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro. Participou da guerrilha urbana como integrante da Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB). Foi participante de diversas ações, como assaltos a supermercados, bancos, postos de gasolina; e sequestro do embaixador americano Charles Elbrick. Era conhecida como “Loira 90”, devido ao uso de peruca loira nas operações. Em 1970, após levar um tiro na cabeça, foi presa sob a custódia do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações e Defesa Interna/DOI-CODI do Rio de Janeiro. Ao sair do hospital, sofreu várias torturas, fez parte da lista dos 40 presos políticos libertados em troca do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben e foi para o exílio (FURTADO, 2018).

Gilse Maria Westin Cosenza foi militante da Juventude Estudantil Católica (JEC), da Juventude Universitária Católica (JUC), da AP, e depois se incorporou ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Ela relata que foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Pontifícia Universidade Católica - PUC de Minas Gerais, e ajudou a lançar o Movimento Contra a Ditadura (MCD). Por sua atuação no movimento estudantil, esteve presa, sofreu torturas físicas e psicológicas, e foi estuprada. Foi acusada de organizar os/as estudantes para subversão. Após saída da prisão, foi viver na clandestinidade (COSENZA, 2014).

Criméia Alice Schmidt de Almeida foi militante do Partido Comunista Brasileiro – PCB e do PCdoB. Em 1968 participou do Congresso da UNE em Ibiúna, no qual foi presa e indiciada. Em 1969 foi para o Araguaia participar da organização e preparação da luta armada no campo. No entanto, ficou grávida e teve que sair da região no início de 1972, antes do enfrentamento armado com as forças militares. Em São Paulo, foi presa com sua irmã Maria Amélia de Almeida Teles, também militante, com seus sobrinhos de 4 e 5 anos e com seu cunhado. Na prisão foi

torturada, apesar de estar grávida de oito meses, e seu filho nasceu no cárcere (TELES, 2015).

A Guerrilha do Araguaia foi a resistência armada no campo, na região do rio Araguaia, no sul do Pará, contra o regime militar. A guerrilha foi organizada pelo PCdoB. Foram enviados 69 militantes para a guerrilha (MECHI, 2015; BRASIL, 2014), os quais se dividiram em três destacamentos, cada qual com dois chefes e cerca de 20 componentes (FRANCO, 2014). A guerrilha teve a duração de 24 abril de 1972 ao final de 1974, ocasião em que as Forças Armadas declararam o fim da guerrilha (BERCHT, 2013). No primeiro grupo que chegou à região, além dos dirigentes e militantes masculinos, constava uma única mulher, a dirigente Elza Lima Monnerat (MECHI, 2015). Em seguida chegaram outras. De acordo com Joffily (2005), a participação feminina na guerrilha representou cerca de 20% dos membros.

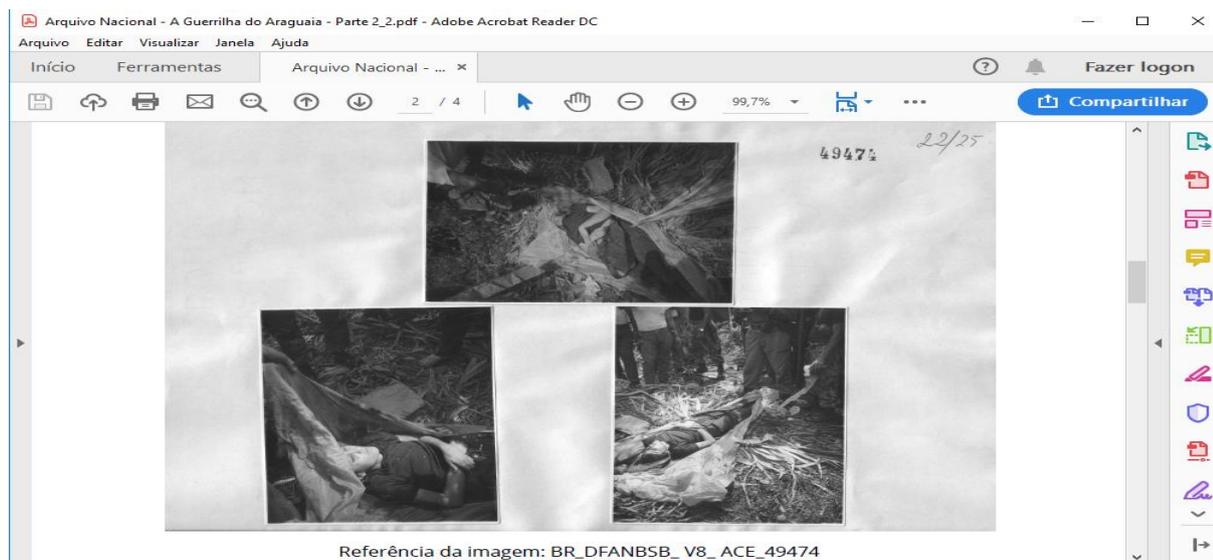
A repressão aos/as guerrilheiros/as ocorreu ainda na fase embrionária de preparação e organização do movimento, quando as Forças Armadas descobriram os planos do PCdoB (MECHI, 2015; BRASIL, 2014). Após três anos, a guerrilha foi derrotada pelas forças do Exército, assim que a região se transformou em zona de segurança nacional. Foram mortos ou houve o desaparecimento forçado de mais de 56 militantes, inclusive o comandante da guerrilha, Maurício Grabois (BRASIL, 2014).

As mulheres que estavam na guerrilha, entre mortas ou desaparecidas, contabilizam um quantitativo de 12 militantes. A maioria era oriunda do movimento estudantil. Helenira Resende de Sousa Nazareth foi vice-presidente da UNE na gestão 1969/1970. Foi presa e torturada. Posteriormente foi para a região do Araguaia. Foi morta em combate, em 29 de setembro de 1972 (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999; BRASIL, 2014).

Dinalva Oliveira Teixeira foi do movimento estudantil no período de 1967/1968 e foi presa. Foi para o Araguaia em 1970. Foi vice-comandante do Destacamento C das Forças Guerrilheiras do Araguaia e participou de várias ações militares. De acordo com Teles (2015, p.21), “Ela foi a primeira e única mulher a ocupar cargo de chefia na guerrilha rural”. Está desaparecida desde o ataque em 25 de dezembro de 1973, quando seu grupo foi atacado pelas Forças Armadas (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999).

Luzia Augusta Garlippe era enfermeira. Participava da ação política contra o regime na Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas de São Paulo. Foi para Gameleira no Araguaia e passou a ser conhecida na região como a parteira, em razão do trabalho desenvolvido no serviço de saúde do conjunto das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Está desaparecida desde o ataque das Forças Armadas em 25 de dezembro de 1973 (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999).

Maria Lúcia Petit da Silva participava do movimento estudantil secundarista e cursou os dois primeiros anos da escola normal. Em 1970 foi para a região de Caianos no Araguaia. Dedicava-se ao magistério na região. Foi executada em 16 de junho de 1972, na ocasião em que o Exército cercou a região do Araguaia (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999). A morte da guerrilheira foi confirmada também pelos registros das fotografias contidas no fundo arquivístico Serviço Nacional de Informações, custodiado pelo Arquivo Nacional.

**Figura 1:** Fotografias da guerrilheira Maria Lúcia Petit da Silva

Fonte: Arquivo Nacional

Áurea Elisa Pereira Valadão Coqueiro foi do movimento estudantil nos anos 1967/1970. Participou como membro do Diretório Acadêmico da Física, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Está desaparecida desde 1974. Dinaelza Santana foi do movimento estudantil do curso de Geografia. Em 1971 foi para Gameleira no Araguaia. Está desaparecida desde o ataque em 25 de dezembro de 1973 (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999).

Maria Célia Correa era bancária no Rio de Janeiro. Em 1971 foi para o Araguaia. Foi presa viva, sem ferimento. No entanto, está desaparecida desde essa ocasião, em 1974. Jana Moroni Barroso cursou Biologia na UFRJ. Foi uma das responsáveis pela imprensa clandestina do PCdoB, no Rio de Janeiro. Em 1971, mudou-se para o sul do Pará, mais especificamente para uma localidade denominada Metade. Foi professora primária na região. Está desaparecida desde o ataque das Forças Armadas ao seu grupo, em 1974 (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999).

Sueli Yumiko Kanayama participava do movimento estudantil. Cursava Licenciatura em Língua Portuguesa e Germânica na USP; posteriormente cursou Língua Japonesa, em 1970. Foi para o Araguaia no final de 1971. Foi morta metralhada após ter se recusado à rendição em 1974. Telma Regina Cordeiro participou do movimento estudantil, ocasião em que era estudante de Geografia, na Universidade Federal Fluminense. Mudou-se para Gameleira no Araguaia. Está desaparecida desde 1974 (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999).

Walquíria Afonso Costa atuava no movimento estudantil. Foi aluna da Faculdade de Artes e Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais. Em

1971 foi para Gameleira no Araguaia. Em 1972 incorporou-se às forças guerrilheiras. Está desaparecida desde o ataque em 25 de dezembro de 1973. Lúcia Maria de Souza era do movimento estudantil, quando cursava Medicina. Foi responsável pela impressão e distribuição do jornal “A Classe Operária”, nos anos 1969/1970, no Rio de Janeiro. Foi para o Araguaia e destacou-se como parteira na região, por isso era muito estimada. Foi morta em combate em 24 de outubro de 1973 (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999).

Elza Monnerat foi uma veterana comunista. Era militante do PCB, desde 1945; depois, em 1962, com a divisão, foi para o PCdoB. Desde então passou a compor a direção nacional. Após o golpe, foi responsável pela estrutura das reuniões clandestinas da direção. Em 1967 chegou ao Araguaia, junto com os dirigentes Líbero Giancarlo Castiglia e Maurício Grabois. Quando houve o cerco do Exército aos Destacamentos A e C, no dia 12 de abril de 1972, ela e João Amazonas encontravam-se em São Paulo, com retorno marcado para 14 de abril, por isso conseguiram escapar (CAMPOS FILHO, 2015). Foi presa na “Chacina da Lapa”, em 15 de dezembro de 1976, com 63 anos de idade. Foi levada ao DOI-CODI, sofreu tortura na prisão e conseguiu a liberdade, após a anistia, em 31 de agosto de 1979 (BERCHT, 2013).

O Projeto “Brasil: nunca mais”, ao fazer a análise dos 695 processos políticos que tramitaram na justiça militar e no Superior Tribunal Militar, constata que foram denunciadas 7.367 pessoas. Desses réus, 12% eram mulheres. Observou-se nessa pesquisa que a maior parte das acusações era referente à militância em organização partidária proibida, seguida de participação em ação violenta ou armada (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1990).

O professor de Sociologia da Universidade Estadual Paulista, Marcelo Ridenti (1990), ao analisar os dados do projeto BNM, a respeito da presença feminina nas organizações de esquerda, especificamente nos processados pela justiça militar, nos anos de 1960 e 1970, identifica que as mulheres formavam os grupos armados urbanos no percentual de 18,3%, considerando um total de 4.124. Para as pessoas que foram denunciadas, as mulheres ficaram entre 15 a 20% do total geral. A maioria das mulheres denunciadas era estudante (32,2%), professora (13%) ou outras profissões de nível superior (17,8%) (RIDENTI, 1990).

O relatório, volume III, da Comissão Nacional da Verdade levantou várias mulheres que participaram da resistência à Ditadura. Algumas delas foram

sumariamente executadas, outras presas, torturadas, mortas ou estão desaparecidas. O quadro abaixo identifica algumas dessas mulheres.

**Quadro 6: Mulheres mortas ou desaparecidas na Ditadura militar 1964-1985**

Nome	Grupo Político	Perfil	Morte/ Desaparecida
Labibe Elias Abduch	Nenhum	Dona de casa	01/04/1964
Catarina Helena Abi Eçab	ALN	Estudante	08/11/1968
Alceri Maria Gomes da Silva	VPR	Estudante	17/05/1970
Marilene Villas Boas Pinto	MR-8	Estudante	03/04/1971
Nilda Carvalho cunha	MR-8	Bancária	14/11/1971
Izis Dias de Oliveira	ALN	Professora	30/01/1972
Míriam Lopes Verbena	PCBR	Professora	08/03/1972
Lígia Maria Salgado Nóbrega	VAR-Palmares	Professora	29/03/1972
Maria Regina Lobo de Figueiredo	VAR-Palmares	Professora	29/03/1972
Ana Maria Nacinovic Correa	ALN	Estudante	14/06/1972
Aurora Maria Nascimento Furtado	ALN	Estudante	10/11/1972
Lourdes Maria Wanderley Pontes	PCBR	Estudante	19/12/1972
Pauline Philipe Reichstul	VPR	Psicóloga	07 a 09/01/1973
Soledad Barrett Viedma	VPR	Dançarina	07 a 09/01/1973
Anatália de Souza Melo Alves	PCBR	Costureira	22/01/1973
Maria Augusta Thomaz	Molipo	Estudante	17/05/1972
Gastone Lúcia de Carvalho	ALN	Estudante	22/01/1972

Fonte: Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 3, 2014.

De acordo com Moraes (2012), a participação das mulheres na luta armada significou uma enorme ruptura. Embora tenha havido uma predominância da participação masculina, os dados revelam que existiram muitas mulheres que resolveram sair da sua zona de conforto e do papel traçado pela sociedade para a sua atuação na política. Essas mulheres se imbuíram de muita coragem para participar da resistência à ditadura militar, correndo riscos de vida ao participarem de manifestações ou outras ações contrárias ao governo dos generais, sem temer a política de repressão do governo militar, que era o extermínio da oposição.

Em 15 de março de 1974 assumiu o novo presidente militar, Ernesto Geisel, considerado um liberal conservador. Geisel propôs uma abertura política lenta, gradual e segura (FAUSTO, 2013). Foi uma abertura tão lenta, que a repressão continuou atingindo importantes dirigentes políticos comunistas<sup>46</sup>. Em 1978, Geisel

<sup>46</sup> Apesar da abertura política de Geisel, o sistema de repressão continuou existindo e foram mortos vários comunistas considerados subversivos. Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi morto nas dependências do DOI-CODI - II Exército de São Paulo. Em janeiro de 1976, o operário

revogou o AI-5, reestabeleceu o *habeas corpus* para o crime político e acabou com a censura prévia no rádio e TV (CARVALHO, 2008).

As mulheres continuaram na luta. A pauta agora era a anistia para as vítimas de repressão do regime. Em 13 de abril de 1975, durante o Ano Internacional da Mulher, decretado pela ONU, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia – MFPA, em São Paulo (JOFFILY, 2005). A presidenta era Therezinha Zerbini, advogada, esposa do general Euryales Zerbini, que havia resistido ao golpe de 1964, tendo sido preso, reformado e cassado. Em 1970, Therezinha foi presa por seis meses no presídio Tiradentes pelo apoio dado ao congresso clandestino da UNE, em Ibiúna. Therezinha participou do Congresso Internacional da Mulher no México, em 1975, promovido pela ONU, e apresentou moção pedindo anistia a todos os presos políticos (PINTO, 2003; CORREIA; ARAS, 2017). Nesse mesmo ano, lançou o cartaz “1975: Ano Internacional da Mulher” (FUCHS, 2018).

**Figura 2: Cartaz do Movimento Feminino pela Anistia**



Fonte: Fuchs (2018).

Primeiramente, o movimento pela anistia envolveu os familiares das pessoas que sofreram repressão do regime, estivessem presas, exiladas ou desaparecidas. A partir disso, houve uma expansão e o apoio de vários segmentos da sociedade. Em 1977, o MFPA lançou o boletim Maria Quitéria para divulgação da campanha pela anistia.

---

Manoel Fiel Filho foi morto no II Exército de São Paulo, como suspeito de ser comunista. Em 16 de dezembro de 1976, em um cerco a reunião da direção do PCdoB, no bairro da Lapa em São Paulo, foram mortos Ângelo Arroyo e Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, na ação conhecida como “Chacina da Lapa”. Na mesma ocasião foi preso João Baptista Franco Drummond e nas dependências do DOI-CODI foi assassinado, além deles foram presas outras pessoas vinculadas à mesma força política (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999).

Figura 3: Edição do jornal do Movimento Feminino pela Anistia



Fonte: Fuchs (2018).

Esse foi o primeiro movimento a levantar a bandeira da anistia, espalhando o a reivindicação por vários estados do país e no exterior. Em alguns estados foram criados núcleos (São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Sergipe e Pernambuco) com a participação de mulheres à frente das diversas atividades (CORREIA; ARAS, 2017). O movimento teve grande repercussão nacional.

A repercussão do Ano Internacional da Mulher incentivou a criação de diferentes organizações de mulheres que atuavam em defesa dos seus direitos, faziam pressão contra a carestia, defendiam a redemocratização e participavam da campanha em defesa da anistia em vários estados da federação. De acordo com Tabak (2002), os grupos feministas também surgiram nesse mesmo ano em São Paulo e no Rio de Janeiro. O Centro da Mulher Brasileira – CMB foi criado em 1975, no Rio de Janeiro, por Branca Moreira Alves, Maria Luiza Heilborn e um grupo de mulheres, constituindo o primeiro grupo feminista no país (SOIHET; ESTEVES, 2007). No mesmo ano, foi criada a Sociedade Brasil Mulher, responsável por editar o jornal “Brasil Mulher”. O Coletivo de Mulheres surgiu em 1979, resultado da divisão no CMB. Tais grupos tiveram participação destacada no Movimento Feminino pela Anistia (TABAK, 2002).

Em 15 de março de 1979 foi empossado o último presidente militar, o general João Batista de Figueiredo, então Chefe do SNI. Ele ampliou a abertura política iniciada por Geisel. Acabou com o bipartidarismo. Durante o seu governo foi promulgada a lei da anistia. Entretanto, ainda no seu governo, em 1980, foi morta Lydia Monteiro da Silva, secretária da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, em

razão da explosão de uma carta bomba dirigida ao presidente da OAB. Além disso, em 1981, ocorreu a explosão de uma bomba no Rio Centro, dentro do carro de um sargento e um capitão do Exército, durante as comemorações de 1º de maio (FAUSTO, 2013). Parece que a linha dura do regime resistia à abertura política.

O parlamento federal teve pouca presença da mulher nesse período. Nas eleições de 1970, elegeu-se uma deputada federal, Neci Novais, da Arena. Em 1974 foi eleita Lygia Lessa Bastos, também da Arena. Já nas eleições de 1978 houve crescimento da participação feminina e da oposição ao regime. Foram eleitas quatro mulheres: Maria Cristina de Lima Tavares Correia – MDB/PE; Júnia Marise Azeredo Coutinho – MDB/MG; Lygia Lessa Bastos – Arena/RJ; Lúcia Daltro de Viveiros – MDB/PA.

Em 15 de janeiro de 1985, a chapa do partido do MDB, da oposição, com Tancredo Neves como presidente e José Sarney como vice-presidente, obteve a vitória no Colégio Eleitoral. Entretanto, Tancredo foi hospitalizado às pressas e não tomou posse, vindo a falecer logo depois. Em 15 de março tomou posse José Sarney, finalizando todo o período dos presidentes gerais do regime militar. Em maio de 1985 foram estabelecidas eleições diretas para presidência da República, legalização de todos os partidos políticos e convocadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em novembro de 1986 (FAUSTO, 2013). Os e as deputados e os e as senadoras ficaram responsáveis pela elaboração da nova Constituição Federal.

Diante do exposto, fica perceptível que as mulheres estiveram presentes nos diversos momentos do período da Ditadura Militar brasileira de 1964-1985. Elas colaboraram com a deposição do presidente João Goulart, contestaram a ordem vigente nas manifestações estudantis, participaram das diversas organizações políticas de esquerda e estiveram em ações extremadas para o papel da mulher previsto no período. Várias delas tentaram romper, de diversas formas, com as amarras da submissão patriarcal dominante, que era ser mãe, esposa e dona de casa, sendo estas as vocações femininas permitidas. As mulheres se colocaram como donas dos seus próprios destinos.

Assim, muitas mulheres foram destemidas ao abraçarem a luta por causas mais gerais da sociedade, como liberdade, democracia e contra um regime autoritário e opressor ao extremo. Juntamente com os homens, elas lutaram pela redemocratização do país.

## 6 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção objetiva apresentar e discutir os resultados de acordo com os objetivos traçados. Ela está dividida em duas seções secundárias e suas subseções.

A primeira dessas seções apresenta o resultado do mapeamento de fundos de arquivo sobre e relacionados às mulheres e dos instrumentos de pesquisa dos arquivos Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Arquivo Nacional. Foram levantados os instrumentos de pesquisa tanto analógico quanto os disponíveis *online*.

A segunda seção analisa a representação sobre e da mulher contida nos instrumentos de pesquisas dos arquivos selecionados e submetidos à Análise de Conteúdo. Serão analisadas as descrições dos fundos arquivísticos e dos itens documentais da base Sistema de Informações do Arquivo Nacional, do Banco de Dados Memórias Reveladas, do Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual<sup>47</sup>, do Catálogo de Documentos Históricos do Arquivo do Senado Federal – 1822 a 1992, das Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826 – 2004. Os tópicos seguintes apresentam os resultados deste estudo.

### 6.1 As mulheres nos fundos de arquivo e seus respectivos instrumentos de pesquisa

Este item apresenta o resultado do levantamento de dados dos instrumentos de pesquisa e dos fundos de arquivo sobre e relacionados às mulheres, identificados nas instituições de arquivo. Essa etapa atende um dos objetivos da pesquisa.

Foi observado que existem guias, catálogos e bases de dados que contêm informações de fundos arquivísticos e fontes documentais relativos às mulheres e ao quadro temático da pesquisa. São eles: Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual; Instrumentos de

---

<sup>47</sup> O Guia África não foi adotado em nível de análise da descrição do item documental devido à dificuldade de leitura dos documentos manuscritos.

pesquisa do Arquivo Nacional<sup>48</sup>; Sistema de Informações do Arquivo Nacional; Banco de Dados Memórias Reveladas; Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004<sup>49</sup>; e Catálogo de Documentos Históricos, 1822 a 1992, do Arquivo do Senado Federal.

Em outros instrumentos arquivísticos não foram identificadas informações sobre registros específicos relacionados à mulher. Tal situação ocorreu com os instrumentos de pesquisa do Arquivo da Câmara dos Deputados, como: Catálogo da 1ª Legislatura de 1826 a 1829; Inventário Intermediário de 1830 a 1846; e Sumário Preliminar de 1847 a 1945.

### 6.1.1 Arquivo Nacional

O Guia África é parte do Programa Guia de Fontes para a História das Nações do Conselho Internacional de Arquivos, realizado com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. O projeto Guia África foi desenvolvido de 1984 a 1988, com início da pesquisa em 1986, sob a coordenação técnica do Arquivo Nacional. Foram levantadas fontes arquivísticas relativas à história da África e dos africanos no Brasil.

A pesquisa para o Guia África foi desenvolvida em estados e municípios, com ênfase nas capitais. Foram visitados 507 municípios, 21 estados da Federação e o Distrito Federal. Foram levantados registros custodiados por arquivos públicos federais, estaduais e municipais. Também foram identificadas fontes arquivísticas em bibliotecas, museus, instituições de pesquisa e/ou documentação, cúrias, congregações, ordens, irmandades e cartórios. A abrangência do levantamento foi do século XVI ao século XIX para a Escravidão Negra. Para a África do Sul do Saara, a pesquisa envolveu um período maior, do século XVI até 1988.

Na análise do Guia África, procurou-se identificar acervos custodiados pelo Arquivo Nacional relativos às mulheres na Escravatura e na Abolição do Trabalho

---

<sup>48</sup> Os fundos arquivísticos destes Instrumentos de pesquisa do Arquivo Nacional estão contidos na base Sistema de Informação do Arquivo Nacional, já analisados pela pesquisa.

<sup>49</sup> O livro Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004, apesar de não ser um instrumento de pesquisa arquivístico, foi adotado como fonte de informações e de acesso aos documentos nos arquivos.

Escravo no Brasil. Também buscou-se identificar fundos e/ou coleções pessoais de mulheres. Para tanto, levantou-se os fundos arquivísticos e coleções que continham nas descrições, mais especificamente nas áreas de identificação e conteúdo, informações relativas às mulheres. Nessa busca, foram adotados os seguintes termos: mulher, feminino, escravatura, escrava e abolição.

Como resultado, identificou-se: 1 fundo/coleção com nome de mulher; 60 fundos/coleções com nomes de homens; 6 fundos/coleções de famílias, com nomes masculinos; 18 fundos de instituições; e nenhum fundo/coleção de família com nome feminino. O único fundo arquivístico feminino denomina-se Airde Martins Costa Marinho e está relacionado à Escravatura.

A pesquisa na base de dados SIAN, hospedada no *website* do Arquivo Nacional, ocorreu com a utilização dos *links* pesquisa livre e pesquisa multinível. Os dois caminhos pretenderam atingir o mesmo objetivo, que é encontrar fundos arquivísticos relativos aos temas do estudo.

Foram levantados os dados estatísticos da base SIAN. Verificou-se que até o dia 27 de novembro de 2019, a referida base continha 941 fundos arquivísticos, 1.111.188 dossiês e 130.580 itens, totalizando 1.242.709 registros publicados. Além disso, consta que existem 25.536 registros não publicados, dos quais nove são fundos arquivísticos, 14.347 dossiês e 11.180 itens. Tal resultado demonstra que a base SIAN consiste em um instrumento abrangente de acesso aos acervos do AN.

Na base SIAN, como estratégia de busca de dados, foi utilizado o *link* pesquisa livre, com o uso dos seguintes termos: mulher, feminino, escrava, escravatura, abolição, voto feminino e ditadura. Como resultado, foram identificados 42 fundos arquivísticos. Alguns desses fundos se repetem (5), por isso não foram computados.

**Quadro 7: Resultado do levantamento de fundos/coleções na base SIAN**

Termos	Fundos e coleções	Códigos de referências e títulos
Mulher	23	BR RJANRIO PH – Correio da Manhã
		BR RJANRIO OR – Alarico Land Avelar
		BR RJANRIO PE – Campanha da Mulher pela Democracia
		BR RJANRIO Q0 – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
		BR RJANRIO OL - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

Termos	Fundos e coleções	Códigos de referências e títulos
		BR RJANRIO RX – Newton de Castro Beleza
		BR RJANRIO BS – Serviço de Polícia Marítima, Área e de Fronteiras –SP (Santos)
		BR RJANRIO TJ – Comba Marques Porto
		BR RJANRIO ZH – Leonor Nunes de Paiva
		BR RJANRIO ZL – Juízo de Órfãos e Ausentes da Primeira Vara
		BR RJANRIO ZM - Juízo de Órfãos e Ausentes da Segunda Vara
		BR RJANRIO ZN - Juízo de Órfãos e Ausentes
		BR RJANRIO HP – Hildete Pereira de Melo
		BR RJANRIO VAW – Alberto Salvá Contel
		BR RJANRIO CCN - Maria da Conceição da Costa Neves
		BR DFANBSB EZ – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1974-2006)
		BR RJANRIO EZ – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1983-2005)
		BR RJANRIO F9 – Jose Antonio D'andréa Espinheira
		BR RJANRIO GL – Lúcia Velloso Maurício
		BR RJANRIO G4 – Vf Produções de Arte Limitada
		BR RJANRIO PM - Eulália Maria Lahmeyer Lobo
		BR DFANBSB HC – Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande (Paraíba)
		BR RJANRIO HV – Moema Toscano
	9	BR RJANRIO SD – Família Doyle Silva
		BR RJANRIO Q0 – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
		BR RJANRIO 1L – Francolino Caméu
		BR RJANRIO S1 – Ordem do Carmo
		BR RJANRIO ZH – Leonor Nunes Paiva
		BR RJANRIO FT – Anamaria Machado Guimarães
Feminino		

Termos	Fundos e coleções	Códigos de referências e títulos
		BR RJANRIO G4 – Vf Produções de Arte Limitada
		BR DFANBSB ZD - Divisão de Inteligência do Departamento da Polícia Federal
		BR RJANRIO HA - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (1980/2000)
Escrava	1	BR RJANRIO NG – Série Fazenda – Tesouraria da Fazenda da Província de MG
Escravidão	3	BR RJANRIO OW – André Pinto Rebouças
		BR RJANRIO 2L – Escola Politécnica do Rio de Janeiro
		BR RJANRIO KE – Publicações Oficiais – Acervo Geral e Periódicos
Abolição	7	BR RJANRIO OW – André Pinto Rebouças
		BR RJANRIO 2L – Escola Politécnica do Rio de Janeiro
		BR RJANRIO KE – Publicações Oficiais – Acervo Geral e Periódicos
		BR RJANRIO U1 – Gabinete de D. João VI
		BR RJANRIO 3 A - Inconfidência Mineira
		BR RJANRIO 4K – Mesa do Desembargo do Paço
		BR RJANRIO AT – Série Marinha – Capitania Dos Portos
Voto feminino	1	BR RJANRIO Q0 – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
Ditadura	3	BR RJANRIO JS – José Sarney
		BR DFANBSB V8 – Serviço Nacional de Informações
		BR RJANRIO CNV – Comissão Nacional da Verdade

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados SIAN.

Ainda na base SIAN, foram levantados os fundos arquivísticos com nomes de mulheres ou questões femininas, tanto de fundos de pessoa quanto de entidade coletiva. Então, buscou-se os dados utilizando os *links* pesquisa multinível, com o filtro ordem alfabética. Foi feita a leitura de todos os títulos dos fundos e coleções, e identificados aqueles com denominação de mulher/questões femininas ou outro

termo semelhante. Como resultado, observou-se que constam fundos com títulos de nomes femininos<sup>50</sup> e instituições coletivas com denominação relativa à mulher, considerando a abrangência dentro do período pesquisado, 1826 a 1985.

**Quadro 8: Fundos de arquivos relacionados à mulher no SIAN**

Nºs	Código de referência	Título	Datas
1	BR RJANRIO KL	Ana Maria Portinho Magalhães	1977/1989
2	BR RJANRIO FT	Anamaria Machado Guimarães	1973/1979
3	BR RJANRIO PE	Campanha da Mulher pela Democracia	1961/1973
4	BR RJANRIO TJ	Comba Marques Porto	1945/1989
5	BR DFANBSB EZ	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	1974/2006
6	BR RJANRIO EZ	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	1983/2005
7	BR RJANRIO JH	Elizabeth Garson Passi de Moraes	1918/ 1980
8	BR RJANRIO F8	Elizabeth Versiani Formaggini	1942/1954
9	BR RJANRIO GE	Eulalia Maria Lahmeyer Lobo	1898/2005
10	BR RJANRIO Q0	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino	1881/1985
11	BR RJANRIO 28	Felisbela Pinto Correia	1965/1968
12	BR RJANRIO HP	Hildete Pereira de Melo	1976/1990
13	BR RJANRIO QM	Irmã Zélia	1851/1947
14	BR RJANRIO GN	Isabella Cerqueira Campos	1967/1987
15	BR RJANRIO ZH	Leonor Nunes de Paiva	1972/1990
16	BR RJANRIO GL	Lúcia Velloso Maurício	1971/2010
17	BR RJANRIO 2D	Maria Beatriz Nascimento	1961/1996
18	BR RJANRIO CCN	Maria da Conceição da Costa Neves	1950/1970
19	BR RJANRIO J2	Maria da Glória Lisboa de Nin Ferreira	1801/1900
20	BR RJANRIO FK	Maria José de Sant'anna Alvarez	1964
21	BR RJANRIO FR	Maria Luíza Aboim	1979
22	BR RJANRIO HT	Niomar Moniz Sodré Bittencourt	1933/2004
23	BR RJANRIO FL	Regina Helena Machado	1979

<sup>50</sup> A relação de todos os fundos identificados está disponível no Apêndice J.

Nºs	Código de referência	Título	Datas
24	BR DFANBSB VAY	Taís Morais	1964/1983
25	BR RJANRIO J4	Terezinha Lindgren Carneiro	1907/1965

Fonte: Elaboração própria com base nos dados levantados no SIAN.

Cabe destacar que, apesar do AN custodiar o quantitativo de 941 fundos arquivísticos publicados e mais nove não publicados na base SIAN, apenas 25 fundos têm intitulados femininos, dos quais três fundos são de entidades coletivas relativas às mulheres.

O Banco de Dados Memórias Reveladas contém informações a respeito de acervos arquivísticos da repressão política, vivida na Ditadura Militar, no período de 1964 a 1985. O Memórias Reveladas constituiu-se numa rede nacional de informações, por meio de acordo de cooperação entre a União, Estados e o Distrito Federal. Participam da rede, com seus acervos, 13 Estados e o Distrito Federal, sob a administração do Arquivo Nacional.

O objetivo do Memórias Reveladas é promover acesso às informações de registros documentais sobre as lutas políticas ocorridas no Brasil, durante as décadas de 1960 a 1980. Tudo isso está em comum acordo com a Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009, da Casa Civil da Presidência da República, que institui o Centro de Referências das Lutas Políticas Memórias Reveladas. O Memórias Reveladas reúne em sua base 118 fundos arquivísticos de custódia do Arquivo Nacional. No geral são 235 fundos, 623.286 dossiês e 21.156 itens publicados, conforme pesquisa desenvolvida em 28 de setembro de 2019.

O resultado do levantamento dos fundos arquivísticos com nomes femininos ou relacionados às questões femininas nessa base apontam para 12 registros, dos quais nove são de fundos pessoais e três de entidades coletivas. Quase todos estão contidos na base SIAN e já foram citados anteriormente. São eles: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (BR DFANBSB EZ e BR RJANRIO EZ); Taís Morais; Maria da Conceição Costa Neves; Anamaria Machado Guimarães; Eulália Maria Lahmeyer Lobo; Lúcia Velloso Maurício; Niomar Moniz Sodré Bittencourt; Moema Toscano; Campanha da Mulher pela Democracia; Comba Marques Porto; e Nélie Sá Pereira.

Observou-se que a base SIAN e o Banco de Dados Memórias Reveladas adotam a descrição dos acervos proposta pela NOBRADE, a qual prevê a existência de 28 elementos de descrições. Este estudo analisa, baseando-se na técnica analítica de Análise de Conteúdo - AC, os textos de alguns elementos descritivos dos fundos de arquivos dos referidos instrumentos. Para o Guia África, verificam-se os textos da identificação e conteúdo. Dos instrumentos de pesquisa foram identificados um total de 1.153 fundos de arquivos, dos quais 19 fundos arquivísticos serão submetidos à AC.

### 6.1.2 Arquivo do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

A obra de referência Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004, da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal foi adotada neste estudo como instrumento de pesquisa arquivístico, mencionado anteriormente. O livro foi uma reivindicação da Comissão do Ano Nacional da Mulher do Senado Federal. Em 2006, por ocasião da comemoração de 180 anos do Senado, a obra foi publicada na Coleção Memória Legislativa. Verificou-se que nessa obra, fruto da pesquisa realizada pela equipe do Arquivo do Senado, com apoio técnico da Consultoria Legislativa, foram sistematizadas proposições produzidas e acumuladas pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e pelo Congresso Nacional. No entanto, identificou-se que os dados dos anos 1826 a 1964 estão incompletos. A abrangência do referido levantamento das proposições cobre o período temporal contemplado nesta pesquisa.

Verificou-se que o Catálogo de Documentos Históricos – 1822 a 1992, da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal, consiste em fonte de informação dos documentos de custódia do Arquivo do Senado Federal. O referido instrumento de pesquisa registra data, autoria, espécie e assunto dos documentos organizados em índice temático. Tal instrumento de pesquisa arquivístico favorece um levantamento que abrange o quadro temático da pesquisa e a participação das mulheres.

Observou-se que o Arquivo da Câmara dos Deputados custodia os seguintes fundos arquivísticos: Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – AC 1823; Congresso Nacional Constituinte de 1890/1891 – AC 1890;

Assembleia Nacional Constituinte de 1933/1934 – AC 1933; Assembleia Constituinte de 1946 – AC 1946; Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988 – AC 1987; e Câmara dos Deputados – CD. Já o arquivo do Senado Federal custodia os seguintes fundos: arquivo do Senado Federal e arquivo do Congresso Nacional.

Esta pesquisa adotou para análise os fundos Câmara dos Deputados e Senado Federal. No Catálogo de Documentos Históricos – 1822 a 1992 e no Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004 foram analisados os textos descritivos dos itens documentais contidos nesses dois fundos arquivísticos.

## **6.2 Compreendendo a representação sobre e da mulher na descrição dos fundos arquivísticos e dos documentos**

A representação por meio da descrição de arquivo tem o objetivo de fornecer informação sobre a instituição ou pessoa produtora e acumuladora dos documentos, suas relações no desenvolvimento de suas ações e atividades para cumprir com seus objetivos. De acordo com a ISAD(G), a descrição visa identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo para possibilitar o acesso, entendimento adotado também pela NOBRADE, conforme detalhamento apresentado na seção 2.2.2.

A descrição do fundo arquivístico ocorre no nível descritivo mais geral, indicado pelas normas orientadoras do ICA e do CONARQ como consequência da adoção do princípio de respeito aos fundos, ou princípio da proveniência. Por isso, a descrição parte do geral para o particular. Sendo assim, esta pesquisa adota a análise da descrição do fundo de arquivo e do item documental como uma possibilidade de verificação da temática relativa à mulher.

A partir da descrição dos fundos de arquivo, contida nas bases de dados consultadas (SIAN e Memórias Reveladas), o estudo analisou os textos dos elementos de descrição das áreas (1) identificação, (2) contextualização, (3) conteúdo e estrutura da NOBRADE, conforme explicação dada anteriormente. A área de identificação abrange os dados: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão; e suporte. A área de contextualização contém as seguintes

informações: nomes(s) do(s) produtor (es); História administrativa/Biografia; História arquivística; e procedência. Na área de conteúdo e estrutura são descritas as informações relativas ao âmbito e conteúdo; avaliação, eliminação e temporalidade; incorporações e sistema de arranjo. Nessa última área estão contidas as informações relevantes e complementares ao título, as quais orientam o usuário sobre o assunto, a tipologia documental e a estrutura da informação do fundo de arquivo.

A descrição de arquivo resulta em instrumentos de busca ou de pesquisa. Tais instrumentos consistem em importantes ferramentas de acesso à informação, pois permitem a identificação, a localização ou a informação contida nos documentos. Apesar de haver normas internacionais e nacionais orientadoras da descrição arquivística, elas não apresentam modelos para tais instrumentos.

A descrição dos fundos de arquivos corresponde à primeira aplicação da Análise de Conteúdo, seguida da análise comparativa entre a descrição dos itens documentais e os respectivos documentos. Os dados levantados foram analisados de acordo com o objetivo específico d, assinalado na metodologia.

A pesquisa identificou 1.155 fundos arquivísticos de custódia das três instituições: Arquivo Nacional, Arquivo do Senado Federal e Arquivo da Câmara dos Deputados. Destes, foram selecionados 21 fundos que contemplam a temática deste estudo, componentes do primeiro *corpus*, que serão submetidos à Análise de Conteúdo, pois preenchem os requisitos de AC e do quadro temático desta pesquisa.

**Quadro 9: Fundos arquivísticos submetidos à Análise de Conteúdo**

Nºs	Códigos de referências	Títulos
1	1.1.2.20	Polícia da Corte
2	1.1.2.31	Decretos e Leis
3	1.1.2.41	Juízo de Direito da 1ª Vara Civil
4	1.1.2.43	Juízo de Direito da 3ª Vara Civil
5	1.1.2.46	Juízo de Direito da 8ª Vara Civil (Antiga 4ª Pretoria)
6	1.1.2.48	Juízo Municipal 1ª 2ª 3ª Varas
7	1.1.2.59	Supremo Tribunal de Justiça
8	1.1.2.61	Airde Martins Costa Marinho

Nºs	Códigos de referências	Títulos
9	BR RJANRIO PH	Correio Da Manhã
10	BR RJANRIO Q0	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
11	BR RJANRIO PE	Campanha da Mulher pela Democracia
12	BR DFANBSB V8	Serviço Nacional de Informações
13	BR RJANRIO OL	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
14	BR RJANRIO TJ	Comba Marques Porto
15	BR DFANBSB HC	Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande (Paraíba)
16	BR RJANRIO FT	Anamaria Machado Guimarães
17	BR DFANBSB ZD	Divisão de Inteligência do Departamento da Polícia Federal
18	BR RJANRIO GL	Lúcia Velloso Maurício
19	BR RJANRIO CCN	Maria da Conceição da Costa Neves
20	CD	Câmara dos Deputados
21	SF	Senado Federal

Fonte: Elaboração própria baseada no levantamento de dados.

A partir da leitura flutuante de documentos dos 21 fundos do primeiro *corpus*, foi aplicado o critério de relevância, de acordo com os objetivos da pesquisa, o que resultou na seguinte amostra: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Serviço Nacional de Informações e Campanha da Mulher pela Democracia. A análise dos itens documentais será feita nos fundos dessa amostra.

Os itens documentais compõem o segundo *corpus* do estudo e estão descritos nos instrumentos de pesquisa Catálogo de Documentos Históricos do Arquivo do Senado Federal – 1822 a 1992, Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826 – 2004, bases SIAN e Memórias Reveladas.

#### Quadro 10: Itens documentais submetidos à Análise de Conteúdo

Nºs	Código de referência	Documentos
1	Xxxxxxx	Projeto de Lei que declara extinta a Escravidão no Brasil

Nºs	Código de referência	Documentos
2	BR RJANRIO Q0. ADM, CPA.VFE, TXT.1, V.7, p.19	Carta Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas
3	BR RJANRIO Q0. ADM, CPA.VFE, TXT.1, V.1, p.7	Carta Deputado Miguel Calmon
4	BR RJANRIO Q0. ADM, CPA.VFE, TXT.1, V.7, p.3	Carta Senador Lopes Gonçalves
5	Xxxxxxx	Representação 47/1927
6	BR RJANRIO PE.0.0.102/1, p.1	Discurso pronunciado por D. Amélia Molina Bastos
7	BR RJANRIO PE.0.0. 102/2, p.5	Discurso da Sra Cordelia de Sá Lessa
8	BR RJANRIO PE.0.0.8	Listas de sócias fundadoras CAMDE
9	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.AAA.65096216	Informe nº131
10	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.AAA.65096151	Informe nº 057/2/2/65
11	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.AAA.65097048	Acusação – SPI nº 24/2/65
12	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.AAA.69002407	Informe nº 200/SNI/ASP
13	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.CCC.68021572	Informe nº 1900/SNI/ARJ/SC3
14	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.AAA.69001853	Informe nº 300/SNI/ABSB/1969
15	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.AAA.69003592	Atividades subversivas
16	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.CCC.79000082	Informe nº 003/116/ARJ/79
17	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.CCC.78004782	Informação nº 0693/CISA-RJ
18	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.CCC.	Memo nº 0918/GAB/SNI
19	BR DFANBSB V8. MIC,GNC.CCC.75002459	Informe nº 028/16/75/ARJ/SNI

Fonte: Elaboração própria com base nos dados levantados.

Na pesquisa bibliográfica e em visita às instituições arquivísticas também foram identificados os documentos que tratam do quadro temático da pesquisa, mas que não estão descritos nos referidos instrumentos de pesquisas. Neste caso, não foi possível fazer a análise comparativa com a descrição.

### 6.2.1 Categorias analisadas

Para realizar a AC, foram definidas as categorias temáticas, a partir do quadro temático do estudo: Escravatura e Abolição do Trabalho Escravo no Brasil; a luta pelo direito ao voto da mulher; e a Ditadura Militar de 1964 a 1985. As categorias ficaram assim denominadas: abolição da escravatura; voto feminino; e ditadura militar.

Em continuidade, a partir da leitura da descrição dos documentos, foram definidas as seguintes unidades de registros: escrava, mulher, escravatura e abolição para a categoria abolição da escravatura. Decidiu-se pelos termos sufragistas, feminino, feministas e conquista do voto feminino para a categoria voto feminino. Na categoria ditadura militar, optou-se por: comunista, repressão, participação feminina em movimentos e anistia. O quadro a seguir relaciona as categorias com os fundos arquivísticos analisados.

**Quadro 11: As categorias temáticas e os fundos de arquivo analisados**

<b>Categorias</b>	<b>Fundos de arquivo</b>	<b>Datas</b>
Abolição da escravatura	Decretos e Leis	1810/1889
	Juízo de Direito Da 1ª Vara Civil	1833/1913
	Juízo de Direito Da 3ª Vara Civil	1833/1916
	Juízo de Direito Da 8ª Vara Civil (Antiga 4ª Pretoria)	1858/1938
	Supremo Tribunal Federal	1821/1899
	Airde Martins Costa Marinho	1842/1871
	Polícia da Corte	1808/1866
	Juízo Municipal 1ª 2ª 3ª Varas	1837/1891
Voto feminino	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino	1881/1985

<b>Categorias</b>	<b>Fundos de arquivo</b>	<b>Datas</b>
	Câmara dos Deputados	1823
	Senado Federal	1823
Ditadura militar	Correio da Manhã	1901/1974
	Campanha da Mulher pela Democracia	1961/1973
	Serviço Nacional de Informações	1967/1990
	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais	1960/1974
	Comba Marques Porto	1945/1989
	Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande (Paraíba)	1977/1986
	Anamaria Machado Guimarães	1973/1979
	Divisão de Inteligência do Departamento da Polícia Federal	1964/1990
	Lúcia Velloso Maurício	1971/2010
Maria da Conceição da Costa Neves	1950/1970	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados levantados.

Nas categorias e suas respectivas unidades de registros foram analisadas a presença dos termos com a significação estendida à descrição dos fundos arquivísticos. Essa definição objetiva fazer análises e interpretações mais amplas dos textos, conforme pormenorizado na metodologia. Em relação aos documentos, desenvolve-se uma comparação da descrição do item documental, com o respectivo documento.

#### **Quadro 12: Categorias e unidades de registros**

<b>Categorias</b>	<b>Unidades de registros</b>	<b>Significação</b>
Abolição da escravatura	Escrava, mulher, escravatura e abolição.	Parte do texto descritivo que aborde a presença da escrava, da mulher, do trabalho escravo com escravos e escravas e trechos do texto que registre questionamento, liberdade, alforria, reuniões, luta, revolta, rebelião ou similar contra a escravidão, com a participação de homens e de mulheres.
Voto feminino	Sufragista, feminino, feministas e conquista do voto feminino.	Trechos dos textos das descrições dos fundos que contenham mensagens manifestas ou assemelhados da presença dos referidos termos.
Ditadura militar	Repressão, comunista,	Parte do texto que expressem os termos ou

	participação feminina em movimentos, anistia.	expressões associadas ao mesmo significado.
--	---	---

Fonte: Elaboração própria.

Foi feita uma transcrição dos textos descritivos, com a codificação dos termos das unidades de registros, cuja finalidade é ligá-las às respectivas categorias. Em cada descrição do fundo arquivístico foi lido e retirado um parágrafo do texto, como unidades de contextos, de forma analítica para todas as categorias.

## A) Análise dos fundos arquivísticos

### A.1) Categoria abolição da escravatura

Na categoria abolição da escravatura foram agrupados os fundos de arquivos de natureza pública (sete) e privada (um) do Guia África, considerando os textos que tivessem os termos das unidades de registros, com a significação especificada anteriormente. Apresenta-se como resultado a descrição dos fundos que registraram tais termos.

**Quadro 13: Categoria abolição da escravatura, unidades de registros e de contextos**

Categorias	Unidades de registros	Unidades de contexto
Abolição da escravatura	escrava	“INVENTÁRIOS. APELAÇÕES E LIBELOS CÍVIS. AÇÕES ORDINÁRIAS. PARTILHAS E SEQUESTROS DE BENS. AUTOS DE PENHORA. DÍVIDAS. MANUTENÇÃO DE <b>LIBERDADE</b> , DESTACANDO-SE PROCESSO DE <b>JÚLIA, PRETA, ESCRAVA</b> DE SEBASTIÃO GONÇALVES FERREIRA, COM SEU PECÚLIO CONCEDIDO PELA LEI Nº 2040, DE 28/9/1871, QUE PRETENDE <b>LIBERTAR-SE</b> ATRAVÉS DE DEPÓSITO PARA <b>LIBERDADE</b> (1876) E O DE <b>FIORINDA, PRETA AFRICANA</b> , MAIOR DE 40 ANOS, COM PECÚLIO LEGAL, QUE PRETENDE A <b>LIBERDADE</b> (1874).” (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. 713).
		“INVENTÁRIOS. APELAÇÕES E LIBELOS CÍVIS. AÇÕES ORDINÁRIAS. PARTILHAS E SEQUESTROS DE BENS. AUTOS DE PENHORA. DÍVIDAS. MANUTENÇÃO DE <b>LIBERDADE</b> . APELAÇÃO CÍVIL NA QUAL A <b>ES CRAVA CRIOULA LAUREANA</b> FAZ PEDIDO DE UM CURADOR, A QUE TEM DIREITO POR LEI, A FIM DE QUE ESSE TRATE DE SUA <b>LIBERDADE</b> , ATRAVÉS DE DEPÓSITO PARA <b>LIBERDADE</b> (1851) E O PROCESSO DA <b>PRETA RITA</b> , DE NAÇÃO CONGO, POR SEU CURADOR, QUE, ACHANDO-SE EM

Categorias	Unidades de registros	Unidades de contexto
		<p>ESTADO DE CATIVEIRO INJUSTO, REQUER A MANUTENÇÃO DE SUA <b>LIBERDADE</b> (1866).” (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. 714).</p> <p>“INVENTÁRIOS. EMANCIPAÇÕES. AÇÕES SUMÁRIAS E ORDINÁRIAS. EMBARGOS. NOTIFICAÇÕES. REQUERIMENTOS DIVERSOS. AÇÕES DE DESPEJO [...] E PROCESSO DE ABSOLVIÇÃO DE INSTÂNCIA, EM QUE <b>ES CRAVA</b> APARECE COMO OCUPANTE DE QUARTO ALUGADO POR SUA SENHORA, A QUAL É PROCESSADA POR NÃO PAGAMENTO DO DITO ALUGUEL.” (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. 715).</p> <p>“DISPUTA ENTRE PARTES PELO RECONHECIMENTO LEGAL DO DIREITO DE PROPRIEDADE SOBRE M ULATOS ESCRAVOS, MENORES DE IDADES (1845). AÇÃO DE NULIDADE DE VENDA E REIVINDICAÇÃO SOBRE <b>ES CRAVA</b> (1864). <b>EX-ES CRAVA</b> MOVENDO RECURSO PARA PROVAR SUA LIBERDADE E A DE SEUS FILHOS (1870). [...] PROPRIETÁRIA CONCEDENDO LIBERDADE PLENA PARA <b>ES CRAVA</b> (1878). [...] REIVINDICAÇÃO POR POSSE INDEVIDA DE <b>ES CRAVA</b> (1875).” (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. 719).</p>
	mulher	<p>“MEDIDAS POLICIAIS COM RELAÇÃO A ESCRAVOS E PRETOS FORROS. LIBERDADE A ESCRAVOS IMPORTADOS APÓS 7/11/1831 [...] A LEI DO VENTRE LIVRE, QUE DECLARA LIVRE O FILHO DE <b>MULHER ES CRAVA</b> NASCIDO A PARTIR DE 28/9/1871, E A LEI ÁUREA (13/5/1888), QUE DECLARA EXTINTA A ESCRAVIDÃO NO BRASIL.” (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. 709).</p>
	escravatura	<p>“RECIBOS DE <b>COMPRA E VENDA DE ESCRAVO</b>. PASSAPORTE CONCEDIDO A ESCRAVOS. MEIASISAS DE <b>ES CRAVOS</b>. REGISTROS DE <b>MATRÍCULAS DE ESCRAVOS</b>. RECIBOS DE IMPOSTO E TAXAS SOBRE <b>ES CRAVOS</b>.” (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. 720).</p>
	abolição	<p>“APREENSÃO DE NAVIOS PORTUGUESES, GERALMENTE VINDOS DE ANGOLA, ENVOLVIDOS NO TRÁFICO NEGREIRO. [...] <b>REUNIÕES</b> DE ESCRAVOS E FORROS, COM OBJETIVO DE ORGANIZAREM <b>REBELIÃO</b>.” (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. 703).</p> <p>“PROTESTOS, EM QUE ESCRAVOS CONSTAM COM BENS PROTESTADOS. AÇÕES SUMÁRIAS DE <b>LIBERDADE</b>, EM QUE SE PEDE RECONHECIMENTO DE <b>LIBERDADE</b>. [...] APREENSÕES PARA DEPÓSITO,</p>

Categorias	Unidades de registros	Unidades de contexto
		EM QUE ESCRAVOS, ATRAVÉS DE SEUS CURADORES, <b>REQUEREM CONTRA CATIVEIRO INJUSTO.</b> (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. 716).

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados levantados no Guia África.

A análise desses textos dos fundos arquivísticos possibilitou perceber que, em cinco descrições de instituições públicas (Juízo de Direito da 1ª Vara Civil, Juízo de Direito da 3ª Vara Civil, Juízo de Direito da 8ª Vara Civil, Supremo Tribunal Federal e Decretos e leis), constam registros de fontes documentais referentes às escravas. Outro, do fundo Airde Martins Costa Marinho, trata de documentos de proprietários (a) escravistas.

Observa-se que, além desses, constam também aqueles (Polícia da Corte e Juízo Municipal 1ª 2ª 3ª Varas) que comprovam a ocorrência de resistência à escravidão por meio de reuniões para possíveis rebeliões. Alguns documentos registram as tentativas de compra de liberdade ou questionamento em relação à servidão, recorridas por escravas.

Foi observado que não consta fundo arquivístico com nome de mulher relacionado à Abolição da Escravatura. Entretanto, pela análise dos textos descritivos, é possível inferir que houve batalha e tentativa de liberdade e de organização de rebelião contra a escravidão, tanto de escravos quanto de escravas. Entretanto, nem todo texto refere-se aos homens e às mulheres como protagonistas das ações, prevalecendo uma linguagem masculina, que não deixa claro a participação de mulheres.

## A.2) Categoria voto feminino

Nesta categoria<sup>51</sup> foram analisados os textos de descrição do fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entidade coletiva, por ser considerada representativa da luta pelo voto feminino. Além disso, observou-se que o AN custodia somente esse fundo, relacionado com a luta da mulher pelos direitos políticos.

### Quadro 14: Categoria voto feminino, unidades de registros e de contextos

<sup>51</sup> Nos fundos arquivísticos Câmara dos Deputados e Senado Federal foram analisados os textos descritivos em nível de item documental.

categoria	Unidades de registros	Unidades de contextos
Voto feminino	sufragista	“Documentos iconográficos: ações da Federação em prol da conquista do voto feminino e da emancipação da mulher na área educacional e profissional. [...] Atuação de Bertha Maria Júlia Lutz como uma das pioneiras na defesa dos direitos da mulher [...] <b>Sufragistas</b> brasileiras e estrangeiras e homens públicos envolvidos com a causa do movimento.”
	feminino	“A atuação da FBPF – conservadora para alguns, libertária outros – foi inovadora ao permitir que os anseios <b>femininos</b> ultrapassassem a esfera do privado e desembocassem na esfera pública. [...]”
	feministas	“Para alcançar seus objetivos, as <b>feministas</b> da Federação tinham que enfrentar um duplo desafio. De um lado, estruturar uma entidade de caráter nacional, que almejava ocupar lugar central de porta-voz das questões <b>feministas</b> no país, [...]”
	Conquista do voto feminino	“A <b>conquista do direito feminino ao sufrágio</b> – primeiro com o Código Eleitoral de 1932 e, finalmente, com a Carta Constitucional de 1934-, a aprovação de mulheres em cargos públicos de relevância e a eleição de Bertha Lutz como deputada constituinte são exemplos da eficácia dos meios adotados pela FBPF para consecução de seus objetivos. [...]”

Fonte: Elaboração própria, com base fundo FBPF.

Observa-se que o texto aborda a atuação da FBPF, bem como a militância de Bertha Lutz em defesa do voto feminino. A FBPF foi instituída no contexto da luta pelo direito político das mulheres de votar e serem votadas como entidade com atuação em todo país, o que foi um grande desafio.

Verifica-se que o estilo de atuação da FBPF foi colocado em evidência no texto. A atuação era considerada conservadora para alguns, devido à composição das mulheres participantes da entidade, que eram oriundas da classe média alta. Ademais, a entidade desenvolvia um estilo de aliança e não de confronto com os representantes dos poderes constituídos para a reivindicação dos direitos das mulheres.

O texto também coloca em destaque o resultado das conquistas da FBPF em prol dos direitos femininos, como a mudança do Código Eleitoral de 1932, com a primeira previsão do voto feminino, e da Constituição de 1934, com a consolidação da conquista do voto para as mulheres.

Infere-se que o referido fundo arquivístico contém documentos que comprovam parte da luta das mulheres pelo direito de votar e serem votadas. Além disso, foi possível perceber que a atuação das mulheres da FBPF teve receptividade e apoios, tanto do Poder Legislativo quanto do Poder Executivo, o que possibilitou a conquista dos direitos políticos para as mulheres.

### A.3) Categoria ditadura militar

Nesta categoria de análise foram verificadas as descrições dos fundos agrupados que continham os termos ou expressões associadas à ditadura militar. Essa categoria obteve o maior quantitativo de fundos arquivísticos analisados.

**Quadro 15: Categoria ditadura militar, unidades de registros e de contextos**

<b>Categoria</b>	<b>Unidade de registro</b>	<b>Unidades de contextos</b>
Ditadura militar	repressão	“Documentos produzidos pelo SNI e recebidos dos diversos órgãos que compunham o extinto Sistema Nacional de Informações (SISNI), entre eles as unidades de inteligências das Forças Armadas e da Polícia Federal, sobre <b>repressão</b> a organizações de esquerda, anistia, prisões, partidos políticos, movimentos populares [...] cassação de mandatos e direitos políticos.”
		“Os documentos iconográficos compreendem ampliações e negativos fotográficos de vários formatos, charges, [...] e desenhos originais. [...] destacam-se, [...] as fotografias do dossiês temáticos que se referem a: o período João Goulart; os antecedentes do Golpe Militar de 1964: a <b>repressão política nas ruas</b> , [...].”
	comunista	“A Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) foi criada pouco antes das eleições de 1962, por Leovigildo Balestiero, vigário franciscano de Ipanema, Glycon de Paiva e o general Golbery do Couto e Silva. Foi custeada, organizada e orientada pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Patrocinava conferências, reuniões e distribuía material propagandístico, <b>pressionando firmas</b>

Categoria	Unidade de registro	Unidades de contextos
		<p><b>comerciais contra o governo Goulart, a esquerda e o trabalhismo.</b> [...] A instituição colocou-se sempre em oposição ao chamado “<b>perigo da subversão comunista</b>”. [...] Panfletos sobre o <b>comunismo</b>. Relatórios da CAMDE sobre o <b>combate ao comunismo</b>.”</p> <p>“[...] O Instituto promoveu intensa campanha antigovernamental. <b>Associando as propostas do governo ao comunismo</b> [...] e distribuiu inúmeros livros, folhetos e panfletos <b>anticomunista</b>. O IPES também atuou no financiamento de outras entidades contrárias ao governo João Goulart, tais como [...] a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) do Rio, a União Cívica Feminina de São Paulo [...]”</p>
	Participação feminina em movimentos	<p>“[...] Durante o seu mandato como deputada estadual na legislatura 1963-1967, <b>foi uma das fundadoras do Movimento Democrático Brasileiro – MDB (1965-1966)</b>, pelo qual foi reeleita deputada estadual. Cassada pelo Ato Institucional n.5, teve os direitos suspensos por dez anos (17/10/1969). <b>Participou de movimentos pela anistia</b> ao longo da década de 1970. [...]”</p> <p>“Relatórios de informações, pedidos de busca, memorandos, informes, ofícios, prontuários e fotos sobre organizações de esquerda, movimento estudantil, sindicatos, professores, imprensa, religião, universidade, política partidária, subversão e <b>participação feminina em movimentos contestatórios</b>.”</p> <p>Recortes de jornais e informes sobre a atuação de políticos e também sobre manifestações coletivas relacionadas a aumento de tarifas de ônibus, carestia, <b>Dia Internacional da Mulher</b> entre outra. [...]”</p> <p>“Lúcia Veloso Maurício [...] Nos anos 1960 e 1970, <b>foi militante da organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)</b>. Esteve presa por motivos políticos entre agosto de 1971 e setembro de 1974. [...]”</p>
	anistia	“Correspondência, textos, recortes de jornais e publicação sobre o movimento feminista no Brasil. Documentos referente à participação política da mulher no movimento pela <b>anistia</b> ,

Categoria	Unidade de registro	Unidades de contextos
		<p data-bbox="767 297 1356 353">[...]”.</p> <p data-bbox="767 353 1356 642">“Documentos relacionados ao movimento pela <b>anistia</b> ampla, geral e irrestrita promovido na década de 1970, com a participação de várias entidades da sociedade civil como Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, Comitê Brasileiro pela <b>Anistia</b> (várias seções), <b>Movimento Feminino pela Anistia</b> [...] e de congresso pela <b>anistia</b> [...]”.</p>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados levantados.

A leitura e análise da descrição dos fundos arquivísticos permite perceber que a repressão era uma das ações praticadas pelas instituições governamentais do período da ditadura militar. A constatação ocorreu com a descrição dos fundos SNI e Correio da Manhã.

Na análise da descrição do fundo Campanha da Mulher pela Democracia, verificou-se que ocorreu uma ocultação da participação das mulheres no estabelecimento da entidade. Observa-se que o texto descrito cita nominalmente todos os homens envolvidos na articulação política de criação da CAMDE, sem dar visibilidade às mulheres envolvidas, assim como às lideranças daquela instituição. O texto atribui ao IPES o apoio financeiro e político da entidade. Da mesma forma, registra o apoio do IPES às entidades que promoveram campanha contra o governo Goulart e as organizações anticomunistas, como a CAMDE/Rio e a União Cívica Feminina de São Paulo.

Os textos dos fundos (Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal, Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande - Paraíba, Lúcia Velloso Maurício e Maria da Conceição da Costa Neves) explicitam a participação das mulheres em contestação ao regime militar. Nos textos constam registros de mulher como fundadora do partido de oposição ao regime, o MDB, como também é explicitada a militância de outra mulher em organização clandestina, como a Vanguarda Popular Revolucionária. Além disso, são registradas as consequências que essas mulheres sofreram pelas suas atuações políticas. Uma teve o mandato parlamentar cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos. A outra foi presa por motivos políticos, de 1971 a 1974.

A análise da descrição dos fundos Anamaria Machado Guimarães e Comba Marques Porto refere-se também à participação da mulher no movimento pela anistia, ocorrido na década de 1970. Consta no texto que, nesse movimento, participaram várias entidades da sociedade civil, bem como o Movimento Feminino pela Anistia.

## B) Análise dos documentos

### B.1) Categoria abolição da escravatura

Apresenta-se o extrato do texto descritivo sobre item documental selecionado, o qual é comparado com o próprio documento relacionado à categoria abolição da escravatura, descrito no Catálogo de Documentos Históricos do fundo Arquivo do Senado Federal. Trata-se do Projeto de Lei que aboliu a Escravidão no Brasil.

#### Quadro 16: Comparação da descrição com o documento no fundo Arquivo do Senado Federal

Categoria	Descrição do item documental	Extrato do documento
Abolição da escravatura	“Projeto que declara extinta a escravatura no Brasil. Transformou-se na “Lei nº 3.353, de 1888 – Lei Áurea.”	<p>[...]</p> <p>Venho de ordem de Sua Alteza a Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Magestade e Imperador, apresentar-vos a seguinte proposta</p> <p>Art. 1º É declarada extinta a Escravidão no Brasil.</p> <p>Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.</p> <p>Palacio do Rio de Janeiro aos 8 de maio de 1888.</p> <p>[...]</p>

Fonte: Elaboração própria, com base no levantamento de dados.

Apresenta-se o documento de assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, como resultado do levantamento de dados feitos *in loco*. O referido documento não consta descrito no Catálogo de Documentos Históricos do Arquivo do Senado Federal.

**Quadro 17: Extrato do documento de assinatura da Lei Áurea**

<b>Abolição da escravatura</b>	
<b>Extrato do documento</b>	<p>“A Assembleia Geral Decreta:</p> <p>Art. 1º - <b>É declarada extinta</b>, desde a data desta lei, <b>a escravidão no Brasil</b>.</p> <p>Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário.</p> <p>Paço do Senado, em 13 de Maio de 1888.</p> <p>A <b>Princesa Imperial Regente</b>, em nome do Imperador</p> <p>[...]”</p>

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados.

Abolir a escravidão no Brasil merece ser melhor referenciado. A Princesa Isabel teve um papel destacado na aprovação célere do projeto de lei (o processo iniciou no dia 8, na Câmara dos Deputados, e finalizou no dia 13 de maio, no Senado Federal, como comprovam os documentos). Além disso, foi ela quem sancionou a Lei Áurea. O arquivo é custodiador de tais documentos primários, conforme anexo B, porém, não foi verificado destaque para isso.

## B.2) Categoria voto feminino

O item documento descrito no fundo Federação Brasileira para o Progresso Feminino ocorre em nível de dossiê. Foi observado que o dossiê contém vários itens em papel, impresso e cópias carbonadas de documentos. Escolheu-se a cópia do documento enviado ao Presidente Getúlio Vargas, com proposta de emenda ao anteprojeto de alistamento eleitoral. No referido documento consta informação, escrita a mão, de que cartas com o mesmo teor foram enviados para os Drs. Maurício Cardoso, Assis Brasil e João Cabral.

**Quadro 18: Comparação da descrição com documentos do fundo FBPF**

<b>Categoria</b>	<b>Descrição item documental</b>	<b>Extrato do documento</b>
Voto feminino	“Textos, projetos de decretos e cartas, referentes, a tentativa de garantir o voto feminino através da reforma da lei eleitoral.”	<p>“Exo Sr Dr Getulio Vargas, Chefe Do Governo Provisório</p> <p>A Federação Brasileira para o Progresso Feminino tem a elevada honra de passar as mãos de V. Ex. as inclusas sugestões sobre o ante projecto de alistamento eleitoral, aprovadas em sessão da Directoria e relativas ao voto feminino,</p>

		cuja extensão pleiteamos, nos termos da emenda ora oferecida a alta consideração de V. Exa. [...]  (aa) Bertha Lutz, presidente  Carmem Velasco Portinho, Vice-p  Maria Eugenia Celso – Vice-presidentes [...]
--	--	--

Fonte: Elaboração própria, com base no levantamento de dados.

Esse texto descritivo registra diversos itens documentais. Verificou-se os textos das comunicações enviadas aos deputados e senadores para solicitar apoio aos projetos, os quais tramitavam no parlamento, concedendo direito ao voto para as mulheres. Os documentos são assinados por Bertha Lutz, quando a FBPF era a Liga para a Emancipação Intellectual da Mulher e Liga para a Emancipação da Mulher.

#### Quadro 19: Os documentos na descrição do fundo FBPF

Voto feminino			
<b>Descrição item documental</b>	“Cartas, transcrições de notícias de jornal, anotações, pareceres aos projetos de número 645 de 1921 e de número 695 de 1927, transcrições de debates, recortes de jornal; “Ordem do Dia” do Senado Federal; abaixo-assinados, listagens de parlamentares favoráveis e contrários e transcrição de discurso relativos à institucionalização do voto feminino.”		
<b>Extrato do documento</b>	<table border="1"> <tr> <td>           “Deputado Miguel Calmon                        Confiante na esclarecida orientação Vossa Excellência tomo liberdade em nome da Liga para Emancipação da Mulher solicitar generoso apoio emenda propondo concessão direitos eleitorais à mulher na Comissão Constituição e Justiça Vossa Excellência verá na mesma medida justiça social.                        Agradecimentos atenciosas saudações                        (Ass.) Bertha Lutz                        Presidente”         </td> <td>           “Senador Lopez Gonçalves                        Senado Federal                        Entrando hoje em discussão Senado projecto voto feminino roga a Liga para Emancipação Intellectual da Mulher necessário apoio ilustrado Senador afim que seja aprovado.                        Saudações agradecimentos                        (Ass.) Bertha Lutz                        Presidente”         </td> </tr> </table>	“Deputado Miguel Calmon  Confiante na esclarecida orientação Vossa Excellência tomo liberdade em nome da Liga para Emancipação da Mulher solicitar generoso apoio emenda propondo concessão direitos eleitorais à mulher na Comissão Constituição e Justiça Vossa Excellência verá na mesma medida justiça social.  Agradecimentos atenciosas saudações  (Ass.) Bertha Lutz  Presidente”	“Senador Lopez Gonçalves  Senado Federal  Entrando hoje em discussão Senado projecto voto feminino roga a Liga para Emancipação Intellectual da Mulher necessário apoio ilustrado Senador afim que seja aprovado.  Saudações agradecimentos  (Ass.) Bertha Lutz  Presidente”
“Deputado Miguel Calmon  Confiante na esclarecida orientação Vossa Excellência tomo liberdade em nome da Liga para Emancipação da Mulher solicitar generoso apoio emenda propondo concessão direitos eleitorais à mulher na Comissão Constituição e Justiça Vossa Excellência verá na mesma medida justiça social.  Agradecimentos atenciosas saudações  (Ass.) Bertha Lutz  Presidente”	“Senador Lopez Gonçalves  Senado Federal  Entrando hoje em discussão Senado projecto voto feminino roga a Liga para Emancipação Intellectual da Mulher necessário apoio ilustrado Senador afim que seja aprovado.  Saudações agradecimentos  (Ass.) Bertha Lutz  Presidente”		

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados levantados.

No fundo Senado Federal foi verificada a descrição dos itens documentais relacionados ao voto feminino nas ementas do livro *Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro*. O documento selecionado foi a representação 47/1927, de autoria da FBPF.

**Quadro 20: Comparação da descrição do documento sobre o voto feminino do fundo Arquivo do Senado Federal**

Categoria	Descrição item documental	Extrato do documento
Voto feminino	“Dirige-se aos representantes da Nação, com duas mil assinaturas, solicitando aprovação do Projeto que institui os direitos políticos à mulher e o direito ao voto feminino.”	<p>[...]</p> <p>Não é neste momento, em que 160.000.000 de mulheres são eleitoras, e em que uma dellas preside o Senado da Áustria e outras ingressam, às dezenas aos parlamentos, às centenas, as Assembléias Estaduais, aos milhares, nos Conselhos Municipais, que poderá a América Latina repelir uma das mais nobre conquistas da humanidade. Assim o evidenciam o exemplo do Rio Grande do Norte [...] desfraldando o estandarte da emancipação feminina. [...]</p> <p>Senhores Senadores, no Brasil já há eleitoras e, desde que uma só exista, não há mais motivo para que não sejam eleitoras todas as mulheres habilitadas para exercer direitos idênticos em todo o Brasil.</p> <p>[...]” (BERTHA LUTZ <i>et al</i>, 1927)</p>

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados.

No fundo Arquivo Câmara dos Deputados foram identificados documentos referentes à luta pelo voto feminino, em visita à instituição arquivística. Não se obteve resposta positiva em relação à existência de instrumentos de pesquisa arquivístico com descrição de documentos produzidos ou acumulados pela instituição, especificamente referente ao tema. Verificou-se que está em fase de desenvolvimento uma base de dados com os documentos relacionados à Bertha Lutz, mas ainda não foi finalizada.

O arquivo recupera os documentos pelos inventários, os quais estão organizados por ordem cronológica. Além deles, utiliza a busca pelos Diários e Anais da Câmara. Os inventários estão organizados por ano e internamente por:

amarrado, estante, lata, prateleira, maço em ordem numérica, pasta em ordem numérica. Nos maços, latas e pastas estão organizadas por espécie documental, tais como: requerimento, emendas, ofícios, certidões, petições, projetos, avulsos, relatórios e pareceres. Outros estão organizados por tipologia documental, como: respostas de ministros; ofícios do Senado; pareceres de comissões, entre outros.

Posteriormente, por meio de pesquisa bibliográfica, identificou-se a existência de documentos referente à luta pelo direito político da mulher de votar e ser votada no Arquivo<sup>52</sup>. A partir da posse dessas informações, em outra visita à instituição, os documentos foram recuperados. São eles: carta de autoria de Marianna de Noronha Horta, de 12 de agosto de 1916; carta de autoria de Leolinda de Figueiredo Dalto, de 22 de dezembro de 1916.

**Quadro 21: Extrato dos documentos sobre o voto feminino do fundo Câmara dos Deputados**

Voto feminino	
Extratos dos documentos	<p>“[...] A abaixo assignada, convencida de que a Constituição não faz distinção entre homens e mulheres quando diz que tem o direito do voto todos os brasileiros maiores de 21 anos, vem respeitosa e humildemente pedir a Vossas Excellencias decretem o direito do voto para as mulheres, pondo termo a uma distinção que a lei básica da República não criou. [...]” (MARIANA DE NORONHA HORTA, 1916).</p> <p>“[...] Leolinda de Figueiredo Dalto, cidadã brasileira, maior de 21 anos de idade, professôra cathedratica primaria, jubilada, vem solicitar do Congresso Nacional a elaboração de uma lei que de modo claro e explícito dê à mulher brasileira o direito do voto. [...]” (LEOLINDA DE FIGUEIREDO DALTRO, 1916).</p>

Fonte: Elaboração própria, com base no levantamento de dados.

As análises dos textos descritivos e dos documentos evidenciam que as mulheres desenvolveram diversas ações pelo direito ao voto. As descrições e os documentos demonstram essa ativa atuação das mulheres da FBPF, como também de outra pioneira do movimento feminista brasileiro, como Leolinda Dalto. Além dessas, observa-se a existência da reivindicação do voto feminino por pessoa, fora do contexto do movimento sufragista.

### B.3) Categoria ditadura militar

<sup>52</sup> A identificação dos documentos foi realizada no livro Bertha Lutz, de autoria de Teresa Cristina de Novaes Marques (2016).

A análise dos documentos nesta categoria ocorreu com a comparação da descrição dos itens documentais e dos documentos dos fundos SNI e CAMDE. Nesses fundos foi feita a Análise de Conteúdo de 11 documentos, os quais cumpriram os requisitos.

**Quadro 22: Comparação da descrição com os documentos dos fundos CAMDE e SNI**

Categoria	Descrição item documental	Extrato do documento
Ditadura militar	"Relatórios da CAMDE."	<p data-bbox="788 562 842 591">[...]</p> <p data-bbox="788 622 1356 685">I CONGRESSO SUL-AMERICANO DA MULHER EM DEFESA DA DEMOCRACIA</p> <p data-bbox="788 719 1278 748">Rio de Janeiro 16/22 de abril de 1967</p> <p data-bbox="1038 781 1356 810">Discurso pronunciado por:</p> <p data-bbox="1059 844 1356 873">D. Amélia Molina Bastos</p> <p data-bbox="1080 907 1356 936">Presidente da CAMDE</p> <p data-bbox="788 969 842 999">[...]</p> <p data-bbox="788 1030 1356 1480">Quando, ousadamente, nos propusemos reunir, na Guanabara, representantes de entidades cívicas femininas de todos os países da América do Sul, para que unidas cogitássemos da melhor maneira de constituirmos uma força continental, em defesa da nossa religião, de nossos lares, de nossas pátrias, pareceu-nos sonhar muito alto, um sonho irrealizável. Mas a coragem de algumas, o esforço de todas, a colaboração de nossos bons amigos, que jamais faltaram à CAMDE em suas decisões patrióticas, possibilitaram a realização deste sonho.</p> <p data-bbox="788 1514 842 1543">[...]"</p> <hr/> <p data-bbox="788 1576 842 1606">[...]</p> <p data-bbox="788 1637 948 1666">RELATÓRIO</p> <p data-bbox="788 1700 842 1729">[...]</p> <p data-bbox="788 1760 999 1789">CAMDE-MATRIZ</p> <p data-bbox="788 1823 887 1852">29-8-66</p> <p data-bbox="788 1883 1356 1984">Neste dia teve lugar na Secretária da sede a sessão solene para inaugurar o retrato do General Antonio Molina, fundador da CAMDE.</p> <p data-bbox="788 2018 842 2047">[...]</p>

Categoria	Descrição item documental	Extrato do documento
		<p>DISCURSO DA SRA CORDELIA DE SÁ LESSA, VICE-PRESIDENTE DA CAMDE, NA INAUGURAÇÃO DO RETRATO DO GENERAL MOLINA.</p> <p>[...]</p> <p>Deixando a ativa, não pode o general Molina assistir indiferente à ofensiva comunista [...] E a 14 de junho de 1962, reunindo em uma casa de Ipanema com várias senhoras e senhores e o Vigário da Igreja N.S. da Paz, Frei Leovigildo Balestieri, o qual, ainda hoje, tão benignamente nos abriga nesta casa, fundou a Campanha da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia.</p> <p>[...]"</p>
	<p>Listagem de nomes e entidades, incluindo nomes de sócias fundadoras da CAMDE; [...]</p>	<p>LISTAS DE SOCIAS FUNDADORAS DA CAMDE</p> <p>EM 21-X-1963</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Amélia Molina Bastos</li> <li>2. Adelina Domingues</li> <li>3. Alice Sisson Soares</li> </ol> <p>[...]</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>14. Cordélia Barbosa da Silva de Sá Lessa</li> <li>15. Déa de Azevedo</li> </ol> <p>[...]</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>72. Zaira de Souza Molina</li> <li>73. Zilka de Carvalho Barcellos</li> </ol>
	<p>"[...] atividades de anc, que e funcionaria do saps, servindo no gabinete civil da pr. pessoa que detesta os militares, envia tudo que se passa no palácio do planalto e em outros órgãos do poder executivo, onde possui vasto circulo de amizade e informantes, para o pessoal dos assinados que a procuram constantemente. anc encontra-se trabalhando em uma</p>	<p>MINISTÉRIO DA GUERRA Em 18 MAR 1965</p> <p>GABINETE DO MINISTRO</p> <p>[...]</p> <p>INFORME Nº 131</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ASSUNTO: ANA CALEFFI</li> </ol> <p>[...]</p> <p>- ANA CALEFFI –</p>

Categoria	Descrição item documental	Extrato do documento
	<p>emissora de radio como radialista, profissão que se escuda para poder agir mais livremente na conspiração contra o governo revolucionário. [...]"</p>	<p>Funcionária da SAPS, servidora do Gabinete Civil da Presidência da República, pessoa íntima do pessoal que servia com Juscelino Kubstchek. Mandava no Palácio no governo JK.</p> <p>Tem ligações estreitas com o pessoal que envia informes a JK, sendo uma de suas principais fontes de informações.</p> <p>Tem ligações com Jango e Brizola, assim como com toda a área esquerdista. Detesta os militares, e disso não faz mistério.</p> <p>Encontra-se trabalhando em uma emissora de Rádio, para escudar-se na profissão de radialista, poder agir mais livremente, conspirando contra o governo revolucionário.</p> <p>[...]"</p>
	<p>"[...] ELEMENTO COMUNISTA MARIA WERNECK DE CASTRO.</p> <p>Mwc, comunista, foi intima colaboradora de dr funcionaria das cef sp e cf gb [...]"</p>	<p>"[...]"</p> <p style="text-align: center;">Informe nº 057</p> <p>1. ASSUNTO: Elemento comunista – MARIA WERNECK DE CASTRO</p> <p>2. ORIGEM: Informante</p> <p>[...]"</p> <p>- MARIA WERNECK DE CASTRO</p> <p>Comunista, foi íntima colaboradora de DARCY RIBEIRO, funcionária das Caixas Econômicas de SP e Rio/GB.</p> <p>Esteve requisitada em 1963 para a Presidência da República – chefiava o Gabinete Civil [...]"</p> <p>Desligada Pres Rep [...] 29 jun 64.</p> <p>[...]"</p>
	<p>"[...] mgd, comunista militante, cuja principal área de atuação e a imprensa, onde trabalhava como repórter, no dia da revolução de 1964, foi vista exibindo um revolver dentro do palácio do planalto, dizendo que iria defender jg de qualquer</p>	<p>"NOME: MARIA DA GRAÇA DUTRA (Jornalista)</p> <p>[...]"</p> <p>ACUSAÇÃO – S21</p> <p>- Comunista declarada, mantinha relações</p>

Categoria	Descrição item documental	Extrato do documento
	<p>maneira três dias depois, em companhia de outras pessoas, refugiou-se na embaixada da Iugoslávia, viajando pouco depois, como exilada política, foi citada em edital, perante comissão de inquérito, prestar esclarecimento sobre desvio de dinheiro no palácio do planalto. [...]"</p>	<p>com GARCIA FILHO.</p> <p>(ACUSAÇÃO DE D. CARMINDA CHAVES – no depoimento de S21)</p> <p>OBS: Encontra-se asilada na Iugoslávia.</p> <p>INFORMAÇÃO – Frequentava reuniões de caráter comunista e mantinha ligações com elementos subversivos confessos [...]"</p> <p>ACUSAÇÃO DE FRANCISCA MATIAS DA PAZ – Compareceu ao almoço de despedida do SGT CUBAS transferido [...] os SGT AIMORE [...] frequentava as casas de LAERTE DE PAIVA e NEIVA MOREIRA; obtinha facilidades para as ligações pessoais do ex-Presidente JANGO com LAERTE DE PAIVA [...].</p> <p>Foi citada em Edital para, perante a Comissão de Inquérito, prestar esclarecimento de desvio de dinheiro no Palácio do Planalto. [...]"</p>
	<p>"[...] mcrp e a atual assessora do programa de assistência técnica em educação do nordeste, apesar de não estar qualificada para a função, chefiou equipe desse programa, em alagoas, de 1966 a 1969, confessa se comunista da linha chinesa, na execução dos trabalhos do programa, fez propaganda comunista. [...]"</p>	<p>"[...]"</p> <p>INFORME Nº 200/SNI/ASP</p> <p>[...]"</p> <p>DATA – 12-5-69</p> <p>ASSUNTO – MARIA DO CARMO PRIMIANO</p> <p>[...]"</p> <p>- Atual assessora do Programa de "Assistência Técnica em Educação no Nordeste, desenvolvido com fundos federais, e coordenado no Centro de Pesquisas Educacionais "Professor Queiroz Filho", na Cidade Universitária. Já chefiou (1966/1969) equipe do mesmo programa em Alagoas, apesar de ser professora primária, sem maiores credenciais em competência.</p> <p>- Confessa-se "comunista de linha chinesa". Na execução dos trabalhos do programa pos em realce seus correligionários, e fez propaganda marxista. Combate sistematicamente todos os projetos executados com fundos norte-americano.</p>

Categoria	Descrição item documental	Extrato do documento
	<p>[...]</p> <p>“[...] UNIÃO BRASILEIRA DE MÃES - UBM</p> <p>Dirigentes da ubm, em out 68, desenvolveram intensas atividades com vistas a manifestações ou acontecimentos de realce na área estudantil do rj e sp. Normalmente se reuniam na casa de el ou no convento dos dominicanos no leme. Relaciona-se, também, as prisões ocorridas em ibiuna sp, por ocasião do xxx congresso da ex une, em 68, que culminaram com a morte de um estudante. [...]”</p>	<p>[...]</p> <p>Informe Nº 1.900 / SC 3 (SS 32 / 1.460/ 29 out 68)</p> <p>Classificação: CONFIDENCIAL</p> <p>Objeto: UNIÃO BRASILEIRA DE MÃES (UBM)</p> <p>[...]</p> <p>1. As dirigentes da UBM continuam a promover reuniões semanais, normalmente na casa de ELOISA LINS à [...] ou no Convento dos Dominicanos no Leme. A estas reuniões comparecem normalmente 6 (seis) a 10 (dez) mulheres e os principais assuntos tratados sempre dizem respeito a providências a que devem ser tomadas em relação a qualquer manifestação ou acontecimento de maior realce na área estudantil.</p> <p>[...]</p> <p>3. A prisão dos estudantes do XXX Congresso da Ex-UNE em IBIÚNA (SP), no dia 12 do corrente e as ações decorrentes, deram novo alento às dirigentes da UBM que imediatamente se agitaram e passaram a acompanhar de perto todas as providências policiais tomadas em SP; [...]”</p>
	<p>“[...] wcm, conhecida como elemento de extrema esquerda, saiu de goiás afirmando que iria residir em salvador, ba, juntamente com mg, seu marido. [...]”</p>	<p>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</p> <p>SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES</p> <p>AGÊNCIA DE BRASÍLIA</p> <p>Data – 12 Mai 69.</p> <p>ASSUNTO – WANDA COZETTI MARINHO é conhecida como elemento de extrema esquerda e saiu de Goiás afirmando que iria residir em Salvador (BA), juntamente com seu marido Mário Galvão. [...]”</p>
	<p>“[...] foi identificada como assaltante de banco em são Paulo. Decretada extinta, na 1 auditoria da 2 região militar, [...]”</p>	<p>[...]</p> <p>Nº 193 3 21 de agosto de 1969</p> <p>d. atividades subversivas</p>

Categoria	Descrição item documental	Extrato do documento
		<p>(15) – “Polícia paulista reconheceu em TEREZA ANGELO conhecida entre os terroristas como MARIANA, a jovem que cometeu o assalto no Banco do Comércio e Indústria de São Paulo; no Itaim, terça-feira última. A jovem está sendo procurada pelos meios de segurança e sua fotografia está na lista dos elementos procurados pelo DOPS. [...]”</p>
	<p>“[...] tcdm, amasia do conhecido líder comunista ji, chegou ao Brasil, para um período de férias e, em decorrência, foi ouvida pelo dpf rj acerca da atividades que ambos desenvolvem no exterior. segundo suas pretensões, deverá retornar a europa em 10 de fev 79. [...]”</p>	<p>“SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGENCIA DO RIO DE JANEIRO INFORMAÇÃO Nº 000/116 / ARJ/79 [...] ASSUNTO: TEREZA CRISTINA DENUCCI MARTINS. [...] 1 – A epigrafada, cujo nome está relacionado na lista nº 4 – adendo 4 ao Anexo A da Instrução de referência, é amásia do conhecido líder comunista José Hibraim, estando ambos atualmente radicados na BÉLGICA. 2 – Segundo suas declarações, está no País em gozo de férias, devendo retornar à EUROPA em 10 de Fev 79. [...]</p>
	<p>“[...] ANA LUCIA RODRIGUES SALEM [...] alrs, que militou na apmi, foi amante de jcl, dirigente dessa organização. Em 1968 viajou para a Noruega onde casou com ms. foi presa em 15 abr 75 e posta em liberdade em 22 abr 75. /# nomes:/ # ana lucia rodrigues salem alrs ou ana lucia rodrigues ou ana lucia dias ou ana lucia de almeida rodrigues // jose carlos libanio jcl // murilo salem mr / #/ ação</p>	<p>“PRESIDENCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES GABINETE MEMO Nº 918/SI-Gab Brasília, DF 29 ABR 75 RESUMO DO ASSUNTO: ANA LÚCIA RODRIGUES SALÉM DESPACHO: TOMANDO POR BASE OS DADOS DA CARTA, ANEXA, ENDEREÇADA AO EXMº SR PR, VERIFICAR E INFORMAR URGENTEMENTE A SITUAÇÃO ATUAL DE ANA LÚCIA RODRIGUES SALÉM E AS CONDIÇÕES DE SUA PRISÃO, SE</p>

Categoria	Descrição item documental	Extrato do documento
	popular marxista leninista apml.”	<p>REALMENTE OCORREU.</p> <p>[...]</p> <p>ANA LÚCIA RODRIGUES SALÉM, brasileira, casada com Murilo Salém, ex-funcionária da Embaixada Brasileira na Noruega, de julho de 1971 a fevereiro de 1974, ex-funcionária da Comissão de Compras do Ministério da Aeronáutica em Londres, de junho de 1974 a dezembro do mesmo ano.</p> <p>Chegou ao Brasil, desembarcando de navio no Rio, em 24 de março do corrente ano. Reside na av. [...], Rio, local em que na manhã do dia 15 do corrente mês foi presa por autoridades de Segurança desconhecida [...]. Até agora os seus familiares, [...] apesar de haverem procurado o seu paradeiro junto as Autoridades de Segurança da GB [...] nenhuma notícia tiveram, estando Ana Lúcia em local ignorado. [...].”</p> <p>“PRESIDENCIA DA REPÚBLICA</p> <p>SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES</p> <p>AGÊNCIA RIO DE JANEIRO</p> <p>INFORMAÇÃO Nº 028/16/75 ARJ/SNI</p> <p>A nominada, que em solteira usava os nomes de ANA LÚCIA DIAS, ANA LÚCIA RODRIGUES e ANA LÚCIA DE ALMEIDA RODRIGUES, exerceu atividades subversivas em São Paulo, como militante da APML, até 1968, ano em que viajou para a Europa.</p> <p>Foi amante de JOSE CARLOS LIBANIO, dirigente da APML/SP.</p> <p>Casou-se com Murilo Salém, em 24 ago 1971, na Embaixada do Brasil em OSLO, NORUEGA.</p> <p>Foi presa em 15 abr 1975, pela CISA ESC RCD, em atendimento ao PB Nº 684 de 12/12/74, do CIE, que por sua vez encaminhava solicitação do II Exército neste sentido.</p> <p>Foi conduzida a São Paulo, onde prestou depoimento no DOI / II Exército sobre suas</p>

Categoria	Descrição item documental	Extrato do documento
	<p>“atividades subversivas da militante comunista myl, como professora da fundação getulio vargas, em 1978. Constan dados de qualificação. [...]”</p>	<p>atividades passadas de militante subversiva.</p> <p>Foi posta em liberdade no dia 22 Abr 75.</p> <p>[...]</p> <p>“MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA Em 16 AGO 1978</p> <p>- CISA-</p> <p>[...] INFORMAÇÃO Nº 0693/CISA-RJ</p> <p>[...]</p> <p>MARIA YEDDA LINHARES, [...] casada com JOSÉ ALVES LINHARES, [...] registra inúmeros antecedentes desabonadores.</p> <p>Respondeu a vários inquéritos, sendo um administrativo, e outros Policiais Militares.</p> <p>Foi professora da Faculdade Nacional de Filosofia e Diretora da Rádio Ministério da Educação.</p> <p>Na Faculdade Nacional de Filosofia, respondeu a Inquérito Administrativo pela prática de atos sexuais com aluno no interior da Faculdade. É dada à prática de atos sexuais hetero e homossexuais.</p> <p>Na Rádio Ministério da Educação, desenvolveu intensa atividade de agitação comunista, ligando-se a BRIZOLA, ARRAIS e DARCY RIBEIRO [...].</p> <p>Apesar de conhecidos esses fatos, em 1969, lecionava no Instituto de Ciências Sociais da UFRJ, desenvolvendo alí atividades comuno-contestatórias.</p> <p>Por força de Ato Institucional, foi aposentada em 28 de abril de 1969.</p> <p>Recentemente [...] trabalha como professora conferente na Fundação Getúlio Vargas, [...].”</p>

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados levantados.

A análise comparativa dos documentos permite perceber que nem toda descrição dos fundos arquivísticos confere visibilidade às ações políticas das

mulheres nos textos descritivos dos fundos ou dos itens documentais. Outros, quando fazem, preferem reproduzir olhares, muitas vezes contidos nos documentos, sem uma análise mais ampla do contexto de produção desses documentos.

O fundo CAMDE contém documentos que comprovam as componentes da entidade, com os nomes das mulheres que compuseram a direção da entidade, inclusive da sua presidente, Amélia Molina Bastos. No texto descritivo do fundo e do item documental, essa informação não foi contemplada, só sendo obtida com a leitura do próprio documento.

Nos relatórios da CAMDE consta o discurso (extrato no quadro acima) de Amélia Molina Bastos, que relata a atuação das mulheres no âmbito da América Latina. Consta também o discurso de Cordélia Barbosa da Silva de Sá Lessa, vice-presidente da CAMDE, na solenidade de inauguração do retrato do General Antonio de Mendonça Molina, em 29 de agosto de 1966, na sede matriz dessa entidade. O referido discurso relata a fundação da entidade, seus mentores e a participação de mulheres desde a articulação política. Outro documento contém o nome das sócias fundadoras da CAMDE, quantificando um total de 73 mulheres participantes da sua fundação.

A análise dos documentos possibilitou identificar que as mulheres e as entidades femininas foram monitoradas pela ditadura militar. Até a associação União Brasileira de Mães teve as suas ações vigiadas. Também pode-se observar que a igreja estava dividida em relação ao regime, haja vista o registro de apoio dos Dominicanos do Leme à UBM.

Os textos dos documentos Informe nº 131, Informe nº 057, Acusação SPI nº 24/2/65, Informe nº 200/SNI/ASP, que tratam das ações monitoradas de Ana Caleffi, Maria Werneck de Castro, Maria da Graça Dutra e Maria do Carmo Primiano, demonstram que essas mulheres tiveram um posicionamento contrário à ditadura militar desde a sua instalação. O texto “Elemento Comunista Maria Werneck de Castro” evidencia que, muitas vezes, há uma repetição dos termos usados no documento, sem uma análise maior. Em outra descrição, coloca-se somente a sigla do nome em minúsculo, como no caso “el” para falar de “ELOISA ELINS”, entre outros.

As descrições dos documentos Informe nº 300/SNI/ABSB/1969 e Atividades subversivas, que registram as ações de Wanda Cozetti Machado e Tereza Angelo,

possibilitam perceber a radicalização da luta política. Observa-se que ocorrem registros de ação extremada, com a participação de mulheres como protagonistas.

Nos textos descritivos dos documentos Informe nº 003/116/ARJ/79, Memo nº 0918/GAB/SNI e Informe nº 028/16/79/ARJ/SNI, sobre Tereza Cristina Denucci Martins e Ana Lúcia Rodrigues Salém, não houve cautela na descrição dos documentos. Os termos “amásia” e “amante” contidos nos documentos foram reproduzidos, enquanto outros aspectos relacionados à militância política e às consequências dessa atuação foram ignorados.

A descrição sobre os documentos relacionados à prisão de Ana Lúcia Rodrigues Salém repete o documento produzido por um dos órgãos de segurança do regime militar. Trata-se de dois documentos, um do Gabinete do SNI, que pede esclarecimentos em relação à carta recebida sobre a prisão de Ana, e outro do SNI, Agência Rio de Janeiro, que faz os esclarecimentos solicitados, de forma a justificar a prisão.

A análise do texto descritivo em comparação com os documentos possibilitou verificar que a descrição do texto deu preferência às informações contidas no documento da Agência Rio de Janeiro do SNI, no qual consta explicitamente “Foi amante de JOSE CARLOS LIBANIO, dirigente da APML/SP”, entre outras informações.

A descrição do documento sobre Maria Yedda Linhares foi mais cuidadosa. O documento relata as atividades de Maria Yedda de forma tendenciosa e com tentativa de descredenciá-la profissional e moralmente pelo seu posicionamento político contrário ao regime. Nessa descrição, tais relatos não são simplesmente reproduzidos.

Observa-se que as mulheres, tanto as que deram apoio e sustentação social ao regime militar, quanto aquelas que foram contrárias e atuaram em oposição, tiveram posicionamentos políticos evidenciados também pelos registros documentais. Assim, infere-se que as mulheres estavam presentes e ativas nas lutas durante o período da Ditadura Militar, o que nem sempre é evidenciado pelas descrições contidas nos instrumentos de pesquisa dos arquivos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, buscou-se analisar em que medida os instrumentos de pesquisa produzidos nos arquivos públicos brasileiros reforçam ou tendem a reforçar a invisibilidade da mulher na vida política do país. Para tanto, a pesquisa adotou diferentes estratégias de verificação.

Adotou-se como hipótese o papel desempenhado pelas mulheres na vida política do Brasil, já demonstrado em vários estudos, não encontra representação na descrição arquivística, ou seja, nos instrumentos de pesquisa elaborados pelos arquivos públicos brasileiros.

Foi desenvolvido um estudo exploratório, em autores e autoras pesquisadoras do assunto em Ciência da Informação, Arquivologia, Ciências Sociais, História e Ciência Política. Da mesma forma, foram mapeados os fundos de arquivo sobre e relacionados às mulheres, bem como foram levantados os instrumentos de pesquisas das instituições: Arquivo da Câmara dos Deputados, Arquivo do Senado Federal e Arquivo Nacional.

Foram definidos dois *corpora* para a Análise de Conteúdo dos textos selecionados para o estudo. Foi analisado o primeiro *corpus*, constituído pela descrição dos fundos arquivísticos. Em seguida, analisou-se comparativamente o segundo *corpus*, composto pela descrição dos itens documentais com os respectivos documentos, adotando-se três categorias de análise: abolição da escravidão, voto feminino e ditadura militar.

A descrição arquivística, de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística do ICA e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística do CONARQ, objetiva identificar, explicar o contexto de produção e o conteúdo de documentos arquivísticos para possibilitar o acesso e o compartilhamento de informações. A descrição é uma representação dos documentos e abrange todo elemento de informação em qualquer estágio da gestão documental. Procede do geral para o particular, como consequência da adoção do princípio de respeito aos fundos.

A descrição resulta em instrumentos de busca ou de pesquisa, os quais consistem em ferramentas de acesso à informação, pois permitem a identificação, a localização ou a informação constante no documento. Observa-se que, apesar das

indicações das normas para o desenvolvimento da descrição, não ocorre o mesmo com a criação de instrumentos de pesquisa, o que talvez possa ocasionar o não incentivo para que instituições arquivísticas produzam seus instrumentos.

Além disso, somente a adoção do princípio de respeito aos fundos na descrição, não é suficiente para garantir o acesso à informação, portanto os instrumentos de pesquisa desempenham um relevante papel para o acesso aos registros. Cabe resgatar aspecto relativo aos fundamentos da descrição arquivística, anteriormente abordado: a descrição construída a partir da delimitação de fundos, atividades e funções das entidades produtoras nem sempre garante visibilidade a documentos relevantes para o estudo de algumas temáticas, o que pode, e deve, ser minimizado com a elaboração de catálogos e repertórios.

Os estudos bibliográficos favoreceram a percepção de que existe um elemento comum, a escrita, no surgimento dos arquivos e das sociedades patriarcais. Nessas sociedades, os homens são portadores dos valores sociais, ocupam os lugares públicos e as mulheres desempenham as ações de forma subordinada e estão mais vinculadas aos espaços privados. Esse pensamento também perpassa as instituições, inclusive as arquivísticas. No entanto, observou-se que as mulheres têm ocupado espaços antes não permitidos para elas.

Os estudos sobre a participação das mulheres nos acontecimentos importantes da vida social brasileira, considerando o quadro temático desta pesquisa - Escravatura e Abolição do Trabalho Escravo no Brasil; o direito ao voto feminino no Brasil e a Ditadura Militar de 1964 a 1985 -, constataram que elas estiveram presentes em todos esses episódios. No espaço temporal deste estudo foi possível observar que houve alteração do papel da mulher na sociedade.

Identificou-se que houve ações protagonizadas por mulheres na luta contra a Escravatura e na Abolição. Elas participaram das revoltas contra a Escravidão, da organização de quilombos, da compra de suas liberdades e do movimento abolicionista. Nesse sentido, há indicações de que as mulheres participaram desde o início da luta antiescravista. Elas atuaram nas rebeliões, como Luiza Mahin, mãe do abolicionista Luís Gama, cuja casa foi o ponto de resistência da revolta dos escravos Malês, na Bahia, em 1835. Igualmente, as mulheres resistiram à escravidão nos quilombos por diversas províncias. Além disso, compravam as alforrias para garantir suas liberdades, como fizeram as escravas quitandeiras e ganhadeiras, entre outras.

No movimento abolicionista, as mulheres estiveram presentes nos vários clubes abolicionistas, os quais, alguns deles, eram compostos somente por mulheres. Da mesma forma, elas atuaram no movimento abolicionista não somente no Rio de Janeiro e São Paulo, mas por várias províncias do Império. Além disso, consta que elas participaram do movimento que ocasionou a primeira Abolição da Escravatura no país, na província do Ceará, em 1884, quatro anos antes da lei nacional, a Lei Áurea.

O modo como atuaram foi como simples participantes, como dirigentes dos clubes abolicionistas, como apoio na estrutura. Foram também oradoras, cantoras e musicistas nas conferências abolicionistas, como fez Luísa Regadas e Chiquinha Gonzaga. Ademais, deram cobertura às ações de fugas de escravos e escravas, com colaboração individual ou em grupo. Tiveram destacado papel nas campanhas de arrecadação para compras de alforrias, entre outras. Percebeu-se que foi no movimento abolicionista que as mulheres, de forma coletiva, saíram do espaço privado e adentraram o espaço público para participarem da política.

As mulheres persistiram na ocupação do espaço público. Foi observado que a luta das mulheres pelo direito ao voto feminino no Brasil ocorreu desde o século XIX. As primeiras manifestações foram individuais, lideradas por algumas mulheres, especialmente na imprensa dirigida e produzida por elas. Alguns nomes delas são: Francisca Senhorinha da Motta Diniz, no jornal "O Sexo feminino", e Josefina Alvares de Azevedo, no jornal "A família". Diversas eram também abolicionistas.

Há indicações de que as mulheres adotaram diferentes estratégias para garantir o voto feminino. Entre as estratégias, cita-se o requerimento na justiça solicitando o alistamento eleitoral, haja vista a Constituição de 1891 não mencionar as mulheres, e as passeatas, como a organizada por Leolinda Figueiredo Daltro e o Partido Republicano Feminino - PRF, nas ruas do centro do Rio de Janeiro, em 1917. Daltro já tinha criado o PRF, em 1910, um partido político no qual seus membros, as mulheres, não tinham direitos políticos, mas reivindicavam pelo voto feminino como centro de atuação política. Todas essas ações foram ousadas para a época. As mulheres do movimento sufragista atuavam e tentavam influenciar os parlamentares federais, o poder executivo federal e outras autoridades a alterarem a legislação eleitoral.

No início do século XX, a reivindicação do voto feminino tomou um impulso maior, em razão das conquistas do voto em outros países. Isso influenciou e deu

força para o movimento sufragista, quando foram criadas diversas entidades associativas com foco na conquista do voto feminino. Foi no contexto dessa luta que foram criadas a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com Bertha Lutz à frente, a Liga das Eleitoras Mineiras, organizada por Mietta Santiago, a Aliança Nacional de Mulheres, criada por Natércia Silveira Pinto da Rocha. Infere-se que a criação dessas entidades favoreceu a conquista do voto feminino em 1932 e 1934.

Em relação à participação das mulheres na Ditadura Militar de 1964 a 1985, ainda de acordo com o levantamento bibliográfico, ela ocorreu de forma diversa e ativa. As mulheres colaboraram com a conspiração anticomunista contra o governo do Presidente João Goulart, ajudaram a organizar a “Marcha da família com Deus pela liberdade” e deram sustentação social ao regime militar instalado. Por outro lado, também foram para as ruas em oposição e participaram de vários grupos de esquerda e organizações políticas contra o regime, além de atuarem nas guerrilhas urbana e rural. As sobreviventes foram para a clandestinidade e exílio. Observou-se que elas também criaram o Movimento Feminino pela Anistia, destinado às vítimas do regime, em 1975, durante o Ano Internacional da Mulher, decretado pela ONU. Estiveram atuantes também pela redemocratização do país.

O mapeamento dos fundos arquivísticos sobre e relacionados às mulheres, bem como o levantamento dos instrumentos de pesquisa correspondentes trouxeram como resultado a identificação de que existem instrumentos de pesquisa que contêm informações sobre mulheres em nível de fundo e item documental nos arquivos pesquisados. Os instrumentos de pesquisa são: Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual, Sistema de Informações do Arquivo Nacional, Banco Dados Memórias Reveladas, Catálogo de Documentos Históricos do Arquivo do Senado Federal – 1822 a 1992 e Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826 – 2004.

Entretanto, nos instrumentos de pesquisa que registram informações em nível de fundo arquivístico, verificou-se um resultado não satisfatório para a ocorrência de fundos com nomes femininos ou questões femininas. No Guia África, constatou-se a ocorrência de um fundo com nome feminino vinculado à Escravatura e nenhum fundo vinculado à Abolição da Escravatura. Na base SIAN, que hospeda 941 fundos publicados, estão registrados 25 fundos, dos quais três são de entidades coletivas relacionadas às mulheres. No Memórias Reveladas foram identificados 118 fundos

de custódia do Arquivo Nacional. Destes, 12 são fundos com nomes femininos ou relacionados, já constantes, quase todos, na base SIAN. A partir desse dado, constata-se uma certa desproporcionalidade.

Para desenvolver a análise comparativa entre a descrição dos fundos de arquivo e os documentos correspondentes nos instrumentos de pesquisa, foram definidos dois *corpora* para a Análise de Conteúdo. O primeiro analisou as descrições dos fundos e o segundo analisou a descrição dos itens documentais com o respectivo documento, conforme explicitado anteriormente.

A análise da descrição dos fundos do Guia África, relativo à categoria abolição da escravatura, evidenciou a existência de documentos que abordam as tentativas das mulheres escravas reivindicarem por suas liberdades. Também há registro de reuniões para possíveis rebeliões. No entanto, em alguns textos desse instrumento de pesquisa, não há uma linguagem que permita identificar ambos os sexos como protagonistas das atuações. Isso traz uma invisibilidade para as atividades desenvolvidas pelas mulheres, pois acaba prevalecendo uma linguagem que dá ênfase somente às ações masculinas.

O resultado do levantamento de fundos arquivísticos apontou um único fundo relativo à luta da mulher pelo direito político do voto. Trata-se do fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de custódia do Arquivo Nacional. O fundo FBPF está hospedado na base SIAN. Desenvolveu-se a Análise de Conteúdo do texto na categoria voto feminino.

A análise da descrição do fundo aborda as várias ações desenvolvidas pela FBPF e pela militância da Bertha Lutz, como a conquista do voto feminino. Destaca-se a abordagem feita em torno do estilo de militância desenvolvido pela entidade, ao atuar em alianças com os poderes constituídos em prol dos interesses das mulheres. Ao que parece no texto, essas alianças possibilitaram a conquista do voto feminino, através do decreto do Presidente Getúlio Vargas, que mudou o Código Eleitoral em 1932, prevendo o voto para as mulheres e a consolidação na Constituição de 1934. Entretanto, constata-se que o referido fundo se refere somente a uma parte dessa luta do movimento sufragista brasileiro.

A análise da AC na categoria ditadura militar apontou descrições dos fundos arquivísticos no Banco de Dados Memórias Reveladas e na base SIAN. A descrição do fundo Campanha da Mulher pela Democracia não cita nenhuma mulher envolvida, mesmo com a articulação política de criação da CAMDE. No texto são

citados nominalmente todos os homens mentores da criação da entidade. Isso permitiu identificar que ocorreu invisibilidade das ações políticas das mulheres componentes da entidade, as quais articularam a criação da CAMDE.

A análise da descrição dos fundos pessoais femininos indicou a atuação política das mulheres, seja participando em movimento contestatório contra o regime, seja em uma atuação individual mais direta, como fundadora do partido de oposição, ou como militante em organização clandestina. Além disso, foram identificados registros sobre o movimento feminino pela anistia.

A análise comparativa entre a descrição dos itens documentais e os respectivos documentos comprova que nem sempre a atuação das mulheres foi descritas de forma adequada. Algumas delas evidenciam a necessidade de reformulação dos textos pelos profissionais que desenvolveram a descrição arquivística.

Em relação à análise comparativa dos documentos do Catálogo de Documentos Históricos do Arquivo do Senado Federal, relacionados com a categoria abolição da escravatura, observou-se que o Projeto de Lei que declara extinta a Escravatura no Brasil, enviado para a Câmara dos Deputados, ocorreu na regência da Princesa Isabel, no dia 8 de maio de 1888, e foi finalizado no Senado Federal, em 13 de maio de 1888, conforme os registros documentais identificados. Chama-se atenção para a celeridade no processo de tramitação do projeto nas duas Casas Legislativas.

A pesquisa também identificou o documento de assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel. Entretanto, apesar de ter sido um documento que aboliu a Escravidão no Brasil, tal feito não está destacado no instrumento de pesquisa do arquivo e não há citação sobre o documento no referido catálogo.

A escravidão no Brasil durou mais de 300 anos e sua abolição foi um feito relevante, importante contra as elites conservadoras e escravistas do país. Pela análise dos documentos, é possível inferir que a Princesa Isabel teve um papel fundamental na aprovação célere do projeto de lei. Nesse sentido, destaca-se que o documento de assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel precisaria de maior visibilidade.

Na análise dos documentos relativos ao voto feminino, no fundo FBPF, constatou-se que essa entidade enviou cartas aos parlamentares, tanto do Senado Federal quanto da Câmara dos Deputados. Além disso, foram enviadas cartas ao

Presidente Getúlio Vargas e a outras autoridades que poderiam influenciar a conquista do voto feminino.

Ressalta-se a representação 47/1927, de autoria da FBPF, que enviou ao Senado Federal um abaixo-assinado com duas mil assinaturas solicitando aprovação do projeto de lei que instituía o direito ao voto feminino. O referido documento é de custódia do fundo Arquivo do Senado Federal e está representado no livro *Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004* e no *Catálogo de Documentos Históricos do Arquivo do Senado Federal*.

Ainda em relação ao voto feminino, constam documentos que tratam desse pleito, de custódia do fundo Câmara dos Deputados, sem que os mesmos estejam representados em instrumentos de pesquisa. Apesar de não ser possível fazer a análise comparativa, os documentos são relevantes e demonstram as atuações de mulheres em favor do voto feminino. Essa é a situação das cartas de Marianna de Noronha Horta e de Leolinda de Figueiredo Daltro, de 1916. Elas também reivindicavam legislação com previsão do direito ao voto feminino. Cabe destacar que Leolinda Daltro foi uma ativista precursora do movimento feminista brasileiro.

Diante do exposto, infere-se que as três instituições arquivísticas custodiam documentos que comprovam a luta da mulher pelo direito político de votar e de ser eleita de forma paritária com os homens. Entretanto, nem todos os documentos estão representados em instrumentos de pesquisa que facilitem o acesso, causando dificuldade para a recuperação de tais acervos.

Na categoria ditadura militar, a comparação dos documentos ocorreu com os itens documentais descritos nos fundos CAMDE e SNI. Observou-se que na descrição do fundo CAMDE há uma ocultação das ações das mulheres dessa entidade feminina. Na análise comparativa dos documentos de CAMDE ficou evidenciada a participação das mulheres desde a concepção e articulação política para criação da entidade. Na análise do relatório da entidade de 1966 consta o discurso da vice-Presidente da CAMDE, que cita os homens envolvidos, como também as mulheres, embora sem citá-las nominalmente.

Outro documento que permitiu verificar a participação das mulheres foi a lista de sócias da CAMDE. A relação contém os nomes das 73 mulheres, sócias fundadoras. Os documentos comprovam que, afinal, a entidade é de mulheres. Mais um documento que permitiu verificar a articulação política dessas mulheres foi o

pronunciamento da presidente da CAMDE, no I Congresso Sul-americano da Mulher em Defesa da Democracia, em 1967. Essa atividade demonstrou a articulação dos setores conservadores não só no Brasil, mas na América Latina, com a ação ativa das mulheres da CAMDE.

A análise dos textos dos itens documentais e dos documentos comprova que, algumas vezes, os documentos são descritos sem uma análise maior do contexto de produção documental. No fundo SNI, constatou-se que, nas descrições dos itens documentais relacionados às mulheres que foram vigiadas, ocorre o uso de termos como “amante”, “amásia”, que reflete um pensamento dominante de desvalorização da mulher. É preocupante vê-lo reproduzido na descrição arquivística.

Por outro lado, também foi observado que, apesar do documento produzido pelo regime militar tentar desqualificar a mulher envolvida na oposição ao regime, descredenciando-a profissional e moralmente no documento, a descrição foi produzida com uma cautela maior. Esse dado demonstra a parcela de subjetividade de quem faz a descrição, ou seja, do ou da arquivista.

Nem toda descrição dos fundos arquivísticos contidos nos instrumentos de pesquisa do estudo conferem visibilidade para as ações políticas desenvolvidas pelas mulheres. Algumas descrições dos itens documentais sobre as atividades políticas praticadas pelas mulheres buscam enfatizar a questão moral e os costumes, chamando atenção de forma conservadora, para a indicação de quebra de padrão do comportamento feminino.

Os resultados confirmam que o papel desempenhado pelas mulheres na vida política do Brasil nem sempre encontra sua representação na descrição arquivística, ou seja, nos instrumentos de pesquisa elaborados pelos arquivos públicos do país. Destaca-se que esse resultado converge com estudos recentes que problematizam as representações das informações em arquivos e bibliotecas que calam as minorias.

Os arquivos são instituições que custodiam fontes documentais e que comprovam rastros de memória da sociedade, viabilizando a percepção das mudanças nela ocorridas. A representação desses acervos em instrumentos de pesquisa que facilitem o acesso, consiste em construção perpassada por valores sociais, inclusive com aspecto subjetivo de julgamento do que deve ser destacado ou esquecido. Cabe evidenciar, nesse sentido, a responsabilidade social dos

arquivos ao decidirem quais documentos terão sua visibilidade facilitada com a descrição nos instrumentos de pesquisa.

Assim, a prática arquivística da descrição requer um olhar ampliado, que não marginalize ações de grupos sociais considerados não merecedores de serem lembrados, tais como as mulheres, para não ocasionar a invisibilidade dos seus feitos como participantes da dinâmica social e política do país.

## 8 RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa sugere desdobramentos acerca da temática sobre a representação da mulher nos arquivos. Para tanto, indica alguns estudos:

- Aprofundar a pesquisa relacionada às representações descritivas sobre as mulheres no fundo arquivístico Serviço Nacional de Informações de custódia do Arquivo Nacional.
- Analisar a descrição relacionada à participação das mulheres no processo Constituinte de 1987/1988, que culminou na Constituição Federal de 1988 a qual prevê a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres no país.
- Aprofundar a análise a respeito da normatização descritiva, indicada pelos conselhos arquivísticos da área, para a descrição de arquivo; e verificar se a mesma contempla toda a diversidade social, com a qual os criadores e acumuladores de documentos mantêm relação para cumprir com os seus objetivos.
- Analisar a descrição relativa às mulheres em outras instituições arquivísticas no país.

## REFERÊNCIAS

ALBERCH-FUGUERAS, Ramon. **Archivos: entender el pasado, construir el futuro**. Barcelona: Editorial UOC, 2013.107p.

ALMEIDA, Agassiz. **A ditadura dos generais: estado militar na América Latina: o calvário da prisão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 529p.

ALONSO, Angela. Associativismo *avant la lettre* – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. *Sociologias*. a. 13, n. 28, set./dez. 2011, p. 166-199. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222011000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300007). Acesso em: 9 jul. 2019.

ALVES, Castro. **Os escravos**. Porto Alegre: L&P Editores, 2009. 134p.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta das mulheres pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos; 44). 77p.

ARANTES, Aldo. **Alma em fogo**. São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois, 2013. 489p.

ARAÚJO, Clara. Feminismo e Poder Político, uma década depois. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo, São Paulo: Editora Horizonte, 2012.164p.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Pensamento marxista na arquivologia, na biblioteconomia, na museologia e na ciência da informação. In: MARQUES, Rodrigo Moreno; RASLAN, Filipe; MELO, Flávia; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr (Orgs.). **A informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 253p.a

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília/DF: Briquet de Lemos, São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação, 2014.200p.b

ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de; ALBUQUERQUE, Sérgio Farias. Métodos, Técnicas e Instrumentos de Organização e Gestão da Informação nas Organizações. In: BAPTISTA, Dulce Maria ; ARAÚJO JÚNIOR, R.H.(Org.). **Organização da informação: abordagens e práticas**. Brasília, DF: Thesaurus, 2015. 251p.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais – um relato para a história**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL. **Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual: Fontes Arquivísticas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988. (Volume 2: Rio de Janeiro – Sergipe). 1296p.

ARQUIVO NACIONAL.. **Inventário de Instrumento de Pesquisa**. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/consulta-ao-acervo/instrumentos-de-pesquisa.html>. Acesso em: 30 jul. 2017.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

AZEVEDO, Débora Bithiah; RABAT, Marcio Nuno (Organização e textos). **Palavra de Mulher: oito décadas do direito de voto**. 2. ed. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/7367>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BARBADILLO ALONSO, Javier. **Las normas de descripción archivística: que son y cómo se aplican**. Gijón, Espanha: Ediciones Trea. 2011.190p.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. 279p.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 2. A experiência vivida. 2. ed. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. 500p.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 1. Fatos e Mitos. 4ª ed. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 310p.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4. edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 318p.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

BERCHT, Verônica. **Coração Vermelho: a vida de Elza Monnerat**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois, 2013.252p.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. 227p.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.) **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. 190p.

BRASCHER, Marisa; CARLAN, Eliane. Sistemas de organização do conhecimento. In: ROBREDO, Jaime; BRASCHER, Marisa. (Orgs.). **Passeios no Bosque da**

**Informação:** Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento. - EROIC. Brasília, DF: IBCT, p.147-176, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/36/1/eroic.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº1, de 9 de abril de 1964.** Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Brasília – DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm). Acesso em: 4 fev. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.** Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm). Acesso em: 11 fev. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966.** Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-03-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm). Acesso em: 3 mar. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966.** Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discursão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-04-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm). Acesso em: 3 mar. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm). Acesso em: 3 mar. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório.** Brasília: CNV, 2014. Recurso eletrônico (976 p.) (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). ISBN 978-85-85142-64-3. Disponível em: [http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com\\_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf). Acesso em: 21 fev. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos.** Brasília: CNV, 2014. Recurso eletrônico (1996p.). (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3). ISBN 978-85-85142-66-7. Disponível em: [http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com\\_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume\\_3\\_digital.pdf](http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_3_digital.pdf)

[ager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume\\_3\\_digital%20mortos%20e%20desaparecidos.pdf](#). Acesso em: 3 mar. 2019.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Rio de Janeiro, DF: Diário Oficial da União, 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro, DF: Diário Oficial da União, 16 jul. 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro, DF: Diário Oficial da União, 19 set 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em 19 jun. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 5 out 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 21.076**, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Diário Oficial da União, 26 fev.1932. p. 3385. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em:13 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 22.696**, de 11 de maio de 1933. Aprova as instruções para a execução do decreto nº 22.653, de 20 de abril de 1933, que fixa o número e estabelece o modo de escolha dos representantes de associações profissionais que participarão da Assembleia Nacional Constituinte. Diário Oficial da União, 13 mai.1933. p. 9339. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22696-11-maio-1933-517785-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v.42, n.5, p.351-360, 1991. Disponível em: <http://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Considerações (feministas) sobre a temática de gênero nos arquivos e na Arquivologia. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês; ROMEIRO, Nathália Lima (org.). **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. 618p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro**, v.1, p.11-17, 2003.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142p.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015. 344p.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. 591p.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/54/47>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CARRASCO, Laís Barbudo. **Integração de conceitos culturais heterogêneos em ambientes digitais do patrimônio cultural: harmonização de modelos conceituais**. 2019. 146f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2019. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/carrasco\\_lb\\_dr\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/carrasco_lb_dr_mar.pdf). Acesso em: 29 dez. 2019.

CARVALHO, Jose Murilo. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 276p.

CARVALHO, Jose Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 226p.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminismo ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. 336p.

CASTRO, Mary G. Marxismo, feminismo e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**, n.11, p.98-109, 2000. Disponível em: <  
[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie59Dossie%205.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie59Dossie%205.pdf)>. Acesso em: 07 de mar de 2017.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle *et al*. Introdução. Questões de gênero nas Ciências Sociais “normasculas”. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle *et al* (Orgs.). **O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. Tradução Lineimar Pereira Martins. São Paulo: Editora Unesp; Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 2014. 584p.

CHANTLER, Khatidja; BURNS, Diane. Metodologias feministas. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (orgs.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Tradução Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 471p.

CHILLING, Flávia. **Entre memórias, entre arquivos**: por que não falar sobre o exílio? Estudos Feministas, Florianópolis, v.23, n.3, p.991-999, setembro/dezembro, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41945/30516>. Acesso em: 03 jan. 2020.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **Revista do Departamento de História e Ciências Sociais – OPSIS**, Catalão, v.15, n.2, p.370-383, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33836/20058#.VvqudzGKaC4>. Acesso em: 3 abr 2019.

COLOMBO, F. **Os arquivos imperfeitos**: memória social e cultura eletrônica. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

CONGRESSO NACIONAL. **Resolução nº 4, de 28 de novembro de 2013**. Torna nula a declaração de vacância da Presidência da República efetuada pelo Presidente do Congresso Nacional durante a segunda sessão conjunta de 2 de abril de 1964. Diário Oficial da União, de 29 novembro de 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescon/2013/resolucao-4-28-novembro-2013-777488-publicacaooriginal-142050-pl.html>. Acesso em: 22 fev. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: [http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/isad\\_g\\_2001.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf). Acesso em: 10 jul. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2. ed. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: [http://conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/isaar\\_cpf.pdf](http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/isaar_cpf.pdf). Acesso em: 11 jun. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF**: Norma Internacional para Descrição de Funções. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em: [http://conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/ISDF.pdf](http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/ISDF.pdf). Acesso em 10 jul. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDIAH**: Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: [https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS\\_2008\\_Guidelines\\_ISDIAH\\_First-edition\\_PT.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2008_Guidelines_ISDIAH_First-edition_PT.pdf). Acesso em: 11 jul. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: [http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/nobrade.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf). Acesso em: 10 jul. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas**. Dezembro, 2000. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/publicacoes-tecnicas/37-publicacoes/477-diretrizes-gerais-para-a-construcao-de-websites-de-instituicoes-arquivisticas.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

COOK, Michael. Desenvolvimentos na Descrição Arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.20, n.1-2, p.125-132, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/45318>. Acesso em: 10 jul. 2019.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v.11, n.21, p.129-149, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>. Acesso em: 10 jul. 2019.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.123-148, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CORREIA, Elza, Argolo; ARAS, Lina Maria Brandão. A participação das mulheres no movimento feminino pela anistia – um estudo sobre o núcleo baiano. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11&13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2017. Disponível em : [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498390317\\_ARQUIVO\\_ElzaArgoloCorreia.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498390317_ARQUIVO_ElzaArgoloCorreia.pdf). Acesso em : 3 marc.2019.

COSENZA, Gilse Maria Westin. Depoimentos. *In*: BUONICORE, Augusto César. (Sup. ). **Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)**. São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois, 2014.

COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala à Colônia**.5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 552p.

COSTA, Myriam de Oliveira. Depoimentos. *In*: BUONICORE, Augusto César. (Sup. ). **Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)**. São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois, 2014. 414p.

COSTA, Fernanda C. da Silva; ALVES, Danelle; SILVA, Laelson Felipe da. Competência Crítica em Informação e empoderamento das mulheres: revisando e entrelaçando conceitos. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (Orgs.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018, 526p. Disponível em: [https://www.acb.org.br/wp-content/uploads/2018/08/LIVRO-COMPLETO\\_16.10.2018-1.pdf](https://www.acb.org.br/wp-content/uploads/2018/08/LIVRO-COMPLETO_16.10.2018-1.pdf). Acesso em: 5 jul.2019.

COX, Richard J. La valoración como un acto de memoria. **Tabula**, v. 2, n. 6, p. 51-74, 2003.

CUNHA, Murilo Bastos.; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos. 2008. 451p.

CUNNINGHAM, Adrian. **O Poder da Proveniência na Descrição Arquivística**: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR(CPF). Acervo, Rio de Janeiro, v. 20, n.1-2, p.77-92, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/107485>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Archivística**: gestión de documentos y administración de archivos. Madri: Alianza Editorial, 2012. 357p.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DEL PRIORI, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010. 319p.

DEL PRIORI, Mary. **Apresentação**. In: DEL PRIORI, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla. (Coord. textos). História das mulheres no Brasil. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.678p.

DIAS, Karla Cristina Oliveira; LIMA, Francisca Rosimere Alves. Levantamento das produções sobre mulheres e relações de gênero nos artigos de periódicos em Ciência da Informação. In: Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação. **Anais...**, Belo Horizonte, 2012. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**. V.3, n.2, 2013. Disponível em : [www.portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/index](http://www.portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/index). Acesso em: 03/06/2019.

DINIZ, Edinha. Chiquinha Gonzaga: uma história de vida. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A CONQUISTA DO ESTADO: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. **Arq.&Adm.**, p.14-33, abr1982/ago1986. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/19306>. Acesso em: 10 jul. 2019.

DURANTI, Luciana. **Origen and Development of the Concept of Archival Description**. Archivaria, n.35, 1993, p.47-54. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11884/12837>. Acesso em: 24 jul. 2019.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>. Acesso em: 10 jul. 2019.

DURANTI, Luciana. **Comments on “Records in Context” Issued by InterPARES Trust**. December, 2016. Disponível em: [https://interparestrustblog.files.wordpress.com/2016/12/interparestrust\\_comments\\_on\\_i\\_c\\_final2.pdf](https://interparestrustblog.files.wordpress.com/2016/12/interparestrust_comments_on_i_c_final2.pdf). Acesso em: 10 jul. 2019.

EASTWOOD, Terry. Um domínio contestado. A natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In: EASTWOOD, Terry.; MACNEIL, Heacher.(Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Trad. Anderson Bastos Martins. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. 346p.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9. ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

EVANS, Frank B. Prefácio. In: ROUSSEAU, Jean-Yves.; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa, 1998. 356p.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013. 256p.

FONSECA, Vitor Manoel Marques. Tendência da normalização nas práticas de descrição arquivística. In: FREITAS, Lídia Silva; MARCONDES, Carlos. Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. (Orgs.). **Documento: gênese e contexto de uso**. Niteroi: EDUFF, 2010. 266p.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9. ed. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Tópicos). 541p.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2008. 80p.

FRANCO, Shirley Carvalhêdo. **Sobrevivendo ao mito da destruição total: os arquivos da Guerrilha do Araguaia**. Curitiba: Editora Appris, 2014.

FUCHS, Isabela Marques. Movimento Feminino pela Anistia: sua memória gráfica e seus impasses. **Revista Ágora**. Vitória, n.28, p.28-42, 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/agora/article/viewFile/21622/15962>. Acesso em: 11 abr. 2019.

FURTADO, Ana Cristina Rodrigues. **O narrar e o contar-se: a trajetória de vida de mulheres que foram militantes políticas no período da Ditadura Militar no Brasil.** 2018. 155f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018. Disponível em:

[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UF CG\\_6665a65cb40296f04014698c1cc00266](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UF CG_6665a65cb40296f04014698c1cc00266).

Acesso em: 19 fev. 2019.

GAGNOM-ARGUIN, Louise. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística: Considerações históricas. *In*: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.356p.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada: as ilusões armadas.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Col. Ditadura vol.1.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. 200p.

GOMES, Laurentino. **1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da república no Brasil.** São Paulo: Globo, 2013.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37p. (Projeto como fazer: v.2).

GOUGES, Olympe. Os Direitos da Mulher e da Cidadã. Florianópolis, **Revista Internacional e Interdisciplinar Interthesis**, v. 4, n. 1, jan/jun, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-Estado na Antiguidade Clássica. *In*: PINSKY, Jaime.; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **História da Cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003. 591p.

GUEGUEN, Gretchen; FONSECA, Vitor Manoel Marques da; PITTI, Daniel V.; GRIMOÛARD, Claire Sibille . Para um Modelo Conceitual Internacional de Descrição Arquivística. **ACERVO**, v.26, n.2, p.100-116, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/107931>. Acesso em: 11 jul. 2019.

GURGEL, Antonio de Pádua. **A rebelião dos estudantes.** Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2002. 299p.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940.** Tradução Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 445p.

HAHNER, June Edith. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937.** Tradução Maria Theresa P. de Almeida, Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981.

HEDSTROM, Margaret. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather(Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução Anderson Bastos Martins. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. 346p.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General**. Teoría y Práctica: Actualizada y aumentada. 5. ed. Sevilla: Gráficas del Sur, 1991.

HOSBBAWM, E. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jaz. 3.ed. Tradução Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Statement of Principles Regarding Archival Description. **Archivaria**, n. 34, summer, 1992. Disponível em: <https://archivaria.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11837/12789>. Acesso em: 10 jul. 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **History of ICA/CDS**. Committee on Descriptive Standards. 2000. Disponível em: [file:///C:/Users/Win10/Documents/representação%20da%20informação/ICA\\_CDS%20\\_0\\_%20History.comissão%20descrição.pdf](file:///C:/Users/Win10/Documents/representação%20da%20informação/ICA_CDS%20_0_%20History.comissão%20descrição.pdf). Acesso em: 12 jul. 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Multilingual Archival Terminology**. 2014. Disponível em: <http://www.ica.org/en/online-resource-centre/multilingual-archival-terminology>. Acesso em: 10 jul. 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Experts Group on Archival Description. **Records in Contexts**: a Conceptual Model for Archival Description. Consultation Draft v0.1. September, 2016. Disponível em: <http://www.ica.org/sites/default/files/RiC-CM-0.1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

JARDIM, Jose Maria. Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2,1995.

JARDIM, Jose Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, p. 1-13, out. 2004.

JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista**: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2005. 170f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/3337/1/OliviaJoffily.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

KARAWJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). Porto Alegre, 2013. 398f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72742>. Acesso em: 11 jul. 2019.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária e representação da informação. **Revista Informare**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.5-27, 1996.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. DataGramaZero: **Revista de Ciência da Informação**, v.8, n.6, dez.2007.

LACASSE, Denise. Les archives relatives aux femmes et les guides thématiques: um “mariage obligé”. **Archives**, v. 25, n.2, 1993.

LANZARONI, Dalva. **Chiquinha Gonzaga**: sofri e chorei, tive muito amor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LEÃO, Flávia Carneiro. A **representação da Informação Arquivística Permanente**: a normalização descritiva e a ISAD(G). São Paulo, 2006, 87f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicação, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Win10/Documents/representação%20da%20informação/a%20representação%20da%20informação%20arquivistica.dissertação.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LERNER, Gerda. **La creación del Patriarcado**. Pamplona-Iruñea: Editorial Katakak, 2018. 424p.

LLANES PADRÓN, Dunia. **La representación Normalizada de los Documentos**. Estudio Comparado de Normas de Descripción Archivística. Salamanca, 2011, 801f. Tese (Doctorado en Biblioteconomía y Documentación) – Facultad de Traducción y Documentación, Universidade de Salamanca, 2011. Disponível em: < [file:///C:/Users/Win10/Documents/representação%20da%20informação/tese%20de%20doutorado.%20DuniaLlanes\\_Padron%20La%20RepresentacionNormalizada.pdf](file:///C:/Users/Win10/Documents/representação%20da%20informação/tese%20de%20doutorado.%20DuniaLlanes_Padron%20La%20RepresentacionNormalizada.pdf)>. Acesso em: 15 jun 2017.

LLANES PADRÓN, Dunia. La normalización de la descripción archivística en Gran Bretaña, EE.UU., Canadá, Portugal, Brasil y España después de ISAD(g): procesos y modelos de trabajo. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v.7, n.2, p.1-23, ago./dez.2014.

LOPES, Luís Carlos. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997. 143p.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary. (Org.); BASSANEZI, Carla. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2008. 678p.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Série Antropologia, n. 284, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo brasileiro nas relações com o Estado. Contexto e incertezas. **Cadernos Pagu**, n.47, julho, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332016000200301](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000200301). Acesso em: 11 jul. 2019.

MACHADO, Vanderlei. Está faltando ela: a história da resistência feminina ao regime militar nos livros didáticos de História. In: IX Encontro Estadual de História, Associação Nacional de História, **Anais**, Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 14 e 18 de junho de 2008. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos>. Acesso em: 17 fev. 2019.

MACNEIL, Heather. Correntes em transformação. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Trad. Anderson Bastos Martins. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. 346p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010. 297p.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **BERTHA LUTZ**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. 239p.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **A Arquivologia brasileira**: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. 328p.

MATTOS, Augusto Oliveira. **Guarda Negra**: a Redemptora e o Ocaso do Império. Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MECHI, Patrícia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia**: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. 289p.

MEIRELLES, Renata. Da memória para a história: experiências e expectativas de mulheres subversivas na ditadura militar. **Prisma Jurídico**, São Paulo, v.10, n.1, p.111-134, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uninove.br/index.php?journal=prisma&page=article&op=view&path%5B%5D=2804>. Acesso em: 19 fev. 2019.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente**: 1964 – 1992. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Apresentação: o feminismo e a refundação da teoria política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria política e feminismo**: abordagens brasileiras. Vinhedo, São Paulo: Editora Horizonte, 2012. 164p.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Boitempo Editorial, 1999.

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.118-135, novembro, 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4472>. Acesso em 5 jul. 2019.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois, 2014a. 333p.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois, 2014b. 452p.

MORAES, Evaristo de. **A Campanha abolicionista**: 1871-1939. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

MORAES, Maria do Socorro Jô. Depoimentos. In: BUONICORE, Augusto César (Sup.). **Repressão e direito à resistência**: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985). São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois, 2014. 414p.

MORAES, Maria Lygia Quartin. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. 591p.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo e Política: dos anos 60 aos nossos dias. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara-SP, v.17, n.32, p.107-121, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4930>. Acesso em: 17 fev. 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartin. Marxismo e Feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, nº11, p.89-98, 2000. Disponível em: < [http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie59Dossie%205.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie59Dossie%205.pdf)>. Acesso em: 18 de mar de 2017.

MURARO, Rose Marie. Breve Introdução Histórica. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras**. Tradução Paulo Fróes. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 2014. 528p.

MURARO, Rose Marie. A mulher no terceiro milênio: uma história das mulheres através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 1ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes. **Avaliação de documentos de arquivo na Administração Pública Federal**: um estudo à luz das concepções teóricas e da

legislação e normas nacionais. 2015.150fl. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2015.

NAVARRO, M.A.E. La representación y la organización del conocimiento en los archivos. *In*: MARCO, F. J. G. (Coord.). (1995). **Organización del Conocimiento en Sistemas de Información y Documentación**: Actas del I Encuentro de ISKO-España, Madrid, 4y5 de noviembre de 1993. Madrid: 1995, p.65-90. ISBN 84-600-9158-9. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2341313>>. Acesso em: 12 ago 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, dez. 1993.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**. 11. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2013

OLIVEIRA, Eliane Braga. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil**: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. Brasília, 2010, 196f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Mobile Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso. **Modelagem e Status Científico da Descrição Arquivística no Campo dos Arquivos Pessoais**. 2010. 188f. Tese (Doutorado em Ciências) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PASO, Carolina; KARPINSKI, César. A “MARIA DA ILHA” ENTRE DOCUMENTOS E MEMÓRIAS: REFLEXÕES SOBRE OS ARQUIVOS DA DEPUTADA ESTADUAL ANTONIETA DE BARROS (1901-1952). **Ágoras**, Florianópolis, v.29, n.58, p.1-14, jan. jun., 2019. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/779/pdf>. Acesso em: 03 jan. 2020.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2020.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos**, p.1- 8, 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2011.153.07>. Acesso em: 19 fev. 2019.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2009. 146p.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2008. 190p.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, pp.1-19, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/609>. Acesso em: 21 jun. 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. 591p.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014. 396p.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo, São Paulo: Editora Horizonte, 2012.

PRADO, Maria Ligia Coelho; FRANCO, Stella Maris Scotena. Participação feminino no debate público brasileiro. In: **Nova História das mulheres**. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 11 jul. 2019.

RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg. Prova documental: inscrição e materialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2014. P.167-187. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/programacao/anais-do-xv-enancib>. Acesso em: 22 out. 2019.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mary; BASSANEZI, Carla (orgs.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.678p.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

RIBEIRO, Fernanda. O acesso à informação nos arquivos. Coimbra, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.334p.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3).

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.2, n.2, p.113-128, 1990. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806>. Acesso em: 19 fev. 2019.

ROBREDO, Jaime. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003. 245p.

ROCHA, Maria Liege Santos. Depoimentos. *In*: BUONICORE, Augusto César. **Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)**. São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois, 2014.414p.

ROCHA, Raquel Caminha. **“Apostávamos no amor”**: gênero e a produção memorialística sobre a militância de mulheres contra a ditadura civil-militar brasileira (1976- 2014). 2017.248f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/29868>. Acesso em: 18 fev. 2019.

RUSSO, Pedro Fernandes. **Áurea Moretti: a mulher, a resistência e a tortura: um estudo sobre a participação feminina contra a Ditadura Militar brasileira, 1965-1975**. 2015. 154f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2015. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_0783398c9ae0dc9af73e6c87ab494d7a](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_0783398c9ae0dc9af73e6c87ab494d7a). Acesso em: 19 fev. 2019.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Memória e segredo na sociedade da informação: a simbologia do caso Herzog. *In*: ENCONTRO NACIONAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB, 2007. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1231?show=full>. Acesso em: 10 ago. 2019.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística. *In*: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. **Organização e Representação do conhecimento**. Brasília: Editora Thesaurus, 2003. 269p.

RONCAGLIO, Cynthia. **Pedidos e recusas: mulheres, espaço público e cidadania**. Curitiba: Pinha, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356p.

SAFFIOT, Heleieth Lara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. 528p.

SAFFIOT, Heleieth Iara Bongiovani. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Crítica Marxista**, nº 11, p. 71-75, 2000.

SAFFIOT, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SARACEVIC, Tefko. A natureza interdisciplinar da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v.24, n.1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/608>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Documentos Públicos e Privados: Arranjo e Descrição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SCHUMAHER, Schuma. **Um Rio de Mulheres: a participação das fluminenses na história do Estado do Rio de Janeiro**: REDEH, 2003.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. (Orgs.) **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. **Mulheres no poder: trajetórias políticas a partir da luta das sufragistas do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015. 507p.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Arquivos. documentos e poder: a construção da memória moderna. **Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, v. 3, n. 3, p. 15-30, jul. 2004.

SENADO FEDERAL. **Proposições legislativas sobre questões femininas no Parlamento Brasileiro, 1826 – 2004**. Brasília: Senado Federal, Comissão Temporária do Ano da Mulher, Subsecretaria de Arquivo, 2004.

SENADO FEDERAL. Mais mulheres na política: mulher, tome partido. 2ª Ed. Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher, 2015. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/livreto-mais-mulheres-na-politica> . Acesso em: 01 fev. 2018.

SILVA, A.M; RIBEIRO, F; RAMOS, J.; REAL, M.L.. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SILVA, Wladimir Barbosa; BARRETO, Maria Renilda N. Mulheres e abolição: protagonismo e ação. **Revista da ABPN**. v. 6, n.14, jul.-out., p.50-62, 2014. Disponível em:

<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/129>. Acesso em: 11 jul.2019.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família**: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SIMÕES, Maria da Graça; BRAVO, Blanca Rodrigues; PESTANA, Olívia. Representação do conceito de mulher na Classificação Decimal Dewey (CDD) a na Classificação Decimal Universal (CDU): duas perspectivas sobre o mesmo conceito? **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 152-169, novembro, 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4340>. Acesso em: 5 jul.2019.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castello (1930-1964). Tradução: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOIHET, Rachel; ESTEVES, Flávia Cópio. O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3).

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. *In*: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. 336p.

SOUSA, Brisa Pozzi de; TOLENTINO, Vinicius de Souza. Aspectos machistas na organização do conhecimento: a representação da mulher em instrumentos documentários. **Informação & Informação**, v.22, n.2, p.166-207, maio/ago., 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31448>. Acesso em: 5 jul.2019.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. *In*: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa (Orgs.). **Arquivística**: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3ª Ed. Distrito Federal: SENAC, 2009. 223p.

SOUTO, Barbara Figueiredo. Francisca Senhorinha e a inserção das mulheres no espaço público: imprensa, educação e feminismo no Brasil oitocentistas. *In*: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente (Org.). **Memória feminina**: mulheres na história, história de mulheres. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Mem%C3%B3ria-feminina-mulheres-na-hist%C3%B3ria-hist%C3%B3ria-de-mulheres.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SOUTO-MAIOR, V. A. **O Florete e a máscara**: Josephina Alvares de Azevedo, dramaturga do século XIX. 1995. 241f. Dissertação (mestrado em letras), Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio. Apresentação. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, 2014.

TABAK, Fanny. **A mulher brasileira no Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1989.

TABAK, Fanny. **Mulheres Públicas**: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violação dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.23, n.3, 2015, p.1001-1022. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2015000301001&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2015000301001&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 18 fev. 2019.

TOGNOLI, N. B.; BARROS, T. H. B. Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e da descrição. In: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. (Org.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília, São Paulo: ISKO Brasil, Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão, 2015. Série: Estudos Avançados em Organização e Representação do Conhecimento. V.3. E-Book. Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Organiza%C3%A7%C3%A3o-do-Conhecimento-e-Diversidade-Cultural-ISKO-BRASIL-2015.pdf>. Acesso em: 12 jun 2019.

VALADARES, Loreta. **As faces do feminismo**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2007. 128p.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindicación de los Derechos de la Mujer**. Traducción Marta Lois González. 2.ed. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2017. 150p.

YAKEL, Elizabeth. Archival Representation. **Archival Science**, n.3, p.1-25, 2003. Disponível em: [https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/41831/10502\\_2004\\_Article\\_5139967.pdf?sequence=1](https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/41831/10502_2004_Article_5139967.pdf?sequence=1). Acesso em: 9 mai 2019.

YEO, Geoffrey. Records and representations. In: CONFERENCE ON THE PHILOSOPHY OF THE ARCHIVE, 2008, Edinburgh. **Anais eletrônicos...** Edinburgh: 2008. Disponível em: <http://www.mybestdocs.com/yeo-g-recs-reps080410.pdf>. Acesso em 13 mar. 2019.

YEO, Geoffrey. Concepts of Record (1): Evidence, Information, and Persistent Representations. Fall/Winter, **The American Archivist**, vol.70, p.315-343, 2007. Disponível em: <http://www.americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.70.2.u327764v1036756q?code=same-site>. Acesso em 10 mai 2019.

YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Trad. Anderson Bastos Martins; revisão técnica Heloísa Liberalli. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.346p.

## APÊNDICE A – LISTA DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

### ARQUIVO NACIONAL

Rio de Janeiro

Praça da República, nº 173

CEP 20.211- 350, Rio de Janeiro – RJ

Brasília

Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal

Setor de Indústrias Gráficas – SIG Quadra 6, Lote 800

CEP 70.610-460, Brasília - DF

Website: [www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br).

### ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Palácio do Congresso Nacional

Anexo II, pavimento superior, ala C

Praça dos Três Poderes

CEP 70.160-900, Brasília – DF

Website: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo>.

### ARQUIVO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

CEP 70.165-900, Brasília – DF.

Website: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo>.

## APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA DOS ARQUIVOS ANALISADOS

- ✓ **Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual.** Fontes Arquivísticas / Coordenação do Arquivo Nacional: Arquivo Nacional, 1988. Guia de Fontes para a História das Nações. B: África, 11: Brasil. Volume 1 e 2.
- ✓ **Instrumentos de Pesquisa do Arquivo Nacional.** Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/consulta-ao-acervo/instrumentos-de-pesquisa>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- ✓ **Proposições Legislativas sobre questões femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004.** Brasília: Senado Federal, Comissão Temporária do Ano da Mulher, Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 2004.
- ✓ **Base de dados Sistema de Informações do Arquivo Nacional –** Disponível em:< <http://www.arquivonacional.gov.br/consulta-ao-acervo/sian-sistema-de-informacoes.html>>.
- ✓ **Banco de dados Memórias Reveladas.** Disponível em:< <http://base.memoriasreveladas.gov.br/mr/seguranca/Principal.asp>>.
- ✓ **Catálogo de documentos históricos – 1822 a 1992 da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal.**

**APÊNDICE C – SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO PELO e-SIC DOS ARQUIVOS**

Prezados (a) Senhores (a),

Sou aluna do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, na Faculdade de Ciência da Informação, na Universidade de Brasília e desenvolvo pesquisa a respeito da representação da mulher nos arquivos.

Em razão disso, solicito informações acerca da existência de fundos e séries de arquivos que tratem da participação de mulheres em relação aos eventos:

Abolição da Escravatura;

Proclamação da República;

Revolução de 1930;

Campanha pelo direito ao voto da mulher no Brasil;

Constituição da República Federativa do Brasil de 1946;

Construção de Brasília;

Regime Militar de 1964 a 1985;

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Atenciosamente,

Maria Ivonete Gomes do Nascimento

Doutoranda em Ciência da Informação

E-mail: ivonetenascimento40@gmail.com

## APÊNDICE D - FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS NO ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 1

Universidade de Brasília  
Faculdade de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
Doutorado em Ciência da Informação  
Aluna: Maria Ivonete Gomes do Nascimento

### Formulário de levantamento de dados em visita ao Arquivo da Câmara dos Deputados

Visita para identificação de fontes documentais relativas à participação de mulheres nos eventos: Abolição do trabalho escravo no Brasil; Proclamação da República; Revolução de 1930; Campanha pelo direito ao voto da mulher no Brasil; Constituição da República Federativa do Brasil de 1946; Construção de Brasília; Regime Militar de 1964 a 1985; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Arquivo da Câmara dos Deputados.

Nome da/do atendente: \_\_\_\_\_

Nível de Escolaridade da/do atendente: \_\_\_\_\_

Formação profissional da/do atendente: \_\_\_\_\_

Cargo da/do atendente: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

A. No Arquivo da Câmara dos Deputados, existem fontes documentais (fundos ou séries de arquivos) relativas à participação de mulheres nos acontecimentos relevantes para a vida social brasileira, de 1888 a 1988, relacionados com os eventos a seguir?

A.1 - Abolição do trabalho escravo no Brasil;

A.2 - Proclamação da República;

A.3 - Revolução de 1930;

A.4 - Campanha pelo direito ao voto da mulher no Brasil;

A.5 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1946;

A.6 - Construção de Brasília;

A.7 - Regime Militar de 1964 a 1985;

A.8 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

B. Existem instrumentos de pesquisas (guias, inventários catálogos, índices ou repertórios) que registrem a presença de mulheres nos eventos citados?

C. Existem outras fontes de informações relativas a essa temática?

## APÊNDICE E – FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS NO ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2

Universidade de Brasília  
 Faculdade de Ciência da Informação  
 Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
 Doutorado em Ciência da Informação  
 Aluna: Maria Ivonete Gomes do Nascimento

### Formulário de levantamento de dados no Arquivo da Câmara dos Deputados

Visita ao Arquivo da Câmara dos Deputados para identificação de acervos documentais primários relacionados com mulheres e o direito ao voto feminino no Brasil, bem como levantar os instrumentos de pesquisas do arquivo.

Nome da/do atendente \_\_\_\_\_

Nível de Escolaridade da/do atendente: \_\_\_\_\_

Formação profissional da/do atendente: \_\_\_\_\_

Cargo da/do atendente: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

A. Existem instrumentos de pesquisas do Arquivo para recuperação da informação, tais como: **guias, inventários catálogos, índices ou repertórios?**

B Como é feito a recuperação da informação no Arquivo da Câmara dos Deputados?

C. Na produção documental da deputada Carlota Pereira de Queirós é possível acessar a fonte primária:

C1 Pronunciamento de posse?

C2 O requerimento de voto de sentido pesar pelo falecimento de Leolinda Daltro, em 06 de março de 1935?

D Na produção documental da deputada Berta Lutz é possível acessar as fontes primárias:

D1 – Pronunciamento de Posse, em 28 de julho de 1936?

D2 – Projeto de Lei nº 736/1937, que cria o Estatuto da Mulher?

D3 – Projeto de Lei nº 623/1937, que cria o Departamento Nacional da Mulher?

E – É possível acessar a fonte primária do requerimento de Leolinda de Figueiredo Daltro, solicitando a elaboração de uma lei que dê a mulher brasileira o direito ao voto, em 22 de dezembro de 1916?

F – É possível acessar a fonte primária do requerimento de Mariana de Noronha Horta, que pede o direito ao voto às mulheres, em agosto de 1916?

G - É possível acessar a fonte primária do abaixo-assinado, com duas mil assinaturas, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, solicitando aprovação de projeto que institui direitos políticos à mulher e o direito do voto feminino, em 12 de dezembro de 1927?

## APÊNDICE F - FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS NO ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 3

Universidade de Brasília  
Faculdade de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
Doutorado em Ciência da Informação  
Aluna: Maria Ivonete Gomes do Nascimento

### Formulário de levantamento de dados no Arquivo da Câmara dos Deputados

Visita ao Arquivo da Câmara dos Deputados para identificação de **instrumentos de pesquisa** relativas à participação de mulheres na Campanha pelo direito ao voto feminino no Brasil.

Nome da/do atendente \_\_\_\_\_

Nível de Escolaridade da/do atendente: \_\_\_\_\_

Formação profissional da/do atendente: \_\_\_\_\_

Cargo da/do atendente: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

A. Quais os instrumentos de pesquisas o Arquivo utiliza para a recuperação da informação?

( ) guias

( ) inventários

Qual? \_\_\_\_\_

( ) catálogos

( ) índices

( ) repertórios

( ) base de dados

Qual? \_\_\_\_\_

( ) outro.

Qual? \_\_\_\_\_

B. Como é feita a recuperação da informação no Arquivo da Câmara dos Deputados?

---

---

---

C. Os documentos referentes à reivindicação das mulheres pelo direito político do voto feminino são recuperados por qual instrumento de pesquisa?

---

---

---

## APÊNDICE G - FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS NO ARQUIVO DO SENADO FEDERAL

Universidade de Brasília  
 Faculdade de Ciência da Informação  
 Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
 Doutorado em Ciência da Informação  
 Aluna: Maria Ivonete Gomes do Nascimento

### Formulário de levantamento de dados no Arquivo do Senado Federal

Visita ao Arquivo do Senado Federal para identificação de **fontes documentais e instrumentos de pesquisa** relativos à participação de mulheres nos acontecimentos: Escravatura e Abolição do trabalho escravo no Brasil; Proclamação da República; Campanha pelo direito ao voto da mulher no Brasil; Ditadura Militar de 1964 a 1985; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,

Nome da/do atendente \_\_\_\_\_

Nível de Escolaridade da/do atendente: \_\_\_\_\_

Formação profissional da/do atendente: \_\_\_\_\_

Cargo da/do atendente: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

A. Existem instrumentos de pesquisas do Arquivo para recuperação da informação, tais como: **guias, inventários catálogos, índices ou repertórios?**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

B Como é feito a recuperação da informação no Arquivo do Senado Federal?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

C. No Arquivo do Senado Federal, existem fontes documentais (fundos ou séries de arquivos) relativas à participação de mulheres nos acontecimentos relevantes para a vida social brasileira, relacionados com os eventos a seguir?

C1 - Escravatura e Abolição do trabalho escravo no Brasil;

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

C.2 - Proclamação da República;

---

---

C.3 - Campanha pelo direito ao voto da mulher no Brasil;

---

---

C.4 - Ditadura Militar de 1964 a 1985;

---

---

C.5 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

---

---

D - É possível acessar a fonte primária da Carta sancionando a Lei Áurea, pela Princesa Isabel?

---

---

F - É possível acessar a fonte primária do abaixo-assinado, com duas mil assinaturas, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, solicitando aprovação de projeto que institui direitos políticos à mulher e o direito do voto feminino, em 12 de dezembro de 1927?

---

---

G- Existe outra fonte primária relacionada com as mulheres e os referidos acontecimentos?

---

---

## APÊNDICE H - FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS NO ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Universidade de Brasília  
Faculdade de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
Doutorado em Ciência da Informação  
Aluna: Maria Ivonete Gomes do Nascimento

### Formulário de levantamento de dados em visita técnica ao Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

Visita técnica ao Arquivo Nacional para identificação de **fontes documentais e instrumentos de pesquisa** relativos à participação de mulheres nos eventos: Abolição do trabalho escravo no Brasil; Proclamação da República; Campanha pelo direito ao voto da mulher no Brasil; Regime Militar de 1964 a 1985; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Nome da/do atendente \_\_\_\_\_

Nível de Escolaridade da/do atendente: \_\_\_\_\_

Formação profissional da/do atendente: \_\_\_\_\_

Cargo da/do atendente: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

A. No Arquivo Nacional existem fontes documentais (**fundos ou séries de arquivos**) relativas à participação de mulheres nos acontecimentos relevantes para a vida social brasileira, relacionados com os eventos a seguir?

A.1 - Abolição do trabalho escravo no Brasil;

A.2 - Proclamação da República;

A.3 - Campanha pelo direito ao voto da mulher no Brasil;

A.4 - Regime Militar de 1964 a 1985;

A.5 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

B. Existem instrumentos de pesquisas (**guias, inventários catálogos, índices ou repertórios**) que registrem a presença de mulheres nos eventos citados?

C. Existem outras fontes de informações relativas a essa temática?

## APÊNDICE I – FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS NO ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA

Universidade de Brasília  
Faculdade de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
Doutorado em Ciência da Informação  
Aluna: Maria Ivonete Gomes do Nascimento

### Formulário de levantamento de dados em visita técnica ao Arquivo Nacional – Brasília

Visita técnica ao Arquivo Nacional para identificação de **fontes documentais e instrumentos de pesquisa** relativos à participação de mulheres nos eventos: Abolição do trabalho escravo no Brasil; Proclamação da República; Campanha pelo direito ao voto da mulher no Brasil; Regime Militar de 1964 a 1985; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Nome da/do atendente \_\_\_\_\_

Nível de Escolaridade da/do atendente: \_\_\_\_\_

Formação profissional da/do atendente: \_\_\_\_\_

Cargo da/do atendente: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

A. No Arquivo Nacional existem fontes documentais (**fundos ou séries de arquivos**) relativas à participação de mulheres nos acontecimentos relevantes para a vida social brasileira, relacionados com os eventos a seguir?

A.1 - Abolição do trabalho escravo no Brasil;

A.2 - Proclamação da República;

A.3 - Campanha pelo direito ao voto da mulher no Brasil;

A.4 - Regime Militar de 1964 a 1985; Como acessar a antiga Base Dados do SNI, agora sob custódia do Arquivo Nacional?

A.4.1 É possível identificar os registros documentais da Ditadura Militar na Base SNI por fundos arquivísticos pessoais de mulheres e homens?

A.5 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

B. Existem instrumentos de pesquisas do Arquivo (**guias, inventários catálogos, índices ou repertórios**)?

B.1 – Como acessar o Guia de Fundos do Arquivo do Arquivo Nacional. Coordenação geral: Jaime Antunes da Silva e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991?

C. Existem outras fontes de informações relativas as temáticas citadas?

D. Como é a recuperação dos acervos sobre mulher no Arquivo Nacional?

E. Existe algum destaque para a representação da mulher no acervo?

## APÊNDICE J – FUNDOS DE ARQUIVO RELATIVOS A MULHERES NO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL

Quadro 23: Fundos de arquivos relacionados à mulher no Arquivo Nacional

Nºs	CÓDIGO DE REFERÊNCIA	TÍTULO	DATAS
1	BR RJANRIO KL	Ana Maria Portinho Magalhães	1977/1989
2	BR RJANRIO FT	Anamaria Machado Guimarães	1973/1979
3	BR RJANRIO ASV	Bárbara Villa Verde Revelles Pereira	2009
4	BR RJANRIO TJ	Comba Marques Porto	1945/1989
5	BR DFANBSB EZ	Conselho Nacional dos Direitos Da Mulher	1974/2006
6	BR RJANRIO EZ	Conselho Nacional dos Direitos Da Mulher	1983/2005
7	BR RJANRIO JH	Elizabeth Garson Passi de Moraes	1918/ 1980
8	BR RJANRIO F8	Elizabeth Versiani Formaggini	1942/1954
9	BR RJANRIO GE	Eulalia maria lahmeyer lobo	1898/2005
10	BR RJANRIO Q0	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino	1881/1985
11	BR RJANRIO 28	Felisbela Pinto Correia	1965/1968
12	BR RJANRIO HP	Hildete Pereira De Melo	1976/1990
13	BR RJANRIO QM	Irmã Zélia	1851/1947
14	BR RJANRIO GN	Isabella Cerqueira Campos	1967/1987
15	BR RJANRIO ZH	Leonor Nunes de Paiva	1972/1990
16	BR RJANRIO GL	Lúcia Velloso Maurício	1971/2010
17	BR RJANRIO 2D	Maria Beatriz Nascimento	1961/1996
18	BR RJANRIO CCN	Maria da Conceição da Costa Neves	1950/1970
19	BR RJANRIO J2	Maria da Glória Lisboa de Nin Ferreira	1801/1900
20	BR RJANRIO FK	Maria José de Sant'anna Alvarez	1964
21	BR RJANRIO ASZ	Maria lúcia toledo de martino	2001
22	BR RJANRIO FR	Maria Luíza Aboim	1979
23	BR RJANRIO JY	Maria Zilda Bethlem	2000

24	BR RJANRIO AAH	Nicole Algranti	2000/2007
25	BR RJANRIO HT	Niomar Moniz Sodré Bittencourt	1933/2004
26	BR RJANRIO FL	Regina Helena Machado	1979
27	BR DFANBSB VAY	Taís Morais	1964/1983
28	BR RJANRIO J4	Terezinha Lindgren Carneiro	1907/1965

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional

## ANEXO AA – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO DECRETOS E LEIS

Fonte: Guia África

### 1. 1.2.31 DECRETOS E LEIS

NATUREZA JURÍDICA: PÚBLICA

HISTÓRICO:

COM A TRANSFERÊNCIA DA CORTE PARA O BRASIL, OS TEXTOS LEGAIS DESTINAVAM-SE A REGULAMENTAR E DISCIPLINAR A SOCIEDADE BRASILEIRA. NO PERÍODO, PERSONIFICARAM A SOBERANIA DO BRASIL D. JOÃO (REGENTE/REI) E D. PEDRO. A LEGISLAÇÃO JOANINA ABRANGE LEIS E ATOS LEGISLATIVOS DE D. JOÃO QUANDO REGENTE (JAN. 1808 A 20/3/1816) E AQUELA PROMULGADA COMO REI, ATÉ 24/4/1821, QUANDO VOLTA A PORTUGAL, A LEGISLAÇÃO DE D. PEDRO ABRANGE OS ATOS LEGISLATIVOS DE 24/4/1821 A 12/10/1822, QUANDO É PROCLAMADO IMPERADOR CONSTITUCIONAL DO BRASIL. DISSOLVIDA A CONSTITUINTE DE 1823, D. PEDRO NOMEOU COMISSÃO (CONSELHO DE ESTADO) PARA ELABORAR OUTRO PROJETO QUE SE TORNOU A CONSTITUIÇÃO OUTORGADA EM 25/3/1824.

DATAS-LIMITE: 1810 A 1889

MENSURAÇÃO/QUANTIFICAÇÃO:

10,00 M TEXTUAIS

ESTÁGIO DE TRATAMENTO: ORGANIZADO TOTALMENTE

ORGANIZAÇÃO:

CRONOLÓGICA.

TEMA(S): ESCRAVIDÃO NEGRA

CONTEÚDO:

MEDIDAS POLICIAIS COM RELAÇÃO A ESCRAVOS E PRETOS FORROS. LIBERDADE A ESCRAVOS IMPORTADOS APÓS 7/11/1831 E PENAS A SEUS IMPORTADORES. CRIAÇÃO DE TAXA ANUAL SOBRE ESCRAVOS. PENAS PARA ESCRAVOS HOMICIDAS. ALFORRIAS. EXTENSÃO E PENAS DE ROUBO PARA CASOS DE FURTO DE ESCRAVOS. REGULAMENTO DA MATRÍCULA DE ESCRAVOS MENORES DE 60 ANOS. DESTAQUE PARA A LEI EUSÉBIO DE QUEIRÓS (4/9/1850), QUE ESTABELECE MEDIDAS PARA A REPRESSÃO AO TRÁFICO DE ESCRAVOS, A LEI DO VENTRE LIVRE, QUE DECLARA LIVRE O FILHO DE MULHER ESCRAVA NASCIDO A PARTIR DE 28/9/1871, E A LEI ÁUREA (13/5/1888), QUE DECLARA EXTINTA A ESCRAVIDÃO NO BRASIL.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA:

INVENTÁRIO SOB A FORMA DE FICHÁRIO.

RESTRICÇÕES DE ACESSO:

VER OBS. COMPLEMENTARES.

## ANEXO AB – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVISTICO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL

Fonte: Guia África

### 1. 1.2.41 JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL

NATUREZA JURÍDICA: PÚBLICA

HISTÓRICO:

OS JUÍZES DE DIREITO VIERAM A EXERCER FUNÇÕES ANTES ATRIBUÍDAS AO CORREGEDOR DO CRIME DA CORTE E DA CASA, AOS OUVIDORES DO CRIME DAS RELAÇÕES E AOS OUVIDORES DE COMARCA. APESAR DE EXISTIREM DESDE 1824, SOMENTE COM O CÓDIGO DO PROCESSO CRIMINAL DE 1832 E A RESPECTIVA REFORMA DE 1841, SUAS FUNÇÕES FORAM BEM DEFINIDAS. NOMEADOS PELO IMPERADOR E JULGANDO CAUSAS CÍVEIS E CRIMINAIS, COMPETIA-LHES: PRESIDIR OS CONSELHOS DE JURADOS E O SORTEIO DOS MESMOS, INSTRUINDO OS SOBRE SUAS OBRIGAÇÕES; REGULAR A POLÍCIA E O DEBATE DAS SESSÕES; CONCEDER E REVOGAR FIANÇA; INSPECIONAR OS JUÍZES DE PAZ E MUNICIPAIS. A PARTIR DE 1891, AS ATRIBUIÇÕES DOS JUÍZES DE DIREITO DAS VARAS CÍVEIS FORAM ASSUMIDAS PELOS PRETORES E SEUS ESCRIVÃES.

DATAS-LIMITE: 1833 A 1913

MENSURAÇÃO/QUANTIFICAÇÃO:

61,88 M TEXTUAIS

ESTÁGIO DE TRATAMENTO: IDENTIFICADO

TEMA(S): ESCRAVIDÃO NEGRA

CONTEÚDO:

INVENTÁRIOS, APELAÇÕES E LIBELOS CÍVEIS, AÇÕES ORDINÁRIAS, PARTILHAS E SEQUESTROS DE BENS, AUTOS DE PENHORA, DÍVIDAS, MANUTENÇÃO DE LIBERDADE, DESTACANDO-SE PROCESSO DE JÚLIA, PRETA ESCRAVA DE SEBASTIÃO GONÇALVES FERREIRA, COM SEU PECÚ-

## ANEXO AC – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVISTICO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL

Fonte: Guia África

1. 1.2.43 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL  
NATUREZA JURÍDICA: PÚBLICA  
HISTÓRICO:  
VER HISTÓRICO DO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL.  
DATAS-LIMITE: 1833 A 1916  
MENSURAÇÃO/QUANTIFICAÇÃO:  
25,33 M TEXTUAIS  
ESTÁGIO DE TRATAMENTO: IDENTIFICADO  
TEMA(S): ESCRAVIDÃO NEGRA  
CONTEÚDO:  
INVENTÁRIOS. APELAÇÕES E LIBELOS CÍVEIS. AÇÕES ORDINÁRIAS. PARTILHAS E SEQÜES-  
TROS DE BENS. AUTOS DE PENHORA. DÍVIDAS. MANUTENÇÃO DE LIBERDADE. APELAÇÃO CÍ-  
VEL NA QUAL A ESCRAVA CRIOLA LAUREANA FAZ PEDIDO DE UM CURADOR, A QUE TEM DI-  
REITO POR LEI, A FIM DE QUE ESSE TRATE DE SUA LIBERDADE, ATRAVÉS DE DEPÓSITO  
PARA LIBERDADE (1851) E O PROCESSO DA PRETA RITA, DE NAÇÃO CONGO, POR SEU CURA-  
DOR, QUE, ACHANDO-SE EM ESTADO DE CATIVEIRO INJUSTO, REQUER A MANUTENÇÃO DE SUA  
LIBERDADE (1866).  
INSTRUMENTOS DE PESQUISA:  
ÍNDICE ONOMÁSTICO. FICHÁRIOS NOS 25 A 30.

## ANEXO AD – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVISTICO JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL

Fonte: Guia África

1. 1.2.46 JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL (ANTIGA 4ª PRETORIA)  
NATUREZA JURÍDICA: PÚBLICA  
HISTÓRICO:  
A 8ª VARA CÍVEL FOI CRIADA EM 1940, SUCEDENDO À 4ª PRETORIA CÍVEL QUE, POR SUA VEZ, ACUMULOU DOCUMENTAÇÃO GERADA PELAS 6ª (FREGUESIA DA GLÓRIA), 7ª (FREGUESIA DA LAGOA) E 8ª (FREGUESIA DA GÁVEA) PRETORIAS. A PARTIR DE 1897, COM A EXTINÇÃO DA 8ª, A 7ª PRETORIA PASSOU A COMPREENDER AS FREGUESIAS DA LAGOA E GÁVEA, CONTINUANDO A 6ª A ABRANGER APENAS A FREGUESIA DA GLÓRIA. A PARTIR DE 1911, AS PRETORIAS DIVIDEM-SE EM CIVIS E CRIMINAIS, QUANDO, ENTÃO, FOI CRIADA A 4ª PRETORIA CÍVEL, ENLOBANDO AS FREGUESIAS DA LAGOA, GLÓRIA E GÁVEA.  
DATAS-LIMITE: 1858 A 1938  
MENSURAÇÃO/QUANTIFICAÇÃO:  
35,70 M TEXTUAIS  
ESTÁGIO DE TRATAMENTO: IDENTIFICADO  
TEMA(S): ESCRAVIDÃO NEGRA  
CONTEÚDO:  
INVENTÁRIOS. EMANCIPAÇÕES. AÇÕES SUMÁRIAS E ORDINÁRIAS. EMBARGOS. NOTIFICAÇÕES. REQUERIMENTOS DIVERSOS. AÇÕES DE DESPEJO. PENHORAS EXECUTIVAS. DEPÓSITOS E À-GRAVOS DE PETIÇÃO. PROCURAÇÕES AVULSAS E EDITAL DE PRAÇA. DESTACAM-SE ESCRAVOS COMO BEM SOB RESPONSABILIDADE DE PROCURADOR, PARA QUAISQUER FINS, E PROCESSO DE ABSOLVIÇÃO DE INSTÂNCIA, EM QUE ESCRAVA APARECE COMO OCUPANTE DE QUARTO ALUGADO POR SUA SENHORA, A QUAL É PROCESSADA POR NÃO PAGAMENTO DO DITO ALUGUEL.  
INSTRUMENTOS DE PESQUISA:  
RELAÇÕES SPJ NRS 36, 36 A, 36 B E 53.

## ANEXO AE – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVISTICO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Fonte: Guia África

1. 1.2.59 SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NATUREZA JURÍDICA: PÚBLICA

HISTÓRICO:

PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO DE 1824, FOI INSTITUÍDO EM 1828. SUBSTITUIU O TRIBUNAL DA MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO E DA CONSCIÊNCIA E ORDENS. TINHA POR COMPETÊNCIA:

CONCEDER OU DENEGAR REVISTAS NAS CAUSAS, CONHECER DOS DELITOS E ERROS DE OFÍCIO QUE, PORVENTURA, COMETESSEM OS MINISTROS DAS RELAÇÕES, OS EMPREGADOS NO CORPO DIPLOMÁTICO E OS PRESIDENTES DAS PROVÍNCIAS; CONHECER E DECIDIR SOBRE OS CONFLITOS DE JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DAS RELAÇÕES DAS PROVÍNCIAS. O SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA FUNCIONAVA COMO TRIBUNAL DE REVISTA E NÃO EM NÍVEL DE ÚLTIMA INSTÂNCIA. COM O ADVENTO DA REPÚBLICA, FOI EXTINTO (1890).

DATAS-LIMITE: 1821 A 1899

MENSURAÇÃO/QUANTIFICAÇÃO:

40,46 M TEXTUAIS

ESTÁGIO DE TRATAMENTO: IDENTIFICADO

TEMA(S): ESCRAVIDÃO NEGRA

CONTEÚDO:

DISPUTA ENTRE PARTES PELO RECONHECIMENTO LEGAL DO DIREITO DE PROPRIEDADE SOBRE MULATOS ESCRAVOS, MENORES DE IDADE (1845). AÇÃO DE NULIDADE DE VENDA E REIVINDICAÇÃO SOBRE ESCRAVA (1864). DISPUTA ENTRE PARTES POR PROPRIEDADE DE ESCRAVOS (1869). PETIÇÃO DE AVALIAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE BENS, INCLUINDO ESCRAVOS (1869). EX-ES CRAVA MOVENDO RECURSO PARA PROVAR SUA LIBERDADE E A DE SEUS FILHOS (1870). ESCRAVOS REQUERENDO LIBERDADE POR CATIVEIRO CONSIDERADO INJUSTO (1874, 1878). ESCRAVOS REQUERENDO RECONHECIMENTO DE SUAS CARTAS DE ALFORRIA (1878). PROPRIETÁRIA CONCEDENDO LIBERDADE PLENA PARA ESCRAVA (1878). ESCRAVO REQUERENDO PESSOA IDÔNEA PARA EFETUAR DEPÓSITO DE LIBERDADE (1880). REIVINDICAÇÃO POR POSSE INDEVIDA DE ESCRAVA (1875).

INSTRUMENTOS DE PESQUISA:

RELAÇÕES SPJ NBS 57, 57 A E 57 B.

## ANEXO AF – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVISTICO AIRDE MARTINS COSTA MARINHO

Fonte: Guia África

1. 1.2.61 ARQUIVO AIRDE MARTINS COSTA MARINHO  
NATUREZA JURÍDICA: PRIVADA  
HISTÓRICO:  
DOADO PELA TITULAR EM 7/5/1987, SENSIBILIZADA PELA DIVULGAÇÃO DO GUIA DE FONTES DA ÁFRICA. TRATA-SE DE DOCUMENTAÇÃO DE SEUS AVÓS, REFERENTES À PROPRIEDADE DE ESCRAVOS.  
DATAS-LIMITE: 1842 A 1871.

**MENSURAÇÃO/QUANTIFICAÇÃO:**

0,05 M TEXTUAIS

**ESTÁGIO DE TRATAMENTO:** ORGANIZADO PARCIALMENTE

**ORGANIZAÇÃO:**

POR ESPECIE DOCUMENTAL, EM ORDEM CRONOLÓGICA.

**TEMA(S):** ESCRAVIDÃO NEGRA

**CONTEÚDO:**

RECIBOS DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS. PASSAPORTES CONCEDIDOS A ESCRAVOS. MEIASISAS DE ESCRAVOS. REGISTROS DE MATRÍCULA DE ESCRAVOS. RECIBOS DE IMPOSTOS E TAXAS SOBRE ESCRAVOS.

**ANEXO AG – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVISTICO POLÍCIA DA CORTE****Fonte:** Guia África**1. 1.2.20** POLÍCIA DA CORTE - Códices

NATUREZA JURÍDICA: PÚBLICA

HISTÓRICO:

A INTENDÊNCIA GERAL DA POLÍCIA, CRIADA EM 10/5/1808, PASSOU A CHAMAR-SE POLÍCIA DA CORTE EM 29/11/1832, MANTENDO-SE SUBORDINADA AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TENDO COMO ÓRGÃO EXECUTOR A SECRETARIA DE POLÍCIA. ESTE ÓRGÃO SOFREU INÚMERAS MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS DE SUBORDINAÇÃO MINISTERIAL, DESDE SUA CRIAÇÃO. O CARGO DE CHEFE DE POLÍCIA ERA EXERCIDO POR UM JUIZ DE DIREITO, TENDO POR ATRIBUIÇÕES A MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA, A PREVENÇÃO DOS DELITOS E, AINDA, A INSPEÇÃO DE ESPETÁCULOS PÚBLICOS, PRISÕES, CASAS DE CORREÇÃO, HOSPITAIS E CASAS DE CARIDADE. A PARTIR DE 1/9/1892, A POLÍCIA DA CORTE TRANSFORMOU-SE EM SERVIÇO POLICIAL DO DISTRITO FEDERAL.

DATAS-LIMITE: 1808 A 1866

MENSURAÇÃO/QUANTIFICAÇÃO:

14,00 M TEXTUAIS

ESTÁGIO DE TRATAMENTO: ORGANIZADO TOTALMENTE

ORGANIZAÇÃO:

POR ESPÉCIES DOCUMENTAIS REGISTRADAS: NOMEAÇÕES, AUTOS, ATESTADOS, CORRESPONDÊNCIA, ENTRE OUTRAS.

TEMA(S): ESCRAVIDÃO NEGRA

CONTEÚDO:

APREENSÃO DE NAVIOS PORTUGUESES, GERALMENTE VINDOS DE ANGOLA, ENVOLVIDOS NO TRÁFICO NEGREIRO. IMPUNIDADE DOS TRAFICANTES DENUNCIADOS PELAS AUTORIDADES INGLESA. ADMINISTRAÇÃO DOS AFRICANOS LIVRES. MATRÍCULA DE EMBARCAÇÕES. REMOÇÃO DE ESCRAVOS E FORROS, ALOCADOS COMO MARTINHEIROS. REGISTROS DE ESCRAVOS E AFRICANOS LIVRES FUGIDOS, ENVIADOS PARA A PRISÃO. REUNIÕES DE ESCRAVOS E FORROS, COM O OBJETIVO DE ORGANIZAREM REBELIÃO.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA:

INVENTÁRIO SOB A FORMA DE FICHÁRIO.

RELAÇÃO DE CódICES DA SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA.

EDIÇÃO EM MICROFILME: PARCIALMENTE MICROFILMADO.

## ANEXO AH – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVISTICO JUÍZO MUNICIPAL DA 1ª, 2ª, 3ª VARAS

Fonte: Guia África

### 1. 1.2.48 JUÍZO MUNICIPAL - 1ª, 2ª, 3ª VARAS

NATUREZA JURÍDICA: PÚBLICA

HISTÓRICO:

O JUÍZO MUNICIPAL FOI CRIADO PELO CÓDIGO DO PROCESSO CRIMINAL DE 1832. SURTIU COMO UM JUÍZO ALTERNATIVO, QUE FORTALECIA OS PODERES LOCAIS, TENDO SOBREVIVIDO DURANTE TODO O IMPÉRIO. A ELE COMPETIA SUBSTITUIR OS JUÍZES DE DIREITO NOS SEUS IMPEDIMENTOS OU FALTAS, PODENDO INCLUSIVE EXECUTAR SENTENÇA E, A PARTIR DE 1833, DAR A PRÓPRIA SENTENÇA NAS CAUSAS CÍVEIS E AS ATRIBUIÇÕES CRIMINAIS E POLÍCIAIS QUE COMPETIAM AOS JUÍZES DE PAZ.

DATAS-LIMITE: 1837 A 1891

MENSURAÇÃO/QUANTIFICAÇÃO:  
64,43 M TEXTUAIS

ESTÁGIO DE TRATAMENTO: IDENTIFICADO

TEMA(S): ESCRAVIDÃO NEGRA

CONTEÚDO:

PROTESTOS, EM QUE OS ESCRAVOS CONSTAM COMO BENS PROTESTADOS. AÇÕES SUMÁRIAS DE LIBERDADE, EM QUE SE PEDE RECONHECIMENTO DE LIBERDADE, AUTOS DE AVALIAÇÃO, EM QUE SÃO SOLICITADAS AVALIAÇÕES DE ESCRAVOS PARA COMPOR INVENTÁRIOS. APREENSÕES PARA DEPÓSITO, EM QUE ESCRAVOS, ATRAVÉS DE SEUS CURADORES, REQUEREM CONTRA CATIVEIRO INJUSTO.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA:

ÍNDICE ONOMÁSTICO. FICHÁRIOS NOS 25 A 30.  
RELAÇÃO SPJ Nº 42.

## ANEXO AI – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

**Fonte:** Sistema de Informações do Arquivo Nacional

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

#### Código de Referência

BR RJANRIO Q0

#### Título

##### Indicação do Título

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

#### Datas

##### Data de Produção

1881 - 1985

#### Dimensão e suporte

Bibliográfico(s) -sem especificação - 9 item(ns)  
 Cartográfico(s) -planta(s) - 2 item(ns)  
 Iconográfico(s) -caricatura(s) e charge(s) - 2 item(ns)  
 Iconográfico(s) -cartão(ões)-postal(is) - 33 item(ns)  
 Iconográfico(s) -cartaz(es) - 2 item(ns)  
 Iconográfico(s) -desenho(s) - 5 item(ns)  
 Iconográfico(s) -fotografia(s) - 478 item(ns)  
 Iconográfico(s) -gravura(s) - 1 item(ns)  
 Iconográfico(s) -ilustração(ões) - 16 item(ns)  
 Sonoro(s) -fita(s) audiomagnética(s) - 16 item(ns)  
 Textual(is) -sem especificação - 25 m

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

#### Nome(s) do(s) Produtor(es)

Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino - 1922 - 1924  
 Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - 1924 - 1986  
 Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher - 1919 - 1922  
 Lutz, Berta Maria Júlia - 1894 - 1976

#### História administrativa / biografia

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi fundada em 9 de agosto de 1922, no Rio de Janeiro, sob a denominação Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino, conforme registro efetuado junto ao 1º Ofício de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, datado de 25 de agosto do referido ano. Sucedia, então, à Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, também referida como Liga para a Emancipação da Mulher, organizada desde 1919.

De acordo com as atas de reunião, em fevereiro de 1924 a entidade passou a utilizar o nome mais abreviado - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A essa altura, a Federação já se apresentava mais fortalecida, tendo

incorporado várias associações com finalidades semelhantes. Na reforma dos estatutos em 1927, apresentava uma

estrutura associativa mais complexa, sendo seus fins explicitados da seguinte forma: "Coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e torná-la mais eficiente à atividade social, quer na vida doméstica, quer na vida pública, intelectual e política".

A Federação não tinha vinculação partidária, tendo sido classificada como associação de utilidade pública em 5 de agosto de 1924. Compuseram a primeira diretoria Berta Lutz, Jerônima Mesquita, Stela Guerra Duval, Carmem Portinho e Maria Amália Bastos.

Apesar de ter pretendido alcançar todo o universo feminino no Brasil, a FBPF, desde o seu início, foi dirigida por mulheres oriundas da alta classe média. Além de Berta Lutz (1894-1976), que presidiu a entidade até seu falecimento, fizeram parte da diretoria durante os anos 1930, por exemplo, as seguintes mulheres: Jerônima Mesquita (1880-1972), filha da baronesa do Bonfim, que estudou na França e participou da entidade Damas da Cruz Verde, além de ter sido uma das fundadoras da Maternidade Pró-Matre e da Federação das Bandeirantes do Brasil; Maria Eugênia Celso Carneiro de Mendonça, filha do conde de Afonso Celso e neta do visconde de Ouro Preto, jornalista que estudou no Colégio Sion e integrou a Damas da Cruz Verde, sendo também uma das fundadoras da Pró-Matre; Carmen Velasco Portinho, engenheira responsável por obras tais como o Conjunto Habitacional do Pedregulho

e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, além de ter criado e dirigido, por 20 anos, a Escola de Desenho Industrial (ESDI); Maria Luiza Bittencourt, advogada e uma das redatoras do Estatuto da Mulher; Orminda Bastos, advogada, jornalista, professora e uma das fundadoras da União Universitária Brasileira.

A FBPF se aproveitava da inserção e do prestígio social dessas mulheres e das sócias mais atuantes, buscando alcançar seus objetivos através do estreitamento das relações com os poderes estabelecidos. Tratava-se de negociar e se aliar a tais poderes, ao invés de contestá-los. Esta atitude, que pode ser interpretada como conservadora, na verdade facilitou conquistas feministas, como o voto.

Para alcançar seus objetivos, as feministas da Federação tinham que enfrentar um duplo desafio. De um lado, estruturar uma entidade de caráter nacional, que almejava ocupar o lugar central de portavoz das questões feministas no país, e que fosse reconhecida como tal pelas autoridades competentes, possuindo, principalmente, uma estratégia clara, eficiente e efetiva de ter abraçada cada uma de suas reivindicações. Do outro, legitimar-se com a sua base de sustentação – as mulheres –, incentivando-as a participar do movimento.

Era constituída pelos departamentos centrais, estaduais, pelas associações federadas e por sócias individuais, que apoiavam as diretrizes da entidade. Essa configuração possibilitava a atuação da FBPF em todo o país, almejando que as estratégias elaboradas para as conquistas femininas fossem bem sucedidas.

A conquista do direito feminino ao sufrágio –

primeiro com o Código Eleitoral de 1932 e, finalmente, com a Carta Constitucional de 1934 –

, a aprovação de mulheres em cargos públicos de relevância e a eleição de Berta Lutz como deputada constituinte são exemplos da eficácia dos meios adotados pela FBPF para a consecução de seus objetivos. Várias mulheres, algumas delas membras da Federação, foram eleitas constituintes estaduais.

A atuação da FBPF – conservadora para alguns, libertária para outros –

foi inovadora ao permitir que os anseios femininos ultrapassassem a esfera do privado e desembocassem na esfera pública. Com a decretação do Estado Novo em 1937, a Federação teve suas atividades e seu prestígio político enfraquecidos, o que pode ser percebido pela diminuição da quantidade de documentos produzidos e recebidos pela entidade. A entidade continuou a existir, contudo, tendo sido fechada apenas em 1986.

A história da Federação confunde-

se por vezes com a trajetória de Berta Maria Júlia Lutz, sua presidente desde o início. Berta Lutz (1884-

1976), filha de Amy Fowler e Adolfo Lutz, teve uma atuação relevante no cenário científico e político nacional.

Zoóloga, segunda mulher a ingressar no serviço público federal por concurso (Museu Nacional), ainda jovem morou e estudou na Europa, durante o período em que as mulheres europeias lutavam por seus direitos na sociedade. Ao regressar ao Brasil, sua formação, combinada com o ambiente profissional, levou-

a a atuar, com grande habilidade, em diferentes frentes simultaneamente, e que contribuíram para o campo da história das ciências, da museologia, da política nacional agrícola e formação técnica e, no caso, da Federação, para o processo feminino de conquista de direitos civis.

## **História arquivística (história da acumulação)**

### **Natureza Jurídica**

Privada

### **Forma de Acumulação**

Fundo

### **Especificação da história arquivística**

Este fundo recebeu anteriormente o código AP 46.

Teriam ocorrido pelo menos quatro remessas: uma primeira no exercício de 1976 (cf. Relatório de atividades do AN) e as demais em 1985, 1986 e 2006. A de 1976 teria sido por doação de Maria Sabina de Albuquerque, destacando-se dois álbuns fotográficos. Seguiram-se as doações de Ilka Duque Estrada Bastos, então presidente da Federação, em 1985, de Renée Lamounier e Aída Mendonça de Souza, sócias da Federação, em 1986, após a extinção da entidade. Em 2006, uma doação pontual de Maria Luiza Carvalho de Mesquita acrescentou ao fundo um passaporte que pertenceu a Bertha Lutz.

A organização dos documentos iconográficos contou, entre dezembro de 2005 e abril de 2006, com o apoio financeiro do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Iberoamericanos (Projeto ADAI) do Ministério da Cultura da Espanha, por meio do qual reuniu-se uma equipe multidisciplinar contratada, sob a supervisão de Sérgio Miranda de Lima, do Arquivo Nacional. Posteriormente, profissionais do AN, sob a mesma supervisão, procederam à revisão das planilhas, redistribuíram os dossiês iconográficos no quadro de arranjo atual e deram continuidade ao processo de identificação, descrição e indexação dos documentos.

Nominado Memória do Mundo Brasil em outubro de 2018.

### **Procedência**

Albuquerque, Maria Sabina de - 1976 - doação - 3

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - 1985 - doação - 2

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - 1986 - doação - 4

Mesquita, Maria Luiza de Carvalho - 2006 - doação - 13

## **ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA**

### **Âmbito e conteúdo**

#### **Especificação do conteúdo**

Documentos textuais: Estatutos, livros de atas, relação de filiados, registro de sócios, circulares, balanços, livros-caixa, normas, mensagens, correspondência, discursos, entrevistas, ações da Federação em prol da conquista do voto feminino e da emancipação da mulher na área educacional e profissional. Eventos como congressos, assembleias e conferências feministas e internacionais. Atuação de Berta Maria Júlia Lutz como uma das pioneiras na defesa dos direitos da mulher, como pesquisadora do Museu Nacional e na vida privada. Sufragistas brasileiras e estrangeiras e homens públicos envolvidos com a causa do movimento.

Documentos iconográficos: ações da Federação em prol da conquista do voto feminino e da emancipação da mulher na área educacional e profissional. Eventos como congressos, assembleias e conferências feministas e internacionais. Atuação de Berta Maria Júlia Lutz como uma das pioneiras na defesa dos direitos da mulher, como pesquisadora do Museu Nacional e na vida privada. Sufragistas brasileiras e estrangeiras e homens públicos envolvidos com a causa do movimento.

### **Sistema de arranjo**

### **Estágio de tratamento**

Organizado totalmente

**Organização**

Acervo organizado em seções, subseções, séries por assunto e subséries por gêneros documentais. Documentos iconográficos integram subseções das seções Administração (ADM) e Berta Lutz (BLZ).

**ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO****Condições de Acesso**

Com restrição - Acessível por meio eletrônico  
Com restrição - Acessível apenas presencialmente

**Observações**

Documentos iconográficos acessíveis por meio eletrônico.  
Documentos textuais acessíveis apenas presencialmente.

**Idioma/Escrita**

Alemão  
Árabe  
Espanhol  
Francês  
Holandês  
Inglês  
Italiano  
Japonês  
Português  
Russo

**Instrumentos de Pesquisa**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Catálogo dos documentos cartográficos dos fundos privados Afonso Pena, Afonso Pena Júnior, Deoclécio Leite de Macedo, Família Bicalho, Família Pires de Carvalho e Albuquerque, Família Werneck, Federação Bras. pelo Progresso Feminino, Floriano Peixoto, Góes Monteiro, Item Documental, Joaquim C. da Silva, Luis Mendes da Silva, Milton de Mendonça Teixeira, Orlando Guerreiro de Castro, Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, Virgílio Várzea. Rio de Janeiro, 2008. 56 p. - Não impressos  
ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relação de caixas do fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Rio de Janeiro, [19--?]. 90 p. dat. Nota: obsoleto. - Não impressos

**ÁREA DE FONTES RELACIONADAS****Localização de cópias****Na Instituição**

mídia digital -1 compact-disc (correspondente às fitas audiomagnéticas em rolo) - - -  
mídia digital -documentos iconográficos - - -

**Unidades de descrição relacionadas****Outros Detentores**

Arquivo Histórico do Itamarati -Rio de Janeiro - -  
Câmara dos Deputados (Brasil). Centro de Documentação e Informação - - -  
Universidade Estadual de Campinas (SP). Centro de Memória - -Adolpho Gordo -  
Museu Nacional (Brasil) - -Bertha Lutz -

**ÁREA DE NOTAS****Data**

Datas-limite do fundo foram ampliadas após conclusão do trabalho com documentos iconográficos, de 1902-1979 para 1900-1981 (4/11/2014). Data de produção novamente alterada após conclusão da descrição dos documentos textuais de 1900-1981 para 1881-1985 (02/02/2018).

**Dimensões**

Informação sobre diapositivos (204) foi corrigida e substituída por diferentes categorias de documentos iconográficos (4/11/2014). Dimensões textuais corrigidas de 64,61m para 25m (02/02/2018).

**ÁREA DE CONTROLE****Nota do Arquivista****Termos de indexação**

Direitos das mulheres  
Federação Brasileira pelo Progresso Feminino  
Lutz, Berta Maria Júlia, 1894-1976  
Voto feminino

**Bibliografia e outras fontes utilizadas**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatório das atividades no exercício de 1976. MAN: Mensário do Arquivo Nacional, ano 8, n. 2, p. 1-75, fev. 1977. -Impressos, em periódicos

**Unidade Custodiadora**

Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos - CODAC  
Coordenação de Documentos Escritos - CODES

**Responsável da descrição**

Debora Pereira Crespo  
Mara Luci Silva de Araujo da Silva  
Maria Lucia Cerutti Miguel  
Ramon Jorge Henrique

**Crédito**

Documentos iconográficos:  
Supervisão AN (2005-2014) - Sergio Miranda de Lima  
Equipe ADAI contratada (2005-2006) - Débora de Almeida Rodrigues (museóloga), Ivana Medeiros (historiadora), Maurício de Almeida Mattos (arquivista), Renato Vilela Oliveira de Souza (historiador) e Ruth Peixoto Gigante (auxiliar de nível médio).  
Profissionais AN (2007-2014) - Maria Lúcia Cerutti Miguel e Ramon Jorge Henrique (Arquivo Nacional).

## Documentos sonoros:

Almerício Santos de Souza, Carlos Eduardo Marconi de Carvalho, Elisabeth Chaffim Martins, Mara Luci Silva de Araújo da Silva, Nei Inacio da Silveira, Pablo Mello Ferraz e Silva.

## Documentos textuais:

Equipe técnica – Aline Camargo Torres, Ana Lúcia Jatahy Messeder, Antônio Henrique Campello de Sousa Dias, Beatriz Moreira Monteiro, Carolina de Oliveira, Leonardo Augusto Silva Fontes, Marcus Vinicius Pereira Alves, Mariza Ferreira de Santana; Rodrigo Cavaliere Mourelle, Vera Lúcia Miranda Faillace;  
Estagiários – Andrea Ferraz, Camila Belarmino, Caroline Schuler, Daniel Brasil, Diego Vieira da Silva, Gabriel Silva Franco, Graciele Araújo da Silva, Hugo Pinheiro Pacheco, Jefferson Espíndola, Mariana Gonçalves, Matheus Ferreira Fonseca, Matheus Martinelli Galhardo Moreira Dias, Rafaela Machado, Rosimar Moreira Lima, Sanger Nogueira, Úrsula Jones.

**Arquivo Digital: Não**

## ANEXO AJ – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO CORREIO DA MANHÃ

**Fonte:** Banco de Dados Memórias Reveladas/Sistema de Informações do Arquivo Nacional

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

#### Código de Referência

BR RJANRIO PH

#### Título

##### Indicação do Título

Correio da Manhã

#### Datas

##### Data de Produção

1901 – 1974

#### Dimensão e suporte

Cartográfico(s) -cartograma(s) - 2 item(ns)  
 Cartográfico(s) -esquema(s) - 1 item(ns)  
 Cartográfico(s) -gráfico(s) - 1 item(ns)  
 Cartográfico(s) -mapa(s) - 120 item(ns)  
 Cartográfico(s) -planta(s) - 22 item(ns)  
 Iconográfico(s) -caricatura(s) - 3838 item(ns)  
 Iconográfico(s) -cartão(ões)-postal(is) - 150 item(ns)  
 Iconográfico(s) -cartaz(es) - 50 item(ns)  
 Iconográfico(s) -desenho(s) - 1000 item(ns)  
 Iconográfico(s) -fotografia(s) - 1014120 item(ns)  
 Iconográfico(s) -ilustração(ões) - 21000 item(ns)  
 Iconográfico(s) -negativo(s) fotográfico(s) - 476000 item(ns)  
 Textual(is) -sem especificação - 103,02 m

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

#### Nome(s) do(s) Produtor(es)

Correio da Manhã (jornal : Rio de Janeiro) - 1901 – 1974

#### História administrativa / biografia

O Correio da Manhã foi um jornal matutino diário, editado na cidade do Rio de Janeiro. Fundado por Edmundo Bittencourt, em 15 de junho de 1901, passou pela administração de Paulo Bittencourt, de 1929 a 1963 e de Niomar Moniz Sodré Bittencourt, de 1963 a 1969. Em 1969 foi arrendado por Maurício Nunes de Alencar, ligado à Companhia Metropolitana (empreiteira de obras), por um prazo de 5 anos. O encerramento de sua circulação ocorreu em 7 de junho de 1974, sendo seu título leiloado em 1977. Durante grande parte de sua existência, foi um dos principais órgãos da imprensa brasileira, destacando-se como um jornal independente, de tradição legalista e oposicionista em diversos momentos da vida política do país. Sua linha editorial, inspirada na filosofia liberal, caracterizava-se pela defesa incondicional da imprensa.

#### História arquivística (história da acumulação)

#### Natureza Jurídica

Privada

#### Forma de Acumulação

Fundo

#### Especificação da história arquivística

A documentação foi doada em 1982, por Fernando Gasparian, que a adquiriu através de leilão, em 1975.

Este fundo/coleção recebeu anteriormente o código AP 52.

Informações sobre a entrada:

Gasparian, Fernando - doação – 1982

#### Procedência

Gasparian, Fernando - 1982 - doação – 5

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

#### Âmbito e conteúdo

##### Especificação do conteúdo

O acervo cobre o período de administração de três diretores: Paulo Bittencourt, Niomar Moniz e Maurício Nunes de Alencar. A documentação textual é composta de recortes de jornais, manuscritos e publicações e permanece com a organização recebida originalmente, em dossiês temáticos, como, por exemplo: recortes de jornais e manuscritos referentes a matérias de jornais sobre abastecimento, Amazônia, animais (proteção), aviões, bíblia, Brasília (fundação), classe média, crimes (trânsito), doenças (parasitoses intestinais), economia, espaço (sol), Europa Ocidental (conflitos sociais), favela Babilônia, futebol na União Soviética, Grécia (história), greves (Brasil), habitação (1970), Hungria (operários-políticos), imóveis da União, independência da mulher, indústria siderúrgica, insônia, jardinagem, Justiça (Supremo Tribunal Federal), literatura (prêmios), logradouros (estrada Grajaú-Jacarepaguá), mapa geológico do Brasil, minérios, navegação (segurança), negros, Observatório Nacional, óleos vegetais (exportação), ornitologia (Museu de Ornitologia-Campinas), poesia (Espanha), radioamadorismo, tapeçaria, seqüestro de embaixadores, repressão policial, presos políticos e outros, biografias de políticos, escritores, poetas etc. Os dossiês de presos políticos trazem como curiosidade, principalmente no período de 1968-1969, as cópias das fichas criminais do DOPS, com dados sobre os mesmos, tais como codinome e organismos aos quais teriam pertencido. Os documentos iconográficos compreendem ampliações e negativos fotográficos de vários formatos, charges, ilustrações, cartazes, cartões-postais e desenhos originais. Retratam cenas da vida nacional e internacional, resultado das coberturas jornalísticas diárias do jornal. Estão agrupados em dossiês onomásticos ou temáticos. Os documentos cartográficos referem-se ao Brasil e a alguns países europeus e incluem mapas rodoviários. Para o projeto Memórias Reveladas, destacam-se, do material iconográfico, as fotografias dos dossiês temáticos que se referem a: o período João Goulart; os antecedentes do Golpe Militar de 1964; a repressão política nas ruas; o fechamento dos órgãos de imprensa; os seqüestros políticos; a atuação dos presidentes militares - Castelo Branco, Costa e Silva e Médici; o fechamento do Congresso Nacional; os movimentos políticos e sociais da época; as peças teatrais; os filmes cinematográficos; os festivais da canção realizados na época. Os dossiês onomásticos referem-se às pessoas ligadas direta ou indiretamente aos principais fatos políticos, militares, religiosos, culturais e sociais.

#### **Sistema de arranjo**

#### **Estágio de tratamento**

Organizado parcialmente

#### **Organização**

Documentos iconográficos: alfabética, assunto e procedência.

Documentos textuais: parcialmente organizados, conservando a organização original, em dossiês temáticos e por procedência, obedecendo a ordem alfabética.

#### **ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO**

#### **Condições de Acesso**

Com restrição - Em tratamento técnico

#### **Observações**

Restrição temporária apenas para os documentos textuais.

#### **Idioma/Escreta**

Português

#### **Instrumentos de Pesquisa**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Catálogo dos documentos cartográficos do fundo Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 2000. 31 p. dat. (AN/SCO/CODAC/SDC 13) Nota: obsoleto. - Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Catálogo dos documentos cartográficos dos fundos privados Academia Brasileira de Letras, Afonso Vasconcelos Várzea, Correio da Manhã, Francisco Lobo Leite Pereira, Ilone Starec, Luiz da Silva Oliveira, Marcos Carneiro de Mendonça, Salgado Filho. Rio de Janeiro, 2008. 140 p. - Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Equipe de Documentos Iconográficos. Fundo Correio da Manhã (acervo fotográfico), 1901-1974: índices de assunto e onomástico. Rio de Janeiro, 2006. 8v. - Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Correio da Manhã (acervo fotográfico), 1901-1974: índice de assuntos. Rio de Janeiro, 2001. 243 p. dat. - Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Listagem do acervo fotográfico do Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1998. 7 v. - Não impressos

#### **ÁREA DE FONTES RELACIONADAS**

#### **Localização de cópias**

#### **Outros Detentores**

Comissão de Anistia (Brasil) - - -

Ministério Público Federal (São Paulo) - - -

#### **ÁREA DE NOTAS**

#### **Outras**

Cópias encaminhadas a pedido à Comissão de Anistia e ao Ministério Público em São Paulo, entre outubro e dezembro de 2018 (ver Bibliografia).

#### **ÁREA DE CONTROLE**

#### **Bibliografia e outras fontes utilizadas**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil); COMISSÃO DE ANISTIA. Acordo de cooperação técnica. Rio de Janeiro, 5 out. 2018. Diário Oficial da União, n. 197, Seção 3, p. 111, 11 out. 2018. -Não definido

ARQUIVO NACIONAL (Brasil); MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (São Paulo). Correspondência. 2º sem. 2018. -Não impressos

**Unidade Custodiadora**

Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos - CODAC  
Coordenação de Documentos Escritos - CODES

**Responsável da descrição**

Cyntia Mendes Aguiar

**Crédito**

Equipe de Documentos Privados (textuais): Mariza Ferreira Sant'Ana; Maria da Conceição Castro; Maria Vilma Soares do Nascimento; Marcos Vinicius da Silva Inácio Leandro; Fábio Bocco; Maria Angélica Oliveira; Maria de Fátima Morado; José Ezequiel Aurélio Chilungo; Roberto Carlos Nogueira Fernandes; Fábio da Assunção; Cláudia Paixão.  
Equipe de Documentos Cartográficos: José Luiz Macedo de Faria Santos, Lucia Maria Fabiano Gusmão.  
Equipe de Documentos Iconográficos: Bruna Andrade, Maria Lúcia Cerutti Miguel, Nilda Sampaio Barbosa Sobrosa e Sérgio Lima.

**Arquivo Digital: Não**

## ANEXO AK – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA

**Fonte:** Banco de Dados Memórias Reveladas/Sistema de Informações do Arquivo Nacional

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Código de Referência**

BR RJANRIO PE

**Título****Indicação do Título**

Campanha da Mulher pela Democracia

**Datas****Data de Produção**

1961 – 1973

**Dimensão e suporte**

Textual(is) -sem especificação - 2,04 m

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**História administrativa / biografia**

A Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) foi criada pouco antes das eleições de 1962, por Leovigildo Balestiero, vigário franciscano de Ipanema, Glycon de Paiva e o general Golbery do Couto e Silva. Foi custeada, organizada e orientada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). A razão imediata para a criação da instituição foi a de se formar um efetivo "coro popular" para impedir a posse de Santiago Dantas como primeiro-ministro do governo Goulart. A instituição colocou-se sempre em oposição ao chamado "perigo da subversão comunista". Patrocinava conferências, reuniões e distribuía

material propagandístico, pressionando firmas comerciais contra o governo Goulart, a esquerda e o trabalhismo. Trabalhava, ainda, com a cooperação de associações congêneres de São Paulo e outras regiões. Responsabilizou-se pelo movimento que concentrou cerca de um milhão de pessoas no Rio de Janeiro, a favor da intervenção militar contra o governo e contra a esquerda, estando também na chamada "Marcha da família com Deus pela liberdade", em protesto contra o comício de João Goulart em 13 de março de 1964.

**História arquivística (história da acumulação)****Natureza Jurídica**

Privada

**Forma de Acumulação**

Coleção

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**Âmbito e conteúdo****Especificação do conteúdo**

Recortes de jornais com artigos sobre o comunismo, economia, reforma agrária, política estadual, censura, greves, sindicalismo, democracia e manifestações, homenagens da CAMDE. Panfletos sobre o comunismo. Relatórios da CAMDE sobre o combate ao comunismo.

**Sistema de arranjo****Estágio de tratamento**

Organizado totalmente

**Organização**

Assunto e cronológica.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de Acesso**

Sem Restrição

**Idioma/Escreta**  
Português

**Instrumentos de Pesquisa**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Banco de dados Memórias Reveladas. Rio de Janeiro, 2009-... Disponível em: . - Não impressos  
ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Equipe de Documentos Privados. Campanha da Mulher pela Democracia. In: \_\_\_\_\_. Inventário das coleções. Rio de Janeiro, 2005, p. 199-218. dig. (AN/SCO/SDP 064, v. 1) - Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação Regional no Distrito Federal. Base de dados (DSpace). s/d. (ativa em abr. 2011).  
Nota: Acesso presencial no Rio de Janeiro e em Brasília. - Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Sala de leitura virtual (em Windows 7). Org. por equipes da Coordenação de Tecnologia da Informação, Coordenação-Geral de Preservação e Processamento Técnico do Acervo e Coordenação Regional no Distrito Federal. Rio de Janeiro, out.-nov. 2013-2016. Nota: Acesso presencial no Rio de Janeiro e Brasília até 2 agosto de 2017. - Não impressos

**ÁREA DE FONTES RELACIONADAS**

**Localização de cópias**

**Outros Detentores**

Comissão de Anistia (Brasil) - - -  
Ministério Público Federal (São Paulo) - - -

**Unidades de descrição relacionadas**

**Na Instituição**

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais -BR RJANRIO QL -  
San Tiago Dantas -BR RJANRIO Q8 -  
João Goulart -BR RJANRIO D7 -

**ÁREA DE NOTAS**

**Título**

**Variações**

CAMDE

**Outras**

Notação anterior: 90 CP 35 a 46.  
Cópias à Comissão de Anistia e ao Ministério Público em São Paulo encaminhadas a pedido, entre outubro e dezembro de 2018 (ver Bibliografia).

**ÁREA DE CONTROLE**

**Bibliografia e outras fontes utilizadas**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil); COMISSÃO DE ANISTIA. Acordo de cooperação técnica. Rio de Janeiro, 5 out. 2018. Diário Oficial da União, n. 197, Seção 3, p. 111, 11 out. 2018. -Não definido  
ARQUIVO NACIONAL (Brasil); MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (São Paulo). Correspondência. 2º sem. 2018. -Não impressos

**Regras ou convenções**

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). NOBRADE: Norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

**Unidade Custodiadora**

Coordenação de Documentos Escritos - CODES

**Responsável da descrição**

Cyntia Mendes Aguiar

**Arquivo Digital: Não**

## ANEXO AL – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

**Fonte:** Banco de Dados Memórias Reveladas/Sistema de Informações do Arquivo Nacional

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

#### Código de Referência

BR DFANBSB V8

#### Título

##### Indicação do Título

Serviço Nacional de Informações

#### Datas

##### Data de Produção

1967 – 1999

#### Dimensão e suporte

Bibliográfico(s) -livro(s) - 470 item(ns)  
 Bibliográfico(s) -periódico(s) - 665 item(ns)  
 Bibliográfico(s) -sem especificação - 9549 item(ns)  
 Cartográfico(s) -mapa(s) - 778 item(ns)  
 Formato(s) digital(is) -disco(s) ótico(s) - cd(s) - 6 item(ns)  
 Iconográfico(s) -fotografia(s) - 10608 item(ns)  
 Iconográfico(s) -sem especificação - 1 item(ns)  
 Micrográfico(s) -microficha(s) - 440000 item(ns)  
 Sonoro(s) -disco(s) - 4 item(ns)  
 Sonoro(s) -fita(s) audiomagnética(s) - 4 item(ns)  
 Tridimensional(is) -sem especificação - 46 item(ns)  
 Textual(is) -sem especificação - 8,82 m

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

#### Nome(s) do(s) Produtor(es)

Secretaria de Assuntos Estratégicos (I) - 1990 – 1999  
 Serviço Nacional de Informações (Brasil) - 1964 – 1990

#### História administrativa / biografia

A lei n. 4.341, de 13 de junho de 1964, criou o Serviço Nacional de Informações (SNI) como órgão da Presidência da República, com a finalidade de superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessassem à segurança nacional.

O serviço então criado, e que teve seu primeiro regulamento aprovado pelo decreto n. 55.194, de 10 de dezembro

de 1964, compreendia uma Chefia, composta pelo chefe do Serviço, que deveria ser pessoa civil ou militar de confiança do presidente da República, assistentes e Gabinete, além de uma agência central no Distrito Federal (DF) e a gências regionais, tantas quantas se fizessem necessárias. O chefe do SNI tinha prerrogativas de ministro de Estado

. Pelo regulamento de 1964, a Agência Central foi organizada em Chefia, Seção de Informações Estratégicas, Seção de Segurança Interna e Seção de Operações Especiais. As agências regionais estruturaram-se nos mesmos moldes e, de acordo com a quantidade de efetivos, em menor número que os da Agência Central, eram classificadas em tipos A, B e C.

O Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), até então integrante da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, foi absorvido como agência regional, com sede no Rio de Janeiro, estado da Guanabara. Previamente, ainda, pelo citado regulamento, que, enquanto não fosse instalada a Agência Central no DF, a agência regional da Guanabara funcionaria como agência central. Assim, parte da segurança e da Seção Administrativa do Gabinete do SNI foi, temporariamente, alocada na Agência da Guanabara.

Entre as atribuições do chefe do SNI, competia-lhe estabelecer ligação direta com órgãos federais, estaduais e municipais, com entidades paraestatais e autárquicas,

além de poder solicitar a colaboração de entidades privadas; criar e extinguir agências conforme a necessidade; requisitar funcionários e propor a designação de oficiais das Forças Armadas; e classificar assuntos como secreto e ultrassecreto de acordo com o "Regulamento para a salvaguarda das informações que interessam à segurança nacional". Cabia à Agência Central (artigo 10 do decreto n. 55.194/1964) estabelecer ligação com as demais agências, com órgãos cooperadores e elementos colaboradores; processar informes e informações e difundirlos; planejar e implementar os planos de informação e de contrainformação; acionar seus órgãos de busca; instruir e treinar pessoal; classificar assuntos como secretos e ultrassecretos de acordo com o "Regulamento para a salvaguarda

arda das informações”; arquivar a documentação que devesse permanecer em seu poder de forma a permitir consult a rápida; manter seus fichários atualizados, entre outras competências. As agências regionais tinham atribuições sem elhantes, em proporção relativa, pois se reportavam à Agência Central.

Os artigos 13, 14 e 15 definiram as competências das seções que compunham a estrutura das agências. A Seção d e Informações Estratégicas planejava a pesquisa e a busca de informações, reunia e processava os dados colhidos e os estudos realizados. A Seção de Segurança Interna identificava e avaliava antagonismos, existentes ou em potencil, que afetassem a segurança interna, processava os dados e propunha sua difusão. A Seção de Operações Especiais realizava a busca especializada de informes e participava do planejamento de operações.

O SNI teve novos regulamentos aprovados pelos decretos n. 60.182, de 3 de fevereiro de 1967, e n. 82.379, de 4 de outubro de 1978, cujo teor não foi divulgado, medida certamente respaldada na lei n. 4.341/1964.

Em 2 de outubro de 1979, os decretos reservados n. 6 e 7 dispuseram sobre os cargos e o exercício de chefes d e agências do SNI. O tema também foi objeto do decreto reservado n. 11, de 5 de novembro de 1980, que acrescentou dispositivo ao decreto reservado n. 7/1979, sobre o exercício do cargo de chefe de agências do SNI.

O decreto reservado n. 12, de 19 de maio de 1982, criou uma nova unidade administrativa no SNI.

Por fim, o decreto n. 96.876, de 29 de setembro de 1988, dispôs sobre o regulamento do SNI, destacando o seu papel na atividade de informação e contrainformação em proveito da política nacional, especialmente quanto à soberania nacional e à defesa do Estado democrático. Entre outras competências, o regulamento estabeleceu que competia ao SNI difundir conhecimentos para a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional; salvaguardar e assistir e ntidades nacionais no que se refere à salvaguarda de conhecimentos e dados sob a responsabilidade do Estado; estabelecer doutrina nacional de informações; preparar profissionais, realizar pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico em proveito da atividade de informação; colaborar no controle de transferência de tecnologia, considerado o interesse público; e colaborar com órgãos e entidades encarregados da atividade de controle de estrangeiros.

Por esse regulamento, o SNI assumiu a seguinte estrutura: Gabinete do Ministro, Consultoria Jurídica e Assessoria d e Coordenação e de Planejamento; Agência Central; agências regionais; Escola Nacional de Informações (EsNI); Secretaria Administrativa (SAD); Secretaria de Controle Interno (SCI); Centro de Informática (CIn); Centro de Telecomunicações e Eletrônica (CTE); e Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações (CEPESC).

A essa altura, o SNI dispunha de um fundo especial (FESNI), de natureza contábil, criado pelo decreto reservado n. 5, de 12 de julho de 1979, cujo funcionamento foi explicitado pelo decreto n. 96.876/1988. Ao FESNI, destinou-se o custeio de projetos e atividades nas áreas de ensino, pesquisa, programação e desenvolvimento tecnológico e f oram definidas as suas fontes de receita (dotação orçamentária, serviços prestados a outros, doações etc.).

O SNI foi extinto pela medida provisória n. 150, de 1990, passando suas atribuições à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e à Polícia Federal.

## **História arquivística (história da acumulação)**

### **Natureza Jurídica**

Pública

### **Forma de Acumulação**

Fundo

### **Especificação da história arquivística**

O decreto n. 5.584, de 18 de novembro de 2005, determinou o recolhimento ao Arquivo Nacional dos acervos do Serviço Nacional de Informações, do Conselho de Segurança Nacional e da Comissão Geral de Investigações.

Informações sobre o recolhimento do acervo do Serviço Nacional de Informações constam em dois processos: n. 00322.000005/2005-DV, de 21 de dezembro de 2005, e n. 00320.000258/2008-DV, de 11 de julho de 2008. A assinatura do termo de recolhimento data de 23 de dezembro de 2005 (processo n.00320.000258/2008-DV, de 11 julho de 2008). Na primeira leva, foram recolhidos documentos em suporte papel e em microfichas, assim como equipamentos e mobiliários (fichários de 8 gavetas, arquivos de aço e leitoras de microficha) e a base de dados utilizada pelo Serviço Nacional de Informações.

O segundo encaminhamento deu-se em 18 de março de 2008, quando o recolhimento foi complementado com documentos igualmente em papel e microfichas. Na mesma ocasião, conforme acordado, fez-se retornar à Agência Brasileira de Informações informações e documentos atinentes ao período de atuação da ABIN (cf. proc. 00322.000005/2005-DV).

O acervo foi nominado Memória do Mundo (internacional) em 2011.

Em 2013, tendo em vista a reprodução do acervo em meio digital, microfichas (220000 itens) e material sonoro (4 discos e 176 fitas audiomagnéticas) foram transferidos para a sede do Arquivo Nacional.

### **Procedência**

Agência Brasileira de Inteligência - 2005 - recolhimento - 7

## **ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA**

### **Âmbito e conteúdo**

#### **Especificação do conteúdo**

Documentos produzidos pelo SNI e recebidos dos diversos órgãos que compunham o extinto Sistema Nacional de Informações (SISNI), entre eles as unidades de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal, sobre repressão a organizações de esquerda, anistia, prisões, partidos políticos, movimentos populares, sindicatos, Igreja, universidades e movimento estudantil, asilo político, guerrilha urbana, guerrilha rural, terrorismo, relações internacionais, cassação de mandatos e direitos políticos.

### **Sistema de arranjo**

#### **Estágio de tratamento**

Organizado totalmente

#### **Organização**

Cronológica, numérica, por assunto e nominal.

Organizado totalmente : o acervo microfilmado, incluindo o acervo fotográfico, livros, folhetos e filmes, anexados aos processos ou dossiês (ACEs), integralmente migrados para o suporte micrográfico.

## **ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO**

**Condições de Acesso**

Com restrição - Acessível por meio eletrônico

**Normas legais e administrativas**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Edital n. 1, de 17 de maio de 2012, de reconhecimento de conjuntos documentais contendo informações pessoais como necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância. Diário Oficial da União, Brasília, ano 53, n. 96, Seção 3, p. 98, 18 maio 2012. Disponível em:

<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=98&data=18/05/2012>

Prazo encerrado em 17 jun. 2012.

BRASIL. Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União, 30 dez. 2002.

Nota: Revogado pelo decreto n. 7.845, de 14 de novembro de 2012.

BRASIL. Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Diário Oficial da União, Brasília, Edição Extra, ano n. 94-A, Seção 1, p. 1-6, 16 maio 2012. Disponível em:

<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=16/05/2012&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=8>

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria n. 417, de 5 de abril de 2011. Regulamenta o procedimento de acesso aos documentos produzidos e acumulados por órgãos e entidades integrantes, direta ou indiretamente, do extinto Sistema Nacional de Informações e Contrainformação - SISNI, relacionados ao regime militar que vigorou entre os anos de 1964 e 1985, que estejam sob a guarda do Arquivo Nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, n. 66, Seção 1, p. 66-67, 6 abr. 2011.

**Idioma/Escreta**

Português

**Instrumentos de Pesquisa**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Banco de dados Memórias Reveladas. Rio de Janeiro, 2009-... Disponível em: . - Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação Regional no Distrito Federal. Base de dados (DSpace). s/d. (ativa em abr. 2011).

Nota: Acesso presencial no Rio de Janeiro e em Brasília. - Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Sala de leitura virtual (em Windows 7). Org. por equipes da Coordenação de Tecnologia da Informação, Coordenação-Geral de Preservação e Processamento Técnico do Acervo e Coordenação Regional no Distrito Federal. Rio de Janeiro, out.-nov. 2013-2016. Nota: Acesso presencial no Rio de Janeiro e Brasília até 2 agosto de 2017. - Não impressos

**ÁREA DE FONTES RELACIONADAS****Localização de cópias****Na Instituição**

cópia -cópias de segurança - - -

mídia digital - - - -

**Outros Detentores**

Comissão de Anistia (Brasil) - - -

Ministério Público Federal (São Paulo) - - -

**Notas sobre publicação**

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. A escrita da repressão e da subversão 1964-1985. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 340 p. (Publicações Históricas, 104) - Impressos, em livros e folhetos

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. (1964, Cinquenta anos depois). 429 p. - Impressos, em livros e folhetos

**ÁREA DE NOTAS****Título****Variações**

SNI

**Data**

Datas-limite alteradas de 1964 a 1990 para 1967 a 1999 (26 mar. 2015).

**Dimensões**

Bibliográficos sem especificação: impressos avulsos (3.398) e encadernados (6.151). Iconográficos sem especificação: rolo de filme fotográfico (1).

Tridimensionais: bandeira (1), botão (1), moeda (1), munição para arma de fogo (38), sacola (1), viseira de papelão (1), cédula (moeda) (3).

Textuais: mensuração corrigida para 8,82m em 21 de agosto de 2013 (equivalendo a 63 caixas).

Microfichas: originalmente separadas em microfichas matrizes e cópias (de consulta), cada uma dessas categorias não estavam inteiramente completas. O trabalho de digitalização exigiu confrontação e permitiu chegar ao cômputo de 220.000 matrizes. Quanto às cópias estas estão estimadas em igual quantidade; ainda não foram, contudo, contabilizadas com total precisão (31 mar. 2015).

A digitalização dos documentos textuais resultou em 53.954 matrizes e 2.647 derivadas (cf. Relatório de status 25 mar. 2014). A digitalização do acervo originalmente em microfichas resultou no seguinte: Agências = 3.211.483 matrizes e 193.562 derivadas; Prontuários = 288.491 matrizes e 6.511 derivadas (cf. Relatório 25 mar. 2014)

**Estado de Conservação**

-Bom - Microfichas em saís de prata (originais) e em acetato (cópias).

**Outras**

Cópias encaminhadas, a pedido, à Comissão de Anistia e ao Ministério Público em São Paulo, entre outubro e dezembro de 2018 (ver Bibliografia).

**ÁREA DE CONTROLE****Nota do Arquivista****Termos de indexação**

Brasil - Ditadura militar, 1964-1985

Informações

Repressão

**Bibliografia e outras fontes utilizadas**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Digitalização de acervos de interesse da Comissão Nacional da Verdade: relatório de status, atualizado em 25 de março de 2014. 7 p. -Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil); COMISSÃO DE ANISTIA. Acordo de cooperação técnica. Rio de Janeiro, 5 out. 2018. Diário Oficial da União, n. 197, Seção 3, p. 111, 11 out. 2018. -Não definido

ARQUIVO NACIONAL (Brasil); MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (São Paulo). Correspondência. 2º sem. 2018. -Não impressos  
DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. 2. ed. ver. Atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. 5v. il. -Impressos, em livros e folhetos

**Unidade Custodiadora**

Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal – COREG

**Responsável da descrição**

Cristina Ruth Santos

**Crédito**

Compilação história administrativa: Sílvia de Moura. Copidesque: Maria Simões Lourenço.

**Arquivo Digital: Não**

## ANEXO AM – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS

**Fonte:** Banco de Dados Memórias Reveladas/Sistema de Informações do Arquivo Nacional

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Código de Referência**

BR RJANRIO QL

**Título**

**Indicação do Título**

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

**Datas**

**Data de Produção**

1960 - Atribuída - 1974

**Dimensão e suporte**

Bibliográfico(s) -livro(s) - 17 item(ns)  
 Filmográfico(s) -filme(s) cinematográfico(s) - 14 item(ns)  
 Iconográfico(s) -cópia(s) por contato - 5 item(ns)  
 Iconográfico(s) -fotografia(s) - 30 item(ns)  
 Iconográfico(s) -negativo(s) fotográfico(s) - 9 item(ns)  
 Textual(is) -sem especificação - 10 m

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - 1961 - 1972

**História administrativa / biografia**

Fundado oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro, com estatutos registrados em 9 de dezembro de 1961, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) resultou da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo e rapidamente ganhou a adesão das classes produtoras das outras unidades da federação. Era dirigido por um Comitê Nacional, um Conselho Orientador, um Comitê Diretor e um outro Executivo. O Instituto promoveu intensa campanha antigovernamental. Associando as propostas do governo ao comunismo, a entidade utilizou os mais diversos meios de comunicação na defesa da democracia e da livre iniciativa. Publicou artigos nos principais jornais do país, produziu uma série de 14 filmes de "doutrinação democrática", apresentados em todo o país, financiou cursos, seminários, conferências públicas, publicou e distribuiu inúmeros livros, folhetos e panfletos anticomunistas.

O IPÊS também atuou no financiamento de outras entidades contrárias ao governo João Goulart, tais como os círculos operários carioca e paulista, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) do Rio, a União Cívica Feminina de São Paulo, o Instituto Universitário do Livro e o Movimento Universitário de Desfavelamento. O IPÊS-RJ auxiliava igualmente a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra.

A participação do IPÊS na derrubada do governo Goulart, em 31 de março de 1964, pelos militares, foi, preferencialmente, resultado de um trabalho propagandístico. Todavia, isso não impediu que alguns de seus membros, individualmente, atuassem de maneira mais direta. O reconhecimento dos seus préstimos pelo regime militar ocorreu em 7 de novembro de 1966, quando foi declarado órgão de utilidade pública pelo decreto n. 40.131, de 25 de maio de 1962.

O IPÊS paulista foi completamente desativado em 1970, ao passo que o do Rio encerrou suas atividades em março de 1972.

**História arquivística (história da acumulação)**

**Natureza Jurídica**

Privada

**Forma de Acumulação**

Fundo

**Especificação da história arquivística**

O acervo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS) foi doado ao Arquivo Nacional (AN) por João José Batista Tubino em 1974 e incorporado a então Seção de Administração Descentralizada. Com a mudança do regimento do AN em 1975, o fundo passou a integrar a recém criada Seção de Arquivos Particulares e recebeu o código AP 25 que se transformaria, nos anos 1990, no código QL. Somente identificados, os documentos dispunham como meio de acesso uma relação de documentos por caixa que funcionava como instrumento de pesquisa, embora itens documentais complementares se apresentassem dispersos,

em caixas diferentes.

Em 2013, a parcela textual do fundo foi selecionada pela Comissão Nacional da Verdade como de interesse para a integrar o Projeto de Reformatação de Documentos, tendo em vista atender às demandas por fontes documentais para pesquisa sobre violação de direitos humanos. O acesso aos documentos textuais foi, então, interrompido, de 10 de abril a janeiro de 2014, para tratamento técnico, digitalização e ocerização e, a partir de março de 2014, informações descritivas sobre os dossiês começaram a ser introduzidas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

A equipe técnica pensava, a princípio, restringir-se à correção dos principais desvios de sequência e relacionamento. Porém, por se tratar de um acervo relativamente pequeno e de caráter predominantemente administrativo procedeu-se, por fim, à organização do fundo.

No que diz respeito à identificação, organização ou revisão da organização dos documentos iconográficos e das imagens em movimento, estas atividades técnicas deram-se, especialmente, na década de 1980 e 1990. Ainda assim, o acervo integrado por documentos iconográficos sofreu atualizações, com a transferência em 26 de novembro de 2013, pela Equipe de Documentos Privados à Equipe competente, de documentos do referido gênero ainda encontrados com a parte textual.

#### **Procedência**

Tubino, João José Batista - 1974 - doação - 1

### **ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA**

#### **Âmbito e conteúdo**

##### **Especificação do conteúdo**

Atas, agendas de reuniões, discursos, convites, currículos, boletins, fichas e livros contábeis, estatutos, relatórios, recortes de jornais, programas, projetos, depósitos bancários, cursos, relatórios anuais, conferências e simpósios sobre democracia, igreja, regimes totalitários, programas e cursos educacionais anticomunistas.

Filmes referentes a problemas do Nordeste brasileiro, portos brasileiros, vida universitária, democracia, empresas de transportes, empresas e história do IPÊS.

Fotografias, cópias por contato e negativos fotográficos de entrega de diplomas de conclusão do curso do IPÊS, da abertura da linha naval Brasil-México, promovida pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e do convés do navio Loide Guatemala.

#### **Sistema de arranjo**

##### **Estágio de tratamento**

Organizado totalmente

##### **Organização**

A fim de atender com maior rapidez à solicitação da Comissão Nacional da Verdade, os documentos textuais foram organizados a partir de um quadro de arranjo que tomou por base o código de classificação por assunto do Arquivo Nacional. No arranjo, respeitou-se em alguns casos a denominação original e, em outros, a espécie e o tipo. Os dossiês foram mantidos tanto no seu conteúdo como a descrição, na medida do possível, como estavam montados anteriormente e inseridos nas séries estabelecidas. Após a organização, foi realizado o preparo para digitalização, a digitalização propriamente dita e a ocerização dos representantes digitais. A recuperação da notação anterior é feita pelo campo 6.1.1.1 - Notação Lógica. A associação das imagens digitalizadas aos dossiês está sendo feita à medida que os representantes digitais são liberados.

Os dossiês foram descritos de acordo com a Descrição Multinível Integrada, ordenados cronologicamente dentro das séries relacionadas a seguir:

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO (QL.0.CDI) - dossiês compostos por publicações e material impresso editados pelo IPÊS como panfletos, boletins, informativos, relatórios, além de recortes de jornais e publicações de outras entidades;  
CORRESPONDÊNCIA (QL.0.COR) - dossiês de correspondência expedidas e recebidas;  
CURSOS (QL.0.CUR) - dossiês relativos aos cursos, conferências e eventos promovidos ou patrocinados pelo IPÊS;  
ORÇAMENTO E FINANÇAS (QL.0.OFN) - dossiês composto por recibos de contribuintes do IPÊS, documentos de caixa, boletins de caixa, títulos em custódia, demonstração de receita e despesas, correspondência, recibos de despesa, resumo do movimento da tesouraria, livro diário, balanços gerais, movimento bancário, guias de recolhimento de imposto de renda;  
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO (QL.0.OFU) - dossiês integrados por estatutos, regimentos internos, regulamentos, atas avulsas e livros de atas de reuniões da Diretoria, Conselhos, Grupos de Trabalho, Grupos de Trabalho, informações sobre o órgão, agendas e relatório apresentado à Comissão Parlamentar de Inquérito, relatórios anuais, fichas de inscrição no IPÊS, fichas de contribuintes do IPÊS;  
PATRIMÔNIO (QL.0.PAT) - dossiês relativos bens imóveis, aquisição de material permanente e material de consumo, instalação e manutenção;  
RECURSOS HUMANOS (QL.0.RHU) - composto de dossiês sobre legislação e obrigações trabalhistas, identificação funcional, recrutamento e seleção, folhas de pagamento e remuneração.

### **ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO**

#### **Condições de Acesso**

Com restrição - Estado de conservação

#### **Observações**

Restrição referente ao acervo filmográfico (nov. 2006).

Acesso aos filmes: O usuário deve seguir as orientações da entidade detentora para a consulta e manuseio dos documentos originais (dez. 2014).

#### **Idioma/ Escrita**

Português

**Instrumentos de Pesquisa**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Catálogo de filmes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Rio de Janeiro, 2000. 13 p. dig. - Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (QL): instrumento provisório dos documentos textuais e iconográficos, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 52 p. - Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (QL): catálogo de filmes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 13 p. - Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relação de caixas do fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Rio de Janeiro, 1974. 28 p. dat. - Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Sysportal: catálogo online da Biblioteca do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://capela/scripts/sysbibli/sysportal.exe/index#8> - Não impressos

ASSIS, Denise. Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962-1964). Rio de Janeiro: MAUAD/ FAPERJ, 2001. 100 p. Inclui fita VHS com 14 curtas de Jean Manzon produzidos pelo IPÊS e catálogo dos filmes. - Impressos, em livros e folhetos

**ÁREA DE FONTES RELACIONADAS****Localização de cópias****Na Instituição**

mídia digital -Filmes - - -  
mídia digital -Documentos escritos - - -

**Outros Detentores**

Comissão de Anistia (Brasil) - - -  
Ministério Público Federal (São Paulo) - - -

**Unidades de descrição relacionadas****Na Instituição**

Luís Viana Filho -BR RJANRIO RH -  
Paulo de Assis Ribeiro -BR RJANRIO S7 -

**Notas sobre publicação**

ASSIS, Denise. Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962-1964). Rio de Janeiro: MAUAD/ FAPERJ, 2001. 100 p. Inclui fita VHS com 14 curtas de Jean Manzon produzidos pelo IPÊS e catálogo dos filmes. - Impressos, em livros e folhetos

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1981. 814 p. - Impressos, em livros e folhetos

LUSTOSA, Márcio da Silva. IPÊS, um golpe de classe. Trabalho de conclusão de curso de bacharel em história pela Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 2007. 87 f. dig. - Não impressos

**ÁREA DE NOTAS****Título****Variações**

IPÊS

**Dimensões**

Dimensões textuais atualizadas de 13,20m para 10m (31/3/2014).  
O projeto de Reformatação gerou 196.000 matrizes (cf. Relatório de status da digitalização, 27 maio 2014).

**Outras**

Notação anterior (até 1990): AP 25.  
Cópias encaminhadas, a pedido, à Comissão de Anistia e ao Ministério Público em São Paulo, entre outubro e dezembro de 2018 (ver Bibliografia).

**ÁREA DE CONTROLE****Bibliografia e outras fontes utilizadas**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Digitalização de acervos de interesse da Comissão Nacional da Verdade: relatório de status, atualizado em 27 de maio de 2014. 7 p. -Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Relatório das atividades em 1974. MAN: Mensário do Arquivo Nacional, v.6, n. 3, p.1-81, mar 1975.  
-Impressos, em periódicos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil); COMISSÃO DE ANISTIA. Acordo de cooperação técnica. Rio de Janeiro, 5 out. 2018. Diário Oficial da União, n. 197, Seção 3, p. 111, 11 out. 2018. -Não definido

ARQUIVO NACIONAL (Brasil); MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (São Paulo). Correspondência. 2º sem. 2018. -Não impressos

**Regras ou convenções**

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). NOBRADE: Norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

**Unidade Custodiadora**

Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos - CODAC  
Coordenação de Documentos Escritos - CODES  
Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental - COACE

**Responsável da descrição**

Debora Pereira Crespo

**Crédito**

Equipe Documentos Privados (2013-2014): Beatriz Moreira Monteiro – supervisora; Aline Camargo Torres; Ana Lúcia Jatahy Messeder; Mariza Ferreira de Sant'Ana; Sara Celeste Boechat Cordeiro

Estagiários (2013-2014): Thaís Moreno da Silva; Sabrina Arruda Gesumino Mendonça  
Lucas Taranto Casemiro.

Equipe Documentos iconográficos: Bruna Andrade, Maria Lúcia Cerutti Miguel, Sérgio Lima.

Imagens em movimento (1982-2008): Agnaldo Neves Santos (1983 a 1991); Ana Maria de Lima Brandão (1993 a 1996); Clóvis Molinari Júnior (1982 a 1987 e 1992 a 2007); Elizabeth Trizuzzi (1985 a 1991); José Ivan Calou Filho (1997 a 2001); Marcus Vinicius Pereira Alves (1982 a 1986 e 1993 a 2008); Maria Amélia Gomes Leite (1991 a 1995); Mariana Lambert Passos Rocha (2006 a 2008); Túlio Alexandre Saeta (2001 a 2006).

Equipe do Projeto da Comissão Nacional da Verdade:

Beatriz Silva Moreira; Bianca Lessa Meireles; Cristine Cabral; Eduardo Seabra; Fabíula Maria Garcia Machado; Isaías Silvino; Janaína de Souza Estevão; Joyce Lima de Azevedo; Marcela Lucia Castro; Maria da Graça Estela de Souza; Marlos Marconi; Nayara Costa dos Santos Azevedo; Priscila Lessa; Rita de Cássia Cruz Miranda; Rosilda Chaves de Oliveira; Sonaly Raiany Vidal da Silva; Viviane de Azevedo Magalhães.

**Agradecimentos**

A todos os estagiários e terceirizados que colaboraram na organização e tratamento do acervo ao longo do tempo.

**Arquivo Digital: Não**

## ANEXO AN – DESCRIÇÃO FUNDO ARQUIVÍSTICO COMBA MARQUES PORTO

**Fonte:** Banco de Dados Memórias Reveladas/ Sistema de Informações do Arquivo Nacional

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Código de Referência**  
BR RJANRIO TJ

**Título**  
**Indicação do Título**  
Comba Marques Porto

**Datas**  
**Data de Produção**  
1945 – 1989

**Dimensão e suporte**  
Textual(is) -sem especificação - 1 m

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**Nome(s) do(s) Produtor(es)**  
Porto, Comba Marques - 1945 - 0

**História administrativa / biografia**  
Comba Marques Porto nasceu em 16 de outubro de 1945, no Rio de Janeiro, filha de Henrique Marques Porto e Maria Teresa Marques Porto. Casada com Alberto di Sabbato. Advogada, exercia a função de assessora da Procuradoria Regional da República, Sandra Curreau. Formada em Letras: Português-Literatura (1967-1970) e em Ciências Jurídicas (1971-1975). Exerceu a advocacia como profissional liberal no escritório de Humberto Jansen Machado (1974-1975) e em sociedade com as advogadas Leonor Nunes Paiva, Branca Moreira Alves e Leila Linhares Barsted (1979-1982) e com Leonor Nunes de Paiva (1982-1990). Foi advogada da Faculdade de Direito Cândido Mendes (FUCAM) (1977-1979).

### História arquivística (história da acumulação)

**Natureza Jurídica**  
Privada

**Forma de Acumulação**  
Fundo

**Especificação da história arquivística**  
Informações sobre a entrada:  
Porto, Comba Marques - doação - 1982

**Procedência**  
Porto, Comba Marques - 1993 - doação - 3

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

#### Âmbito e conteúdo

##### Especificação do conteúdo

Correspondência, textos, recortes de jornais e publicações sobre o movimento feminista no Brasil. Documentos referentes à participação política da mulher no movimento pela anistia, campanha das diretas, Constituinte de 1988, luta contra a repressão no Chile, El Salvador e Nicarágua, Honduras.

#### Sistema de arranjo

**Estágio de tratamento**  
Organizado totalmente

**Organização**  
Organizado em 31 séries. As séries Entidades, Legislação e Periódicos estão divididas em subséries.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de Acesso**  
Com restrição - Sem restrições

**Idioma/Escrita**  
Português

**Instrumentos de Pesquisa**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Equipe de Documentos Privados . Fundo Comba Marques Porto (TJ): inventário. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, nov. 2013. 153 p. - Não impressos  
ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Inventário analítico do fundo Comba Marques Porto. Rio de Janeiro, 1995. 237 p. digit. Nota: obsoleto. - Não impressos

**ÁREA DE FONTES RELACIONADAS**

**ÁREA DE NOTAS**

**ÁREA DE CONTROLE**

**Regras ou convenções**

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). NOBRADE: Norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

**Unidade Custodiadora**

Coordenação de Documentos Escritos - CODES

**Responsável da descrição**

Cyntia Mendes Aguiar

**Arquivo Digital: Não**

## ANEXO AO – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CAMPINA GRANDE (PARAÍBA)

**Fonte:** Banco de Dados Memórias Reveladas/Sistema de Informações do Arquivo Nacional

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Código de Referência**

BR DFANBSB HC

**Título**

**Indicação do Título**

Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande (Paraíba)

**Datas**

**Data de Produção**

1977 - 1986

**Dimensão e suporte**

Textual(is) -sem especificação - 0,14 m

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Delegacia de Polícia Federal (Campina Grande, Paraíba) - 0 - 0

**História arquivística (história da acumulação)**

**Natureza Jurídica**

Pública

**Forma de Acumulação**

Fundo

**Especificação da história arquivística**

Recolhimento em: 22 de agosto de 2012.

**Procedência**

Departamento de Polícia Federal (Brasil) - 2012 - recolhimento - 11

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**Âmbito e conteúdo**

**Especificação do conteúdo**

Recortes de jornais e informes sobre a atuação de políticos e também sobre manifestações coletivas relacionadas a aumento de tarifa de ônibus, carestia, Dia internacional da Mulher, entre outras. Invasão de terras públicas e fichas de apoio à venda do jornal Tribuna da Luta Operária.

**Sistema de arranjo**

**Estágio de tratamento**

Organizado parcialmente

**Organização**

Cronológica.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de Acesso**

Sem Restrição

**Normas legais e administrativas**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Edital n. 2, de 15 de fevereiro de 2013, de reconhecimento de conjuntos documentais contendo informações pessoais como necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância. Diário Oficial da União, Brasília, ano 54, n. 33, Seção 3, p. 86, 19 fevereiro 2013. Disponível em: xxx Prazo encerrado em 20 março 2013.

**Idioma/Escreita**  
Português**Instrumentos de Pesquisa**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Sala de leitura virtual (em Windows 7). Org. por equipes da Coordenação de Tecnologia da Informação, Coordenação-Geral de Preservação e Processamento Técnico do Acervo e Coordenação Regional no Distrito Federal. Rio de Janeiro, out.-nov. 2013-2016. Nota: Acesso presencial no Rio de Janeiro e Brasília até 2 agosto de 2017. - Não impressos

**ÁREA DE FONTES RELACIONADAS****Localização de cópias****Na Instituição**

mídia digital - - - -

**Outros Detentores**

Comissão de Anistia (Brasil) - - -

Ministério Público Federal (São Paulo) - - -

**ÁREA DE NOTAS****Outras**

Cópias encaminhadas a pedido à Comissão de Anistia e ao Ministério Público em São Paulo, entre outubro e dezembro de 2018 (ver Bibliografia).

**ÁREA DE CONTROLE****Bibliografia e outras fontes utilizadas**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil); COMISSÃO DE ANISTIA. Acordo de cooperação técnica. Rio de Janeiro, 5 out. 2018. Diário Oficial da União, n. 197, Seção 3, p. 111, 11 out. 2018. -Não definido

ARQUIVO NACIONAL (Brasil); MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (São Paulo). Correspondência. 2º sem. 2018. -Não impressos

**Unidade Custodiadora**

Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal - COREG

**Arquivo Digital: Não**

## ANEXO AP – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO ANAMARIA MACHADO GUIMARÃES

**Fonte:** Banco de Dados Memórias Reveladas/Sistema de Informações do Arquivo Nacional

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Código de Referência**

BR RJANRIO FT

**Título****Indicação do Título**

Anamaria Machado Guimarães

**Datas****Data de Produção**

1973 - 1979

**Dimensão e suporte**

Iconográfico(s) -adesivo(s) - 1 item(ns)

Iconográfico(s) -cartaz(es) - 1 item(ns)

Textual(is) -sem especificação - 0,05 m

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**História arquivística (história da acumulação)****Natureza Jurídica**

Privada

**Forma de Acumulação**

Coleção

**Especificação da história arquivística**

Doado por Anamaria Machado Guimarães ao Arquivo Nacional por meio do Termo de entrega de documentos n. 1/2009, assinado em 6 de abril (processo 00320.000136/2009).

**Procedência**

Guimarães, Anamaria Machado - 2009 - doação - 26

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**Âmbito e conteúdo****Especificação do conteúdo**

Documentos relacionados ao movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita promovido na década de 1970, com a participação de várias entidades da sociedade civil como Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, Comitê Brasileiro pela Anistia (várias seções), Movimento Feminino pela Anistia, Ordem dos Advogados, incluindo cartas abertas e manifestos, boletins informativos, estatutos, relatórios, recortes de jornal, regulamentos e resoluções de reuniões, de encontros e de congressos pela anistia, além de adesivo e cartaz adotados pelo referido movimento. Inclui certidão de absolvição da titular expedida pela 1a Circunscrição Judiciária Militar da 2a Auditoria do Exército.

**Sistema de arranjo****Estágio de tratamento**

Identificado

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de Acesso**

Sem Restrição

**Idioma/Escrita**

Português

### ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

**ÁREA DE NOTAS**

**ÁREA DE CONTROLE**

**Unidade Custodiadora**

Coordenação de Documentos Escritos - CODES

**Arquivo Digital: Não**

## ANEXO AQ – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL

**Fonte:** Banco de Dados Memórias Reveladas/Sistema de Informações do Arquivo Nacional

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Código de Referência**

BR DFANBSB ZD

**Título**

**Indicação do Título**

Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal

**Datas**

**Data de Produção**

1964 - 1990

**Dimensão e suporte**

Textual(is) -sem especificação - 21,6 m

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Departamento de Polícia Federal (Brasil) - 1967 - 0  
Departamento de Polícia Federal (Brasil). Divisão de Inteligência - 0 - 0

**História arquivística (história da acumulação)**

**Natureza Jurídica**

Pública

**Forma de Acumulação**

Fundo

**Especificação da história arquivística**

Informações sobre a entrada:

Departamento de Polícia Federal (Brasil). Diretoria de Inteligência Policial - recolhimento - 2006 - termo de recolhimento de 13/1/2006.

Em 31 de julho de 2008, novo recolhimento.

**Procedência**

Departamento de Polícia Federal (Brasil). Diretoria de Inteligência Policial - 2006 - recolhimento - 1  
Departamento de Polícia Federal (Brasil). Diretoria de Inteligência Policial - 2008 - recolhimento - 26

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**Âmbito e conteúdo**

**Especificação do conteúdo**

Relatórios de informações, pedidos de busca, memorandos, informes, ofícios, prontuários e fotos sobre organizações de esquerda, movimento estudantil, sindicatos, professores, imprensa, religião, universidade, política partidária, subversão e participação feminina em movimentos contestatórios.

**Sistema de arranjo**

**Estágio de tratamento**

Organizado parcialmente

**Organização**

Organizado tematicamente: Organizações de esquerda, Sem Terra, UNE, MR8, 1º de Maio, Sindicatos, Professores, Imprensa, Religião, Política Partidária, Subversão, Participação feminina em movimentos contestatórios, dentre outros. (CONFIRMAR)

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**Condições de Acesso**

Sem Restrição

**Normas legais e administrativas**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Edital n. 1, de 17 de maio de 2012, de reconhecimento de conjuntos documentais contendo informações pessoais como necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância. Diário Oficial da União, Brasília, ano 53, n. 96, Seção 3, p. 98, 18 maio 2012. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=98&data=18/05/2012>  
Prazo encerrado em 17 jun. 2012.

BRASIL. Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União, 30 dez. 2002.

Nota: Revogado pelo decreto n. 7.845, de 14 de novembro de 2012.

BRASIL. Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Diário Oficial da União, Brasília, Edição Extra, ano n. 94-A, Seção 1, p. 1-6, 16 maio 2012. Disponível em: <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=16/05/2012&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=8>

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria n. 417, de 5 de abril de 2011. Regulamenta o procedimento de acesso aos documentos produzidos e acumulados por órgãos e entidades integrantes, direta ou indiretamente, do extinto Sistema Nacional de Informações e Contrainformação - SISNI, relacionados ao regime militar que vigorou entre os anos de 1964 e 1985, que estejam sob a guarda do Arquivo Nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, n. 66, Seção 1, p. 66-67, 6 abr. 2011.

**Outras condições**

Fornecimento de cópia de acordo com a legislação vigente.

**Idioma/Escrita**

Português

**Instrumentos de Pesquisa**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Banco de dados Memórias Reveladas. Rio de Janeiro, 2009-... Disponível em: . - Não impressos  
ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação Regional no Distrito Federal. Base de dados (DSpace). s/d. (ativa em abr. 2011).

Nota: Acesso presencial no Rio de Janeiro e em Brasília. - Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação Regional. Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal: índice onomástico em base de dados. Brasília, [2006?] - Não impressos

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Sala de leitura virtual (em Windows 7). Org. por equipes da Coordenação de Tecnologia da Informação, Coordenação-Geral de Preservação e Processamento Técnico do Acervo e Coordenação Regional no Distrito Federal. Rio de Janeiro, out.-nov. 2013-2016. Nota: Acesso presencial no Rio de Janeiro e Brasília até 2 agosto de 2017. - Não impressos

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (Brasil). Listagem descritiva do acervo da Diretoria de Inteligência da Polícia Federal. Brasília, 2006. 3 v. - Impressos, em livros e folhetos

**ÁREA DE FONTES RELACIONADAS****Localização de cópias****Na Instituição**

mídia digital - - - -

**Outros Detentores**

Comissão de Anistia (Brasil) - - -

Ministério Público Federal (São Paulo) - - -

**ÁREA DE NOTAS****Dimensões**

Dimensões em metros correspondem a 119.000 folhas.

A digitalização resultou em 99.991 matrizes e 284 derivadas (cf. Relatório status 25 mar. 2014).

Dimensões textuais em metros (alteração); de 16m para 21,60m (17 maio 2018).

**ÁREA DE CONTROLE****Bibliografia e outras fontes utilizadas**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Digitalização de acervos de interesse da Comissão Nacional da Verdade: relatório de status, atualizado em 25 de março de 2014. 7 p. -Não impressos

**Unidade Custodiadora**

Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal - COREG

**Responsável da descrição**

Vivien Fialho da S. Ishaq

**Arquivo Digital: Não**

## ANEXO AR – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO LÚCIA VELLOSO MAURÍCIO

**Fonte:** Banco de Dados Memórias Reveladas/Sistema de Informações do Arquivo Nacional

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**Código de Referência**

BR RJANRIO GL

**Título**

**Indicação do Título**

Lúcia Velloso Maurício

**Datas**

**Data de Produção**

1971 - 2010

**Dimensão e suporte**

Formato(s) digital(is) -disco(s) ótico(s) - cd(s) - 5 item(ns)

Formato(s) digital(is) -disquete(s) - 7 item(ns)

Iconográfico(s) -fotografia(s) - 11 item(ns)

Sonoro(s) -fita(s) audiomagnética(s) - 12 item(ns)

Textual(is) -sem especificação - 0,56 m

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Maurício, Lúcia Veloso - 1951 - 0

**História administrativa / biografia**

Lúcia Veloso Maurício nasceu em 1 de setembro de 1951, no Rio de Janeiro (RJ), filha de Hélio Vecchio Alves Maurício e Déa Veloso Maurício. Nos anos 1960 e 1970, foi militante da organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Esteve presa por motivos políticos entre agosto de 1971 e setembro de 1974. Casou-se, na prisão, em 10 de março de 1972, com seu companheiro Alex Polari de Alverga, também preso político. Nessa ocasião, mudou o nome para Lúcia Maurício de Alverga, voltando a usar o nome de solteira após a separação do casal. É graduada em Letras pela Universidade Santa Ursula (1982), mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas (1990), doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) e pós-doutora em Educação pela Universidade Complutense de Madrid (2011). Foi diretora de capacitação do magistério durante a implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (Ciep), entre os anos de 1992 e 1994; consultora da Fundação Darcy Ribeiro de 1998 a 2006; professora adjunta do Mestrado em Educação da Universidade Estácio de Sá entre os anos de 2003 e 2008, onde exerceu também as funções de coordenadora adjunta do Mestrado em

Educação e coordenadora da linha de pesquisa Representações Sociais e Práticas Educativas. É professora adjunta da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo exercido a função de coordenadora adjunta do Mestrado em Educação dessa instituição no biênio 2009-2010.

**História arquivística (história da acumulação)**

**Natureza Jurídica**

Privada

**Forma de Acumulação**

Fundo

**Especificação da história arquivística**

Doação pela titular Lúcia Veloso Maurício, 2010, processo n. 00320.000177/2010-73.

**Procedência**

Maurício, Lúcia Veloso - 2010 - recolhimento - 21

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**Âmbito e conteúdo**

**Especificação do conteúdo**

Os documentos escritos são compostos por: correspondência trocada por Lúcia Maurício com familiares e amigos, inclusive durante o período em que esteve presa; roteiro de filme sobre a titular; anotações referentes às suas atividades entre 1973 e

1974; dissertação de mestrado de autoria da titular; documentos referentes à sua atuação política e à de terceiros, incluindo prontuários, informes, relatórios, declarações, reproduções de fotografias, recortes de jornal e certidões; requerimento, cartas e outros documentos tratando da emissão de atestado negativo de antecedentes político-sociais, para que a titular pudesse assumir cargo para o qual fora aprovada em concurso público em 1976; poemas, ilustrações e textos de autoria de terceiros; denúncia de assassinato de presos políticos; legislação estadual (RJ) referente à reparação a pessoas detidas e torturadas sob a acusação de terem participado de atividades políticas entre 1964 e 1979, que ficaram sob a guarda dos órgãos públicos do estado do Rio de Janeiro; anotações com nomes e telefones.

Discos óticos (CD) e disquetes 3 1/2" contendo transcrições de cartas e reproduções de fotografias e textos.

#### **Sistema de arranjo**

#### **Estágio de tratamento**

Identificado

#### **Organização**

O trabalho de identificação do acervo foi realizado mantendo-se a ordenação original em que se encontravam os documentos, acondicionados em pastas e envelopes. Grampos metálicos foram retirados, e pastas de plástico foram substituídas por folderes de papel alcalino.

#### **ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO**

#### **Condições de Acesso**

Sem Restrição

#### **Idioma/Escrita**

Francês

Português

#### **Instrumentos de Pesquisa**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Fundo Lúcia Velloso Maurício (GL): instrumento provisório dos documentos textuais e iconográficos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 17 p. - Não impressos

#### **ÁREA DE FONTES RELACIONADAS**

#### **ÁREA DE NOTAS**

#### **Estado de Conservação**

2/2/2012 - Bom -

#### **Outras**

Fonte: e-mail 2/2/2012.

#### **ÁREA DE CONTROLE**

#### **Unidade Custodiadora**

Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos - CODAC  
Coordenação de Documentos Escritos - CODES

#### **Responsável da descrição**

Beatriz Moreira Monteiro  
Aline Camargo Torres

#### **Arquivo Digital: Não**

## ANEXO AS – DESCRIÇÃO DO FUNDO ARQUIVÍSTICO MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES

**Fonte:** Banco de Dados Memórias Reveladas/Sistema de Informações do Arquivo Nacional

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

#### Código de Referência

BR RJANRIO CCN

#### Título

##### Indicação do Título

Maria da Conceição da Costa Neves

#### Datas

##### Data de Produção

1950 - Atribuída e Incerta - 1970 - Atribuída e Incerta

#### Dimensão e suporte

Filmográfico(s) -sem especificação - 10 item(ns)

Sonoro(s) -fita(s) audiomagnética(s) - 9 item(ns)

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

#### Nome(s) do(s) Produtor(es)

Neves, Maria da Conceição da Costa - 1908 - 1989

#### História administrativa / biografia

Mineira, de Juiz de Fora. Jovem, iniciou a carreira profissional em 6 de junho de 1930, como atriz teatral sob o nome artístico de Regina Maura, estreando no Teatro Trianon, pela Companhia Procópio Ferreira, na peça Dinheiro anda por aí. Foi eleita rainha das atrizes em 1934.

Viveu com Procópio Ferreira, ainda na década de 1930, casando-se depois com o médico Matheus Galdi Santamaría (1938-1955).

Foi diretora da Cruz Vermelha do Brasil, filial São Paulo (1943-1945), fundadora do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (1945), fundadora da Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra (1946), com intensa atuação nest e campo. Eleita deputada à Constituinte Paulista, pelo PTB (1947), integrou como membro efetivo as comissões permanentes de Saúde Pública e Higiene e Educação e Cultura da Assembléia Legislativa de São Paulo (1947-1951). Foi reeleita deputada estadual à Assembléia Legislativa de São Paulo para várias legislaturas pelo PTB (1951-1955; 1955-1959) e pelo Partido Social Democrata - PDS (1959-1963). Durante o seu mandato como deputada estadual na legislatura 1963-1967, foi uma das fundadoras do Movimento Democrático Brasileiro - MDB (1965-1966), pelo qual foi reeleita deputada estadual. Cassada pelo Ato Institucional n. 5, teve os direitos políticos suspensos por dez anos (17/10/1969). Participou de movimentos pela anistia ao longo da década de 1970. Faleceu em 1989 (15/07).

Autora de Na esquina do Mundo (1970), Na praça da Vida (1984) e Rua sem Fim (1984), este último autobiográfico.

#### História arquivística (história da acumulação)

#### Natureza Jurídica

Privada

#### Forma de Acumulação

Fundo

#### Especificação da história arquivística

Material doado pela sobrinha da titular do fundo, Maria Rocha da Silva Telles [Teles], doação inicialmente intermediada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. A entrada do material deu-se em 24 de agosto e em 25 de setembro de 2009.

#### Procedência

Telles, Monica Rocha da Silva - 2009 - doação - 9

Telles, Monica Rocha da Silva - 2009 - doação - 10

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

#### Âmbito e conteúdo

**Especificação do conteúdo**

Entrevistas e debates, alguns veiculados pelo rádio, com a titular, e filmes decorrentes de suas atividades como deputada e militante.

**Sistema de arranjo****Estágio de tratamento**

Identificado

**ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO****Condições de Acesso**

Com restrição - Em tratamento técnico

**Outras condições**

Um dos filmes em nitrato: Natal das crianças do Instituto Padre Bento.

Um dos filmes em nitrato: Natal das crianças do Instituto Padre Bento.

**Idioma/Escrita**

Português

**ÁREA DE FONTES RELACIONADAS****ÁREA DE NOTAS****Estado de Conservação**

-Regular - Um dos filmes em nitrato: Natal das crianças do Instituto Padre Bento.

**ÁREA DE CONTROLE****Bibliografia e outras fontes utilizadas**

RIBEIRO, Antônio Sérgio. Deputada Conceição da Costa Neves: centenário de nascimento. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Notícia, 24/10/2008, São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/portal>. Acesso em: 16 out. 2009. -Não impressos

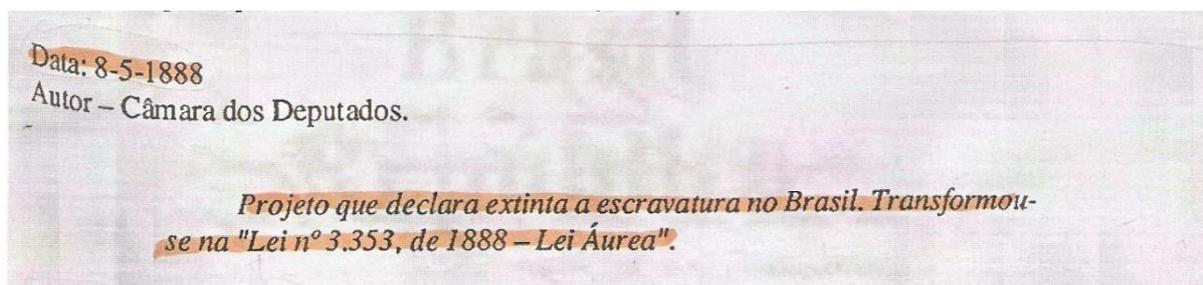
**Unidade Custodiadora**

Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos - CODAC

**Arquivo Digital: Não**

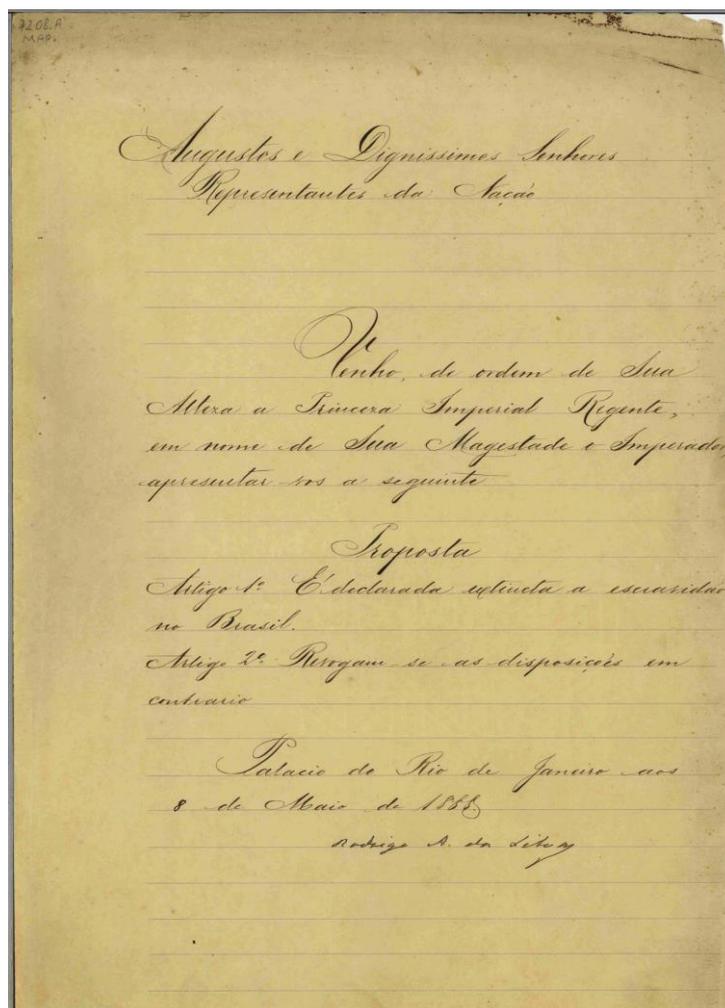
## ANEXO AT – DESCRIÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE DECLARA EXTINTA A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

**Fonte:** Catálogo de Documentos Históricos – 1822 a 1992, da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal



## PROJETO DE LEI QUE EXTINGUE A ESCRAVIDÃO NO BRASIL, EM 8 DE MAIO DE 1888

**Fonte:** Fundo Senado Federal



## ANEXO AU – ASSINATURA DA LEI ÁUREA, EM 13 DE MAIO DE 1888

Fonte: Fundo Senado Federal

A Assemblia geral Decreta:

Art. 1.º - É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brazil.

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrario.

Saço do Senado, em 13 de Maio de 1888.

A Real e Imperial Regesta, em  
 nome do Imperador, cumpre-se.  
 Paris 13 de maio 1888

Imago Imperial Regenti

Rafael de S. S. S.

Antonio Candido de Oliveira e Almeida  
 Barão de Mamanguape 1.º Secretario  
 Joaquim Silviano de Góes, 2.º Secretario

**ANEXO AV – DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO REPRESENTAÇÃO 47/1927**

**Fonte:** Proposições Legislativas sobre questões femininas no Parlamento Brasileiro 1826 – 2004

**Proposição:** Representação 47/1927

**Autor:** Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (Bertha Lutz – Presidente)

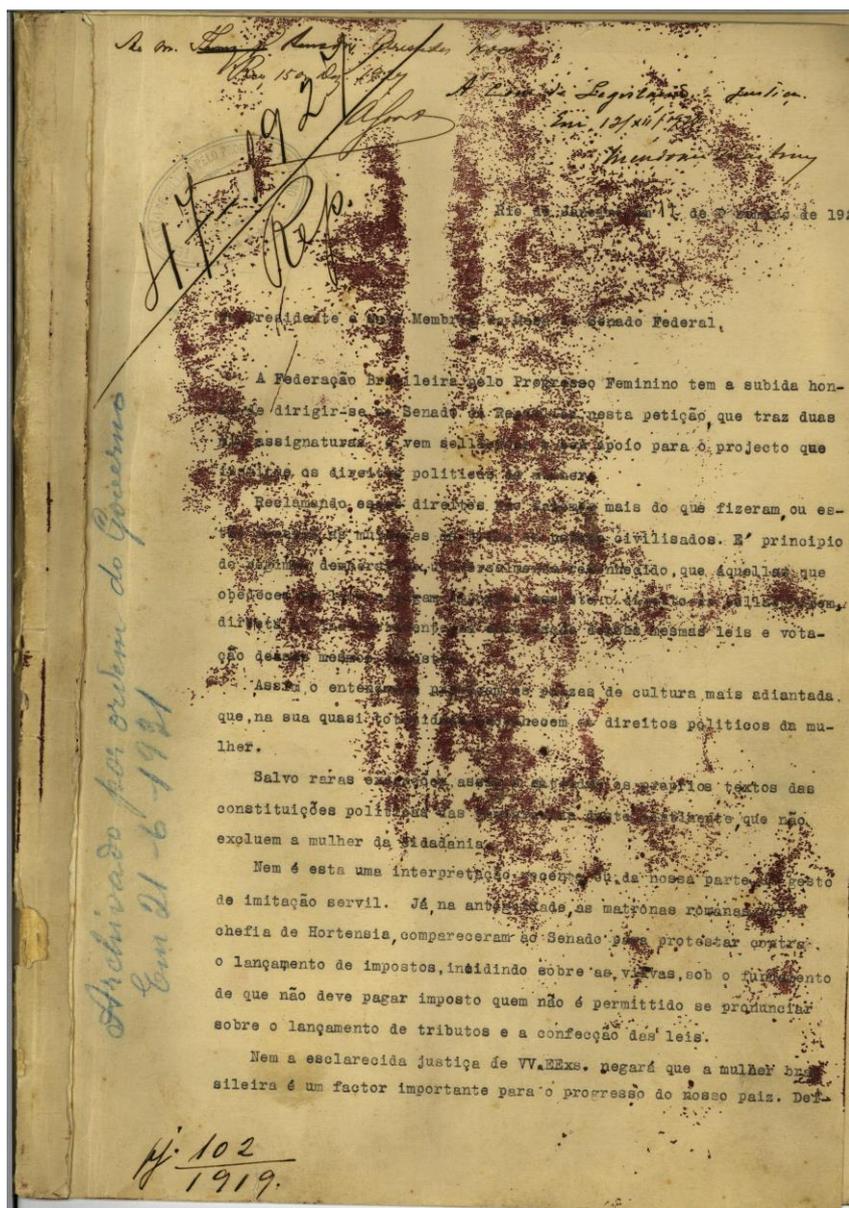
**Data de apresentação:** 12/12/1927

**Ementa:** Dirige-se aos representantes da Nação, com duas mil assinaturas, solicitando aprovação do Projeto que institui os direitos políticos à mulher e o direito do voto feminino.

**ANEXO AW- REPRESENTAÇÃO Nº47 DA FBPF, COM ABAIXO ASSINADO COM DUAS MIL ASSINATURAS DE MULHERES A FAVOR DO VOTO FEMININO, EM 12/12/1927.**

Extrato do documento de 87 páginas.

Fonte: Fundo Senado Federal



2

xando de lado as heroínas da Historia patria e as mulheres contemporaneas que sobressahem nas artes, nas sciencias, nas letras, nas obras sociaes e de caridade, pedimos que voltem as vistas para a mulher brasileira que trabalha anonyma, efficaz, modesta e paciente, em todos os ramos da actividade. O recenseamento de 1920 accusa a existencia de mais de um milhão de mulheres que exercem officios e profissões. Estão ellas em contacto diario com o publico, conhecem de experiencia propria as difficuldades materiaes da vida e os problemas moraes e economicos da collectividade.

Por outro lado tambem evoluiram as condições do lar. A economia domestica e a organização da familia estão intimamente ligadas á organização social e economica do paiz. São problemas collectivos; não toleram mais as soluções individuaes. Não podem deixar indifferentes as donas de casa, as mães de familia, cujos filhos, na frequencia diaria de jardins de infancia, escolas, officinas, academias e cinemas, se acham expostos ás vicissitudes do meio ambiente.

O nosso código civil, afastando-se de outros menos liberaes, deu á mulher brasileira uma situação privilegiada, considerando a esposa como companheira do marido e não como inferior, não lhe exigindo, na sociedade conjugal, obediencia mas sim collaboração. Sendo a mãe a tutora natural dos filhos, dotada do patric poder, elevou-se legalmente ao nivel do homem, cujas responsabilidades politicas está habilitada a compartilhar.

Si o Brasil é um paiz de forte percentagem de analphabetos, o mais acertado não será affastar das urnas metade da população instruida, como querem os adversarios da emancipação feminina; mas, pelo contrario, manda o bom senso, que, sem distincção de sexos, se appelle para todos que estão em condições para collaborar na administração e no governo.

Votar não é um privilegio, uma recompensa que se dê aos cidadãos altamente especializados para exercer essa função. E' uma obrigação de todos. Comparecer, de quatro em quatro annos, ás urnas, para a escolha do Primeiro Magistrado, de tres em tres, para a eleição dos Representantes Federaes e mais uma vez ou outra para a renovação estadual e municipal, não se pode considerar altamente prejudicial ao bom funcionamento do

lar. Não será, na peor das hypotheses, tão nocivo á familia, como a ausencia diaria das mães pobres que, obrigadas a trabalharem fóra de casa, deixam, com os corações transbordantes de anciãdade, durante longas horas, a prole abandonada porque não conhecem outro meio de lhes trazer o pão.

Não foi a politica, senhores, <sup>mas a necessidade</sup> que veio arrancar as mães do lar.

É bem possível que a interferencia da mulher na vida publica, armada do poder de legislar e influir sobre a economia politica, seja o meio mais effizaz de assegurar ás mães do futuro a possibilidade que hoje não mais existe senão nas classes privilegiadas de se dedicarem inteiramente á sua santa missão.

Mas seja como fór - não ha força humana que possa sustar a marcha da evolução. Uma vez atirada a mulher ao trabalho pela pressão economica, é a sua emancipação politica um corollario inevitavel, ao qual não é possível fugir.

As mulheres possuem direitos eleitoraes em quarenta paizes. Só Portugal e os Balkans, alguns paizes da Africa, da Asia e da America Latina, ainda não instituiram nenhuma forma de suffragio feminino. Mesmo assim todos os dias vão se abrindo brechas. Enquanto os nossos adversarios dizem que os Latinos da Europa excluem o elemento feminino da plena participação na politica, as mulheres da Hespanha ascendem á tribuna da Assembléa Nacional em desmentido solemne a esta Affirmação. Procuram elles então refugiar-se na legislação dos paizes latinos da America; mas estes não podem servir de santuario ás doutrinas retrogradadas. Por sua origem estão ligados a paizes tradicionalistas, mas pela sua evolução são libereses, são democracias verdadeiras, como o demonstram as tentativas falhas e infructiferas de estabelecer tyrannias no Novo Mundo.

Não é neste momento, em que 160.000.000 de mulheres são eleitoras, e em que uma dellas preside o Senado da Austria e outras ingressam, ás dezenas, nos Parllamentos, ás centenas, nas Assembléas Estaduaes, aos milhares, nos Conselhos Municipaes, que poderá a America Latina repellir uma das mais nobres conquistas da humanidade. Assim o evidenciam o exemplo do Rio Gran-

de do Norte, as provincias de Guanajuato, no Mexico e de San Juan, na Argentina, desfraldando o estandarte da emancipação feminina. Quando esta se incorporar ás grandes conquistas da nossa historia, como a Independencia, a Abolição e a Proclamação da Republica, será o Rio Grande do Norte apontado como arauto do Progresso e da Civilisação.

Senhores Senadores, no Brasil já ha eleitoras e, desde que uma só exista, não ha mais motivo para que não sejam eleitoras todas as mulheres habilitadas para exercer direitos identicos em todo o Brasil.

*Bertha Lutz*

Presidente

*Jeromina Mesquita*

Vice-Presidente

*Maria - Inalciastro*

1a. Secretaria

*Carués Infante*

2a. Secretaria

*Maria de Carvalho Dutra*

3a. Secretaria

*Maria Esther Conio Pamalho*

Thesoureira

*Orninda Bastos*

Consultora Juridica

*Esther Ferreira Franca*

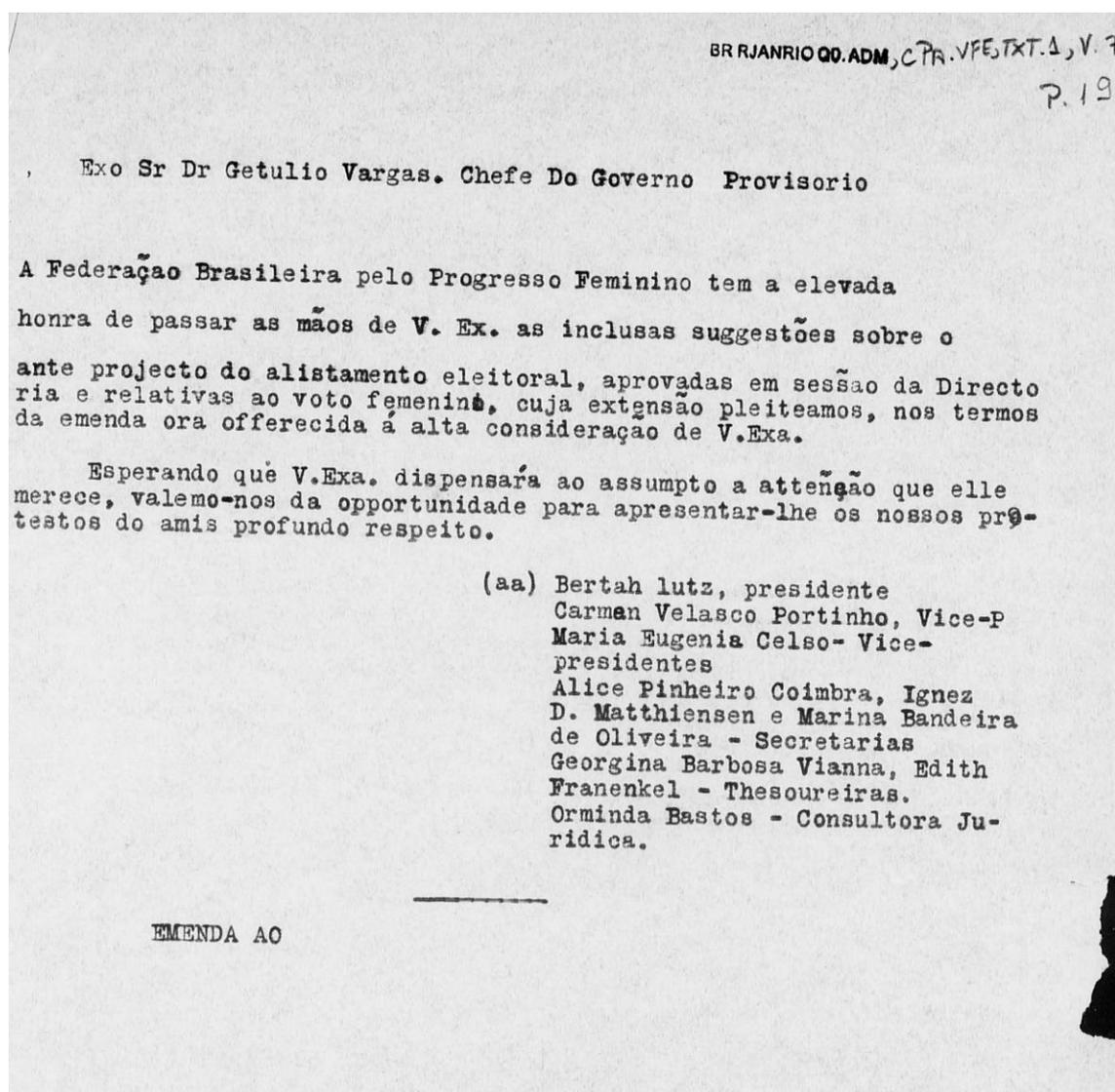
Directora de Actividades Sociais.

**ANEXO AX – DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS DA FBPF: CARTA AO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, AOS DEPUTADOS ARTHUR LEMOS, MIGUEL CALMON E AO SENADOR LOPES GONÇALVES**

Fonte: Fundo FBPF

**BR RJANRIO QO.ADM, CPA.VFE, TXT.1, v.7 - Textos, projeto de decreto e cartas referentes à tentativa de garantir o voto feminino através da reforma da lei eleitoral.**

**Carta da FBPF para o Presidente Getúlio Vargas**



**COMUNICAÇÃO DA FBPF PARA OS DEPUTADOS FEDERAIS ARTHUR LEMOS  
E MIGUEL CALMON**

BRJANRIO QQ. ADM CPA. VFE. TXT 4, V 1 P. 7

58

Arthur Lemos

A Liga para a Emancipação Intellectual da Mulher patenteia ao nobre Deputado o seu reconhecimento pela digna e efficiente defeza da concessão de direitos eleitoraes ás mulheres collocando a questão no legitimo terreno dominteresse publico e da equidade social

(ass.) Bertha Lutz

Presidente

Deputado Miguel Calmon

Confiante na esclarecida orientação vossa Excellencia tomo liberdade em nome da Liga para a Emancipação da Mulher solicitar generoso apoio emenda propondo concessao direitos eleitoraes á mulher na Comissão Constituição Justiça certa Vossa Excellencia verá na mesma medida justiça social

. . .

Agradecimentos attenciosas saudações

(ass.) Bertha Lutz  
Presidente

**COMUNICAÇÃO DA FBPF AO SENADOR LOPES GONÇALVES.**

BRJANRIO00.ADM CPA.VFE, TxT. 1, V. 1 P. 3

48.

Senador Lopes Gonçalves

Senado Federal

Entrando hoje em discussão Senado projecto voto feminino roga a Liga para a Emancipação Intellectual da Mulher necessario apoio illustrado Senador afim que seja approved

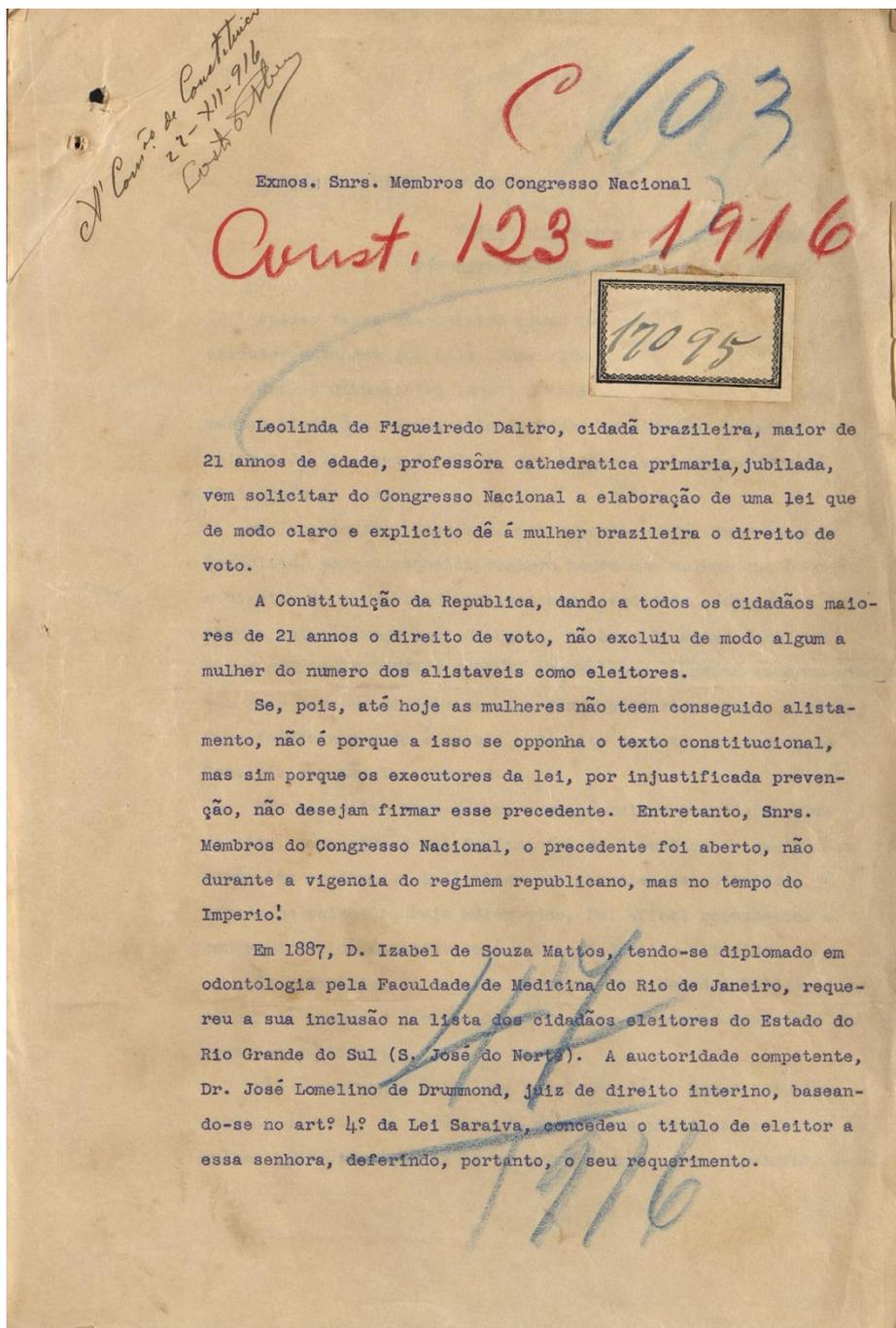
Saudações agradecimentos

(Ass.) Bertha Lutz

Presidente

**ANEXO AY – CARTA DE LEOLINDA DALTRO REIVINDICANDO VOTO FEMININO EM 22/12/1916**

Fonte: Fundo Câmara dos Deputados



80  
104  
2  
O referido artº 4º dispunha:

"SERÃO ELEITORES TODOS OS DIPLOMADOS  
POR QUALQUER DAS FACULDADES DO IMPERIO"

Apezar desse dispositivo legal não fallar na mulher, o seu executor entendeu que ella tinha sido attingida pela lei.

Ora, o dispositivo constitucional da Republica está nas mesmas condições: manda alistar todos os cidadãos brasileiros, maiores de 21 annos de idade, que saibam ler e escrever, sem distincção de sexo.

O Imperio foi, portanto, nesse ponto, mais liberal que a Republica, porque naquelle regimen houve uma mulher que exerceu o direito de voto, tendo obtido, como candidata a deputado, brilhante votação no Estado da Bahia, ao lado de Cesar Zama, ao passo que, proclamado o regimen republicano, a mesma senhora viu seu voto ser tomado em separado, tendo posteriormente o ministro Cesario Alvim negado á mulher o direito de voto que a propria Constituição não lhe recusou.

Não ha motivo para que se negue á mulher brasileira esse direito, já porque a lei fundamental da Republica a isso não se oppõe (ao contrario, implicitamente garante esse direito), já porque em paizes os mais adiantados, foi afinal reconhecida a conveniencia de conceder-se á mulher o direito alludido.

Na Dinamarca, na Suecia, Noroega e nos Estados Unidos, a mulher já exerce o direito de suffragio, envolvendo-se assim nos negocios publicos.

Não é realmente justo que quando se dá ao homem inculto o direito de voto, de intervenção nas cousas publicas, se negue á mulher instruida (que as ha em grande numero, principalmente nes-

C 109 + 3

ta Capital) esse mesmo direito. A grande maioria do professorado municipal desta cidade é constituído por mulheres. São ellas que dão instrução aos futuros cidadãos, que teem sobre os hombros a difficil tarefa de preparo das novas gerações. Se a lei lhes deu tão grande responsabilidade; se o Estado reconhece a sua capacidade para tão alta função, qual seja a de educar e instruir a mocidade; se a Escola Normal, Official, lhes conferiu um diploma que lhes habilita para esse espinhoso mister - como admittir que esse mesmo Estado possa negar-lhes capacidade para a simples escolha dos que devam ser os representantes do paiz nas assembléas legislativas e nos altos postos da administração publica?!

É o maior dos absurdos.

Assim pensando, e baseada no precedente do alistamento de uma mulher brasileira - a Snra. D. Izabel de Souza Mattos - que exerceu o direito de voto no antigo regimen, a requerente pede aos illustres Representantes da Nação que, tendo em vista a permissão implicitamente contida na Constituição da Republica, se dignem votar uma lei que de modo claro e explicito dê á mulher brasileira o direito de suffragio.

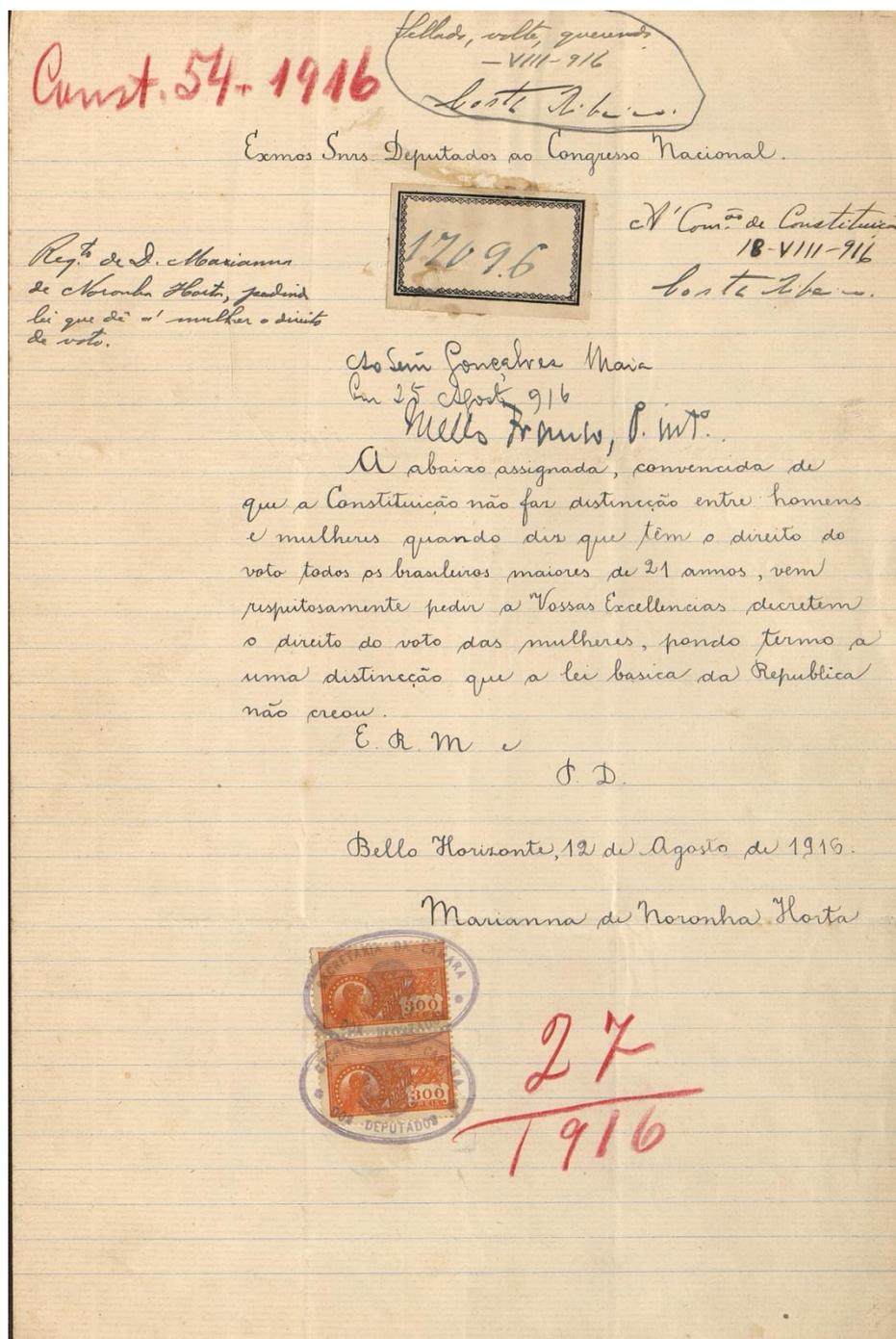
Nestes termos

P. D.

Rec. de Janeiro 22 de Dezembro de 1916  
 Secretaria de Segurancas Daltro

**ANEXO AZ- CARTA DE MARIANA DE NORONHA HORTA REIVINDICANDO O VOTO FEMININO, EM 12/08/1916**

Fonte: Fundo Câmara dos Deputados.



## ANEXO BA – DESCRIÇÃO DOS RELATÓRIOS DA CAMDE - DISCURSOS DE DONA AMÉLIA MOLINA BASTOS E CORDÉLIA DE SÁ LESSA

Fonte: Fundo CAMDE

BR RJANRIO PE.0.0.102 - Relatórios da CAMDE.

### DISCURSO PRONUNCIADO POR D. AMÉLIA MOLINA BASTOS, PRESIDENTE DA CAMDE

PE.0.0.102/4, p.33  
an 5

I CONGRESSO SUL-AMERICANO DA MULHER EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Rio de Janeiro 16/22 de abril de 1967

Discurso pronunciado por:  
D. Amélia Molina Bastos  
Presidente da CAMDE

Não estamos satisfeitas com o resultado do I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia. Realmente, não estamos, apenas, satisfeitas, muito mais do que isto, sentimos-nos orgulhosas. O nosso Congresso ultrapassou toda expectativa. Conseguiu atingir um clima de verdadeiro conagraçamento fraterno, onde todas as integrantes com alegria e entusiasmo porfiaram por alcançarmos - soluções realísticas para as nossas teses.

Quando, ousadamente, nos propusemos reunir, na Guanabara, representantes de entidades cívicas femininas de todos os países da América do Sul, para que unidas cogitássemos da melhor maneira de constituirmos uma força continental, em defesa de nossas religiões, de nossos lares, de nossas pátrias, pareceu-nos sonhar muito alto, um sonho irrealizável. Mas a coragem de algumas, o esforço de todas, a colaboração dos nossos bons amigos, que jamais faltaram à CAMDE em suas decisões patrióticas, possibilitaram a realização deste sonho.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer o apoio incondicional da Imprensa escrita, falada e televisionada, dos nossos patrocinadores e de todos que compareceram a este auditório, prestigiando-nos com sua presença.

Especialmente, manifestamos nossa gratidão, a todas as delegadas e observadoras dos países amigos que, confiando em nós, aceitaram nosso convite, honrando-nos com sua colaboração esclarecida, denodada e eficiente.

Juntas lutaremos na defesa de um objetivo primordial - o fortalecimento da Democracia, que julgamos o melhor regime de governo.

Por que Democracia? Que é Democracia?

## DISCURSO DE CORDELIA DE SÁ LESSA, VICE-PRESIDENTE DA CAMDE

PE.0.0-102/2, p.5  
an. 1

DISCURSO DA SRA. CORDELIA DE SÁ LESSA, VICE-PRESIDENTE DA CAMDE,  
NA INAUGURAÇÃO DO RETRATO DO GENERAL MOLINA.

Sr. Marechal Arthur da Costa e Silva, senhoras e senhores,

Valemo-nos desta visita à CAMDE de um dos mais altos expoentes da - - atualidade brasileira para prestar, à memória de um herói das forças ar- - madas da Nação, **uma homenagem de afeto, respeito e reconhecimento.** A esse herói, o general Antonio de Mendonça Molina, devemos a existência desta - entidade. Oficial de formação exemplar, incapaz de dar guarida ao espí- rito de conformidade inutilizador de energias, soube mobilizar as forças da mulher brasileira, lançando-as na defesa de um patrimônio de valores - materiais e morais, que um governo espúrio ameaçava destruir.

Pedimos vênias para, neste momento de lembrança e saudade, recordar alguns dados biográficos do nosso homenageado.

Iniciou sua vida militar na Escola do Realengo a 1º de abril de 1924. Fez com brilhantismo todos os cursos do Exército. Nos exames de admissão à Escola do Estado Maior obteve o 1º lugar. Durante sua carreira, desempenhou importantes comissões e postos de comando. Foi comandante de bateria do 3º Grupo de Obuses, adjunto do Estado Maior da 9ª Região Militar, - adjunto do Estado Maior do Exército, adido militar do Brasil no Uruguay, - chefe da 2ª Seção do Estado Maior do Exército e adjunto da Divisão de Estudos da Escola Superior de Guerra. Durante a Guerra exerceu a chefia da 2ª Seção de Artilharia Divisionária da FEB., tendo recebido os mais calorosos elogios dos oficiais com os quais serviu, por sua ponderação e espírito de empreendimento, lealdade, dedicação, eficiência, inteligência, - iniciativa e discrição. Foi condecorado com a Medalha do Pacificador, a Estrela de Bronze, concedida pelo Presidente dos Estados Unidos, pelos - serviços prestados na Campanha da Itália, a Croce al Valore Militare, con- ferida pelo governo italiano e a Ordem do Mérito Militar, no Grau de Grão Cavaleiro.

Era filho do Dr. Antonio Pereira de Velasco Molina e de D. Leonor Men- donça Molina. À memória daquele, já falecido, e a esta, aqui presente, - rendemos também as nossas homenagens, porque um fruto perfeito não pode - provir de árvore má.

Deixando a ativa, não pode o general Molina assistir indiferente à ofensiva comunista que, aproveitando o evento de um governo demagógico, - defensor das medidas mais extremadas e mais perigosas, tomava o poder in- sidiosamente. E a 14 de junho de 1962, reunido em uma casa de Ipanema - com várias senhoras e senhores e o Vigário da Igreja de N.S. da Paz, Frei

Continua.

## ANEXO BB – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO DE SÓCIAS FUNDADORAS DA CAMDE

Fonte: Fundo CAMDE

**BR RJANRIO PE.0.0.8 - Listagens de nomes e entidades, incluindo nomes de sócias fundadoras da Camde; manifestos contra o comunismo e em defesa da redução do custo de alimentos; programas de eventos; e recortes de jornais sobre obras sociais da CAMDE, sobre protesto ao comunismo na Alemanha e o Muro de Berlim.**

### LISTAS DE SÓCIAS FUNDADORAS DA CAMDE

PE.0.0.8/3, p.1

LISTA DE SÓCIAS FUNDADORAS DA CAMDE  
Em 21-X-1963

✓ 1.	Amelia Molina Bastos
✓ 2.	Adelina Domingus
✓ 3.	Alice Sisson Soares
✓ 4.	Alzira Mostardeiro Pooch
✓ 5.	Anna Thereza Reis Guerreiro Maia
✓ 6.	Aristolina Pires Ferrão - <i>docult.</i>
✓ 7.	Aurelia Bulhões Pedreira das Neves - <i>pagando</i>
✓ 8.	Beatriz Dutra - <i>arquivo morto por falta de interesse - nunca pagou</i>
✓ 9.	Berenice Bandeira Pfisterer
✓ 10.	Cacilda Ponce Duque Estrada - <i>arquivo morto por desinteresse - nunca pagou</i>
✓ 11.	Carman Gonçalves de Souza
✓ 12.	Céu Azul de Castro Feijó Pinheiro - <i>pagando</i>
✓ 13.	Cléa Cotta de Almeida Gama - <i>desligou-se em 1971</i>
✓ 14.	Cordelia Barbosa da Silva de Sá Lessa
✓ 15.	Déa de Azevedo - <i>desinteressada</i>
✓ 16.	Dulce de Oliveira Ponce
✓ 17.	Esmeralda de Miranda Mattos - <i>paradeiro ignorado</i>
✓ 18.	Esther de Proença Lago
✓ 19.	Eudoxia Lebre Ribeiro Dantas
✓ 20.	Gilda Jorge de Paiva Côrtes
✓ 21.	Guiomar Albuquerque Dias
✓ 22.	Heliette Rodrigues Vidal
✓ 23.	Heloiza Lopes de Sousa - <i>Desligada voluntariamente</i>
✓ 24.	Hermengarda de Mello Accioly - <i>saiu em 1967</i>
✓ 25.	Ignaz Felix Pacheco Britto - <i>este se dedicou a APAB - nunca pagou</i>
✓ 26.	Inayá da Silva Coelho - <i>desinteressada - nunca pagou - A. Mort.</i>
✓ 27.	Iphigenia Barcellos de Assis Figueiredo
✓ 28.	Iracema Soares Rodrigues - <i>desinteressada - nunca pagou - A. Mort.</i>
✓ 29.	Irene Rezende - <i>desinteressada - nunca pagou - A. Mort.</i>
✓ 30.	Italia Olivieri
✓ 31.	Iacy Pêgo de Amorim Azevedo
✓ 32.	Judith de Castro Feijó - <i>arquivo morto - falta de pag. - interesse</i>
✓ 33.	Julietta Alves Bastos
✓ 34.	Leonor Bidart Rolim - <i>nas respostas questionem - não têm cartão</i>
✓ 35.	Leonor Ramos Pegado
✓ 36.	Lucia Peixoto Jobim
✓ 37.	Lucia de Paula Freitas

- ✓ 38. Lucia Fonseca de Carvalho Neiva
- † 39. Maria Adelaide Burle
- ✓ 40. Maria Cal. *2.º pagm em 67.*
- ✓ 41. Maria do Carmo Vance
- 42. Maria Cecília Galvão Bueno Rodrigues - Desligada a pedido -
- 97 - 43. Maria Dolores Mauricéa
- ? - 44. Maria Edith de Lyra Maciel
- ✓ 45. Maria da Gloria Sôares Rodrigues
- ✓ 46. Maria Helena da Gama Camara
- 47. Maria Holoiza Mendes Gonçalves - Desligada voluntariamente
- 48. Maria de Lourdes Reis Barbosa Mello
- ✓ 49. Maria Lucia de Assis Ribeiro
- + 50. Maria Luiza Fernandes - Falocida -
- ✓ 51. Maria Tereza Pereira das Neves
- ? - 52. Mariana Maia
- ✓ 53. Marina Rangel Brígido
- 573627 54. Marietta Figueira Conseil. *deixou de pagar em 67. Sal. retir. - não B. em desm. Pensada*
- 55. Mabel Lisboa Shaw
- ✓ 56. Nair Moreira Herrera
- ✓ 57. Nazira Salôm Dieb
- ✓ 58. Ophelia de Bulhões Pedreira
- ✓ 59. Osmarina Fialho Pereira - *desinteressa de - pag. em out. seu cartão -*
- 60. Rachel Valladão de Rezende Vieira - *desinteressa de - pag. em out. seu cartão*
- ✓ 61. Regina Odette Reis Maia
- ✓ 62. Rita Lebre Cajado
- ✓ 63. Rosa Costa
- 64. Ruth da Silva Schiwk - *desinteressa de - pag. em out. seu cartão*
- ✓ 65. Sheila Moreira Barbosa
- ✓ 66. Sylvia Leal Ponce
- ✓ 67. Wilma Poock Kanitz
- 68. Yara Rolim de Moraes - *out. seu cartão -*
- 69. Yolanda Albuquerque - *desinteressa de B.M. out. seu cartão*
- 227.1123 ✓ 70. Yone Bandeira de Carvalho
- 71. Zaira Corrêa de Mattos
- ✓ 72. Zaira de Souza Molina
- ✓ 73. Zilka de Carvalho Barcellos

AMB/cv.

## ANEXO BC – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO INFORME 131 DE 18 MARÇO 1965

Fonte: Fundo SNI

- BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.65096216 - ANA CALEFFI.

|#|produtor:|#| mex|#|texto:|#| atividades de anc, que e funcionaria do saps, servindo no gabinete civil da pr. pessoa que detesta os militares, envia tudo que se passa no palacio do planalto e em outros orgãos do poder executivo, onde possui vasto circulo de amizades e informantes, para o pessoal dos asilados que a procuram constantemente. anc encontra se trabalhando em uma emissora de radio como radialista, profissão em que se escuda para poder agir mais livremente na conspiração contra o governo revolucionario.|#|nomes:|#| ana caleffi anc || carlos cairolli || fernando augusto de campos franco || joão goulart || leonel brizola || nicolau jose de seixas certidão em 31 jul 92 b0333396. |||#|entidades:|#| presidencia da republica pr || serviço de alimentação publica e previdencia social saps

## INFORME Nº 131/1965

SECRETO

Em 18 MAR, 1965

MINISTÉRIO DA GUERRA  
GABINETE DO MINISTRO  
2ª DIVISÃO - S S I  
D2 DF

INFORME N.º 131

1. ASSUNTO: ANA CALEFFI  
2. ORIGEM: Informante  
3. CLASSIFICAÇÃO: B-2  
4. DIFUSÃO: Gab Mil - SNI/SSB  
5. REFERÊNCIA: Info nº 117-D/2-DF/65

Em complemento ao Informe nº 117, de 08 Mar 65, desta D/2-DF, foi obtido o seguinte relatório de informante:

X- ANA CALEFFI -

Funcionária do SAPS, servindo no Gabinete Civil da Presidência da República, desde a transferência da Capital da República para Brasília.

Pessoa íntima do pessoal que servia com Juscelino Kubitschek. Mandava no Palácio do Planalto no governo JK.

Tem ligações estreitas com o pessoal que envia informes a JK, sendo uma de suas principais fontes de informações.

Tem ligações com Jango e Brizola, assim como com toda a área esquerda. Detesta os militares, e disso não faz mistério.

Envia todas as informações (de tudo que se passa no Palácio do Planalto, assim, como em outros órgãos do Poder Executivo onde possui vasto círculo de amizades e informantes) para o pessoal de Brizola e outros que se encontram asilados.

Pessoa intimamente ligada ao Cel CARLOS CAIBOLLI; ao Cel NICOLAU JOSÉ DE SEIXAS, dando informes para os mesmos que os levam para o Rio Grande do Sul e daí vão para o Uruguai. Existe uma outra pessoa de nome FERNANDO (que foi secretário particular de Brizola, e que trabalhava em duas emissoras oficiais de Brasília, que dá informes para ANA CALEFFI, e que também tem sido o portador das informações dadas por ANA, ao Sr BRIZOLA).

É procurada constantemente por elementos (pombos-correios) dos asilados, e envia tudo o que se passa no Planalto, inclusive os fatos de bastidores, decretos e outros documentos importantes.

- Segue -

SECRETO

Departamento de Imprensa Nacional - 22.018

## ANEXO BD – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO INFORME Nº 200/SNI/ASP

Fonte: Fundo SNI

**BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.69002407 - ATIVIDADES DE MARIA DO CARMO RODRIGUES PRIMIANO, PROFESSORA EM ALAGOAS.**

|#|produtor:|#| asp|#|texto:|#| mcrp e a atual assessora do programa de assistência técnica em educação do nordeste. apesar de não estar qualificada para a função, chefiou equipe desse programa, em alagoas, de 1966 a 1969. confessa se comunista da linha chinesa. na execução dos trabalhos do programa, fez propaganda comunista.|#|nomes:|#| maria do carmo rodrigues primiano mcrp|#|entidades:|#| centro de pesquisas educacionais professor queiroz filho cpepqf

## INFORME 200/SNI/ASP/1969

**CONFIDENCIAL**  
 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
 AGÊNCIA DE SÃO PAULO

S.N.I.  
 AGÊNCIA CENTRAL  
 003521 17 JUN 69  
 PROTOCOLO

INFORME Nº 200 /SNI/ASP/  
 SSI6 nº 114 /69

DATA : 12-5-69  
 ASSUNTO : MARIA DO CARMO RODRIGUES PRIMIANO  
 CLASSIFICAÇÃO:  
 REFERÊNCIA :  
 DIFUSÃO : SNI/AC - DSI/MEC - DOPS/SP

002407

**MARIA DO CARMO RODRIGUES PRIMIANO**

- Atual assessora do Programa de Assistência Técnica em Educação ao Nordeste, desenvolvido com fundos federais, e coordenado no Centro de Pesquisas Educacionais "Professor Queiroz Filho", na Cidade Universitária. Já chefiou (1966-1969) equipe do mesmo programa em Alagoas, apesar de ser professora primária, sem maiores / credenciais ou competência.
- Confessa-se "comunista da linha chinesa". Na execução dos trabalhos do programa pôs em realidade seus correligionários, e fez propaganda marxista. Combatia sistematicamente todos os projetos executados com fundos norte-americanos.

\*\*\*\*\*  
 13-1/1

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL  
 PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO  
 DESTA DOCUMENTO (Art. 62 - Dec.  
 Nº 011/67 - Regulamento para Salva-  
 guarda de Documentos Sigilados).

A Revolução de 64 é irreversível e  
 consolidará a Democracia no Brasil.

Fonte: SNI/ASP

**CONFIDENCIAL**



## ANEXO BG – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO ACUSAÇÃO SPI Nº 24/02/1965

Fonte: Fundo SNI

### BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.65097048 - MARIA DA GRAÇA DUTRA.

|#|produtor:|#| 120 ac|#|texto:|#| mgd, comunista militante, cuja principal area de atuação e a imprensa, onde trabalhava como reporter, no dia da revolução de 1964, foi vista exibindo um revolver dentro do palacio do planalto, dizendo que iria defender jg de qualquer maneira tres dias depois, em companhia de outras pessoas, refugiou se na embaixada da iugoslavia, viajando pouco depois, como exilada politica. foi citada em edital para, perante comissão de inquerito, prestar esclarecimentos sobre desvio de dinheiro no palacio do planalto.|#|nomes:|#| almino afonso || carminha chaves || d'albert jorge jaccond || francisca matias da paz || garcia filho certidão em 02 abr 91 b0134077.|| joão goulart jg || laerte jose paiva || maria da graça dutra mgd || neiva moreira || raul ryff|#|entidades:|#| camara dos deputados

### ACUSAÇÃO SPI Nº24/1965

A.T.E.M.P.A.D.E. O destinatário deste documento (com ou sem o selo) não é responsável pelo encaminhamento e pelo conteúdo do mesmo. A leitura completa do original deve ser feita no microfilme.

**Nome:** MARIA DA GRAÇA DUTRA (jornalista) Ficha nº

**Endereço:** Residência: VQ 304 - Bloco 3 - apt 405 - Tel 2-1160

---

**ACUSAÇÃO - S 2 I**  
- Comunista declarada; mantinha relações com GARCIA FILHO.

**ACUSAÇÃO - E 36 G**  
- Jornalista - Comunista.  
(ACUSAÇÃO DE D.CARMINDA CHAVES - No depoimento de SEI)  
DSS. Encontra-se exilada na IUGOSLAVIA.

**INFORMAÇÃO** - Frequentava reuniões de caráter comunista e mantinha ligações com elementos subversivos confessores tais como LAERTE JOSÉ PAIVA, SGT FRESTES DE PAZ, FRANCISCA MATIAS DA PAZ, SGT GARCIA FILHO, etc.

**ACUSAÇÃO de FRANCISCA MATIAS DA PAZ** - Compareceu ao almoço de despedida ao SGT CUBAS transferido da II\* GIATPE para o IARL.

**INFORMAÇÃO** 28.11.64  
- Habitação: Alameda Rio de Janeiro, em TATIAIS, cujo endereço foi registrado no Departamento de Polícia, nº 27 - Telefone 27-0000. Uma irmã, D. ESTER DE PAZ, filha, reside com o irmão D. ALBERTO DE PAZ, advogado, em São Paulo, SP.

**ACUSAÇÃO - (Depoimento de Francisca Matias da Paz)**  
Fazia reuniões em sua casa, onde compareciam os Sgts ALMORÉ E FRESTES; frequentava também a república dos Sgt de Aeronautica no Av W-3, quadra 40, casa 27; frequentava as casas de LAERTE DE PAIVA e NEIVA MOREIRA; obtinha facilidades para as ligações pessoais do ex-Presidente JANGO com LAERTE DE PAIVA e o Sgt FRESTES.

**ACUSAÇÃO - (Francisca Matias da Paz)**  
Compareceu a um almoço oferecido ao Sgt CUBAS, por ocasião de sua transferência para Recife, juntamente com NEIVA MOREIRA, LAERTE DE PAIVA, GARCIA FILHO, Sgt FRESTES e Sgt ALMORÉ.

**TÍTULO DA FICHA DO INDICADO DOS JORNALISTAS**  
Comunista militante, tendo já visitado alguns países da Europa, sua principal área de ação e atualmente nos meios jornalísticos. Trabalhava para o Correio da Manhã como reporter-redator na Câmara dos Deputados. Era também redatora da coluna de imprensa do Palácio do Planalto. Muito ligada a LAERTE DE PAIVA e Raul Ryff, tinha também livre trânsito no círculo de Alvorada e Branga de Góes, pois também privava de amizade e das boas graças do Sr JOÃO Goulart. Era amiga e colega das jornalistas Neiva Moreira e "Semanaário". Com o advento da Revolução de 31 de Mar 64, não chegou a tomar posse de um alto cargo na Sociedade de Atualização Brasileira (SAB), distinguida que foi pelo então presidente João Goulart. Consta que no dia 31 de Mar, data da Revolução, foi vista exibindo um revolver dentro do Palácio do Planalto, dizendo que iria defender o Sr João Goulart de qualquer maneira. No dia 3 de abril, em companhia de seu amigo ex-convicto Almino Afonso e dos jornalistas Raul Ryff e D'Almeida Jorge J-acoud, refugiou-se na Embaixada da Iugoslávia para, pouco tempo depois, viajar para aquele país como exilada política. O Sr João Goulart, Herop Ribeiro, Raul Ryff, Abelardo Gomes e outros, foi citada em Edital para, perante a Comissão de Inquerito prestar esclarecimentos sobre desvio de dinheiro no Palácio do Planalto.

## ANEXO BG – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO INFORME Nº 1900/SNI/ARJ/SC3

Fonte: Fundo SNI

### BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.68021572 - UNIÃO BRASILEIRA DE MÃES UBM.

|#|produtor:|#| arj |#|texto:|#| dirigentes da ubm, em out 68, desenvolveram intensas atividades com vistas a manifestações ou acontecimentos de realce na area estudantil do rj e sp. normalmente se reuniam na casa de el ou no convento dos domnicanos do leme. relaciona se, tambem, as prisões ocorridas em ibiuna sp, por ocasião do xxx congresso da ex une, em 68, que culminaram com a morte de um estudante. |#|nomes:|#| eloisa lins el |#|entidades:|#| união brasileira de mães ubm || união nacional dos estudantes une

### INFORME 1900/ 1968

SNI / ARJ / SC-3	
INFORME N.º 1900 / SC3	
(SS 32.1.1.60 129out68)	
Classificação	<b>CONFIDENCIAL</b>
Objeto	UNIÃO BRASILEIRA DE MÃES (UBM)
Referência	Info nº 1757/SC-3 de 26 Set 68.
Fonte AE	Idoneidade B Probabilidade 2
Outros dados	
	SNI / ARJ
	PROTOCOLO
	ACE Nº 2.572
	30.10.68

1. As dirigentes da UBM continuam a promover reuniões semanais, normalmente na casa de ELOISA LINS à Rua Paulo Cesar de Andrade 274/602 ou no Convento dos Dominicanos do Leme. A essas reuniões comparecem normalmente 6 (seis) a 10 (dez) mulheres e os principais assuntos tratados sempre dizem respeito a providências que devem ser tomadas em relação a qualquer manifestação ou acontecimento de maior realce na área estudantil.

2. Há cerca de três semanas as dirigentes da UBM achavam-se muito desanimadas com o transcorrer dos acontecimentos; os incidentes de São Paulo entre a Faculdade Mackenzie e a USP não tiveram maior repercussão no sentido de favorecer a ações esquerdas e não deu maiores oportunidades para um movimento de massas; a UBM mandou rezar uma missa aqui no Rio, no dia 9 de outubro, pela alma do estudante morto em SP; compareceram apenas cerca de 10 mulheres e o fracasso foi considerado completo; a passeata estudantil que se realizou nesse mesmo dia pelas ruas centrais da cidade também não conseguiu congrega mais do que meia dúzia de filiadas da UBM.

3. A prisão dos estudantes no XXX Congresso da Ex-UNE em IBIUNA (SP) no dia 12 do corrente e as ações decorrentes, deram novo alento às dirigentes da UBM que imediatamente se agitaram e passaram a acompanhar de perto todas as providências policiais tomadas em SP; por ocasião da chegada dos estudantes presos ao DOPS/GB promoveram reuniões particularmente para confortar e "orientar" determinadas mães que estavam completamente atônitas e desorientadas pelo fato de seus filhos terem sido presos.

4. Os acontecimentos dos dias 22 e 23 do corrente, que envolveram alunos da Faculdade de Ciências Médicas da USP, deram motivo para que a UBM mais uma vez se movimentasse: algumas mulheres compareceram ao Hospital Pedro Ernesto no dia 22 à tarde, outras foram ao Cemitério do Caju para assistir ao enterro do estudante e, finalmente, uma comissão compareceu à Reitoria de USP no dia 24 a fim de prestar solidariedade ao Reitor João

LEITURA RECARIA **CONFIDENCIAL**

## ANEXO BH – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO INFORME Nº 300/SNI/ABSB/1969

Fonte: Fundo SNI

**BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.69001853 - ATIVIDADES DE WANDA COZETTI MARINHO.**

|#|produtor:|#| absb|#|texto:|#| wcm, conhecida como elemento de extrema esquerda, saiu de goias afirmando que iria residir em salvador ba, juntamente com mg, seu marido.|#|nomes:|#| mario galvão mg || wanda cozetti marinho wcm b0050313.|||#|entidades:|#|

## INFORME Nº300/1969

CONFIDENCIAL



S.N.I.  
 AGENCIA CENTRAL  
 002412 20MM69  
 PROTOCOLO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA DE BRASÍLIA

INFORMAÇÃO N.º 300 /SNI/ABSB/1969  
(NAGO 58/69).-

Data: - 12 Mai 69.-  
 Assunto: - WANDA COZETTI MARINHO .-  
 Referência: - Informe 1283/68, da 11ª RM.-  
 Difusão: - SNI/AC - 2ªSEC/EMR/11

  
 001853

1. WANDA COZETTI MARINHO, filha de Ordélia Santiago, filha adotiva do casal ZAQUEU CRISPIM e MARIA PARAGUASSU DE AZEVEDO CRISPIM, nascida em 22 Jun 29, em JARAGUÁ(GO), casada em primeiras núpcias com NESTOR JAPIASSU MARINHO, e atualmente com MÁRIO GALVÃO.

2. Sobre WANDA MARA CORSETTI nada consta, tratando-se da mesma WANDA COZETTI MARINHO.

3. ÂNGELA COZETTI MARINHO, filha de WANDA COZETTI MARINHO, encontra-se atualmente em Anápolis(GO), residindo à rua D. Prudência, nº 161, bairro Jundiá, estudando no Colégio Estadual daquela cidade.

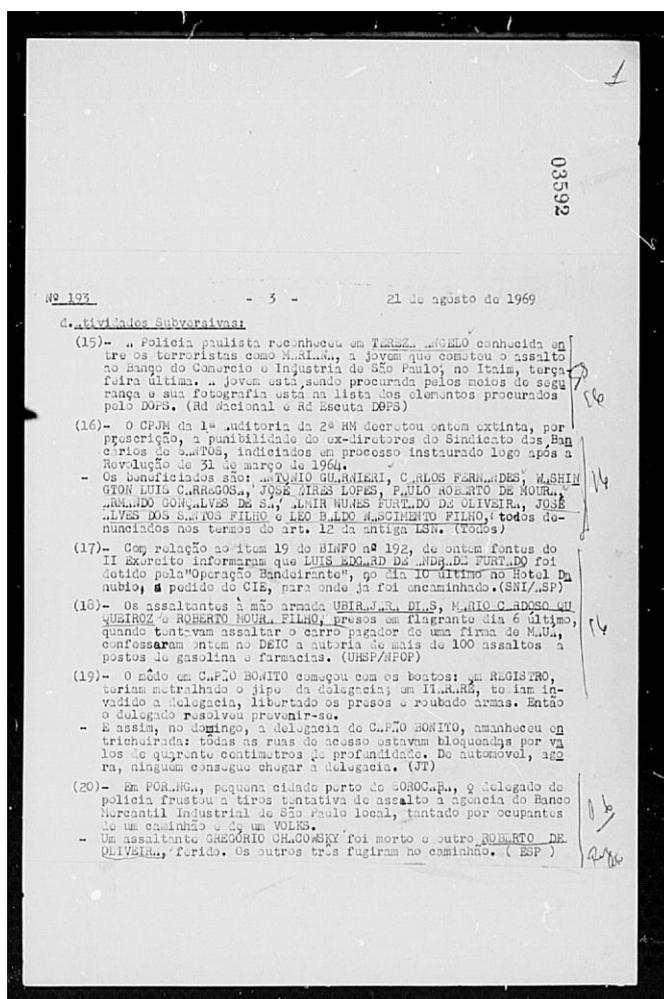
4. WANDA COZETTI MARINHO é conhecida como elemento de extrema esquerda e saiu de Goiás afirmando que iria residir em Salvador(BA), juntamente com seu marido MÁRIO GALVÃO.

## ANEXO BI- DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO ATIVIDADES SUBVERSIVAS

Fonte: Fundo SNI

### BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.69003592 - ATIVIDADES SUBVERSIVAS EM SÃO PAULO TEREZA ANGELO E OUTROS.

|#|produtor:|#| asp|#|texto:|#| ta foi identificada como assaltante de banco em são paulo. decretada extinta, na 1 auditoria da 2 região militar, por prescrição, a punibilidade de ex diretores sindicais de santos sp. fontes do ii exercito informaram que leaf foi detido, a pedido do centro de informações do exercito. elementos que tentaram assaltar trem pagador em maua sp, confessaram a autoria de mais de cem assaltos. a 2 auditoria da 2 região militar, absolveu acusado de espionagem em favor da urss condenou estudante preso quando distribuia panfletos subversivos e decretou prisão preventiva de dirigente grevista em osasco sp.|#|nomes:|#| almir nunes furtado de oliveira || antonio guarnieri || armando gonçalves de sa certidão em 25 nov 94 b3070037. || carlos fernandes certidão em 11 out 94 || gregorio chacowsky || jose ayres lopes. jal. certidão 1168 de 30 set 97. b0390355. || jose alves dos santos filho certidão em 25 nov 94 || jose carlos barreto || jose dos santos || leo baldo nascimento filho || luis edgard de andrade furtado leaf || mario cardoso queiroz || miguel nazimoffi || paulo roberto de moura || roberto de oliveira || roberto moura filho || tereza angelo ta ou mariana b0110486. || ubirajara dias || washington luis|#|entidades:|#|



## ANEXO BJ – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO INFORME Nº 003/116/ARJ/1979

Fonte: Fundo SNI

**BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.79000082 - TEREZA CRISTINA DENUCCI MARTINS .**

|#|produtor:|#| 116 arj|#|texto:|#| tcdm , amasia do conhecido lider comunista ji, chegou ao brasil , para um periodo de ferias e, em decorrencia , foi ouvida pelo dpf rj , acerca da atividades que ambos desenvolvem no exterior . segundo suas pretensões, devera retornar a europa em 10 fev 79. da procuração assinada por ji depreende se que pretende efetuar as demarches necessarias para seu retorno ao pais .|#|nomes:|#| jose ibrahim ou jose hibrain ji || tereza cristina denucci martins tcdm b0027042. |||#|entidades:|#|

" SE-70 "

**CONFIDENCIAL**

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO  
INFORMAÇÃO Nº 003 / 116 / ARJ / 79

DATA : 15 de janeiro.  
ASSUNTO : TEREZA CRISTINA DENUCCI MARTINS.  
REFERÊNCIA : INFORMAÇÃO Nº 816/16/AC, de 28 Nov 78.  
ÁREA : INFORMAÇÃO Nº 541/16/AC, de 2. Ago 78.  
PAÍS :  
DIFUSÃO ANT. :  
DIFUSÃO : AC/SNI.  
ANEXO : TERMO DE DECLARAÇÕES E CÓPIAS DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS EM  
POUN DA RESMADA.

SNI/ARJ

PROTOCOLO

ACS Nº 082

1.2.79

1 - A epigrafada, cujo nome está relacionado na lista nº 4 - Adendo 4, ao Anexo A da Instrução em referência, é amasia do conhecido líder comunista JOSÉ HIBRAIM, estando ambos atualmente radicados na BÉLGICA.

2 - Segundo suas declarações, está no País em gozo de férias, devendo retornar à EUROPA em 10 Fev 79.

3 - Da procuração assinada por JOSÉ HIBRAIM, depreende-se que pretende efetuar as "demarches" necessárias para seu retorno ao BRASIL.

o o o

TODA PESSOA QUE TOMAR CO-  
NHECIMENTO DESTA DOCUMENTO  
FICA RESPONSÁVEL PELA MANU-  
TENÇÃO DE SEU SIGILO. (ART. 12  
DO DEC. Nº 79.099/77 - R.S.A.S.)

**CONFIDENCIAL**

UMF 162

## ANEXO BK – DESCRIÇÃO E O DOCUMENTO INFORME Nº 0693/CISA-RJ

Fonte: Fundo SNI

BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.78004782 - MARIA YEDDA LINHARES.

|#|produtor:|#| cisa rj|#|texto:|#| atividades subversivas da militante comunista myl, como professora da fundação getulio vargas, em 1978. constam dados de qualificação.|#|nomes:|#| maria yedda linhares myl|#|entidades:|#|

## INFORME Nº 0693/1978

NUMERAÇÃO		INFORMAÇÃO Nº
M Aer	P N I	
		0693 /CISA-RJ

**CONFIDENCIAL**

02103

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA  
- C I S A -

Em 16 AGO 1978

SNI/ARJ
PROTÓCOLO
ACE Nº 4782
DN- 921878

1 -- ASSUNTO \_\_\_\_\_ MARIA YEDDA LINHARES

2 -- ORIGEM \_\_\_\_\_ CISA-RJ

3 -- DIFUSÃO \_\_\_\_\_ SNI/AC-CENIMAR-CIE-CI/DPF-DSI/MF-I Ex-

4 -- DIFUSÃO ANTERIOR \_\_\_\_\_ + + + + + III COMAR e ARJ/SNI (p/conh)

MARIA YEDDA LINHARES, filha de João Vieira Leite e de Cecília de Freitas Vieira, nascida no estado do Ceará, em 3 Mai 1921, casada com JOSÉ ALVES LINHARES, escrivão do Registro Civil, registra inúmeros antecedentes desabonadores.

Respondeu a vários inquéritos, sendo um Administrativo, e outros Policiais Militares.

Foi professora da Faculdade Nacional de Filosofia e Diretora da Rádio Ministério da Educação.

Na Faculdade Nacional de Filosofia, respondeu a Inquérito Administrativo pela prática de atos sexuais com aluno no interior da Faculdade. É dada a prática de atos sexuais hetero e homossexuais.

Na Rádio Ministério da Educação, desenvolveu intensa atividade de agitação comunista, ligando-se a BRIZOLA, ARRAIS e DARCY RIBEIRO (que a colocou na Rádio).

Apesar de conhecidos esses fatos, em 1969, lecionava no Instituto de Ciências Sociais da UFRJ, desenvolvendo as atividades comuno-contestatórias.

Por força de Ato Institucional, foi aposentada em 28 de abril de 1969.

Recentemente, o Ministério da Aeronáutica recebeu carta de um cidadão, que se identificou, informando, em tom dramático, que a epigrafada, residindo na rua 5 de julho 125, RJ, "corrompeu espiritual e sexualmente minha sobrinha, a qual só tem olhos para tal

- CONTINUA -

**CONFIDENCIAL**

## ANEXO BL – DESCRIÇÃO E OS DOCUMENTOS MEMO Nº 0918/GAB/SNI E INFORME Nº 028/16/75/ARJ/SNI

Fonte: Fundo SNI

**BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.75002459 - ANA LUCIA RODRIGUES SALEM.**

|#|produtor:|#| si gab sni|#|texto:|#| alrs, que militou na apml, foi amante de jcl, dirigente dessa organização. em 1968 viajou para a noruega onde casou com ms. foi presa em 15 abr 75 e posta em liberdade em 22 abr 75.|#|nomes:|#| ana lucia rodrigues salem alrs ou ana lucia rodrigues ou ana lucia dias ou ana lucia de almeida rodrigues || jose carlos libanio jcl || murilo salem ms|#|entidades:|#| ação popular marxista leninista apml

### MEMO Nº 0918/GAB/SNI

**CONFIDENCIAL**  
PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
GABINETE

5002/6  
BRASILIA, DF 29 ABR 75  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
GABINETE

MEMO Nº 0918 / SI - Gab

De Ch GAB/CNI

Ao Sr Ch ARJ/SNI

REFERÊNCIA:

ANEXO: Cópia de carta de JAIRO A. RODRIGUES, de 17 Abr 75, endereçada ao Exmº Sr PR.

SNI/ARJ  
PROCESSO  
45702459  
30/4/75

RESUMO DO ASSUNTO: ANA LÚCIA RODRIGUES SALÉM.

DESPACHO: TOMANDO POR BASE OS DADOS DA CARTA ANEXA, ENDEREÇADA AO EXMº SR PR, VERIFICAR E INFORMAR **URGENTEMENTE** A SITUAÇÃO ATUAL DE ANA LÚCIA RODRIGUES SALÉM E AS CONDIÇÕES E AÇÕES DE SUA PRISÃO, SE REALMENTE OCORREU.

POR DELEGACIA:  
*Arsl*  
TC Ary Rodolpho Carracho Horne

NEWTON ARAÚJO DE OLIVEIRA E CRUZ  
Coronel Chefe do Gabinete do SNI

OBSERVAÇÕES:

**CONFIDENCIAL**

**CONFIDENCIAL**

316

ANA LÚCIA RODRIGUES SALÉM, brasileira, casada com Murilo Salém, ex-funcionária da Embaixada Brasileira na Noruega de julho de 1971 a fevereiro de 1974, ex-funcionária da Comissão de Compras do Ministério da Aeronáutica em Londres de junho de 1974 a dezembro do mesmo ano. Chegou ao Brasil, desembarcando de navio no Rio, em 24 de março do ano corrente. Reside na Av. Oswaldo Cruz, nº 90 aptº 514, Rio, local em que na manhã do dia 15 do corrente mês foi presa por autoridades de Segurança desconhecidas (identificaram-se os agentes, em número de cinco, para o porteiro e o síndico do edifício, apenas como tal). Ana Lúcia foi conduzida em um fuscão verde chapa LE-4351 da GB, pelos cinco agentes, tomando rumo ignorado. Até agora os seus familiares, o marido Murilo Salém e o pai Jairo Almeida Rodrigues, apesar de haverem procurado o seu paradeiro junto às autoridades de Segurança da GB - Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e DOPS - nenhuma notícia tiveram, estando Ana Lúcia em local ignorado. A família contratou o advogado Oswaldo Mendonça que impetrou habeas corpus junto ao STM hoje, 17/4/75.

Excia. Como pai, peço seu amparo. Os que dizem, os órgãos de segurança, não respeitam a integridade física de seus prisioneiros, em contradição ao princípio de humanidade e respeito cristão, traço marcante do S/Excia, para minha tranquilidade. Por favor, souo pai que cede que eu apoio.

**LEITURA PRECÁRIA****CONFIDENCIAL**

Jairo A. Rodrigues.  
Rua Beneditina Paulista 242, Apº 147  
São Paulo, E.S.P.  
Fone 2414630 - Local de Trabalho

## INFORME Nº 028/16/75/ARJ/SNI

CONFIDENCIAL

F206/6



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

INFORMAÇÃO N.º 028/16/75 /ARJ/SNI

( )

DATA : 02 de maio.

ASSUNTO : ANA LÚCIA RODRIGUES SALÉM.

REFERENCIA: MEMORANDO Nº 918/Ch/GAG/SNI/75.

DIFUSÃO : GAB/SNI - AC/SNI.

A nominada, que em solteira usava os nomes de ANA LÚCIA DIAS, ANA LUCIA RODRIGUES e ANA LUCIA DE ALMEIDA RODRIGUES, exerceu atividades subversivas em São Paulo, como militante da APMIL, até 1968, ano em que viajou para a Europa.

Foi amante de JOSÉ CARLOS LIBÂNIO, dirigente da APMIL/SP.

Casou-se com MURILO SALEM, em 24 Ago 1971, na Embaixada do Brasil em OSLO, NORUEGA.

Foi presa em 15 Abr 1975, pelo CISA-ESC RCD, em atendimento ao PB nº 684 de 12/12/74, do CIE, que por sua vez encaminhava solicitação do II Exército neste sentido.

Foi conduzida a São Paulo, onde prestou depoimento no DOI/II Exército sobre suas atividades passadas de militante subversiva.

Foi posta em liberdade no dia 22 Abr 75.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados pelo Comando do II Exército.

o o o

LEITURA PRECÁRIA

CONFIDENCIAL